

GABRIEL SANTOS BERUTE

**ATIVIDADES MERCANTIS DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: NEGÓCIOS,
MERCADORIAS E AGENTES MERCANTIS (1808-1850)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em História.

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Porto Alegre – RS
DEZEMBRO DE 2011

CIP - Catalogação na Publicação

Berute, Gabriel Santos

Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:
negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)
/ Gabriel Santos Berute. -- 2011.
309 f.

Orientadora: Helen Osório.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2011.

1. negociantes. 2. economia. 3. comércio. 4.
Guerras Cisplatinas. 5. Guerra dos Farrapos. I.
Osório, Helen, orient. II. Título.

GABRIEL SANTOS BERUTE

**ATIVIDADES MERCANTIS DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: NEGÓCIOS,
MERCADORIAS E AGENTES MERCANTIS (1808-1850)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Helen Osório (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a. Dr.^a. Marcia Naomi Kuniuchi
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Fábio Kühn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Esta tese encerra uma etapa da minha formação acadêmica iniciada no curso de graduação em história desta Universidade. Desde aquela época, contei com a orientação da professora Helen Osório. O aprendizado durante este período foi fundamental para a minha formação como historiador e pesquisador. A ela agradeço a oportunidade de iniciar as minhas atividades como pesquisador, bem como por ter aceitado mais uma vez orientar-me com rigor acadêmico com o qual sempre pautou a orientação do meu trabalho.

À professora Leonor Freire Costa (ISEG/UTL), agradeço o incentivo e a excelente orientação durante meu estágio de doutoramento em Lisboa. Agradeço igualmente pela atenção e paciência que teve na resolução dos entraves burocráticos que antecederam a minha chegada em Portugal.

Aos professores Carlos Gabriel Guimarães, Marcia Kuniochi, Luís Augusto Farinatti e Fábio Kühn, agradeço por terem aceitado participar da banca de avaliação desta tese.

Aos funcionários das instituições onde pesquisei, agradeço pela atenção e pelo auxílio na localização da documentação consultada durante pesquisa.

Em Lisboa, agradeço aos professores Jorge Pedreira e Nuno Monteiro pela atenção e pelas sugestões de fontes, assim como ao Dr. António Alves Caetano. Ao Luís Frederico Dias Antunes, agradeço pelas palavras de incentivo e por ter convidado e viabilizado minha participação no *Ciclo de V Conferências “Ciências nos Trópicos”*, nas dependências do Arquivo Histórico Ultramarino. Com Jorge Victor, Sílvia Borges, Aldair Rodrigues, George Cabral, Marília Nogueira, Juliana Meirelles, entre outros colegas, dividi horas de trabalho na Torre do Tombo e de confraternização. A eles, meu muito obrigado!

Ao “apê da Lopo”, agradeço por oportunizar um espaço de confraternização com amigos queridos, nos quais sempre encontrei uma palavra de estímulo e apoio. Agradecimentos especiais ao Gabriel Focking, pela programação dos bancos de dados, ao Frederico Duarte, que me ajudou na busca por inventários, à Sana Gasparotto, por todos os *abstracts*, à Joana d’Ávila, Gabriel Aladrén e Rodrigo Weimer, pela amizade e apoio de sempre. Aos meus “irmãos” Diego Marins e “Marquito”, pela amizade de longa data e por me ouvirem falar de trabalho quando o momento deveria ser de descontração.

Ao Álvaro Klafke e à Ana Inés Arce, queridos amigos e companheiros nas andanças por Lisboa.

Ao Guinter Leipnitz, companheiro de arquivo, com quem dividi impressões sobre a pesquisa e muita conversa durante as pausas para o almoço. Ao Ricardo de Lorenzo, Jonas Vargas, Fábio Pesavento, Adriano Comissoli, Fábio Terra e a todos que auxiliaram com livros, conversas, comentários em eventos acadêmicos e informações que muito ajudaram ao longo da pesquisa. À Carla Renata A. S. Gomes e à “Miúcha”, pelo apoio na solução de entraves burocráticos e logísticos.

Ao Mauro Messina, pelos livros e pelo bate papo agradável, após horas de trabalho duro no arquivo.

“Dona Miniê” – que me recebeu como se fosse parte da família – e Sérgio Dias, que abriram suas casas e forneceram suporte indispensável para minhas pesquisas nos arquivos cariocas e lisboetas.

Ao professor Cesar Guazzelli pelo incentivo e pelo auxílio nas demandas burocráticas. À professora Silvia Petersen que, embora eu não tenha tido o privilégio de ser seu aluno, sempre teve uma palavra de atenção e incentivo. Ao professor Luiz Dario pelo estímulo intelectual que ele representa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agradeço pelo apoio e por ter aceitado o meu projeto. A CAPES pelo indispensável financiamento da pesquisa no Brasil e em Portugal.

À Ana, David (*in memoriam*) e Juliana, meus pais e irmã, assim como aos demais familiares (*Beirutte Corrêa, Santos, Hermes Leite, Guedes e Szczesny Mancilha*), agradeço pelo carinho, incentivo e apoio incondicionais.

Qualquer palavra é insuficiente para agradecer a minha amada Fabi e descrever tudo o que ela representa na minha vida, basta dizer que mesmo quando o oceano nos manteve distante, nunca me senti totalmente só, porque “eu levo o seu coração comigo (eu o levo no meu coração)”.

RESUMO

O objetivo da tese foi caracterizar a economia do Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX, a partir da análise da sua atividade mercantil e do padrão de investimento econômico. Investigou-se a atuação dos *negociantes de grosso trato* e de que modo as Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos afetaram o comércio e a economia da região. Constatou-se que no período entre as duas guerras, parte dos investimentos anteriormente destinados aos empreendimentos rurais passou a ser aplicado na aquisição de bens urbanos e embarcações, indício da crescente urbanização vinculada à intensificação da atividade mercantil. Após a independência, o charque e os couros permaneceram como os principais produtos de exportação, mas a abertura dos portos em 1808 possibilitou que fossem estabelecidos negócios diretos com a Europa e os Estados Unidos e se amenizasse a dependência em relação ao Rio de Janeiro. Os homens de negócio (negociantes de grosso trato) diferenciavam-se dos demais agentes mercantis, ao se destacarem na importação e exportação de mercadorias e concentrarem parcelas significativas dos valores investidos nas transações envolvendo bens rurais e urbanos e no fornecimento de crédito. As principais fontes utilizadas foram os registros de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande, mapas de importação e exportação e escrituras públicas de compra, crédito, sociedade e de procuração.

Palavras-chave: negociantes, economia, comércio, Guerras Cisplatinas, Guerra dos Farrapos

ABSTRACT

This thesis aimed to characterize the *Rio Grande de São Pedro* economy in the first half of the nineteenth century through the analysis of its mercantile activity and investment pattern. It was investigated the businessmen (*negociantes de grosso trato*) acting and how the *Cisplatine War* and the *Farrapos War* affected the region trade and economy. It was established that during the period between the wars, part of the investments which used to be invested in rural undertakings started to be used in the acquisition of urban properties and vessels. It represents a trace of the growing urbanization linked to the increase in mercantile activity. After the Independency, the jerky and the leather remained as the main export products, but the opening of the Brazilian harbors in 1808 allowed business to be established directly with Europe and United States, reducing the dependence of Rio de Janeiro. The businessmen (*negociantes de grosso trato*) were different from the other merchant agents due to their highlight in the importation and exportation trade and because they concentrated significant amounts of the values invested on the transactions involving rural and urban properties and in providing credit. The main sources used were the registers of the vessels arrivals and departures from Rio Grande harbor, importations and exportation maps and public scriptures of purchase, credit, society and public authorization.

Key words: merchants, economy, trade, Cisplatine War, Farrapos War

ABREVIATURAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
ANRJ	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNRJ	Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
INP	Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
Cód.	código
cx.	caixa
fl.	folha
mc.	maço
reg.	registro
Tab.	Tabelionato
TN	Transmissões e Notas
RJ	Rio de Janeiro
RG	Rio Grande
RP	Rio Pardo
SC	Santa Catarina
POA	Porto Alegre

Sumário

Introdução	14
Capítulo I – Mercadorias, rotas e agentes mercantis: o movimento da barra do porto de Rio Grande	43
1.1 O movimento de importação e exportação do porto da Vila do Rio Grande.....	47
1.2. Os agentes, as rotas e suas mercadorias	76
Capítulo II – “Saibam quantos este instrumento público virem”: a economia da vila de Rio Grande através das escrituras públicas de venda, crédito e sociedade	96
2.1 As Escrituras de Rio Grande	100
2.1.1 Os bens urbanos	119
2.1.2 Os bens rurais	125
2.1.3 As embarcações.....	130
2.1.4 As transações de crédito de Rio Grande	136
2.2 Os agentes: outorgantes e outorgados.....	139
2.2.1 A concentração das transações.....	139
2.2.2 “Vive de seu negócio”: os agentes mercantis nas escrituras públicas da vila de Rio Grande e seu termo	141
Capítulo III – A “Leal E Valerosa Cidade de Porto Alegre”: a economia da capital sul-riograndense na primeira metade do século XIX	165
3.1 As Escrituras de Porto Alegre	168
3.1.1 Os bens urbanos	182
3.1.2 Os bens rurais	187
3.1.3 As embarcações.....	190
3.1.4 As transações de crédito de Porto Alegre	193
3.2 Os agentes: outorgantes e outorgados.....	195
3.2.1 A concentração das transações.....	195
3.2.2 “Vive de seu negócio”: os agentes mercantis nas escrituras públicas da vila de Porto Alegre e seu termo	197
Capítulo IV – “A cada um de per se in solidum lhes concedem, e trespassam todos os seus poderes”: procurações bastantes, agentes mercantis e redes de comércio	215
4.1 As procurações bastante de Rio Grande e Porto Alegre	220
4.2 Outorgantes e procuradores: redes de comércio e inserção mercantil	230
4.2.1 Outorgantes vinculados ao trato mercantil.....	230
4.2.2 Outorgantes e procuradores: redes de comércio e inserção mercantil	238
Conclusão	265
Anexos	271
Fontes	286
Bibliografia	292

TABELAS

Tabela 1 – Crescimento populacional do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1814-1858).....	44
Tabela 2 – Movimentação anual de embarcações nacionais e estrangeiras na barra do Porto de Rio Grande, 1803-1851.....	56
Tabela 3 – Movimentação de embarcações no Porto de Rio Grande, por praça mercantil de origem e destino, 1841-1842.....	59
Tabela 4 – Movimentação de embarcações no Porto de Rio Grande: produtos importados e exportados, 1841-1842.....	65
Tabela 4.1 – Portos de origem das cargas de sal e escravos, 1841-1842.....	67
Tabela 4.2 – Portos de destino das cargas de carne e couros, 1841-1842.....	70
Tabela 4.3 – Bandeira das embarcações que saíram do porto de Rio Grande carregando carne e couros, 1841-1842.....	74
Tabela 5 – Concentração das Entradas e Saídas (Rio Grande, 1803-1851).....	77
Tabela 6 – Distribuição (%) dos agentes mercantis de acordo com a região de atuação e origem (Rio Grande, 1803-1851).....	79
Tabela 6.1 – Participação (%) dos agentes mercantis nos negócios feitos entre Rio Grande e Portugal (Rio Grande, 1841-1851).....	80
Tabela 7 – Principais agentes exportadores de carne, 1831-1842.....	82
Tabela 8 – Principais exportadores de charque, 1834-1851.....	84
Tabela 9 – Principais exportadores de couros, 1831-1851.....	84
Tabela 10 – Principais importadores de sal, 1804-1815; 1834-1851.....	86
Tabela 11 – Negociantes de grosso trato atuantes no porto de Rio Grande, 1803-1851.....	90
Tabela 12 – Número e valor total das escrituras por tipo (Rio Grande, 1808-1850).....	105
Tabela 13 – Escrituras: transações por faixa de valor (£) (Rio Grande, 1808-1850)....	111
Tabela 14 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850).....	114
Tabela 15 – Valor total e médio (£) dos bens urbanos de acordo com o tipo de bem (Rio Grande, 1808-1850).....	122
Tabela 15.1 – Participação de agentes mercantis na compra e venda de <i>sobrados</i> (Rio Grande, 1808-50).....	124
Tabela 16 – Valor total e médio dos bens rurais de acordo com o tipo de bem (Rio Grande, 1808-1850).....	128
Tabela 17 – Tipos de embarcações: valor médio e mediano (Rio Grande, 1808-1850)	132
Tabela 18 – Distribuição das escrituras entre outorgantes e outorgados (Rio Grande, 1808-1850).....	140

Tabela 19 – Participação dos agentes ligados ao comércio nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Rio Grande, 1808-1850).....	156
Tabela 20 – Participação dos <i>negociantes de grosso trato</i> nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Rio Grande, 1808-1850).....	160
Tabela 21 – Crescimento populacional de Porto Alegre, 1803-1861.....	166
Tabela 22 – Número e valor total das escrituras por tipo (Porto Alegre, 1808-1850)...	172
Tabela 23 – Escrituras: transações por faixa de valor (£) (Porto Alegre, 1808-1850)	177
Tabela 24 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850).....	178
Tabela 24.1 – Distribuição (%) das escrituras de bens rurais, urbanos e embarcações (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850).....	179
Tabela 25 – Valor total e médio dos bens urbanos de acordo com o tipo de bem (Porto Alegre, 1808-1850).....	183
Tabela 25.1 – Participação de agentes mercantis na compra e venda de sobrados (Porto Alegre, 1808-50).....	185
Tabela 26 – Valor total e médio dos bens rurais de acordo com o tipo de bem (Porto Alegre, 1808-1850).....	189
Tabela 27 – Tipos de embarcações: valor médio e mediano (Porto Alegre, 1808-1850).....	192
Tabela 28 – Distribuição das escrituras entre seus agentes (Porto Alegre, 1808-1850)	196
Tabela 29 – Representatividade (%) dos outorgantes “ligados ao comércio” de acordo com a listagem consultada: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850.....	198
Tabela 30 – Representatividade (%) dos outorgados “ligados ao comércio” de acordo com a listagem consultada: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850.....	203
Tabela 31 – Participação dos agentes ligados ao comércio nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Porto Alegre, 1808-1850).....	208
Tabela 32 – Representatividade (%) dos outorgados “ligados ao comércio” nas escrituras de crédito e de bens rurais e urbanos: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850.....	209
Tabela 33 – Participação dos <i>negociantes de grosso trato</i> nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Porto Alegre, 1808-1850).....	212
Tabela 34 – Distribuição das procurações de acordo com as ocorrências de cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	222
Tabela 35 – Distribuição das procurações passadas para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	224
Tabela 36– Distribuição das procurações passadas para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	225
Tabela 37 – Distribuição das procurações passadas para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	227

Tabela 38 – Escrituras de procuração com outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50).....	231
Tabela 39 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	233
Tabela 40 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como <i>negociantes de grosso trato</i> para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	234
Tabela 41– Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	235
Tabela 42– Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como negociantes de grosso trato para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	236
Tabela 43 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	237
Tabela 44 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como <i>negociantes de grosso trato</i> para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	238
Tabela 45 – Total de procurações passadas pelos dez principais outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	239
Tabela 46 – Dez principais procuradores nomeados por outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45).....	258

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representatividade (%) das exportações de charque e couros sobre o valor total das exportações, 1837-1849.....	48
Gráfico 2 – Volume das exportações de charque e couros, 1837-1852.....	50
Gráfico 3 – Valor total das exportações e importações do Rio Grande de São Pedro, 1837-1849 (%)......	51
Gráfico 4 – Representatividade (%) do charque e dos couros sobre o valor total das exportações conforme a alfândega por onde a carga foi despachada, 1837-1845.....	52
Gráfico 5 – Representatividade (%) das fazendas e gêneros o valor total das importações conforme a alfândega despachante da carga, 1837-1845.....	53
Gráfico 6 – Número total de escrituras (Rio Grande, 1808-1850).....	100
Gráfico 7 – Número de escrituras e seus valores totais por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850).....	102
Gráfico 8 – Valores médios e mediana das escrituras por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850).....	104
Gráfico 9 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Rio	

Grande, 1808-1850).....	108
Gráfico 10 – Número e valor total (em réis) das escrituras por categoria (Rio Grande, 1808-1850).....	110
Gráfico 11 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens urbanos (Rio Grande, 1808-1850).....	120
Gráfico 12 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens rurais (Rio Grande, 1808-1850).....	126
Gráfico 13 – Evolução quinquenal do valor total e médio das embarcações (Rio Grande, 1808-1850).....	131
Gráfico 14 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos créditos (Rio Grande, 1808-1850).....	137
Gráfico 15 – Número total de escrituras (Porto Alegre, 1808-1850).....	169
Gráfico 16 – Número de escrituras e seus valores totais por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850).....	170
Gráfico 17 – Valores médios e mediana por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850)	171
Gráfico 18 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Porto Alegre, 1808-1850).....	174
Gráfico 19 – Número e valor total (em réis) das escrituras por categoria (Porto Alegre, 1808-1850).....	175
Gráfico 20 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens urbanos (Porto Alegre, 1808-1850).....	182
Gráfico 21 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens rurais (Porto Alegre, 1808-1850).....	187
Gráfico 22 – Evolução quinquenal do valor total e médio das embarcações (Porto Alegre, 1808-1850).....	191
Gráfico 23 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos créditos (Porto Alegre, 1808-1850).....	194
Gráfico 24 – Número total de escrituras de procuração (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50).....	220
Gráfico 25 – Número total de escrituras de procuração passadas por outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50).....	233

FIGURAS

Mapa 1 – Rio Grande de São Pedro, 1809.....	99
Mapa 2 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1833.....	167
Mapa 3 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1844.....	167

INTRODUÇÃO

Esta tese teve como objeto de investigação o comércio e a comunidade mercantil do Rio Grande de São Pedro, em particular os homens de negócios (negociantes de grosso trato) das vilas de Rio Grande e Porto Alegre, no período de 1808 a 1850. O principal objetivo foi caracterizar a economia rio-grandense do período mediante a análise da sua atividade comercial, e da identificação do padrão de investimento econômico. Através da pauta de produtos negociados e dos parceiros mercantis da capitania/província, procurou-se destacar as mudanças e as permanências observadas em relação ao período colonial. No desenvolvimento deste trabalho investigou-se de que forma os *negociantes de grosso trato* diferenciavam-se do restante do corpo mercantil e de que modo as conjunturas de guerra enfrentadas durante as primeiras décadas do século XIX (as Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos) afetavam a realização da atividade mercantil e a economia da região¹.

A vila de Rio Grande constituía-se na sede do único porto marítimo do Rio Grande de São Pedro do Sul, sendo passagem obrigatória das embarcações que entravam ou saíam carregadas de mercadorias. Porto Alegre, por sua vez, passou a concentrar parte dos mais importantes homens de negócio da capitania quando se tornou a sede do governo e da Câmara em 1773². Entretanto, no início do século XIX, a vila de Rio Grande ainda preponderava sobre a capital, pois de seu porto chegavam e partiam as embarcações que traziam e levavam a produção para o restante do Brasil, principalmente para o Rio de Janeiro. Somente em meados do século XIX a estruturação de uma ampla área produtora de gêneros agrícolas em torno de Porto Alegre ampliou o movimento de seu porto, tornando a capital um centro comercial de fundamental importância como intermediária no escoamento da produção³.

Separados por aproximadamente uma década, os relatos deixados pelo comerciante inglês John Luccock e pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire a respeito de suas passagens pela vila de Rio Grande são coincidentes na avaliação que fazem a seu respeito.

¹ Ao longo do processo de investigação foi necessário efetuar ajustes em relação ao projeto inicial de pesquisa. Os aspectos referentes à participação política e às alianças matrimoniais do grupo mercantil foram preteridas em favor de centrar a análise nos aspectos mais diretamente ligados ao comércio.

² Com a ocupação espanhola da vila de Rio Grande (1763-1776), as sedes do governo sul-rio-grandense e da Câmara foram transferidas para os Campos de Viamão em 1763, onde permaneceram até 1773, quando foram transferidas para Porto Alegre por ordem do Governador José Marcelino de Figueiredo. CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período Colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 168-85; QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987, p. 107-45.

³ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 9-37.

Ambos os viajantes observaram a importância do seu porto para a economia rio-grandense e para o comércio do Brasil meridional. Atraídos pelas possibilidades de enriquecimento proporcionadas pela atividade mercantil, a vila era sede dos mais importantes membros do corpo mercantil instalado na capitania. Quanto à Porto Alegre, o botânico francês acrescentou observações a respeito da área comercial da capital e da movimentação das embarcações em seu porto, antevendo um futuro próspero para a cidade⁴.

Se o porto de Rio Grande era imprescindível para o acesso ao oceano e para o escoamento da produção do charque e dos couros, Porto Alegre fazia a conexão do centro com o norte do Rio Grande de São Pedro. Santo Antônio da Patrulha, Aldeia dos Anjos e Viamão despachavam seus produtos até a cidade e retornavam com mercadorias disponíveis na capital. Pelas vias fluviais e lacustres chegava-se até Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. Por via terrestre, a partir de Rio Pardo (outro importante centro comercial), eram abastecidas as localidades de Cachoeira, Santa Maria, a fronteira oeste e Missões⁵. Assim é possível afirmar que os dois portos não concorriam entre si, pois os negócios executados através deles eram complementares, ainda que não se excluísse a existência de uma hierarquia entre eles⁶.

Na década de 1830, o comerciante Nicolau Dreys fez as seguintes observações sobre a navegação na província, ressaltando a movimentação das embarcações e a presença de comerciantes estrangeiros na região:

⁴ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942, pp. 116-17; 122; SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002, p. 67-73; 87-96; 99-101.

⁵ Apesar do movimento intenso observado nos dois portos, as dificuldades para a navegação limitavam o comércio e a expansão econômica da região. A travessia da barra de Rio Grande era difícil, principalmente para embarcações de pequeno porte, e somente entre os meses de março e dezembro as condições para a travessia da barra eram mais favoráveis. Na Lagoa dos Patos o problema estava na sua pouca profundidade (problema também enfrentado no canal de navegação de Rio Grande), na falta de um farol e na ausência de um balizamento adequado que oferecesse condições de orientação aos navegantes. As melhorias nessa região foram iniciadas na década de 1840 e concluídas no início de 1860, o que representou uma contribuição importante para o crescimento econômico de Porto Alegre. FRANCO, S. **Porto Alegre e seu comércio**, op. cit., p. 20; 23; 32-7. Em Rio Grande, as obras de dragagem do canal foram iniciadas por volta da década de 1830 e diversas intervenções na orla foram feitas nas décadas seguintes com o intuito de melhorar as condições de navegação e a qualidade dos equipamentos portuários necessários para a realização da atividade mercantil. TORRES, Rodrigo de Oliveira. **“... e a modernidade veio a bordo”: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS**. Pelotas: PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2010 [dissertação de mestrado], p. 44-53.

⁶ A relação entre os portos de Lisboa, Porto e Viana foi caracterizada nestes termos por Leonor Freire Costa em sua investigação a respeito do comércio entre Portugal e Brasil nos séculos XVI e XVII. Segundo a autora, neste período o porto de Lisboa exercia uma função de centro em relação aos demais, não de monopólio sobre o comércio. COSTA, Leonor Freire. **O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)** [2 Vols.]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 81-111.

A navegação interior da província é feita por 100 a 120 iates de 30 a 70 toneladas; por essas embarcações é que os produtos do país são conduzidos ao porto do Rio Grande ou de Porto Alegre; pelas mesmas, os objetos de importação vão se repartir sobre todos os pontos do território acessíveis à navegação especial.

Saem e entram, todos os anos, pela barra do Rio Grande, 250 a 280 barcos maiores, carregados dos produtos da província ou dos efeitos destinados a suprir suas precisões; desses barcos, 200, mais ou menos, pertencem aos negociantes da província, como donos ou pelo menos interessados; os outros são de propriedade estrangeira, pois é espetáculo ordinário ver tremular no porto do Rio Grande, entre as bandeiras brasileira e portuguesa, as bandeiras francesa, inglesa, americana, italiana e até das cidades hanseáticas, como havemos presenciado.

As embarcações que recebe o porto do Rio Grande podem chegar, querendo, até Porto Alegre, debaixo da direção de um piloto do país; (...) todavia, a maior parte dos navios de carga costumam ficar nos portos do Sul⁷.

A imigração alemã na década de 1820, além da abertura dos portos do Brasil em 1808, contribuiu para a presença de estrangeiros nos portos sul-rio-grandenses. A expansão da produção nas colônias alemãs do vale do Rio dos Sinos foi fundamental para o abastecimento de Porto Alegre, inclusive durante o período da Guerra dos Farrapos. Entre 1847 e 1848, o transporte da produção das colônias através da navegação fluvial conferiu uma posição de destaque para a capital na navegação de cabotagem com os outros portos do Brasil. A navegação direta com os portos estrangeiros era reduzida, já que a maioria dos produtos estrangeiros vinha do Rio de Janeiro, tendo naturalmente que passar por Rio Grande. Os comerciantes alemães, por sua vez, foram gradativamente ampliando sua presença na cidade, principalmente na segunda metade do século XIX, com destaque para o comércio varejista. No “Almanack de Porto Alegre para o ano de 1857”, os alemães já apareciam em grande número, mesmo que o predomínio ainda fosse dos portugueses e luso-brasileiros⁸.

A *periodização* proposta compreende importantes transformações na vida política e sócio-econômica do Brasil, notadamente as relacionadas ao processo que resultou na

⁷ DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961, p. 143. O viajante Arsène Isabelle, que visitou o Rio Grande do Sul em 1834, fez comentários semelhantes a estes. ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006, p. 245-46.

⁸ FRANCO, S. **Porto Alegre e seu comércio**, op. cit., p. 32-4; 38-40. As observações do autor sobre o comércio e a navegação entre 1847-48 estão baseadas na “Coleção dos Mapas Estatísticos do Comércio e navegação do Império do Brasil, com suas províncias e países estrangeiros, no ano financeiro de 1847/48, segundo parciais organizados pelas Alfândegas e Mesas de Consulado”. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1854. Sobre a presença alemã no comércio porto-alegrense, ver: GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

independência do país em relação à metrópole lusa, em 1822. Em 1808, como desdobramento da ocupação do território português pelas tropas de Napoleão Bonaparte, a Família Real e parte de sua Corte transferiram-se para o Brasil. O estabelecimento do governo luso no Rio de Janeiro e as medidas institucionais relacionadas ao Império luso-brasileiro no período Joanino foram decisivos para o processo que resultou na Independência do Brasil, destacando-se a “Abertura dos portos brasileiros às nações amigas” (1808), que terminava definitivamente com o já frágil *exclusivo comercial metropolitano*. Também chama-se atenção para os tratados de “Aliança e Amizade” e de “Comércio e Navegação” com a Inglaterra (1810), que estipulavam vantagens para os ingleses no comércio com o Brasil, assim como a elevação do país à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves (1815)⁹.

Este processo foi identificado por Maria Odila Dias como a “interiorização da metrópole”. A autora chamou atenção para o enraizamento dos interesses portugueses no Brasil e para a fusão das elites metropolitanas e nativas. Tal interpretação, tendo como visão norteadora a de Sérgio Buarque de Holanda, diferenciava-se da análise tradicional que relacionava à crise do sistema colonial com o conflito entre colonizados e colonizadores. Para Maria Odila Dias foi a partir deste momento que o núcleo de grandes negociantes “portugueses” estabelecidos no Rio de Janeiro adquiriu proeminência na economia escravista¹⁰.

Estudos recentes, entretanto, discordam da leitura de Maria Odila, apontando para o fato de que existia um grupo mercantil importante no Rio de Janeiro desde o final do século anterior. João Fragoso destaca que no período entre 1790 e 1830, denominado por parte da historiografia de *colonial tardio*¹¹, consolidaram-se novas formas de acumulação econômica no centro-sul escravista (comércio de longa distância, abastecimento interno, tráfico de

⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil. Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1ª Edição, 1933], p. 45-57. O trabalho de Caio Prado Júnior, enfatizando 1808, influenciou COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo, Difel, 1981 [12ª Edição], p. 64-125. Para abordagens mais recentes a respeito da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos, ver também OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (Orgs.). **A abertura dos portos**. Editora Senac São Paulo, 2007; ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru: EDUSC, 2008; PEREIRA, Miriam Halpern (org.). Dossier: A Corte portuguesa no Brasil. In: **Revista Ler História**, nº 54, 2008.

¹⁰ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005 [1ª ed., 1972], p. 7-37.

¹¹ Para as formulações iniciais da noção de *colonial tardio*, ver: ALDEN, Dauril. **El Brasil colonial tardío, 1750-1808**. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. V. 3. América Latina colonial: economía**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306-58; SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, Capítulo 15, p. 337-55.

escravos), no qual os negociantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro afirmaram-se como uma *nova elite econômica*, através do domínio que exerciam sobre o capital mercantil e setores chave da economia colonial, e entre esses, as principais rotas comerciais do Império português: América portuguesa-Angola-Índia¹².

Autores como Roberto Simonsen, Celso Furtado e Caio Prado Júnior consideraram que na primeira metade do século XIX a economia do Brasil encontrava-se retraída. Segundo eles, o bom desempenho verificado em fins do século XVIII e as medidas tomadas por D. João VI a partir de 1808 não foram suficientes para que o comércio do Brasil se mantivesse em crescimento nos oitocentos¹³. João Fragoso, por outro lado, considera que a economia colonial manteve-se em crescimento, inclusive aumentando seu volume de exportação e de incorporação de mão-de-obra. Para o autor, a economia colonial despreendeu-se do ritmo da economia internacional que se encontrava em um ciclo negativo, de 1815 a 1850¹⁴.

No Rio Grande de São Pedro, depois do conturbado período de disputas entre as coroas ibéricas pela posse da região, a ocupação territorial foi consolidada e o conjunto da sua economia expandiu-se significativamente a partir das duas últimas décadas do século XVIII. Iniciou-se neste período a organização da manufatura do charque como atividade mercantil e o fluxo comercial com os principais portos da América portuguesa se intensificou. Neste contexto a capitania destacou-se como criadora de *gado vacum*, fornecedora de couros, carnes e *gado muar* — este utilizado como transporte de carga e de pessoas na zona de mineração das Minas Gerais¹⁵.

¹² FRAGOSO, João. **A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-38. Sobre a comunidade mercantil do Rio de Janeiro, ver também: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹³ SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 [3ª Edição], p. 185-8; 429-36; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 [1ª Edição, 1954], p. 97; 99-104; 112-5; PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978 [1ª Edição, 1945], p. 132-41.

¹⁴ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit, p. 266-95. Sobre a dinâmica de funcionamento da economia internacional através de movimentos seculares com uma fase de aceleração (Fase A) e uma de depressão (Fase B), os *ciclos de longa duração de Kondratieff*, ver: MAURO, Frédéric. **La expansión europea (1600-1870)**. Barcelona: Editorial Labor, 1968, p. 190-204.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1957 [5ª Edição], p. 181-207; SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1984, p. 85-7; 105-6; OSÓRIO, Helen. **O império português no**

Entre as décadas de 1830 e 1850 já era possível observar uma nova geração de homens de negócios na província rio-grandense, muitos deles com relações de parentesco (filhos, genros e sobrinhos) com os principais negociantes que atuavam na virada do século XVIII para o XIX. Em sua análise do periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, Álvaro Klafke constatou que dezessete dos cerca de trinta e seis membros fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense (1832), que mantinha o periódico, exerciam atividades mercantis. Seis deles eram filhos de comerciantes listados no “*Almanack da Vila de Porto Alegre*” (1808)¹⁶. De acordo com Helen Osório, “35% dos comerciantes listados estavam aparentados entre si ou com outros negociantes”¹⁷. Nesse sentido as alianças matrimoniais e familiares, além dos laços de compadrio que se estabeleciam em busca de posições privilegiadas na sociedade, continuaram a ser estratégias importantes para a manutenção do poder por parte dos negociantes e demais envolvidos na atividade mercantil.

No período posterior a 1830, destaca-se a instabilidade política relacionada com a Abdicação de D. Pedro I ao trono do Império (1831). O *período regencial* (1831-1840) – no interregno da Abdicação e da Maioridade de D. Pedro II – caracterizou-se pelos conflitos de interesse em torno da definição do projeto de Estado Nacional. Neste momento as forças políticas e sociais reunidas sob os rótulos de *liberais* (moderados e exaltados) e *restauradores* (caramurus) representavam interesses diversificados em relação à construção do Estado. O grupo mais coeso era o dos restauradores, formado principalmente pela burocracia e pelos grandes homens de negócio interessados na manutenção dos privilégios que detinham. Os liberais moderados, opositores do autoritarismo do Primeiro Reinado e da Constituição Outorgada de 1824, por sua vez, representavam os interesses dos senhores de engenho, dos cafeicultores paulistas e fluminenses, fazendeiros e dos proprietários de terras e escravos em geral. Estes se destacaram como os principais membros da elite no período regencial.

Como resultado do acirramento das disputas internas e da crise iniciada com a eclosão das “revoltas regenciais”, os liberais moderados dividiram-se em progressistas e regressistas; aos primeiros juntaram-se os exaltados, enquanto os restauradores aliaram-se aos segundos. Estes constituíram as bases dos futuros partidos Liberal e Conservador, respectivamente. A

sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 183-91. Ver também CASTRO, Antonio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: **7 ensaios sobre a economia brasileira, Volume II.** Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1971, p. 52-58.

¹⁶ KLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.** Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado], p. 23-31.

¹⁷ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América,** op. cit., p. 296.

chegada ao poder do *regente uno* Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), em 1837-38, representou a vitória do *Regresso* – dos *saquaremas* – como eram chamados os conservadores fluminenses. A partir das diversas reformas lideradas pelo grupo, iniciadas na regência e continuadas no II Reinado, abriu-se o caminho para a consolidação, na década de 1850, de uma concepção centralizadora de Estado, suplantando assim os demais projetos anteriormente em disputa e garantindo a hegemonia política do Rio de Janeiro, bem como o controle imperial sobre o Executivo e Legislativo (Poder Moderador)¹⁸.

No Rio Grande de São Pedro deve-se destacar as conjunturas de guerra que afetaram a região. A anexação da Banda Oriental (Guerras da Cisplatina, 1811-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) foram os conflitos mais importantes do período. Embora discutível no tocante às suas causas, a rebelião farroupilha estava relacionada aos problemas econômicos enfrentados pelos estancieiros e charqueadores, como os baixos preços do charque, as altas taxas de impostos sobre insumos utilizados no fabrico do charque (sal de Cádiz) e a concorrência dos saladeiros platinos. Politicamente, havia o descontentamento com a centralização política do Império e a falta de autonomia da província e, deste modo, o conflito relacionava-se à definição do projeto de Estado Nacional.

Mesmo representando um obstáculo no que diz respeito ao acesso às fontes, as Guerras das Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos também são referenciais importantes para a análise das flutuações ocorridas no padrão de investimento econômico e na intensidade das trocas mercantis verificados no Rio Grande de São Pedro durante a primeira metade do século XIX. A eclosão do conflito farroupilha, em setembro de 1835, especialmente, deu início a um período de dificuldades e recessão, principalmente para Porto Alegre. O conflito entre imperiais e farroupilhas trouxe problemas como a redução da moeda em circulação e a presença de grande volume de moedas falsas. Os três períodos de cerco rebelde imposto a Porto Alegre – entre junho de 1836 e dezembro de 1840 –, as tentativas de ocupação e as operações de curso da esquadilha farroupilha foram extremamente prejudiciais para as transações mercantis da capital. Rio Grande, por sua vez, cresceu continuamente. Durante a guerra, seu porto foi “um ponto habitual de desembarque e acantonamento de tropas, e entreposto natural de todo o comércio da área dominada pelas armas legalistas”. Como um dos resultados do conflito, observou-se que: “a Revolução que retardou desenvolvimento de

¹⁸ Para abordagens distintas das questões apresentadas nos dois últimos parágrafos, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [3ª Edição]; MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 2004 [5ª Edição].

Porto Alegre, estimulou e ajudou Rio Grande”¹⁹. A guerra também trouxe problemas para as comunicações entre Porto Alegre e Rio Grande, além de provocar interrupções na entrada e saída de embarcações do porto da capital. O cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, na sua correspondência com seus superiores, relatava com freqüência os prejuízos que os conflitos causavam para os negócios americanos na província, assim como os incidentes envolvendo os norte-americanos residentes na província, acusados pelo governo legal de fornecerem apoio logístico e financeiro aos rebeldes farroupilhas²⁰.

O ano de 1850 foi selecionado como limite cronológico da investigação, pois marca importantes modificações na organização do comércio no Império do Brasil com a implementação do novo Código Comercial Brasileiro, que extinguiu a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação²¹. No mesmo ano também foram promulgadas a Lei de Terras²² e a Lei Euzébio de Queiroz²³, que pôs fim ao tráfico transatlântico de escravos e modificou as características das atividades mercantis praticadas pelos negociantes de grosso trato. No caso específico do Código Comercial, após um longo período de avanços e recuos, desde o Relatório de um projeto de Código feito pelo Senador e Barão de Cairu (posteriormente Visconde) em 1824, inviabilizado pela abdicação de D. Pedro I, sua elaboração coube a uma comissão nomeada pelo Ministro da Justiça do Gabinete Conservador de 1848, Eusébio de Queiroz. Tal comissão, composta por juristas próximos aos conservadores como o Barão de Penedo e Nabuco de Araújo, e por representantes do comércio carioca, como o negociante de grosso trato Irineu Evangelista de Souza (Barão,

¹⁹ FRANCO, S. **Porto Alegre e seu comércio**, op. cit., p. 29-31; ver também FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

²⁰ FRANCO, Sérgio da Costa (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, *passim*. O vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre Vitorino José Ribeiro, por sua vez, chegou a fazer proclamações de apoio aos rebeldes e forneceu-lhes recursos. Atitude repreendida pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que o substituiu e convocou para que prestasse contas de suas atitudes incompatíveis com o seu posto e dos gastos indevidos. (ANTT). Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Correspondência para as Legações estrangeiras em Lisboa-Brasil**, Livro 592 (1826-1842), fl. 81v-82v; **Correspondência para as Legações e para os Consulados Portugueses [Rio de Janeiro (Despachos)]**, Livro 594 (1836-1842), fl. 5-6.

²¹ LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através das suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: EDUFRJ/ Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

²² Ver: MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986 [3ª Edição]. Para uma análise mais recente acerca da Lei de Terras, onde são destacados os conflitos em torno da promulgação e aplicação da Lei, ver: MOTTA, Márcia. M. M. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

²³ A respeito do fim do tráfico atlântico de escravos, ver: BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1ª Edição, 1974]; RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

depois Visconde de Mauá), proporcionou ao país uma legislação mercantil própria que buscava melhor estruturar as atividades mercantis e profissionais no Império²⁴.

Ao estabelecer uma legislação específica para a atividade mercantil, o novo código representou o fim da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, órgão governamental criado por D. João VI responsável pela legislação e fiscalização do comércio até aquele momento²⁵.

A historiografia sobre os homens de negócios e o comércio no Brasil durante o período colonial e pós-independência ainda é restrita. Carlos Gabriel Guimarães localiza no início da década de 1970 a retomada dos estudos sobre os negociantes na sociedade colonial e imperial, através dos trabalhos de Eulália Lobo e Sérgio Buarque de Holanda. Ao comparar as comunidades mercantis de Charleston (Virgínia/EUA) e do Rio de Janeiro no século XVIII, Eulália Lobo²⁶ enfatizou o dinamismo dos negociantes portugueses do Rio de Janeiro. Sérgio Buarque de Holanda²⁷, por sua vez, demonstrou a importância dos comerciantes na sociedade colonial e imperial brasileira, chamando a atenção para a superioridade econômica do corpo mercantil sobre a aristocracia rural²⁸.

João Fragoso e Manolo Florentino estudaram o funcionamento da economia colonial, entre 1790 e 1830. Enquanto o primeiro analisou o conjunto do comércio colonial, o segundo dedicou-se a estudar um dos principais ramos deste comércio: o tráfico atlântico de escravos. Tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro, os autores desenvolveram suas pesquisas em torno dos mecanismos de funcionamento e reprodução da economia escravista. Segundo Fragoso e Florentino, a economia colonial possuía uma dinâmica própria, com relativa autonomia frente às flutuações do mercado internacional, assim como circuitos de acumulação endógena e um mercado interno que não se reduzia ao consumo de subsistência. A elite econômica desta sociedade era constituída pelos negociantes de grosso trato da praça

²⁴ A respeito do código comercial de 1850, do negociante e banqueiro Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, ver: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 1997 [tese de doutorado].

²⁵ GUIMARÃES, C. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**, op. cit., p. 87.

²⁶ Ver LOBO, Eulália Maria Lameyer. O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII. **Separata da Revista de História**, n.º 101, São Paulo, 1975, p. 49-106.

²⁷ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976 [2ª Edição]; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. **O Estado de São Paulo - Suplemento Literário**. 24.06.1973.

²⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da “carne humana”, 1707-1715. **Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio da Universidade do Algarve**, ano 3, nº 3, p. 109-34, 2005.

mercantil do Rio de Janeiro, que monopolizavam os principais ramos do comércio: abastecimento de alimentos, a oferta de crédito e, principalmente, o comércio de longa distância e o tráfico de escravos. Conforme os autores, alguns destes negociantes já eram poderosos homens de negócio durante o século XVIII²⁹.

Lenira Martinho investigou as perspectivas de mobilidade social por parte dos caixeiros atuantes no mercado do Rio de Janeiro, suas relações com os negociantes e a sua atuação política durante o processo de independência. Para a autora, o comércio interno no Brasil, mesmo após a independência, permaneceu como um monopólio dos negociantes portugueses, enquanto seus caixeiros monopolizaram as poucas chances de ascensão social, o que significou uma “adesão do caixeiro ao mundo do patrão”. De acordo com Martinho, o apoio dos comerciantes portugueses e de seus caixeiros às tropas portuguesas na Corte foi um dos fatores do gradativo aumento do sentimento antiportuguês na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. Apesar de tal apoio, Lenira Martinho destaca que ambos os grupos sociais aderiram ao processo de emancipação, mas empenharam-se em evitar a radicalização do movimento de independência. Na verdade, a questão crucial tanto para os negociantes quanto para seus caixeiros, era a manutenção de seus privilégios e bens no Brasil³⁰.

Riva Gorenstein que, assim como Lenira Martinho, adota a perspectiva de Maria Odila Dias, analisou o processo de enriquecimento dos negociantes de grosso trato portugueses estabelecidos na praça mercantil carioca a partir de 1808 e destacou a importância da Abertura dos Portos, da pressão inglesa sobre a Coroa portuguesa e da chegada da Família Real no processo de enraizamento dos interesses destes no Centro-Sul. A autora observou que a entrada dos comerciantes ingleses no mercado teria provocado uma “modernização das práticas comerciais aqui vigentes” e também chamou a atenção para integração dos homens de negócios com a elite agrária e a burocracia, através do compadrio e de alianças matrimoniais. Esta estratégia foi muito importante para os comerciantes defenderem seus

²⁹ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit; FLORENTINO, M. **Em costas negras**, op. cit.

³⁰ MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124. Ver também ROWLAND, Robert. **Patriotismo, povo, e ódio aos portugueses: notas sobre a construção de identidade nacional no Brasil independente**. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 372-73.

interesses e ascenderem na Corte do governo de D. João VI e de D. Pedro I³¹.

Destaca-se nos trabalhos de Martinho e Gorenstein a preocupação em demonstrar as possibilidades de ascensão e mobilidade social proporcionadas pela atividade mercantil, assim como a importância e predomínio social do grupo de negociantes da praça mercantil carioca na economia do Centro-Sul do Brasil. Contudo, tal como Mario Odila Dias, as autoras enfatizaram a origem portuguesa dos negociantes do Rio de Janeiro e sustentam que este grupo mercantil passou a desempenhar um papel significativo na economia colonial somente a partir da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Todavia, Manolo Florentino, ao tratar dos agentes envolvidos no tráfico atlântico de escravos, demonstrou que “alguns dos maiores traficantes que atuaram depois de 1808 já eram poderosos homens de negócios e comerciantes de almas durante o século XVIII”³². Para João Fragoso, aceitar a perspectiva da qual os negociantes lusos migrados para a colônia a partir de 1808 teriam constituído o grupo mercantil estabelecido no Rio de Janeiro seria desconsiderar a existência de circuitos de acumulação interna na colônia e de uma elite mercantil anterior à transferência da Família Real para o Brasil³³.

A perspectiva de Dias também é adotada por Júnia Furtado para analisar o comércio de Minas Gerais no século XVIII. Ela refuta a dicotomia rigorosa entre metrópole e colônia e destaca que o exercício do poder dava-se através da aceitação geral do poder Real. A autora ainda sublinha que existiam antagonismos e se mantinha a alteridade entre colonizado e colonizador. Quanto aos homens de negócios de Minas é enfatizado o protagonismo lusitano no desenvolvimento do comércio do Brasil a partir do estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. Os imigrantes portugueses presentes nos principais ramos do comércio são caracterizados como instrumentos do poder metropolitano na colônia. Furtado também chama atenção para a importância da mineração, do comércio e da atuação dos grandes negociantes para o enraizamento dos interesses metropolitanos no interior das Minas Gerais³⁴.

Cláudia Chaves investigou os aspectos referentes à integração dos mercados da

³¹ GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO e GORENSTEIN (1993), op. cit., p. 125-222. Outro autor que adota a perspectiva proposta por Maria Odila Dias é Alcir Lenharo, em seu estudo sobre o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, a partir do interior da província e do Sul de Minas Gerais. Ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1ª edição, 1979].

³² FLORENTINO, M. **Em costas negras**, op. cit., p. 183-84.

³³ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 258-66.

³⁴ FURTADO, Júnia Furtado. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006 [2ª Edição].

América Portuguesa diante das políticas de reformas econômicas introduzidas no Império Luso-brasileiro, entre 1780 e 1822. Um dos aspectos destacados é a importância da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação³⁵ como meio utilizado pelo grupo mercantil para reivindicar seus privilégios e influir nas questões administrativas e na normatização da conduta e práticas mercantis. Em sua análise, a autora apresenta considerações críticas à perspectiva iniciada por Maria Odila Dias e desenvolvida por Martinho, Gorenstein, Lenharo e Furtado, que enfatizam o protagonismo lusitano sobre o comércio da colônia. Mesmo reconhecendo a presença marcante dos agentes mercantis de origem portuguesa, Cláudia Chaves lembra que a transferência para o Brasil não significava que os interesses metropolitanos se mantivessem, uma vez que estes negociantes reinvestiam seus rendimentos nas produções coloniais e deste modo passavam a ter interesses específicos na colônia³⁶.

Jorge Pedreira, estudando a comunidade mercantil de Lisboa no período 1750 a 1820, tratou das atividades mercantis dos homens de negócio, com especial atenção para as arrematações de contratos. O autor também destacou a evolução do vocabulário que designava o estatuto legal e a posição social dos negociantes e caracterizou-os como agentes do capitalismo mercantil. Pedreira identificou os mecanismos de recrutamento e renovação do grupo de negociantes e concluiu que a forma mais comum de iniciar uma carreira no comércio era empregar-se como caixeiro de um grande negociante, pois assim “os caixeiros podiam participar nos tráficos da casa ou fazer alguns em seu próprio nome e, como se tornavam conhecidos na praça, ficavam habilitados a prosseguir as suas especulações em circunstância favoráveis”³⁷.

A Junta do Comércio e a matrícula de negociante de grosso trato também mereceram a atenção de Pedreira (obrigatória em Portugal através de uma “Carta de Lei” assinada em

³⁵ A Junta do Comércio no Rio de Janeiro foi criada através do Alvará Régio de 23.08.1808. Ver: SILVA, Antonio Delgado e (ed.). **Collecção da Legislação Portuguesa de 1800 a 1810**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1826, p. 576-77. Sobre a inserção dos grandes negociantes na Junta do Comércio de Portugal, ver MADUREIRA, Nuno Luis. **Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834**. Lisboa: Ed. Estampa, 1997, especialmente, Capítulo 2, p. 37-82.

³⁶ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: PPGH-UFF, 2001 [tese de doutorado]. Para uma análise mais recente que também critica a ênfase dada por Dias ao papel protagonista dos reinóis e o esvaziamento do significado histórico de 1822, em função da sobrevalorização de 1808, ver: SLEMIEN, Andréa. **Políticas em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006; especialmente, Capítulo 1, p. 31-50. Sobre o debate recente em torno do processo de Independência do Brasil, ver: MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

³⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995 [tese de doutorado]; a citação é da p. 209.

agosto de 1770). Segundo ele, a matrícula concluía a política de diferenciação posta em prática por Pombal com a criação da *Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios*³⁸, que restringia o acesso ao comércio estabelecendo uma diferenciação entre os grandes negociantes e os agentes envolvidos no comércio de varejo (“retalho”). Além disso, “cristalizava um movimento dos próprios negociantes, que se manifestava na consolidação dos seus instrumentos de representação corporativa, ainda que tutelados pelo Estado, e no reforço de sua capacidade de acção colectiva”³⁹. Nuno Luis Madureira também destaca o papel da matrícula como importante fator de diferenciação entre os comerciantes e a vinculação da elite do grupo mercantil com o Estado. Para o autor, a inserção dos negociantes na Junta do Comércio, em Portugal, fez com que eles se tornassem “negociantes-estatais”, pois receberam privilégios e monopólios⁴⁰.

Anteriormente, Maria Beatriz Nizza da Silva (1975) investigando a estratificação social do Rio de Janeiro no final da época colonial (1808-1821), já havia chamado a atenção para as ambigüidades do vocabulário que designava cada um dos membros da hierarquia mercantil atuantes no Brasil: negociante, mercador e comerciante. Outro aspecto destacado pela autora é a importância dos caixeiros e guarda-livros, muitas vezes subestimada. Estes possuíam algo fundamental para o funcionamento do comércio: “o conhecimento da escrituração comercial e da contabilidade, adquirido na Aula de Comércio”⁴¹.

A matrícula de negociante de grosso trato da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi objeto de investigação específica de William Puntchart. Ao analisar a trajetória dos principais homens de negócios matriculados entre 1808 e 1822, com destaque para aqueles estabelecidos na Corte, o autor observou que a obtenção da matrícula na Junta do Comércio no Rio de Janeiro (obrigatória a partir de 1809) representou uma

³⁸ Criada por decreto de 30 de setembro de 1755, a Junta do Comércio passou por uma reforma em 1788 que, além de restabelecer as atribuições perdidas desde a sua criação – especialmente a reforma de 1771 –, lhe conferiu a condição de Tribunal Régio e ao seu nome foi acrescentado o adjetivo *Real*. De tal modo, um nobre passou a ocupar o cargo de presidente da Junta. O *Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos*, criado no Rio de Janeiro através do decreto de D. João VI, em 23 de agosto de 1808, apresentava a mesma estrutura da sua congênere metropolitana. Sua extinção deu-se em função da promulgação do Código Comercial do Império do Brasil, em 25 de junho de 1850. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Junta do Comércio*. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008, p. 288-90.

³⁹ PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 70-4; a citação é da p. 70.

⁴⁰ MADUREIRA, N. **Mercado e Privilégios**, op. cit.

⁴¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise de estratificação social (O Rio de Janeiro a 1808-1821)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1975, Capítulo V, p. 95-103; a citação é da p. 98. Segundo Lenira Martinho, os caixeiros cumpriam papel de grande valor para o bom funcionamento das lojas e dos negócios, uma vez que eram responsáveis pela realização de pagamentos, cobranças e pela escrituração dos negócios dos seus empregadores. MARTINHO, L. **Caixeiros e pés-descalços**, op. cit., p. 38-9.

diferenciação importante entre os negociantes matriculados em relação aos demais agentes mercantis atuantes na América portuguesa. O acesso a ela estava restrito aos grandes homens de negócios atuantes no mercado de grosso e que, além do cabedal suficiente, possuíam conhecimento da escrituração mercantil e gozavam de reputação comercial indubitável⁴². Ao longo de seu estudo, William Puntschart demonstrou que nos principais ramos do comércio colonial preponderavam os *negociantes de grosso trato matriculados*. A partir da análise da forma como estes exerciam suas atividades comerciais, destacou-se que os investimentos mercantis no setor agrário também eram motivados por interesses “empresariais” e que estes homens não desejavam deixar o trato mercantil⁴³. Desta forma, cabe salientar que tal perspectiva difere daquela defendida por João Fragoso e Manolo Florentino, segundo a qual havia um projeto arcaico de desenvolvimento que levava à esterilização da riqueza através do investimento na aquisição de terras e escravos e o conseqüente abandono das atividades comerciais em favor das atividades agrícolas⁴⁴.

Em um trabalho recente, Walter Lopes investigou a criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, como tribunal régio. De acordo com o autor, o Tribunal da Real Junta do Comércio desempenhou papel fundamental na solução dos conflitos jurisdicionais e na consolidação das diretrizes econômicas do período joanino. Destaca ainda sua singularidade em relação à congênere metropolitana, tendo em vista o poder que alcançou. O tribunal constituiu-se em um espaço privilegiado de representação social dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro na defesa de seus interesses e como mecanismo de ascensão social e acesso à Corte e às mercês do Rei⁴⁵.

Na historiografia referente ao Rio Grande de São Pedro, em um dos clássicos a respeito da economia rio-grandense, a obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* de Fernando Henrique Cardoso, o comércio é tratado de forma secundária. Em seu trabalho, Cardoso apenas destaca a intensificação da atividade comercial a partir do desenvolvimento

⁴² A respeito da matrícula de negociantes de grosso trato na Junta do Comércio do Rio de Janeiro, ver, GORENSTEIN, R. **Comércio e política**, op. cit., p. 143.

⁴³ PUNTSCHART, William. **Os negociantes de grosso trato no Brasil colonial, 1808-1822**. São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 1992 [dissertação de mestrado].

⁴⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001 [4ª Edição].

⁴⁵ MATTOS, Walter Lopes. **“A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios ultramarinos”:** um tribunal de antigo regime na corte de D. João (1808-1821). Niterói: PPGH-UFF, 2009 [dissertação de mestrado].

da economia pastoril e do charque⁴⁶. Avaliação semelhante pode ser feita do trabalho de Mario Maestri a propósito da economia charqueadora e da escravidão. Mesmo quando aborda o tráfico negreiro, os aspectos comerciais da atividade são pouco enfatizados⁴⁷.

Corcino Medeiros dos Santos, em um trabalho dedicado à economia e à sociedade sul-rio-grandense durante o século XVIII, ressaltou a integração da capitania ao circuito mercantil da América portuguesa, a posição de entreposto de comércio com os domínios espanhóis no Rio da Prata (o contrabando, inclusive) e a importância do comércio entre Rio Grande e o Rio de Janeiro. Em sua análise, o autor aborda os aspectos gerais do comércio: periodização do desenvolvimento da atividade, os produtos importados e exportados e as condições de transporte⁴⁸.

O estudo mais sistemático a respeito do comércio e os negociantes rio-grandenses foi o de Helen Osório que privilegiou o período colonial. Ao investigar o processo de constituição do Rio Grande de São Pedro, entre 1737 e 1822, a autora demonstrou que os comerciantes constituíam a elite econômica da então capitania e identificou os mecanismos de formação e recrutamento da comunidade mercantil sul-rio-grandense. Segundo Osório, a formação deste grupo de comerciantes estava estreitamente relacionada à acentuada presença dos homens de negócio do Rio de Janeiro no Rio Grande de São Pedro e na Colônia do Sacramento. Os negociantes de grosso trato “cariocas” eram os principais arrematadores dos contratos de direitos reais da capitania (dízimo, quinto dos couros e do gado em pé e do município das tropas) e eram responsáveis pela comercialização do trigo, dos couros, do charque, tanto quanto pelo fornecimento de escravos. Estes enviavam caixeiros para cuidar de seus negócios no extremo sul da América portuguesa que, caso obtivessem sucesso no cumprimento de suas funções, poderiam se tornar correspondentes ou sócios dos negociantes cariocas⁴⁹.

Helen Osório estabeleceu uma tipologia para analisar a trajetória do grupo de negociantes investigados até o final das suas vidas a partir da análise dos inventários dos membros da comunidade mercantil atuantes em 1808 e falecidos até a década de 1850. Através da análise, a autora constatou que parte deles havia abandonado completamente a

⁴⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962, p. 74-6.

⁴⁷ MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul. A gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984, p. 95-111.

⁴⁸ SANTOS, C. **Economia e sociedade**, op. cit., p. 99-171.

⁴⁹ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., Parte 4, p. 257-326.

atividade mercantil, tornando-se “estancieiros” ou “prestamistas”. Outros incorporaram atividades ligadas à agricultura e à pecuária. Uma pequena parcela dos que eram negociantes abandonou completamente as atividades comerciais e produtivas e investiram seus recursos em bens de raiz, tornando-se “rentistas-urbanos”. O restante do grupo investigado manteve-se exclusivamente no comércio. O principal grupo ocupacional era o dos “comerciantes-charqueadores”, tratando-se de agentes que possuíam as maiores fortunas e que mais conseguiram diversificar suas atividades e investimentos⁵⁰.

Em minha dissertação de mestrado analisei as características demográficas e mercantis do tráfico negreiro sul-rio-grandense entre 1790 e 1825. Destaquei a importância do Rio de Janeiro e dos traficantes cariocas no fornecimento de escravos da região. Pelo menos seis dos vinte maiores traficantes que despacharam escravos para o Rio Grande estavam estabelecidos na Corte. Outros, como Antônio José de Oliveira Guimarães e Manuel Antônio de Castro, eram residentes na própria capitania, mas mantinham sociedades e negócios com os comerciantes cariocas⁵¹.

Fábio Kühn analisou as estratégias políticas e a afirmação social da elite sul-rio-grandense, no século XVIII. O autor enfatizou a importância dos laços de parentesco na reprodução das elites locais. Destaca-se, entre outras, algumas de suas conclusões a respeito das estratégias de “enobrecimento” dos negociantes da região. O estabelecimento de alianças matrimoniais com as filhas das famílias mais tradicionais da capitania foi um dos mecanismos utilizados por estes agentes mercantis em busca de prestígio e de ascensão social⁵². Também faziam parte destas estratégias a ocupação de cargos na Câmara⁵³ ou postos nas Ordenanças, assim como o pertencimento à irmandades religiosas. Um dos negociantes que obteve sucesso foi Manuel Bento da Rocha, que encabeçava uma das principais “parcialidades” da região (bando) e disputava com o Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira os melhores negócios e a

⁵⁰ OSÓRIO, H. *O império português no sul da América*, op. cit., p. 277-99.

⁵¹ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].

⁵² A respeito das possibilidades de ascensão social dos homens de negócios e suas relações com as elites tradicionais das capitanias da Bahia e de São Paulo, ver FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. *Hispanic American Historical Review*, 58 (4), Nov. 1978, p. 571-94; KUZNESOF, Elizabeth Anne. The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850. *Hispanic American Historical Review*, 60 (4), Nov. 1980, p. 571-92.

⁵³ Sobre a participação dos negociantes na Câmara de Porto Alegre, ver COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008, p. 67-76; COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c-1831c)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2011 [tese de doutorado], p. 95-110.

ascendência sobre aquela sociedade⁵⁴.

Em relação ao século XIX, em especial à conjuntura posterior à década de 1820, a historiografia privilegiou os aspectos políticos da sociedade sul-rio-grandense⁵⁵. O mesmo pode ser afirmado em relação ao conflito farroupilha, que foi objeto de análise de diversos autores. A falta de pesquisas a respeito das atividades econômicas e comerciais do Rio Grande de São Pedro após a independência do Brasil trouxe obstáculos adicionais para a abordagem destes aspectos. São raros os trabalhos que analisaram especificamente os aspectos econômicos e os agentes mercantis no período.

Salienta-se assim a obra de Spencer Leitman a respeito dos aspectos sócio econômicos da Guerra dos Farrapos, no qual o autor confere especial importância ao fluxo de gado do Uruguai para o Rio Grande de São Pedro. O corte deste fluxo trouxe dificuldades para o suprimento da demanda pelo charque e diminuiu os lucros dos produtores. Apesar dos interesses políticos do movimento, o autor entende que a principal motivação dos farroupilhas era a conquista da autonomia econômica da região. As fontes utilizadas por Leitman, no entanto, foram predominantemente de caráter administrativo e legislativo, tais como atas da Assembléia e do Conselho Geral da Província, correspondência do Governo da Província e Avisos do Governo. Fontes sobre a produção e o comércio foram esparsamente analisadas (informações publicadas sobre a produção e exportação do trigo, mapa de exportação da Vila do Rio Grande)⁵⁶. Os aspectos gerais do comércio de Porto Alegre ao longo do século XIX foram abordados por Sérgio da Costa Franco, assim como o período em que a cidade esteve sitiada pelos rebeldes farroupilhas nos primeiros anos do conflito contra o governo imperial da província⁵⁷.

Quanto às primeiras décadas do século XIX, período em que o Rio Grande de São

⁵⁴ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 [tese de doutorado], Partes II e III, p. 140-391.

⁵⁵ Ver, por exemplo: PICCOLO, Helga I. L. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 355-72; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1997 [tese de doutorado].

⁵⁶ LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. A estruturação e reprodução da rede social do casal Domingos José de Almeida (uma das principais lideranças farroupilhas) e Bernardina Rodrigues Barcellos (de uma das famílias fundadoras do complexo charqueador de Pelotas) – foi o objeto de estudo recente de Carla Menegat. Os aspectos econômicos foram abordados como parte das estratégias de reprodução social da rede familiar. A autora demonstra como a atividade comercial de Almeida durante a Guerra dos Farrapos estava permeada pelas alianças familiares e políticas da família. MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2009 [dissertação de mestrado].

⁵⁷ FRANCO, S. **Porto Alegre e seu comércio**, op. cit.; FRANCO, S. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**, op. cit.

Pedro esteve envolvido com a disputa pela posse da Província Cisplatina, tem-se a investigação de Márcia Eckert Miranda, que analisou as especificidades da chamada crise do Antigo Regime português no Rio Grande de São Pedro, sob o ponto de vista da fiscalidade. Para tanto, a autora enfocou aspectos como a interação entre a guerra, a extração de recursos e a fronteira. No período de 1808 a 1831 teriam ocorrido mudanças nos padrões de relacionamento entre a elite rio-grandense e o Estado. A Guerra Cisplatina, especificamente, seria um ponto de inflexão importante nas relações entre segmentos da elite da Província de São Pedro e o governo imperial. Neste momento, a fiscalidade, que havia se constituído em fator de aliança entre a elite provincial e o Império, passou a ter um caráter desagregador⁵⁸.

Com efeito, é possível perceber a carência de estudos específicos sobre a economia rio-grandense na primeira metade do século XIX. Em especial, não existem pesquisas sobre os aspectos concretos do funcionamento do comércio e sobre o ritmo de exportação da produção da região após a independência do Brasil, nos moldes dos existentes para o período colonial. Justificando-se assim a pertinência desta investigação.

A caracterização dos diferentes agentes envolvidos no trato mercantil é referência fundamental para a análise da comunidade mercantil atuante no Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX. Os agentes mercantis compunham um grupo variado e heterogêneo, que diferenciava-se entre si pela extensão de sua atuação e diversificação de seus negócios. Alberto Jaqueri de Sales, 2º Lente da Aula de Comércio de Lisboa, ao traduzir e adaptar o *Dictionnaire Universel du Commerce* de Jacques Savary des Bruslons⁵⁹, no verbete *Comércio*, define *homens de negócios* (ou negociantes de grosso) da seguinte forma:

compreende a ocupação de um membro que remete para os paizes estrangeiros as produçoens da sua Patria, ou seja com o fim de troca-las por outras necessarias, ou por dinheiro, este commercio feito por terra, ou por mar, tem distinto nome de commercio em grosso, e os que se occupão nelle são chamados de homens de negocios. Esta profissão he muito necessaria, porque he a alma da Navegação, e que augmenta as riquezas relativas do Estado. Não há, nem pode haver igualdade entre estes negociantes, porem deve-se procurar o quanto for possível porque he mais util no cazo, especialmente, em que o commercio seja limitado o haver hem grande numero de ricos, que um

⁵⁸ MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda., 2009.

⁵⁹ BRUSLONS, Jacques Savary des. **Dictionnaire Universel du Commerce**. Paris, 1723-50.

menor de muito ricos (...) ⁶⁰.

Ao fazê-lo desta forma, diferenciava os negociantes de grosso dos demais comerciantes: os mercadores de varejo e os manufatureiros (ou fabricantes) ⁶¹. O contemporâneo de Alberto Jaqueri de Sales, José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairu), por sua vez, definiu os *homens de negócios* como aqueles

que empregão grandes fundos em traficós, e manufacturas, pondo em rápido movimento, e extensão a Industria Nacional, salariando, e mantendo muitas pessoas, e assim indirecta, mas efficazmente, promovendo a agricultura, original fonte das riquezas sociais.

A profissão destes não se póde considerar iliberal, e menos ainda mechanica; pois suppõe vastos conhecimentos de Geographia, e Legislação, para bem saberem-se os lugares das produções, e gêneros de Commercio, rudes, e manufacturados, e bem assim os do seu consumo, e dos Regulamentos, e usos das Nações Comerciantes sobre a respectiva importação e exportação.

Os que fazem o Commercio de Especulação, Bancos, e Seguros, precisão de grande penetração, sagacidade, e intelligencia theorica, e prática, para bem calcularem as circumstancias vantajosas aos negócios que projectão ⁶².

Além de destacar as “qualidades” exigidas dos grandes comerciantes e refutar a caracterização da atividade mercantil como mecânica, Lisboa reforça igualmente o caráter restrito do extrato mais elevado da hierarquia mercantil:

Para os Comerciantes se poderem denominar *Homens de Negócio*, e como taes gozarem dos privilegios sobreditos, he necessario que estejam estabelecidos em alguma Praça com domicilio certo, e correspondências regulares, e não os que se chamão Tratantes, Traficantes, Regatões, Taverneiros, e Commissarios volantes; sendo estes ultimos expressamente

⁶⁰ SALES, Alberto Jaqueri de. **Diccionario Universal de Commercio**. Tradução e adaptação do *Dictionnaire Universel du Commerce*, de Jacques Savary des Bruslons, 4 vols., 1813, vol. 2, p. 154. Meu grifo. O primeiro contato com o dicionário deu-se através dos excertos transcritos e gentilmente cedidos pelo professor Carlos Gabriel Guimarães (História/UFF). Atualmente a Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza a versão digitalizada do manuscrito. Disponível em: [«http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=131P3X64083C5.374973&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!565364~!0&ri=3&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=SALES,+Alberto+Jacqueri+de&index=GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=3»](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=131P3X64083C5.374973&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!565364~!0&ri=3&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=SALES,+Alberto+Jacqueri+de&index=GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=3). Acesso em: 30 Mar. 2010.

⁶¹ SALES, **Diccionario Universal de Commercio**, op. cit., vol. 2, p. 154.

⁶² LISBOA, José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha**. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1874, Tomo II [6ª Edição], p. 510. Sales também concorda que a ocupação no comércio não poderia ser considerada como mecânica, mas uma grande ciência, que pressupunha o conhecimento de diversas ciências. SALES, **Diccionario Universal de Commercio**, op. cit., vol. 2, p. 155.

proibidos no Brasil (...) ⁶³.

Portanto, para os tratadistas sobre comércio e os comerciantes, além da forma como se dava a ocupação no comércio, existia outra diferença entre negociante de grosso e outros comerciantes: *a ciência mercantil*. O negociante, pelo conhecimento científico adquirido na Aula de Comércio, utiliza a ciência, no caso a contabilidade (o método das partidas dobradas) e a matemática, para os seus negócios diversificados e de risco, diferenciando-se assim dos demais comerciantes especializados.

As formulações acima foram utilizadas por Max Weber e por Fernand Braudel para analisar o comerciante que se encontrava no topo do Capitalismo Mercantil (ou do Comércio) dos séculos XV ao XVIII. Max Weber na obra *História Geral da Economia*, enfatiza que “no transcurso do século XVIII, o *comerciante atacadista* separa-se, definitivamente, dos varejistas e passa a constituir uma camada específica do estado mercantil”. Uma das formas mercantis do comércio atacadista era o *comércio de consignação*: “este consiste na remessa de mercadorias, com fim de vendê-las a um terceiro: o consignatário, que tem de negociá-las conforme as instruções do expedidor” ⁶⁴.

Para o desenvolvimento deste tipo de comércio atacadista, que significa um comércio racional a grande distância como, por exemplo, o comércio ultramarino, era fundamental “a organização de um sistema de informações e de comunicações” que permitisse a troca de correspondência entre os diferentes agentes mercantis estabelecidos nas praças comerciais envolvidas ⁶⁵.

Fernand Braudel, ao tratar da atividade mercantil e da crescente especialização desta provocada pelo avanço da economia de mercado, destaca o seguinte:

A coisa à primeira vista surpreendente é a especialização, a divisão do trabalho, que não faz senão acentuar-se rapidamente à medida do progresso da economia

⁶³ LISBOA, J. **Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha**, op. cit., p. 511-12. Os privilégios concedidos aos negociantes matriculados na Junta do Comércio eram equivalentes aos da nobreza, como a preferência na ocupação de cargos de governança e ofícios públicos e a extensão dos privilégios as esposas e filhos. Ver Privilégios dos negociantes matriculados na Real Junta de Comércio (S. Local e Data). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). **Manuscritos**, II – 30, 35, 22.

⁶⁴ WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p. 262.

⁶⁵ WEBER, M. **História Geral da Economia**, op. cit., p. 262-65. Braudel destaca a importância das correspondências comerciais e da circulação de informações sobre remessas de mercadorias para comercialização, ordens de pagamento, notícias políticas, notícias militares, informações sobre as colheitas, flutuações do preço das mercadorias, créditos, entre outros. BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Vol. 2 (Os jogos das trocas)**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1ª Edição, 1979], p. 361-63.

de mercado, afeta toda essa sociedade mercantil, exceto em seu topo, ocupado pelos negociantes-capitalistas. Assim, o processo de fragmentação das funções, essa modernização, manifestou-se primeiro somente na base: os ofícios, os lojistas, até mesmo os mascates, especializam-se. O mesmo não ocorre no alto da pirâmide, visto que, até o século XIX, o negociante de altos vãos jamais se limitou, por assim dizer, a uma única atividade: é negociante, sem dúvida, mas nunca num único ramo, e também é segundo as ocasiões, armador, segurador, prestamista, financista, banqueiro, ou até empresário industrial ou agrícola⁶⁶.

Para Fernand Braudel, portanto, o papel do *comércio de longo curso* é fundamental na distinção entre o restrito grupo dos grandes negociantes e essa massa de pequenos comerciantes conjunturais. Para o autor, a atuação no comércio de longa distância significa grandes riscos e, conseqüentemente, lucros da mesma magnitude. Conseqüentemente trata-se de uma atividade restrita aos grandes homens de negócio, na medida em que somente estes reuniam os recursos necessários para intermediar o transporte de produtos entre mercados díspares e então acumular os lucros resultantes das diferenças verificadas entre os preços dos produtos comercializados⁶⁷.

Braudel observa ainda que a *hierarquia* é uma característica intrínseca a todas as sociedades: “A ordem hierárquica nunca é simples, uma sociedade é diversidade, pluralidade; divide-se contra si própria e essa divisão é provavelmente o seu próprio ser”. O alto da pirâmide é restrito a um grupo muito pequeno de privilegiados. “Abaixo deles escalona-se a multidão dos *agentes* da economia, dos trabalhadores de qualquer categoria, a massa de governados. E, abaixo de todos, um enorme detrito social: o universo dos que não têm nada”. Apesar disso, a ascensão a uma posição superior não está descartada, ainda que ocorresse de forma lenta e que a sua manutenção exija esforços permanentes, iguais ou maiores aos que foram necessários para a conquista daquela posição⁶⁸.

Contudo cabe destacar que nem sempre a distinção entre os agentes mercantis atuantes no varejo e no atacado era muito clara. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, mais importante que a distinção entre atacadistas e varejistas era a oposição entre os negociantes de

⁶⁶ BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 51.

⁶⁷ BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**, op. cit., p. 51; BRAUDEL, F. **Os jogos das trocas**, op. cit., p. 331-59. “O comércio de longo curso cria seguramente sobrelucros: joga com preços de dois mercados afastados entre si e cujas oferta e procura, ignorando-se mutuamente, só se encontram por intervenção do intermediário [...] dois mercados díspares cujos produtos se valorizam ao cruzar o oceano num sentido ou noutro, cobrem de ouro alguns homens, os únicos a lucrar com essas grandes diferenças de preços”. Idem, p. 357.

⁶⁸ BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**, op. cit., p. 411-25; as citações são das p. 413 e 415, respectivamente.

grosso trato, que transacionavam com capitais abundantes, condição fundamental para a obtenção da matrícula na Junta do Comércio e aqueles que não podiam ser matriculados por possuírem cabedais modestos⁶⁹.

Para Júnia Furtado, os limites entre um e outro grupo eram muito tênues. A autora faz referência à existência de grandes comerciantes atuantes em Minas Gerais no século XVIII que “também possuíam lojas de varejo, para facilitar a própria distribuição de suas mercadorias”. De acordo com ela, “o fato de venderem em loja aberta não era suficiente para distinguir os homens de negócio dos mercadores”. Porém, a autora afirma que apenas os pequenos e médios proprietários se encarregavam diretamente do funcionamento dos seus estabelecimentos. No caso dos grandes atacadistas, era mais comum que colocassem empregados, inclusive escravos, para cuidarem de suas lojas. Furtado chama a atenção ainda para o caso do agente Francisco da Cruz, concomitantemente *caixeiro* do negociante de grosso Francisco Pinheiro, o personagem analisado pela autora, e seu *sócio* em alguns empreendimentos⁷⁰.

Segundo Cláudia Chaves, na América portuguesa a distinção entre negociante e mercadores estava mais vinculada às atividades exercidas, ao volume de capital mercantil e ao tamanho dos empreendimentos que a definições semânticas. De tal modo, os problemas para a definição das categorias mercantis seriam menores em relação à Portugal⁷¹. Jorge Pedreira enfatizou que a partir da segunda metade do século XVIII e durante o século seguinte, observou-se a consolidação da validade social e econômica da diferenciação entre o negociante de grosso trato e o mercador varejista. Entretanto, ressaltou que havia certa indistinção entre o nível inferior da hierarquia dos negociantes e os escalões mais elevados dos mercadores de loja aberta. Assim, era possível a ocorrência de mercadores de loja que possuíam cabedais mais avultados que alguns negociantes⁷².

Quanto ao Rio Grande de São Pedro, sabe-se que os comerciantes constituíam-se na sua elite econômica, embora o nível de lucratividade de seus negócios tenha sido muito inferior ao dos lucros obtidos pelos comerciantes do Rio de Janeiro, assim como as fortunas

⁶⁹ SILVA, M. **Análise de estratificação social**, op. cit., p. 101.

⁷⁰ FURTADO, J. **Homens de negócio**, op. cit., p. 231-60; as citações são das p. 232 e 245, respectivamente. A autora acrescenta que “os grandes homens de comércio nas Minas mesclavam diferentes ramos de comércio. Em geral, possuíam lojas, tornaram-se financiadores de comerciantes de pequeno porte e volantes, misturando o capital mercantil ao usuário” (p. 240).

⁷¹ CHAVES, C. **Melhoramentos no Brasil**, op. cit., p. 162-63.

⁷² PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., Capítulo II, p. 62-124; a citação é da p. 79.

por eles acumuladas. A formação de um grupo mercantil sediado no Rio Grande, segundo Helen Osório, esteve ligada aos interesses dos homens de negócio do Rio de Janeiro no comércio da região e da Colônia do Sacramento. Desse modo, a participação dos comerciantes sediados no Rio Grande de São Pedro no comércio estava subordinada àquela praça mercantil. Muitos dos comerciantes estabelecidos no extremo-sul da América portuguesa mantinham negócios com a comunidade de negociantes da Corte, inclusive com alguns daqueles que constituíram o topo da hierarquia mercantil na condição de administradores dos contratos arrematados invariavelmente por estes grandes negociantes⁷³.

Sendo assim, adoto a perspectiva segundo a qual existiam mecanismos que permitiam a ascensão social e econômica dos agentes mercantis da capitania rio-grandense envolvidos na atividade comercial. Entre estes mecanismos ressalta-se a manutenção de negócios com a praça mercantil do Rio de Janeiro e seus agentes. Proponho que o grupo dos negociantes de grosso trato não era homogêneo e comportava uma hierarquia semelhante àquela que distinguia os pequenos comerciantes e mercadores varejistas dos grandes negociantes atacadistas⁷⁴.

Chamo atenção ainda de outro aspecto fundamental para a investigação: a definição do que venha ser um negociante de grosso trato em uma sociedade não capitalista como a brasileira no século XIX. Não sendo um capitalista moderno e tendo em vista que suas estratégias e formas de representação e identificação não se adequavam a uma sociedade cuja máxima era a acumulação de capital, a definição deste tipo de comerciante como a personificação do capital mercantil e usurário, faz sentido. Para Marx,

o capital portador de juros ou como podemos denominá-lo em sua forma antiga, o capital usurário, pertence, como seu irmão o capital comercial, às formas antediluvianas do capital que por longo tempo precedem o modo de produção capitalista e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade⁷⁵.

⁷³ Sobre a formação e recrutamento da comunidade mercantil estabelecida na capitania sul-rio-grandense, ver OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., Capítulo 9, p. 259-75. Para uma análise recente da Colônia do Sacramento, ver PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

⁷⁴ Uma análise a respeito da mobilidade social e da participação política dos caixeiros atuantes no Rio de Janeiro nas cinco primeiras décadas do século XIX pode ser verificada em MARTINHO, L. **Caixeiros e pés-descalços**, op. cit., p. 21-124. Ver também PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 209-10.

⁷⁵ MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1986 [2ªed.], Volume III, Tomo II, p. 107.

A análise apresentada nesta pesquisa dá-se sobre uma *sociedade mercantil*, na qual as lógicas que operavam na sua organização social e econômica não eram aquelas ligadas ao jogo da oferta e da procura. A este respeito é importante a contribuição de Karl Polanyi para a compreensão das características das sociedades que não operavam sob uma lógica de mercado, isto é, nas quais a economia estava enraizada no conjunto das relações sociais e políticas e não se constituía em uma esfera autônoma. Em tais sociedades as formas de organização da economia se pautavam por fundamentos não econômicos, baseados nos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade⁷⁶.

Torna-se importante considerar a centralidade da *família*⁷⁷ para o estudo das sociedades de Antigo Regime. Segundo João Fragoso, entre as estratégias de reprodução e manutenção da hierarquia social existente no Rio de Janeiro na passagem do século XVII para o XVIII, observa-se uma política de casamentos endógenos na nobreza e desta com grandes comerciantes, alianças dos nobres com frações das elites regionais e autoridades metropolitanas, além da concessão de dons e contradons aos grupos subalternos. Fragoso chamou a atenção também para a importância das *ligações político-parentais* na sociedade e economia coloniais⁷⁸.

Em parte foram “regularidades no nível agregado”⁷⁹ que busquei nas fontes consultadas. Deste modo, a análise quantitativa das mesmas foi de fundamental importância para a caracterização geral das atividades econômicas e mercantis na sociedade em questão. Entretanto, procurei não perder a perspectiva de que os números são a expressão de uma parte de complexas relações sociais estabelecidas por pessoas que adotaram estratégias, nem

⁷⁶ POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Em especial os Capítulos 4 e 5, p. 59-80. Ver também, POLANYI, Karl. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Org.). **Comercio y Mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Editorial Labor, 1976, p. 289-316.

⁷⁷ Sobre a centralidade da família no Brasil ver, entre outros: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Áreas de Publicações CMU/Unicamp, 1997; FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁷⁸ FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi. Revista de História**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ/7Letras, n.5, set. 2002, *passim*.

⁷⁹ De acordo com Paul-André Rosental, a interação entre os autores sociais ocorre em um campo de permanente “incerteza no nível interindividual” o que “não impede o aparecimento de regularidades no nível agregado”. ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a micro-história. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 159. Para Giovanni Levi, em uma determinada sociedade, onde os recursos materiais, culturais e cognitivos são distribuídos desigualmente, os indivíduos manipulam ativamente tais recursos dentro de um *campo de possibilidades*, ou *universo dos possíveis*. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 44-7

sempre bem sucedidas, em busca de condições mais vantajosas de existência⁸⁰.

Tendo em vista as suas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa histórica, alguns aspectos do método de investigação micro-histórico⁸¹ foram incontornáveis. Destaca-se, neste sentido, o método da *pesquisa nominativa*⁸². O uso da busca nominal foi fundamental para a coleta de fontes que permitiram a identificação dos agentes mercantis, em meio às dezenas de homens e mulheres presentes na documentação que serviu de base para esta investigação. Além disso, o cruzamento de fontes contribuiu para a identificação dos vínculos existentes entre os agentes mercantis atuantes no comércio rio-grandense.

Como sugere o título do artigo de João Fragoso, muitas vezes este pesquisador viu-se “Afogando em nomes”⁸³, tendo em vista a quantidade de pessoas presentes nas fontes consultadas. Dois conjuntos documentais compuseram a principal base documental da investigação: os registros da movimentação do porto da barra do Rio Grande e as escrituras públicas de venda, crédito, sociedade e procurações bastantes. Os dados reunidos a partir da consulta destas foram organizados em bancos de dados e permitiram o cruzamento das informações, possibilitando assim a identificação dos vínculos e relações existentes entre os diferentes indivíduos do grupo social investigado. A tabulação das informações reunidas resultou em centenas de registros e de nomes. No tratamento destes, foi necessário contornar uma série de obstáculos, tais como a ausência de informações mais precisas sobre os envolvidos nas transações registradas, a irregularidade da forma como em alguns casos eram anotados os nomes e a existência de homônimos. Um caso comum a este respeito era a de filhos como os mesmos nomes dos pais, mas nem sempre o escrivão deixava isso claro.

⁸⁰ Sob este ponto de vista, a tese foi desenvolvida buscando uma aproximação ao campo da História Econômica e Social. Sobre a pertinência atual da história econômica, ver: FRAGOSO, João. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos** (CPDOC/FGV). Rio de Janeiro: n. 29, p. 3-28, 2002. Ver também: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43. Para uma análise do desenvolvimento do campo da história social nas últimas décadas, conferir: MATTOS, Hebe de. História Social. In: CARDOSO; VAINFAS, R. **Domínios da história**, op. cit., p. 45-59.

⁸¹ A respeito da micro-história, ver LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-61; REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escala**, op. cit., p. 15-38. Para um balanço do surgimento da “micro-história” e seus principais expoentes, ver LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁸² GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178. Para trabalhos que utilizam a metodologia da pesquisa nominativa, dentro da perspectiva micro-histórica, ver: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**, op. cit.; LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escala**, op. cit., p. 203-24.

⁸³ FRAGOSO, J. Afogando em nomes, op. cit., p. 41-70, n. 5, set. 2002.

Nestes casos, sempre que possível recorri à observação de informações adicionais presentes nos registros (as datas dos registros, os nomes dos cônjuges, os locais de residência, entre outras) e a consulta a fontes bibliográficas como forma de esclarecer de quem se tratava em um determinado registro. Problemas comuns à investigação histórica aos quais procurei dar a melhor solução possível.

As *escrituras públicas* registradas nos Livros de Transmissões e Notas de Porto Alegre e Rio Grande (1808-1850)⁸⁴ compuseram a principal base documental da tese. Todas as escrituras registradas foram contabilizadas, mas somente as escrituras de compra e venda de imóveis rurais e urbanos e de embarcações, contratos de sociedades, escritura de crédito e as escrituras de procuração foram analisadas sistematicamente a partir da aplicação de uma metodologia quantitativa. As demais contribuíram para a compreensão da própria fonte e forneceram informações qualitativas sobre as transações realizadas em Rio Grande e Porto Alegre.

Embora também sejam fontes socialmente determinadas, uma vez que nem todas as transações eram obrigatoriamente registradas em escrituras públicas, os livros de transmissões e notas forneceram informações que permitiram conhecer o padrão de investimento econômico das duas principais praças mercantis rio-grandenses, possibilitando dimensionar o peso da participação dos agentes mercantis nas transações registradas nos referidos livros. As procurações públicas, por sua vez, permitiram investigar os vínculos existentes entre os agentes mercantis investigados e a extensão das redes de comércio da qual faziam parte.

Os *registros do Prático da Barra de Rio Grande* forneceram os dados referentes ao comércio de cabotagem e marítimo entre o porto de Rio Grande e as demais praças das Américas e Europa na primeira metade do século XIX. Apesar de cobrir todo o período de estudo, a fonte não apresenta séries completas, pelo contrário, há anos sem nenhuma informação ou que são estatisticamente inexpressivas⁸⁵. Como alternativa, fiz uso dos mapas com o resumo das importações e exportações da província entre 1837 e 1845⁸⁶, publicados

⁸⁴ APERS. 1º Tabelionato de Porto Alegre: **Transmissões e Notas**, Livro 32-60 (1808-1850); APERS. 2º Tabelionato de Rio Grande. **Transmissões e Notas**, Livro 2-21 (1811-50). Todos os livros de transmissões e notas disponíveis para Rio Grande foram utilizados, enquanto para Porto Alegre há o segundo tabelionato. Devido a sua extensão, optei por utilizar os livros do primeiro tabelionato. APERS. 2º Tabelionato de Porto Alegre. **Transmissões e Notas**, Livro 38-60 (1808-1850).

⁸⁵ AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72 (1803-1851).

⁸⁶ Florêncio de Abreu e Silva aponta que a carência de documentos estatísticos anteriores a 1845 foi justamente a maior dificuldade enfrentada por ele na organização das estatísticas publicadas por ocasião das comemorações do primeiro centenário da independência. SILVA, Florêncio de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do

por José Eleutério de Camargo e anexos aos Relatórios dos presidentes da província de 1849, 1851 e 1853, referentes aos anos entre 1846 e 1852⁸⁷. Dada as suas características, estes fornecem informações importantes como valor, volumes e tipos de mercadorias negociadas, mas são omissos no que diz respeito aos agentes e apenas parte dos mapas indica as praças de destino e origem das mercadorias.

Recorri ainda à bibliografia existente sobre o período colonial, assim como aos dados disponíveis em alguns poucos trabalhos referentes aos últimos anos da década de 1840, nos quais foi possível obter informações sobre agentes e mercadorias transportadas. Todavia, estes não solucionaram a principal lacuna, pois os registros do Prático da barra são especialmente frágeis para a década de 1830 e os primeiros anos da seguinte, lacunas estas também não solucionadas totalmente pelos mapas mencionados.

Apesar dos limites, os registros disponíveis da praticagem da barra de Rio Grande permitiram obter um indicativo das características da movimentação mercantil realizada através daquele porto. Além disso, serviram de referência para a identificação de agentes mercantis nas demais fontes consultadas, principalmente nas escrituras públicas, além de informações qualitativas para a caracterização da atuação do grupo mercantil do Rio Grande de São Pedro.

Quanto ao porto de Porto Alegre, além das informações obtidas nos mapas de importação e exportação, não foram localizadas fontes passíveis de sistematização e que permitissem conhecer sua movimentação e compará-la com a do porto de Rio Grande, principalmente no que diz respeito à atuação do corpo mercantil estabelecido na capital.

A identificação dos outorgantes e outorgados das escrituras públicas foi de fundamental importância para caracterizar a participação dos comerciantes e, particularmente, dos negociantes de grosso trato na vida econômica do Rio Grande de São Pedro. As fontes indicativas das atividades mercantis da comunidade mercantil rio-grandense constituíram-se em referências fundamentais: as que se referem ao tráfico de escravos⁸⁸, as matrículas de

Rio Grande do Sul: 1822-1922. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**, nº 8, Porto Alegre, 1922, p. 3-4.

⁸⁷ CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Provincia São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1868. Os relatórios foram consultados através do recurso digital organizado por Paulo Afonso Zarth e Rodrigo Wolfart Treib (UFFS) a partir do acervo digital do *The Center for Research Libraries* (Chigago/EUA), também disponíveis em: Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Sul <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>.

⁸⁸ AHRS. **Documentação Avulsa da Fazenda**, Guias de escravos, 1786-1814, mç. 29 ao mç. 120; ANRJ. **Intendência de Polícia da Corte**. Códices 390 (1816-1824), 421 (1809-1824) e 424 (1826-1833). Esta última fonte foi analisada a partir do banco de dados organizado sob a supervisão e coordenação de João Luís Ribeiro

negociante de grosso trato na Junta do Comércio do Rio de Janeiro⁸⁹ e o Almanack da Vila de Porto Alegre, onde constam os nomes dos comerciantes atuantes em toda a capitania no ano de 1808⁹⁰. Para a identificação dos comerciantes, também fiz uso de listagens de fundadores e sócios de associações mercantis ou que contavam com a participação destes. Além disso, busquei informações qualitativas a respeito dos principais agentes mercantis identificados nos inventários *post-mortem* e testamentos localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Por fim, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), reuni uma série de informações qualitativas a respeito dos procuradores nomeados em procurações registradas em Rio Grande e Porto Alegre para representar seus outorgantes em Portugal. Foram consultados diversos documentos, principalmente dos fundos Junta do Comércio, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Feitos Findos e Tribunal da Boa-Hora⁹¹. As referências destas e de fontes adicionais eventualmente utilizadas foram devidamente indicadas ao longo do texto.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos: o *Capítulo I* contempla a análise da atividade mercantil do Rio Grande de São Pedro realizada através do porto de Rio Grande. Foram identificados as mercadorias, as rotas e os agentes mercantis atuantes nas negociações registradas. A partir da comparação com a bibliografia referente ao período colonial, procurou-se observar as permanências e transformações nas características deste comércio após a independência do Brasil.

Nos dois capítulos seguintes, o objetivo foi conhecer o padrão de investimento vigente

Fragoso e Roberto Guedes Ferreira. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico interno de escravos e relações comerciais centro-sul (séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Ipea/LIPHIS-UFRJ, 2001 [CD-ROM]. Ambas as fontes compuseram o corpo documental da minha dissertação de mestrado. BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit.

⁸⁹ ANRJ. REAL JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO. **Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros**. Códice 170, v. 1 (1809-1826), v. 2 (1827-1843), v. 3 (1844-1850).

⁹⁰ ANRJ. Almanak da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande de São Pedro, de Manoel Antônio de Magalhães, 1808. Códice 807 (Memórias), volume 1, fl. 211-229v. O texto foi consultado a partir da transcrição publicada por Fábio Kühn. Ver MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-39.

⁹¹ Quanto aos registros notariais, foram feitas buscas nos cinco cartórios de Lisboa correspondentes ao período de análise. Com o auxílio da orientadora do estágio no exterior foi definida uma metodologia para a verificação de amostras destes livros. O resultado mostrou-se frustrante, com poucos registros referentes ao Brasil e nenhum ao Rio Grande de São Pedro. ANTT. **Cartórios Notariais**, 1º Cartório Notarial, Lisboa (1600-1975); 2º Cartório Notarial, Lisboa (1568-1977); 3º Cartório Notarial, Lisboa (1755-1976); 6º Cartório Notarial, Lisboa (1755-1976); 7º Cartório Notarial, Lisboa (Ofício A e B) (1600-1975).

nas praças de Rio Grande e Porto Alegre, através da observação das transações envolvendo bens urbanos e rurais, embarcações, fornecimento de crédito e estabelecimento de sociedades. Identifiquei o corpo mercantil estabelecido em cada uma das praças e a participação dos agentes mercantis nas atividades econômicas registradas nas escrituras públicas, em especial a dos negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio. Na comparação das duas localidades, procurei enfatizar o que se tratava de características próprias de cada uma delas e o que podia ser extrapolado para o conjunto da economia rio-grandense.

No *Capítulo IV*, o objetivo foi a identificação dos vínculos existentes entre o agentes mercantis de Rio Grande e Porto Alegre e destes com seus pares no restante do Brasil e em Portugal, predominantemente. A reiteração de parte dos agentes envolvidos como outorgantes e procuradores e a presença de alguns deles nas escrituras de venda, crédito e sociedade, demonstram que a permuta de procurações complementava laços econômicos, mercantis e familiares existentes.

CAPÍTULO I

MERCADORIAS, ROTAS E AGENTES MERCANTIS: O MOVIMENTO DA BARRA DO PORTO DE RIO GRANDE

Entre os homens do Rio Grande, todos negociantes, talvez a mesma indiferença e os mesmos modos desdenhosos dos habitantes do Rio de Janeiro. São, em parte, europeus, nascidos em um meio inferior e que não receberam educação alguma. Começam como caixeiros de lojas e terminam fazendo negócios por conta própria. Como os lucros do comércio são consideráveis neste país, não tardam a fazer fortuna que jamais conseguiriam em sua pátria; seu orgulho cresce à medida que vão enriquecendo e chegam, então, ao cúmulo de comprar à Secretaria do Estado a comenda da Ordem de Cristo, hoje, considerada como símbolo da riqueza e fruto da corrupção. Fora do Rio de Janeiro, não vi, em parte alguma, um número tão grande de homens condecorados; isso nada mais é do que uma das provas da riqueza do lugar⁹².

Na anotação feita em seu diário no dia 16 de agosto de 1820, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire expressou desta forma as suas impressões acerca da “vila de São Pedro do Rio Grande” e seus habitantes. Suas considerações dizem respeito, especialmente, aos vínculos da região com o comércio e as possibilidades de enriquecimento econômico e de ascensão social oferecidos pela atividade mercantil. Fator decisivo para as condições observadas pelo viajante foi a ampliação do comércio de cabotagem ocorrido nas primeiras décadas do século XIX. Os contatos comerciais intensificaram-se e aproximaram as diversas regiões litorâneas da América portuguesa, exercendo forte influência sobre a relação destas áreas com seu interior. Neste contexto, o porto de Rio Grande destacava-se dos demais ao manter intenso e volumoso comércio de mercadorias das mais diversas possíveis com todos os portos do Brasil, especialmente com Rio de Janeiro e Bahia, sendo que estes três portos compunham o eixo central das rotas litorâneas de comércio. Tinha ainda papel importante no comércio com os vizinhos do Rio da Prata⁹³.

A intensificação das trocas comerciais realizadas através do porto de Rio Grande e sua crescente importância econômica podiam ser observadas na urbanização da vila. Um exemplo é a construção da Rua da Praia – localizada nas margens do canal de navegação da vila (“Canal da Barca”) –, e o desenvolvimento da sua funcionalidade urbana no início do século

⁹² SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 95-6.

⁹³ PRADO, Maria Lígia C.; LUIZETTO, Maria Cristina Z. Contribuição para o estudo do comércio de cabotagem no Brasil. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXX, p. 158-96, São Paulo, 1980/1981.

XIX. Contudo, determinantes naturais (como o avanço das dunas sobre a vila, os banhados e a Lagoa dos Patos), limitavam o ritmo de expansão da zona urbana, inclusive com a perda de parte de sua área construída, atingida pelo avanço das dunas. Medidas tomadas ao longo do século XIX – construção de praças, aterramentos que permitiam a expansão da vila sobre a costa da Lagoa dos Patos e a dragagem do canal de navegação – são indicativos não apenas dos esforços para superar tais adversidades, mas também da crescente “importância marítimo-comercial de Rio Grande”.⁹⁴

A urbanização de Rio Grande pode em parte ser observada através do crescimento populacional. Os dados apresentados na **Tabela 1** podem ser tomados como tendência para uma apreciação geral a respeito do ritmo de urbanização da vila portuária, bem como de seu desenvolvimento comercial e econômico.

**Tabela 1 – Crescimento populacional do Rio Grande de São Pedro
(Rio Grande e Porto Alegre, 1814-1858)**

Ano	População		
	Rio Grande	Porto Alegre	Rio Grande de São Pedro
1814	3.590	6.111	70.656
1846*	4.855	12.355	179.363
1858	13.514	16.313	285.444

* somente a população livre

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 50, 60, 66.

Nota-se de imediato que nos anos considerados, a população da capital era significativamente superior a de Rio Grande, com a exceção de 1858, quando a diferença entre ambas foi de 17,2%. Mesmo que os dados do ano de 1846 digam respeito apenas à população livre, observa-se que houve um crescimento constante da população. Embora menos populosa, as taxas de crescimento mostram que Rio Grande crescia em um ritmo mais acelerado do que o da capital. Considerando o período entre 1814 e 1858, a população vila cresceu 3,1%, enquanto em Porto Alegre a taxa foi de 2,3% e na província 3,2% no mesmo período. Os resultados, portanto, corroboram os relatos dos viajantes que passaram pelo Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX e que apontam para um desenvolvimento da vila de Rio Grande atrelado à intensificação da atividade mercantil de seu porto.

⁹⁴ TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”, op. cit., p. 40-53.

Em diversas partes do relato de Saint-Hilaire sobre de sua passagem pelo Rio Grande de São Pedro, entre 1820 e 1821, é reafirmada a posição da vila portuária como centro comercial da capitania e é sublinhada a presença da Alfândega que transformava Rio Grande na sede da administração da capitania⁹⁵. Este aspecto é apresentado como a razão da prosperidade que observou, pois devido às dificuldades de navegação impostas pelas características da barra, segundo ele, seria mais adequado que esta estivesse instalada em São José do Norte, onde as embarcações de maior calado eram obrigadas a desembarcar suas cargas. Outro fator salientado para explicar o desenvolvimento de Rio Grande, era a “insurreição das colônias espanholas” ocorridas oito anos antes. Em função disso, o comércio de couros e de carne seca (charque), antes sob o controle de Buenos Aires e Montevideu, foi deslocado para Rio Grande, que passou a controlá-los, assim como o comércio de trigo e sebo⁹⁶.

Quando visitou Rio Grande a negócios em 1809, o comerciante inglês John Luccock já afirmava que a vila poderia ser considerada como o maior mercado do Brasil Meridional e residência dos principais negociantes da capitania ou de seus representantes. Do mesmo modo, também relacionava o sucesso do comércio da vila aos infortúnios causados pela situação de conflito enfrentada pelos seus principais concorrentes na região, Buenos Aires e Montevideu⁹⁷.

O francês Arsène Isabelle, por sua vez, na ocasião de sua visita a Rio Grande (1833-34) considerava que a prosperidade desta deveria ser atribuída ao “espírito de associação de seus negociantes”, que financiavam a realização de obras de interesse público – o prédio da alfândega, entre elas –, que visavam atrair o comércio estrangeiro e melhorar a infraestrutura da cidade. Segundo o mesmo viajante: “Uma alfândega espaçosa foi construída; alguns cais

⁹⁵ A Alfândega de Rio Grande foi instalada em 1º de agosto de 1804, em cumprimento da Carta Régia de 15 de julho de 1800. Antes disso, a administração das rendas públicas da capitania ficava a cargo de uma Provedoria privativa que respondia à Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Esta foi extinta por Carta Régia de 14 de julho de 1802 e substituída por uma Junta da Fazenda, em janeiro de 1803. A Alfândega funcionou em pelo menos três endereços até sua instalação definitiva no prédio ainda em construção entre 1832 e 1833. A conclusão deste e as reformas posteriores se estenderam até os primeiros anos do século XX. AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da cidade do Rio Grande (do Sul): contribuição à história de sua criação, instalação e administração; dados biográficos dos juizes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, [1950?], p. 31-50. Ver também MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS/Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000, p. 98-102; 107-9; TORRES, Luiz Henrique. **Alfândega do Rio Grande: fundamentos históricos e edificações**. **Biblios**, Rio Grande, n.º 17. p. 33-47, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/96/50>>. Acesso em: 07 Jun. 2010.

⁹⁶ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**, op. cit., p. 67-73; 87-9; 94-101; 106-8.

⁹⁷ LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro**, op. cit., p. 116-17; 122.

foram feitos; um teatro acaba de ser terminado e uma câmara municipal está em construção. Tudo isso *à custa dos negociantes da cidade*”⁹⁸.

A este respeito, destaca-se que Rio Grande foi sede de dois importantes espaços de representação do seu corpo mercantil. O primeiro foi a *Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense* (1832), associação na qual os comerciantes eram o principal grupo e exerciam grande influência. Através do periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, extrapolaram os limites da prática política local para se inserir ativamente na construção da unidade do Império do Brasil, opondo-se ao setor da elite local, que rebelou-se contra o governo imperial durante a Guerra dos Farrapos⁹⁹. A fundação da *Associação Comercial do Rio Grande* (1844), por sua vez, resulta dos esforços do grupo mercantil estabelecido em Rio Grande em exercer seus interesses e influência sobre a sociedade à qual faziam parte, visando garantir a prosperidade econômica e mercantil alcançada ao longo das primeiras décadas do século XIX, período marcado pelos quase ininterruptos conflitos bélicos. A associação surge justamente no final da rebelião farroupilha, indicando que a atividade mercantil de Rio Grande não foi afetada pelo conflito, inclusive tirando benefícios deste e mantendo-se sob o domínio do governo imperial, assim como dos momentos de instabilidade política enfrentados pelas ex-colônias espanholas no Rio da Prata. A criação de uma associação deste porte pode ser tomada, ainda, como indicativa da importância desta praça frente à Porto Alegre, pois a capital somente fundou sua associação comercial mais de uma década depois, em 1858¹⁰⁰.

Como bem resume Maria Bertulini Queiroz, apesar das condições naturais adversas, nas primeiras décadas do século XIX, Rio Grande consolidava sua função comercial e sua importância para a economia rio-grandense. Segundo a autora, a antiga função militar da vila sedia espaço para as atividades mercantis¹⁰¹. Assim, tendo em vista o papel que cumpria para o desenvolvimento do Rio Grande de São Pedro, neste capítulo apresento a análise das informações referentes ao comércio marítimo e de cabotagem através do porto da Vila do Rio Grande. O objetivo é efetuar uma aproximação das características gerais da economia rio-grandense no período considerado, com especial atenção para as modificações e permanências relacionadas à transferência da Família Real para o Brasil, a abertura dos portos e do processo

⁹⁸ ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata*, op. cit., p. 257. Grifo do autor.

⁹⁹ KLAFKE, A. *O Império na província*, op. cit.

¹⁰⁰ MUNHOZ, Cláudia Simone de Freitas. *A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852: interesses e atuação representativa do setor mercantil*. São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2003 [dissertação de mestrado].

¹⁰¹ QUEIROZ, M. *A Vila do Rio Grande*, op. cit., p. 156-61.

de independência. A base documental foram os ofícios que relatavam a entrada e a saída de embarcações na barra deste porto, complementados pelos mapas de importação e exportação localizados na bibliografia e nos relatórios dos presidentes da província.

1.1 O movimento de importação e exportação do porto da Vila do Rio Grande

A partir da década de 1790, o Rio Grande de São Pedro integrava-se definitivamente aos circuitos mercantis da América portuguesa. A estruturação mercantil das charqueadas foi fator essencial neste processo. Além das mulas, muito úteis para o transporte de cargas e pessoas, a capitania fornecia gado e seus derivados, com destaque para os couros e o charque para o abastecimento do centro-sul e nordeste. De acordo com Helen Osório, estes dois produtos, junto com o trigo, representavam a maior parte das exportações rio-grandenses. Em 1819, somente o charque representava 63,2% do valor exportado naquele ano. Os couros foram o principal produto apenas em 1790 e, a partir de 1793, o charque foi o produto mais exportado, superando os couros e o trigo. Os principais parceiros comerciais eram o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco¹⁰².

Segundo é possível aferir a partir do “MAPA da exportação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul” publicado por José Eleutério de Camargo¹⁰³ e dos mapas e quadros anexos aos Relatórios do Presidente da Província dos anos de 1849, 1851 e 1853¹⁰⁴, o panorama continuava o mesmo nas décadas seguintes ao período analisado por Helen Osório. Na maior parte deles constavam os valores e os volumes das mercadorias *exportadas* pelo Rio Grande de São Pedro e que foram despachadas pelas alfândegas de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte¹⁰⁵ (“Vila do Norte”). O mapa de José Eleutério cobre quase todo o

¹⁰² OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 183-223.

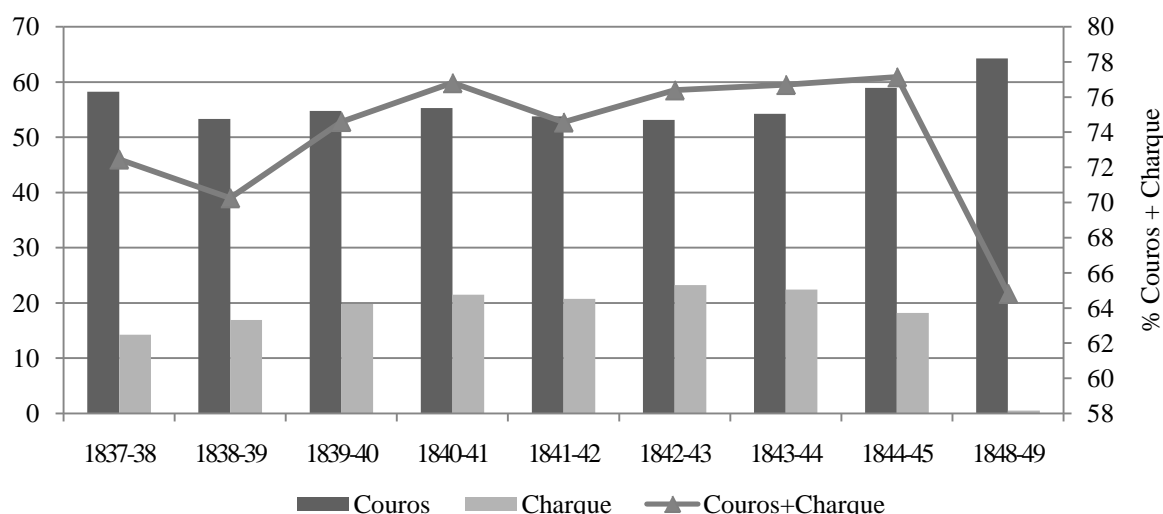
¹⁰³ CAMARGO, J. **Quadro estatístico e geográfico**, op. cit.

¹⁰⁴ Os mapas consultados foram: “QUADRO dos produtos do gado vacum, exportados da província de S. Pedro desde 1º de Julho de 1846 até o último de Junho de 1847, e que [...] foram despachados pelas Mesas de rendas da Capital, da cidade do Rio-grande, e da vila de São José do Norte”. Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1849; “MAPA resumido da exportação da Província do Rio Grande de S. Pedro, no exercício de 1848 a 49, pelas 3 alfândegas das cidades de Porto Alegre, R.º Grande e vª de S. José do Norte”. Relatório do Vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1851 e o “RESUMO das quantidades e valores dos gêneros provenientes do gado, e de alguns outros mais importantes, exportados nos 5 anos de 1848 a 1852, e despachados pelas três Mesas de Rendas provinciais, compreendidos nas tabelas parciais relativas a cada uma das repartições”. Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1853.

¹⁰⁵ Trata-se, na verdade, da Mesa de Rendas criada na vila de São José do Norte em 1829, como filial da alfândega de Rio Grande. A Alfândega de São José do Norte somente foi criada em 1849 e funcionou até 1858, quando foi fechada em benefício da manutenção do controle fiscal em Rio Grande. PIMENTEL, Fortunato.

período da Guerra dos Farrapos (1837-45), enquanto nos demais foi possível obter informações para as mercadorias comercializadas no período entre 1846 e 1852, despachadas pelas mesmas alfândegas.

Gráfico 1 – Representatividade (%) das exportações de charque e couros sobre o valor total das exportações, 1837-1849



Fonte: “MAPA da exportação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”. CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Provincia São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1968; “MAPA resumido da exportação da Província do Rio Grande de S. Pedro, no exercício de 1848 a 49, pelas 3 alfândegas das cidades de Porto Alegre, R.º Grande e vª de S. José do Norte”. Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1851.

As mercadorias exportadas eram principalmente couros *vacuns*, charque, e demais derivados do gado (sebo, graxa, unhas de boi, chifres), animais *vacuns* e *cavalares* a pé, além de diversos gêneros como erva-mate, lã, lenha e madeira em bruto, milho, aves, entre outros. Em nenhum dos mapas consta a exportação de trigo, provavelmente porque a exportação deste gênero já se encontrava em baixa acentuada desde 1817 (volume e valor) em decorrência de diversos fatores, tais como a “ferrugem” que atacou os trigais em 1814, recrutamento militar, maior lucratividade da pecuária e o início da importação de trigo norte-americano¹⁰⁶. Assim, no **Gráfico 1** observa-se a representatividade dos *couros* e do *charque* (somados e em separado) em relação ao *montante total das exportações do período*. Juntos, os dois produtos nunca representaram menos que 64,8% do valor total (36:944:484\$470 réis) das

Aspectos gerais do município de Rio Grande. Porto Alegre: Oficina gráfica da Imprensa Oficial, 1944, p. 353-58 *apud* TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”, op. cit., p. 44.

¹⁰⁶ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 198-99.

exportações rio-grandenses no período, chegando a alcançar 77,1% em 1844-45¹⁰⁷.

Ao contrário do observado por Helen Osório para o período até 1822, em todo o período compreendido nos mapas (1837-49), os couros responderam por 56,3% do montante total das exportações registradas nas referidas alfândegas. O mínimo foi verificado no exercício ano fiscal de 1838-39 (53,3%) e o máximo em 1848-49 (64,3%). O charque, por sua vez, representou no máximo 18,5% do valor total exportado. Cifra próxima ao percentual mínimo verificado pela autora para o período de 1790-97 (19,7%) e muito abaixo do máximo de 1819 (63,2%)¹⁰⁸. Uma inversão, portanto, da posição do produto mais importante da pauta de exportações até 1822.

Quanto ao *volume* (**Gráfico 2**), foram 11.281.298 couros e 16.907.109 arrobas de charque exportados¹⁰⁹. Em média foram negociados 805.807 couros e 1.207.651 arrobas de charque por ano. Nota-se que ambos os produtos partiram de volumes muito baixos e, a partir de 1841-42, cresceram constantemente, atingindo o máximo em 1846-47, quando foram exportados, respectivamente 2.556.765 couros e 1.350.957 arrobas de charque. Acrescenta-se que, antes de crescimento, o período entre 1837-38 e 1841-42 foi marcado por algumas oscilações nas exportações dos dois produtos. Nos anos entre 1848 e 1852, os volumes de ambas as mercadorias foram decrescentes, portanto, de acordo com a tendência de queda observada por Jonas Vargas na exportação dos couros e do charque na década de 1850¹¹⁰. Comparando com os resultados organizados por Helen Osório quanto à exportação de charque

¹⁰⁷ No que diz respeito ao período entre 1837-45, cabe registrar que tratava-se das exportação do governo legal da província, pois os revoltosos farroupilhas mantiveram um comércio paralelo (contrabando) da região por eles controlada (interior da Campanha) com o Uruguai, importante para o financiamento da “República farroupilha”. O principal articulador destes negócios era Domingos José de Almeida, o responsável pelas finanças farroupilhas. Os produtos exportados eram limitados: couros, mulas, cavalos, gado e erva-mate. CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias/Porto Alegre: UCS/EST, 1978, p. 69-81. Segundo Marcia Eckert, o governo farroupilha desenvolveu uma política tributária própria, com alíquotas favoráveis aos países vizinhos, pois dependiam deles para a aquisição de bens de consumo e artigos bélicos e vender seus produtos. A conjuntura de guerra, no entanto, impedia que o governo conseguisse garantir um sistema eficaz de cobrança e fiscalização. Conseqüentemente, a tributação não era a principal fonte de recursos para os revoltosos, mas as requisições, os confiscos, o corso contra o comércio imperial e os empréstimos. MIRANDA, Marcia Eckert. **Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)**, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado], p. 72-5. Para uma abordagem recente sobre os negócios encabeçados por Domingos José de Almeida durante a guerra dos farrapos, ver MENEGAT, C. **O tramado, a pena e as tropas**, op. cit., p. 96-157.

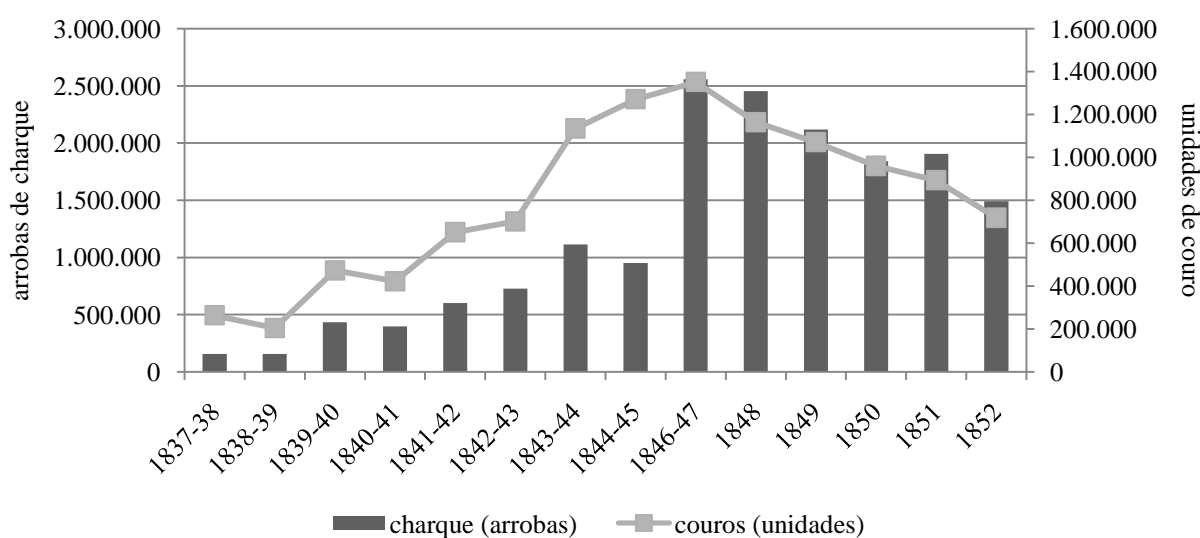
¹⁰⁸ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 195.

¹⁰⁹ Nos mapas anexos aos Relatórios dos presidentes da província é possível saber o destino das mercadorias. Entre 1846-52, quase todo o charque destinava-se aos “Portos do Império” (97,8%). Entre os estrangeiros, apenas Montevidéu, Havana, Estados Unidos e Inglaterra apareciam como destino do restante produto. Quanto aos couros, a Grã-Bretanha (37,8%), os “Portos do Império” (27,2%), Estados Unidos (16,3%), França (4,8%) e Portugal (3,7) foram os principais destinos nos anos entre 1846 e 1852.

¹¹⁰ VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Império: riqueza e poder nas famílias da elite charqueadora de Pelotas (1830-1890)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2011 [qualificação de doutorado], p. 148.

entre 1790 e 1821¹¹¹, nota-se o impacto negativo da Guerra dos Farrapos. Neste último ano foi exportado em torno de 900 mil arrobas do produto, volume superado apenas em 1843-44 (1.112.768 arrobas), de acordo com os dados publicados por José Eleutério de Camargo (**Gráfico 2**). O menor volume foi exportado no ano fiscal de 1837-38: somente 156.083 arrobas de charque.

Gráfico 2 – Volume das exportações de charque e couros, 1837-1852



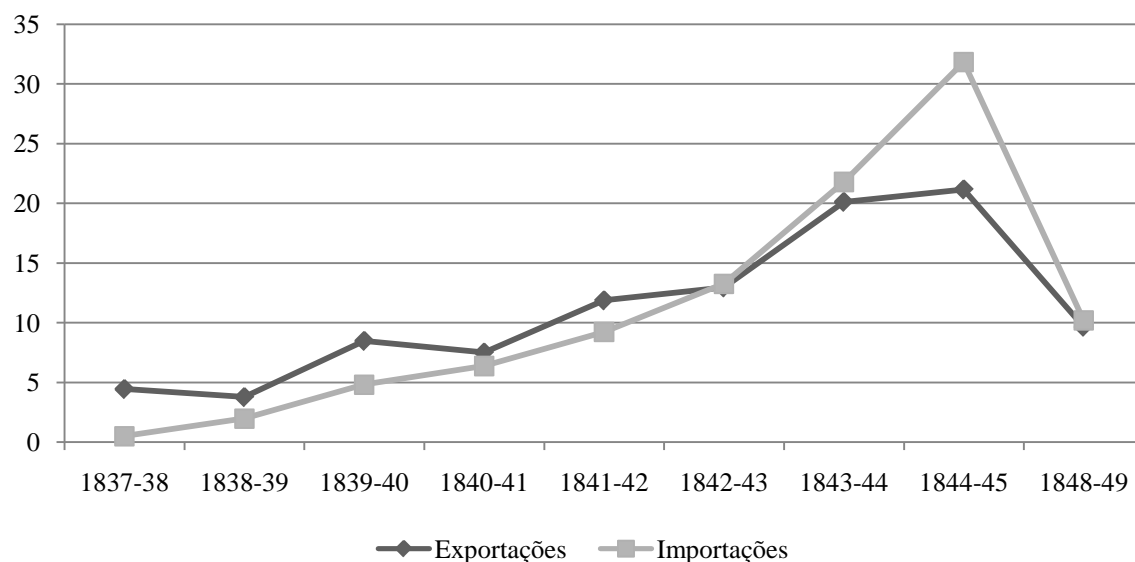
Fonte: “MAPA da exportação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”. CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Provincia São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1968; “QUADRO dos produtos do gado vacum, exportados da província de S. Pedro desde 1º de Julho de 1846 até o último de Junho de 1847, e que [...] foram despachados pelas Mesas de rendas da Capital, da cidade do Rio-grande, e da vila de São José do Norte”. Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1849; “RESUMO das quantidades e valores dos gêneros provenientes do gado, e de alguns outros mais importantes, exportados nos 5 anos de 1848 a 1852, e despachados pelas três Mesas de Rendas provinciais [...]”. Relatório do Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1853.

Observando a distribuição do valor total das exportações e importações (**Gráfico 3**), observa-se que as oscilações aparecem no conjunto das exportações, enquanto as importações mantiveram-se em constante crescimento. Deve-se salientar de imediato que as oscilações verificadas até 1840-41 foram pertinentes com os períodos de sítio que os farroupilhas impuseram a Porto Alegre. Com a retirada do governo legalista para Rio Grande por ocasião da eclosão da Guerra dos Farrapos (setembro, 1835), os rebeldes permaneceram na capital até junho do ano seguinte, quando os legalistas conseguiram retomá-la. Em seguida deu-se início a três períodos de cerco nas imediações da cidade: julho-setembro de 1836, maio 1837-

¹¹¹ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 194.

fevereiro de 1838 e o último, de junho de 1838 a dezembro do ano seguinte¹¹².

Gráfico 3 – Valor total das exportações e importações do Rio Grande de São Pedro, 1837-1849 (%)



Fonte: “MAPPA da exportação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”; “MAPPA resumido da importação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”. CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Provincia São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1968; “MAPA resumido da exportação da Província do Rio Grande de S. Pedro, no exercício de 1848 a 49, pelas 3 alfândegas das cidades de Porto Alegre, R^o. Grande e v^a de S. José do Norte”. Relatório do Vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1851.

O “exercício” de 1838-39, neste sentido, é representativo de como as circunstâncias da guerra atingiram, entre outros aspectos, a vida econômica e comercial da província. Pode-se supor que para o início de recuperação observado entre 1839-40, tenha contribuído a trégua verificada entre fevereiro e junho de 1838, o que possibilitou o restabelecimento da navegação até Rio Grande¹¹³. Como é possível constatar, na passagem de 1839-40 para 1840-

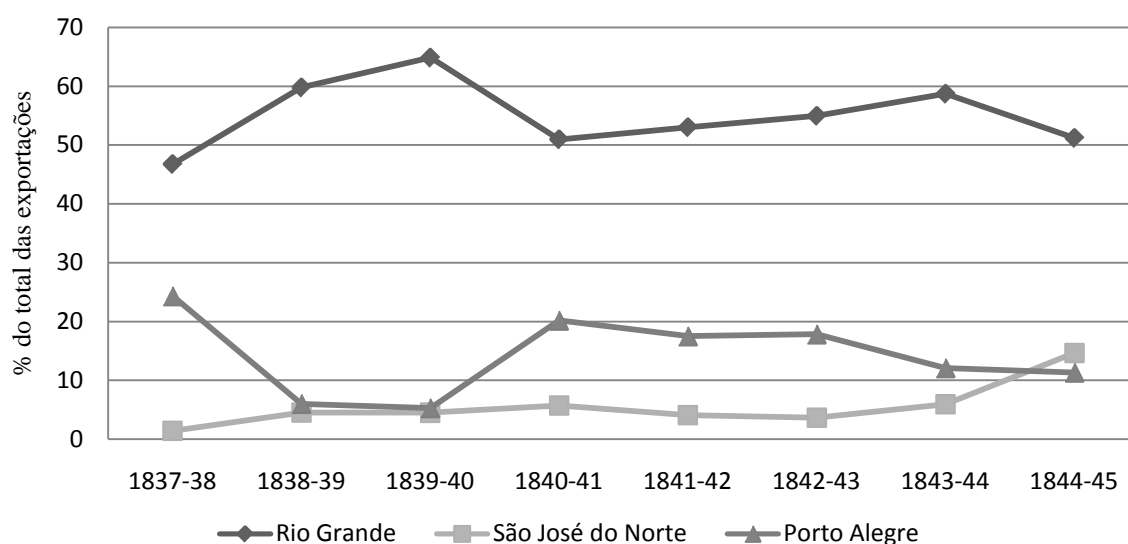
¹¹² FRANCO, S. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**, op. cit.

¹¹³ De acordo com Sérgio da Costa Franco, os farroupilhas estacionaram barcos armados na Lagoa dos Patos e no estreito de Itapuã, que dificultavam a navegação de e para Porto Alegre. Os momentos de trégua eram aproveitados para a retomada da navegação com Rio Grande, possibilitando a melhoria nas condições de abastecimento da capital e o deslocamento de tropas para o reforço de sua defesa. A partir de 1838, os legalistas adotaram um sistema de comboio como forma de proteger as embarcações que saíam de Porto Alegre. FRANCO, S. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**, op. cit., p. 38, 73, 100. No pedido de indenização pelas perdas sofridas com a invasão de Rio Pardo pelos rebeldes farroupilhas, o comerciante de Porto Alegre Antonio Luís da Costa Esteves relata que logo após o fim do segundo sítio, ele e outros comerciantes deslocaram-se para Rio Pardo sob escolta de “Lanchões de guerra” do governo legal. Esteves justifica seu pedido de indenização contra o governo da província afirmando que tinha sido impedido de sair da vila de Rio Pardo às vésperas do ataque farroupilha (em abril de 1838), causando grande prejuízo aos seus negócios. BERUTE, Gabriel Santos. Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <[http://eeh2008.anpub-](http://eeh2008.anpub-51)

41, as exportações voltaram a cair, sendo o crescimento retomado a partir de 1840-41, quando foi concluído o terceiro e último sítio contra a capital. Após atingir seus percentuais máximos em 1844-45, apresentou uma queda significativa no último ano fiscal indicado no gráfico.

Quanto ao crescimento das importações e mesmo à manutenção das exportações, deve-se considerar a permanência de Rio Grande sob o domínio do governo imperial. No **Gráfico 4**, contabilizei a distribuição anual dos couros somados ao charque de acordo com cada uma das alfândegas registradas no mapa de exportação¹¹⁴ e é possível notar a preponderância de Rio Grande frente às demais, com parcelas entre 46,7% e 64,8%. Porto Alegre, apesar do fraco desempenho entre 1838-39 e 1839-40, manteve-se com aproximadamente um quinto do valor das exportações.

Gráfico 4 – Representatividade (%) do charque e dos couros sobre o valor total das exportações conforme a alfândega por onde a carga foi despachada, 1837-1845



Fonte: “MAPPA da exportação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”. CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Província São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1968.

O mais importante de se observar é que as oscilações verificadas em Porto Alegre, decorrentes do cerco farroupilha, foram compensadas pelo crescimento da representatividade de Rio Grande no valor total das exportações. Sendo assim, reforço a caracterização segundo a qual a atividade de ambos os portos eram complementares, pois, no momento de crise, Rio

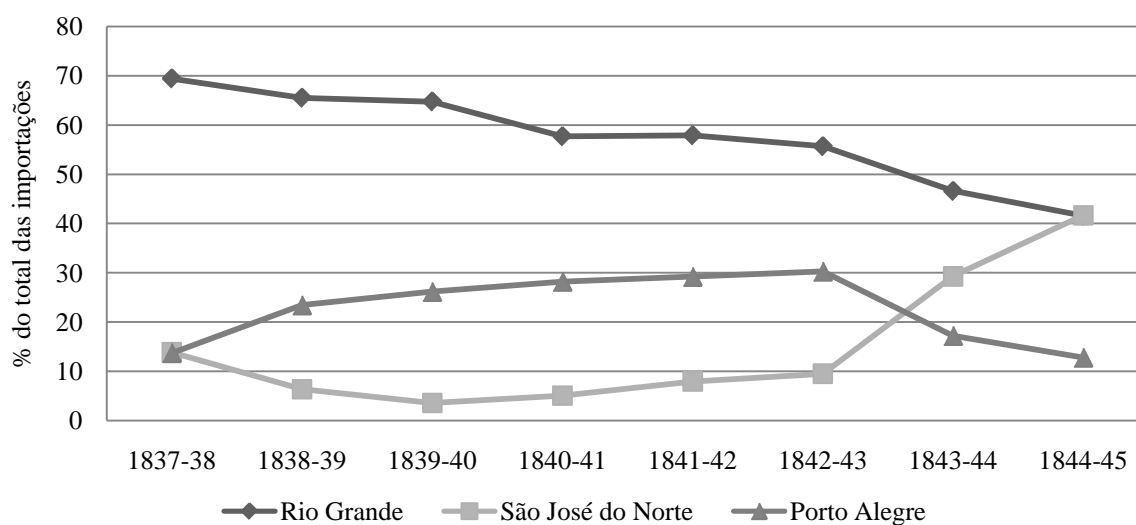
rs.org.br/resources/content/anais/1212333692_ARQUIVO_BERUTE_texto_ANPUHrs-2008.pdf». Acesso em: 10 Dez. 2008.

¹¹⁴ Nos **Gráficos 4 e 5** não foram utilizados os mapas anexos ao relatório porque não é possível distinguir qual a porção de couros e de charque cada uma das três alfândegas despachou.

Grande absorveu as transações que Porto Alegre estava impedida de assumir, pelas contingências dos conflitos. Assim que a capital pôde retomar suas atividades, sua representatividade sobre o total das exportações voltou para o patamar que parecia ser o comum, em torno dos 20%, ao menos até 1843-44, quando ambas diminuíram sua representatividade sobre o total das exportações a favor de São José do Norte.

Quando consideradas as *importações*¹¹⁵ (**Gráfico 5**), observa-se uma maior representatividade de Porto Alegre, embora Rio Grande permanecesse com percentuais elevados sobre o valor total das mercadorias e que ambas perderam espaço para São José do Norte. Principalmente a capital, que inverteu de posição com São José do Norte em relação ao que se observa nas exportações: respectivamente, 20,2 e 24,8% do valor total das exportações rio-grandenses no período.

Gráfico 5 – Representatividade (%) das fazendas e gêneros o valor total das importações conforme a alfândega despachante da carga, 1837-1845



Fonte: “MAPPA resumido da importação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]”. CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Província São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1968.

Porém, cabe enfatizar que a exportação registrada em São José do Norte foi feita em uma Mesa de Rendas, subordinada à Alfândega de Rio Grande. Por conseguinte, estes

¹¹⁵ Seguindo o mesmo procedimento, considere as mercadorias mais frequentes. As fazendas estrangeiras e os gêneros nacionais representavam juntos, entre 91 e 97% do montante total das importações resumidas por José Eleutério de Camargo. As demais mercadorias eram: chá, pólvora, “bebidas espirituosas”, vinho, sal estrangeiro (pouca quantidade), obras de ouro, prata, e fazendas nacionais e estrangeiras que “reexportadas de diversas províncias”. O valor total alcançou o montante de 22:196:004\$836 réis. CAMARGO, J. **Quadro estatístico e geographico**, op. cit.

despachos também podem ser atribuídos ao conjunto dos negócios realizados em Rio Grande. Neste caso, o motivo do despacho de mercadorias a partir de São José do Norte poderia estar nas condições mais favoráveis de navegação verificadas ao norte do canal da barra em relação ao porto de Rio Grande que, como já foi dito, era dificultada pela sua pequena profundidade. Acrescenta-se que aquele porto compunha o “espaço marítimo de Rio Grande”¹¹⁶.

Os mapas, portanto, permitem observar tendências importantes para a compreensão do funcionamento do comércio rio-grandense após a independência, com destaque para a forma como os portos de Rio Grande e Porto Alegre estavam vinculados. Todavia, devido às suas características, estes documentos não contemplam os agentes responsáveis por estas negociações e apenas parcialmente as praças de origem e destino das mercadorias.

Para avançar na identificação das eventuais mudanças e permanências nas características da atividade comercial e nas vinculações comerciais com as demais praças mercantis ao longo da primeira metade do século XIX, bem como destacar alguns aspectos da atuação dos principais agentes atuantes na região, recorri aos registros de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande, coletadas nos fundos documentais *Marinha* e *Autoridades Militares* do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul¹¹⁷.

Parte destes registros era de responsabilidade do “Prático da Barra de Rio Grande”. O prático tinha a função de orientação dos mestres e capitães das embarcações para que pudessem navegar com segurança nas barras dos portos. Entre as demais tarefas do prático, consta no “Regulamento para a praticagem da barra do Rio Grande do Sul...” (1846), que este deveria participar “semanalmente ao Capitão do Porto as entradas ou saídas das embarcações e suas tonelagens” (artigo 18º)¹¹⁸. Embora o regulamento citado seja de meados do século XIX, a função existia desde o começo do século. Em novembro de 1802 foi criado o cargo de padrão-mor (prático chefe) das barras dos portos do Pará, Bahia e do Rio de Janeiro. No mesmo ano iniciaram as atividades de praticagem da Barra do porto de Rio Grande, que era exercida por práticos remunerados pela Marinha e também por práticos a serviço de comerciantes locais. No ano seguinte, com a criação do cargo de *Prático-mór do Rio Grande*,

¹¹⁶ TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”, op. cit., p. 22-4.

¹¹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Autoridades Militares*, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. *Marinha – Praticagem da Barra*, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72. Foram verificados todos os maços dos referidos fundos documentais. Os que estão indicados na referência da fonte são aqueles que continham os documentos informando a movimentação da barra do porto de Rio Grande. Doravante a mesma será referenciada como AHRs. AM/M, registro nº.

¹¹⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. *Regulamento para a praticagem da barra do Rio Grande do Sul, mandado executar pelo Ministério da Marinha do Império do Brasil, em aviso de 30 d’abril de 1846*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849, p. 7.

Francisco Marques de Lisboa, pai de Joaquim Marques Lisboa (Almirante Tamandaré, patrono da Marinha), obteve a autorização Real para a ocupação do cargo¹¹⁹.

Na fonte consultada, praticamente todos os ofícios, mesmos aqueles não atribuídos à praticagem da barra, tinham esta característica: eram ofícios destinados ao capitão da barra informando a movimentação semanal de embarcações. Nestes constavam as seguintes informações: *data* do embarque ou desembarque; *tipo* e “*bandeira*” (origem) da embarcação; nomes da *embarcação*, do *mestre* e do *dono* desta; as entradas apresentam o tempo de duração da viagem (*dias de viagem*); portos de *destino* e *origem*; *carga*¹²⁰; número de componentes da *tripulação*; *passageiros* (em alguns casos apenas o total, mas também há registros com *nome*, “*nacionalidade*”, *idade* e *ocupação*). Em parte dos registros não se informa o dono da embarcação, mas o *consignatário* da carga. Em alguns registros não fica muito claro se o agente é o proprietário da embarcação ou se é apenas o consignatário da carga transportada. Há um único registro no qual foi registrado os nomes de ambos.

Na **Tabela 2** apresento os registros das **1.258** entradas e saídas coletadas na referida fonte. Os registros referem-se ao período entre 1803 e 1851, porém nem todos os anos do intervalo estão contemplados. Há lacunas significativas ao longo do período considerado e a distribuição destes durante o ano não é uniforme, pois há meses para os quais não foi localizado nenhum registro. Os dados que informam sobre a entrada de embarcações no porto (importação) referem-se aos anos de 1803 até 1851, sendo que não há informações principalmente para o período entre 1816 e 1833. No que diz respeito às saídas (exportação), estas se restringem aos anos de 1809 e aos anos entre 1831 e 1851, apresentando lacunas importantes entre 1843 e 1846. As entradas estavam em maior número em relação às saídas e em aproximadamente um quinto dos registros não havia informações relativas às bandeiras

¹¹⁹ **Jornal Agora**. Rio Grande, 22 de Maio de 2009, Sexta-Feira, Edição n°. 9334. Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=20¬icia=39497>>. Acesso em: 26 Mai. 2009; PRATICAGEM DA LAGOA DOS PATOS. A **praticagem no Rio Grande do Sul e no Brasil**. Disponível em: <<http://www.lagoadospatos.com.br/pbrasil.asp>>. Acesso em: 26 Mai. 2009. Entretanto, a atividade existia há mais tempo como indica o Edital do Provedor da Fazenda Real de 22/10/1793 que tratava do preenchimento do cargo de “Piloto da barra do Rio Grande”. AHRS. Códices da Fazenda, F-1247, fl. 149-49v. Por outro lado, consta no mesmo fundo documental que José Joaquim de Freitas Lisboa recebeu em caráter vitalício a propriedade do “ofício de Patrão-mor da barra do Rio Grande”, em 21/11/1798. AHRS. Códices da Fazenda, F-1249, fl. 61v-62.

¹²⁰ Apenas uma parte dos registros de cargas está acompanhada dos volumes das mercadorias transportadas. Além disso, as cargas de algumas embarcações são registradas com expressões genéricas, tais como “vários gêneros”, “gêneros do país” e “escravos”/“vários escravos”. Também não há uma padronização das unidades de medida utilizadas para especificar o volume das mercadorias. O açúcar, por exemplo, é indicado por “caixas”, “caixote”, “sacos”, “feixe”, “arrobas”, “pipas” e “barris”. Deste modo, as considerações aqui apresentadas dizem respeito apenas aos produtos comercializados, sem considerar os volumes apenas eventualmente informados.

das embarcações, especialmente em relação aos registros de entrada no porto de Rio Grande.

Tabela 2 – Movimentação anual de embarcações nacionais e estrangeiras na barra do Porto de Rio Grande, 1803-1851

ANO	ENTRADAS				SAÍDAS				Total
	Nacionais	Estrangeiras	Ni	Soma	Nacionais	Estrangeiras	Ni	Soma	
1803			16	16					16
1804			14	14					14
1809			54	54			19	19	73
1810			16	16					16
1811		1	48	49					49
1812	1			1					1
1814			6	6					6
1815		1	79	80					80
1831					1	1		2	2
1834		1	21	22	2	6	36	44	66
1835					1	2	7	10	10
1836	3	3		6	3	1	1	5	11
1838	13	1	1	15	5	4	1	10	25
1839	1	3	4	8	3	2	4	9	17
1840	6			6	6	1	1	8	14
1841	103	22	5	130	118	23	1	142	272
1842	139	28	1	168	142	29		171	339
1847	17	10		27	2	1		3	30
1848	24	33		57	47	26		73	130
1850	3	4	1	8	3	8		11	19
1851	21	8		29	29	10		39	68
Total	331	115	266	712	362	114	70	546	1.258

Ni: bandeira não informada

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Quanto à bibliografia, além das informações localizadas nos mapas de exportação e importação de 1837-45 e 1836-52, os dados disponíveis referem-se ao final da década de 1840, já no II Reinado. Se comparado com estes registros, fica mais evidente que aqueles aqui analisados devem ser considerados como residuais. Lauro de Brito Viana demonstra que, entre 1847 e 1882, entraram e saíram anualmente uma média de 1.129 embarcações na barra de Rio Grande. Em termos absolutos, foram 20.431 entradas e 20.220 saídas. Em média, entravam 312,81 e saíam 561,67 embarcações a cada ano. As embarcações nacionais eram levemente predominantes tanto nas entradas (11.254), quanto nas saídas (11.261). Contudo, deve-se destacar que as embarcações de bandeira estrangeira circulando pela barra de Rio Grande estavam bem representadas (aproximadamente 45% do total), constituindo-se em fortes concorrentes no comércio realizado através daquele porto. Para os anos que coincidem com os dados apresentados na **Tabela 2** (1847-51), o autor chegou ao total de 3.262 entradas

e 3.187 saídas, sendo que em ambas predominavam as embarcações nacionais: 1.938 e 1.987, respectivamente. Números estes amplamente superiores aos que pude analisar. Na segunda metade do século XIX, o número de embarcações estrangeiras superou as nacionais, tanto nas entradas quanto nas saídas, somente a partir do ano de 1867¹²¹. Rodrigo de Oliveira Torres destaca que o aumento no número de embarcações estrangeiras em circulação nos portos brasileiros relacionava-se à entrada em vigor da lei que autorizava a participação de embarcações estrangeiras na navegação de cabotagem no Brasil, atividade que até então lhes era vetada¹²².

Destaca-se deste modo a indisponibilidade de fontes mais completas que permitissem conhecer todos os detalhes a respeito do funcionamento do comércio rio-grandense nas primeiras décadas do Império do Brasil e assim identificar de forma mais precisa as mudanças e permanências em relação ao período colonial, principalmente no que se refere à atuação dos agentes mercantis envolvidos. Todavia, apesar das limitações, as informações disponíveis permitem sanar parte desta lacuna. Tendo em vista a fragmentação dos registros portuários coletados nos fundos *Marinha e Autoridades Militares*, as considerações a seguir baseiam-se nos registros de 1841 e 1842, pois são os anos com maior número de entradas e saídas de embarcações e relativamente bem distribuídos ao longo de todos os meses do ano. Assim, trabalho nesta seção com um total de **298** registros de importação e **313** de exportação. Além destes, ao longo de todo o texto faço uso dos dados disponíveis na bibliografia consultada, principalmente para as duas primeiras décadas do século XIX. Também consultei monografias referentes ao comércio de Rio Grande entre os últimos anos da década de 1840 e os primeiros anos da década seguinte, buscando sanar parte das lacunas impostas pela limitação das fontes e da bibliografia referente ao comércio da província imediatamente após a independência do Brasil.

Apesar disso, cabe salientar que os dados aqui analisados apontam tendências e

¹²¹ VIANNA, Lauro de Brito. **A cidade, o porto e a barra de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), 2007, p. 93-8. Os dados analisados pelo autor foram retirados do relatório apresentado ao governo imperial elaborado por Honório Bicalho, sobre os quais aponta e corrige imprecisões nas totalizações dos registros. Para tanto, o autor também considerou os dados da movimentação do porto por ele coletados na coluna “Movimento da Barra” publicada no periódico *Diário do Rio Grande* referentes aos anos entre 1855 e 1857. Ver BICALHO, Honório. **Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul: Relatório apresentado ao Governo Imperial. Vol. I**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884; BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. **Diário de Rio Grande**, 1855-1857. Vianna sugere que o trabalho de Bicalho estaria orientado pela Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande e visava “demonstrar a viabilidade do Porto do Rio Grande apesar da crise pela qual estava passando naquele momento de 1883/84”. VIANNA, L. **A cidade, o porto**, op. cit., p. 97.

¹²² De acordo com o autor, a Constituição republicana de 1891 retomou a exclusividade da cabotagem no Brasil às embarcações nacionais. TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”, op. cit., p. 60.

indicações importantes a respeito da movimentação do porto marítimo do Rio Grande de São Pedro do Sul, seus parceiros comerciais, seus produtos e agentes mercantis. Nos capítulos seguintes, a confrontação com outras fontes indicativas das atividades econômicas rio-grandenses permitiu que se avançasse a respeito da análise do funcionamento da atividade mercantil e da atuação de seus agentes na primeira metade do século XIX.

Por meio do trabalho de Helen Osório sabe-se que, entre 1802 e 1821, as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina eram as principais parceiras comerciais do Rio Grande de São Pedro. Juntas, as três primeiras praças recebiam quase a totalidade das exportações rio-grandenses. O Rio de Janeiro era o primeiro – e quase exclusivo – mercado do trigo e o segundo importador de charque (a Bahia era o principal comprador do produto). De outra forma, o porto carioca era o principal destino dos couros e dos outros produtos agropecuários. O Rio de Janeiro era a origem de 67 a 76% do total das importações sul-rio-grandenses. Por intermédio destas adquiria-se principalmente açúcar, arroz, farinha de mandioca, sal, escravos e manufaturados, tais como metais e têxteis, além de utensílios diversos. Com a Bahia, os negócios de importação eram menos avultados e constituíam-se principalmente de sal, escravos, açúcar, fazendas secas e ferragens. A confrontação das exportações e das importações com estas praças indica que a balança comercial rio-grandense apresentava déficits constantes com a capital do Vice-reino, que eram financiados pelos superávits obtidos no comércio com a Bahia e com Pernambuco¹²³.

Na **Tabela 3** constam trinta localidades e em apenas um registro de importação não foi possível identificar a origem da embarcação. Percebe-se que a maior parte da movimentação relaciona-se ao comércio de cabotagem (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina), seus principais parceiros comerciais desde o período colonial. Juntas, as quatro praças mercantis representam cerca de quatro quintos tanto das entradas quanto das saídas de navios computados. O Rio de Janeiro era o principal parceiro comercial da província. Bahia e Santa Catarina aparecem como a segunda origem mais freqüente das embarcações, enquanto Pernambuco como o segundo destino. Santos e Paranaguá também se destacavam como

¹²³ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 183-223. Ao analisar a balança comercial da Bahia entre 1808-10 e 1813-16, Kátia Mattoso destaca os constantes déficits com a Europa, África e Rio Grande do Sul. Neste último, a autora indica que nos oito anos por ela considerados, apenas em 1808 as trocas com a capitania rio-grandense foram superavitárias em 15 contos de réis. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 514-17. A autora baseia suas considerações a este respeito nos dados publicados por Catherine Lugar. Ver LUGAR, Catherine. **The Merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830**. Nova Iorque: State University of the Nova Iorque at Stony Brook, 1980 [tese de doutorado].

praças de origem de embarcações atracadas no porto de Rio Grande.

Tabela 3 - Movimentação de embarcações no Porto de Rio Grande, por praça mercantil de origem e destino, 1841-1842

Praça mercantil	ENTRADA		Praça mercantil	SAÍDA	
	nº embarcações	%		nº embarcações	%
Rio de Janeiro	147	49,3	Rio de Janeiro	174	55,6
Bahia	35	11,7	Pernambuco	39	12,5
Santa Catarina	35	11,7	Bahia	26	8,3
Pernambuco	16	5,4	Santa Catarina	13	4,2
Liverpool	11	3,7	Montevideu	10	3,2
Montevideu	9	3,0	Nova York	9	2,9
Santos	8	2,7	Liverpool	6	1,9
Lisboa	7	2,3	Hamburgo	4	1,3
Paranaguá	6	2,0	Marselha	3	1,0
Nova York	4	1,3	Porto	3	1,0
Marselha	3	1,0	Portugal	3	1,0
Porto	3	1,0	Amsterdã	2	0,6
Baltimore	2	0,7	Baltimore	2	0,6
Ilha do Sal	2	0,7	Boston	2	0,6
Outras*	10	3,4	Filadélfia	2	0,6
			Laranjeiras	2	0,6
			Paranaguá	2	0,6
			Salem	2	0,6
			Valparaíso	2	0,6
			Outras**	7	2,1
Total	298	100	Total	313	100

* Praças com uma ocorrência: Assú, Boston, Bremen, Costa da África, Estados Unidos, Filadélfia, Hamburgo, Ilha de Marajó e Itapocaraí; um não informado;

** Praças com uma ocorrência: Altona, Antuérpia, Bremen, Cauves, Dantrie, Gênova e São Francisco do Sul

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72

Na segunda metade do século XIX, os dados da movimentação de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande reunidos por Lauro Vianna para os anos entre 1855 e 1857, indicam que Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina mantiveram-se como as principais origens e destinos das embarcações nacionais e estrangeiras. O Rio de Janeiro mantinha sua preponderância sobre os negócios de importação e exportação da província rio-grandense. Quanto aos portos da região nordeste, é frisado que a condição de grandes consumidores de charque propiciava contatos comerciais importantes com a província rio-grandense. No que diz respeito às exportações, Vianna chama a atenção para o grande número de navios que saíram em direção à província de Pernambuco, principalmente aqueles cujos registros indicavam a existência de escalas (13 diretamente e 297 “com escalas”), pois além de ser um dos mais importantes consumidores dos produtos rio-grandenses, a grande distância

a ser percorrida possibilitava o atendimento às demandas de outros importantes parceiros mercantis (Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina, principalmente). Apesar disso, a Corte era o principal destino direto, com 246 embarcações, além de outras 34 que fizeram escalas em porto da vizinha Santa Catarina. Por fim, Vianna chama atenção para o papel do porto carioca como re-exportador do charque e dos couros produzidos no Rio Grande de São Pedro para os demais portos do Brasil, além de Europa e Estados Unidos¹²⁴.

Apesar do predomínio do comércio com os demais portos da América portuguesa, também é possível observar a ocorrência de transações diretas com importantes portos nos Estados Unidos (Nova Iorque, Baltimore, Filadélfia, Salem e Boston) e na Europa (Hamburgo, Marselha, Amsterdã e Liverpool), além dos negócios realizados com Portugal (Lisboa e Porto). Na América do Sul, destaca-se ainda a atividade mercantil com a região do Rio da Prata (Montevideú), e com Valparaíso.

Maria Bertulini Queiroz lembra que parte importante das transações comerciais do Rio Grande de São Pedro voltava-se mais diretamente aos seus vizinhos platinos. De acordo com a autora, a partir da década de 1790, a capitania assumiu a função de ligar o Rio de Janeiro e o Rio de Prata, através do contrabando, o que ainda se mostrava vantajoso para todos os envolvidos¹²⁵. Em 1808, Manuel Antônio de Magalhães, redator de uma memória sobre a vila de Porto Alegre, dedicada ao então príncipe Regente D. João, apresentava considerações sobre os prejuízos sofridos com os descaminhos do comércio da região devido ao envio de gêneros diversos e, principalmente, de escravos aos domínios espanhóis¹²⁶. A este respeito, Corsino Medeiros dos Santos¹²⁷ chama atenção não só para a perda de cativos, mas também para o efeito negativo causado pela entrada de produtos recebidos no Rio da Prata em troca dos escravos e que concorriam os produzidos na capitania rio-grandense (carne e trigo). Todavia, lembra que o contrabando destas mercadorias era bastante lucrativo para os agentes que transitavam na fronteiras de ambos os domínios e que havia quem defendesse a manutenção do tráfico de escravos para os vizinhos platinos como salutar aos negócios da Coroa portuguesa na região. Segundo Helen Osório, se no século XIX o contrabando tinha

¹²⁴ Os dados de Lauro Vianna indicam que o número de embarcações estrangeiras no comércio de cabotagem ainda era reduzido devido à proteção governamental dada as embarcações nacionais. Segundo ele, as exceções se explicam pela existência de autorizações especiais para que navios estrangeiros atuassem nestas rotas (“cartas-guia”). VIANNA, L. **A cidade, o porto**, op. cit., p. 126-27; 135-36.

¹²⁵ QUEIROZ, M. **A Vila do Rio Grande**, op. cit., p. 149-51.

¹²⁶ MAGALHÃES, M. **Almanaque da Vila de Porto Alegre**, op. cit., p. 120-22.

¹²⁷ SANTOS, Corsino Medeiros dos. **O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 122-36; 162-70.

como um dos efeitos negativos o fornecimento de gado a preços baixos para os “saladeros”, a remessa de escravos africanos e tabaco para o outro lado da fronteira tinha como contrapartida a entrada em Rio Grande de “pesos fortes” que alcançava grande circulação e contava com a tolerância das autoridades locais que faziam vistas grossas para o contrabando, chegando a omitir as quantidades exatas da entrada de moeda espanhola na capitania¹²⁸.

Especificamente sobre a Banda Oriental, Sérgio da Costa Franco destaca que invariavelmente os momentos de instabilidade política e crise econômica eram bastante benéficos para a economia da fronteira sul do Brasil. Nestas ocasiões, as principais praças comerciais desta região (Jaguarão, Pelotas e Rio Grande) tornavam-se “empórios de fornecimento e consumo para a campanha do Estado Oriental”¹²⁹. Entretanto, a incorporação da Banda Oriental como província Cisplatina (1821) – um dos momentos críticos das relações nesta fronteira – não teria representado facilidades plenas para criadores e comerciantes do Rio Grande de São Pedro. Contrariando expectativas, e mesmo sem alcançar seus objetivos, o general Carlos Frederico Lecor adotou medidas alfandegárias e burocráticas que visavam limitar o comércio na fronteira, especialmente de gado, em atendimento às reivindicações das elites terratenentes e mercantis de Montevidéu, interessados na manutenção de sua posição de centro econômico da campanha uruguaia¹³⁰.

Helen Osório salienta que as incursões na Banda Oriental a partir de 1811 permitiram a incorporação de centenas de milhares de cabeças de gado por parte dos invasores portugueses. Lembra ainda que tratava-se de uma prática e costume recorrentes nesta fronteira, pois o gado *vacum* e *cavalar* constituíam-se no botim a ser distribuído entre as tropas, além de suprir as necessidades de alimentação e transporte dos combatentes¹³¹. Assim, conforme sintetiza Fabrício Prado, no período da Província Cisplatina, numerosos rebanhos foram trazidos para o Rio Grande pelos charqueadores da região. Além disso, os estancieiros tiveram acesso facilitado aos férteis campos orientais, sendo que um número significativo deles estabeleceu propriedades na região, tanto por compra quanto pela ocupação de terras de rivais políticos. A incorporação da Banda Oriental ao Império do Brasil também era

¹²⁸ OSÓRIO, Helen. Guerra y comercio en la frontera hispano-portuguesa meridional - Capitanía del Río Grande, 1790-1822. In: Fradkin, Raul. (Org.). **Conflictos, negociaciones y comercio durante las guerras de independencia latinoamericanas**. Piscataway: Georgias Press, 2010, p. 175-82.

¹²⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 53.

¹³⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1830)**. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/IEL, 1980, p. 77-80.

¹³¹ OSÓRIO, H. Guerra y comercio, op. cit., p. 182-4.

conveniente aos comerciantes estabelecidos em Montevideu, pois assim tinham acesso direto às rotas mercantis do Rio de Janeiro, que lhes facilitava o comércio com os negociantes britânicos e assegurava a manutenção das redes do tráfico negreiro¹³².

É importante destacar que na **Tabela 3** observa-se que as exportações apresentam um número mais variado de praças mercantis em relação às importações. Nos mapas de exportação e importação apresentadas por Gonçalves Chaves em sua “Quinta Memória”, consta que entre 1816 e 1822 a então capitania já negociava diretamente com diversos portos fora da América portuguesa. Os principais portos informados nos registros como destino das mercadorias rio-grandenses foram Montevideu, Havana, Nova Iorque, Salem, Boston e Antuérpia. Para estes portos eram enviados couros de boi e de égua, carne-seca (charque), barris de carne (“carne salgada em barris”), sebo, graxa, cabelo e chifres. Em relação às importações, a capitania recebia sal, vinho, azeite, fazendas secas, aguardente, ferragens, diversos produtos manufaturados, entre outros itens. Dentre os fornecedores destas mercadorias, destacam-se Montevideu e Buenos Aires; Nova Iorque, Boston, Filadélfia, Salem; Porto, Lisboa; Cádiz, Gibraltar, Marselha e Hamburgo¹³³.

A consulta à documentação emitida a partir do consulado no Rio Grande do Sul dos Estados Unidos informa que, apesar dos problemas enfrentados durante a Guerra dos Farrapos, diversas embarcações estadunidenses entraram no porto de Rio Grande, entre 1829 e 1840, carregadas de farinha, sal, especiarias, artigos diversos, produtos domésticos, entre outras mercadorias. As mesmas embarcações saíam levando principalmente couros e chifres, além de cabelos, sebo e erva-mate. Em 1831, por exemplo, as embarcações pertencentes à comerciantes estadunidenses que aportaram em Rio Grande vinham principalmente de Nova York, Boston, Cabo Verde e Alexandria (D.C). As que deixaram o mesmo porto tinham como destinos prioritários: Nova York, Porto Alegre, Montevideu, Cabo Verde e Salem¹³⁴. Ou seja, os negócios realizados não se limitavam aos porto dos Estados Unidos e o de Rio Grande e faziam parte de uma rede mais ampla de transações mercantis. Além disso, demonstram que o acesso a estas rotas mercantis externas à América portuguesa e à região platina, decorria não apenas de novas parcerias estabelecidas pelo grupo mercantil rio-grandense, mas também pela

¹³² PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 85-91.

¹³³ CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-política sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978, p. 134-70.

¹³⁴ FRANCO, S. (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos**, op. cit., p. 101-37.

transferência de negociantes estrangeiros para a província. Quanto aos Estados Unidos, a este respeito deve ser destacado que o próprio cônsul Isaac Austin Hayes era sócio majoritário da Hayes, Engerer & Companhia, sociedade mercantil com base em Rio Grande da qual também eram sócios Patrick Barry Hayes (seu irmão), Frederic Engerer, Ralph W. Peacock (Vice-cônsul) e George S. Peacock¹³⁵.

A presença de embarcações estrangeiras entre aquelas que passavam pelo porto de Rio Grande também consta nas observações do comerciante Nicolau Dreys. Segundo ele, na década de 1830, embora a maior parte delas fosse propriedade de negociantes estabelecidos na própria província, observou-se a presença de embarcações pertencentes a estrangeiros (franceses, ingleses, americanos, italianos e das cidades hanseáticas)¹³⁶. Característica semelhante também foi registrada pelo viajante Arsène Isabelle ao observar a movimentação das embarcações no porto de Porto Alegre entre 1830 e 1834¹³⁷.

Nos anos entre 1855 e 1857, os registros do *Diário de Rio Grande* compilados por Lauro Vianna, indicam que a praça de Montevideu era o principal parceiro mercantil das embarcações nacionais que percorreram portos estrangeiros e que passaram pelo porto de Rio Grande. Nas importações, além deste porto de onde chegaram trinta e três embarcações, constavam ainda navios vindos de Buenos Aires (8), Baltimore (2), Porto (3), Cádiz e Cardiff, com uma ocorrência cada. Além da tradicional circulação de mercadorias com a região platina, o autor lembra que a existência de linhas regulares ligando Montevideu, Rio Grande e Porto Alegre contribuíram para o expressivo número de embarcações vindas da capital uruguaia. As embarcações nacionais que partiram de Rio Grande em direção a portos no exterior tinham como destino nestes anos: Montevideu (29), Buenos Aires (4), Cork (4) e Porto (4). Além destes, constavam ainda Antuérpia, Boston, Cádiz, Falmouth, Havre e Liverpool, todas com apenas uma embarcação. O autor salienta que Baltimore era grande fornecedor de farinha de trigo para a província rio-grandense e que a Europa era grande

¹³⁵ No relato apresentado aos seus superiores a respeito dos problemas que havia enfrentado junto ao governo da província, Isaac Austin Hayes informa que era “comerciante estabelecido há anos, com extensivos negócios e gozando de crédito e confiança de todos”, quando foi preso (em 1836) pelos imperiais acusado de apoiar logisticamente e financeiramente os rebeldes farroupilhas. Relata que a prisão havia causado enormes prejuízos não apenas pessoais, mas também para a firma da qual fazia parte que acabou sendo encerrada. Em 1837, Frederic Engerer permaneceu em Porto Alegre como único representante de seus sócios para concluir os negócios da Hayes, Engerer & Companhia. FRANCO, S. (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos**, op. cit., documento nº 41(9), 42, 46(10), 61, 62. Ver também: BERUTE, G. Negócios em tempos de guerra, op. cit.

¹³⁶ DREYS, N. **Notícia descritiva da Província**, op. cit., p. 143.

¹³⁷ ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata**, op. cit., p. 245-46.

consumidora dos couros produzidos na região¹³⁸.

Quanto às embarcações estrangeiras registradas nos mesmos anos, Vianna demonstra que nas entradas destacavam-se portos do Rio da Prata (Montevideu, 20 e Buenos Aires, 36), da Grã-Bretanha (61, especialmente, Cardiff com 11 e Liverpool com 42 embarcações), da Espanha (55, quase todos de Cádiz, 52), dos Estados Unidos (54), tendo Nova Iorque como a principal origem (25), da Bélgica com 20 navios (4 da Antuérpia e 16 de Anvers), 48 embarcações com origem nos “Estados alemães” (42 dos quais de Hamburgo) e 11 embarcações vindas da França (Marselha contribuiu com 8 delas). Portugal, que apareceu com poucos registros nos dados computados na **Tabela 3**, aqui aparece com destaque e constava como a origem de 71 navios (Lisboa, 58; Porto, 7 e Setúbal, 6). O autor enfatiza o fato da representatividade portuguesa ser superior à dos portos britânicos, que “na época dominava a indústria, o comércio e o crédito/capital”, e atribuiu este fato “à tradição colonial e de consumo da população do Rio Grande e do Prata”, que mantinha Rio Grande como rota obrigatória. No que se refere às saídas, o destaque ficou para o Rio da Prata como destino de trinta embarcações – quase todas para Montevideu (26) – Estados Unidos (68), sendo 43 para Nova Iorque e Grã-Bretanha, que predominava largamente sobre os demais destinos com 232 embarcações – destacadamente, Falmouth (90), Cork (83) e Liverpool (55). Espanha (4) e Portugal (6), ao contrário do que foi apontado nos registros de importação, constavam como destino de um número reduzido de embarcações. Tal como apontou Lauro Vianna, é importante reter do conjunto destes dados organizados, a manutenção dos negócios de importação e exportação com a região platina, a posição de principal parceiro comercial e grande importador dos couros exercida pela Grã-Bretanha e a importância gradativamente conquistada pelos portos norte-americanos como consumidores de couros e fortes concorrentes dos britânicos na província rio-grandense¹³⁹. Assim, deve-se ressaltar que a já mencionada existência de um consulado dos Estados Unidos no Rio Grande de São Pedro demonstra bem a importância dos negócios existentes na região¹⁴⁰.

Conseqüentemente, apesar dos limites dos dados disponíveis, a confrontação com a bibliografia permite perceber que as transações comerciais efetuadas diretamente com portos estrangeiros eram no mínimo anteriores à década de 1820. Além disso, os parceiros comerciais eram praticamente os mesmos durante os anos considerados. Ainda que os dados

¹³⁸ VIANNA, L. **A cidade, o porto**, op. cit., p. 127-29.

¹³⁹ VIANNA, L. **A cidade, o porto**, op. cit., p. 129-35.

¹⁴⁰ FRANCO, S. (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos**, op. cit.

consultados informem a respeito do período posterior ao ano de 1816, é provável que os negócios de importação e exportação com localidades estrangeiras, sem a intermediação do Rio de Janeiro, tenham se iniciado logo após a “Abertura dos Portos”, em 1808. Por fim, a julgar pelos dados disponíveis, as negociações com portos estrangeiros consolidaram-se a partir da segunda metade dos oitocentos, especialmente com os britânicos.

Tabela 4 - Movimentação de embarcações no Porto de Rio Grande: produtos importados e exportados, 1841-1842

Produto	IMPORTAÇÃO		Produto	EXPORTAÇÃO	
	nº carregamentos	%		nº carregamentos	%
Escravos	122	25,2	Carne	180	43,6
Gêneros	119	24,5	Couros	99	24,0
Sal	103	21,2	Sebo	55	13,3
Fazenda	21	4,3	Escravos	15	3,6
Farinha	18	3,7	Lastro	16	3,9
Açúcar	13	2,7	Cabelo	10	2,4
Madeira	13	2,7	Chifres	10	2,4
Aguardente	12	2,5	Erva	7	1,7
Vinho	12	2,5	Lã	5	1,2
Carvão*	9	1,9	Madeira	4	1,0
Farinha de trigo	8	1,6	Canelas de bois	2	0,5
Cal	5	1,0	Eixos de carreta	2	0,5
Café	3	0,6	Erva-mate	2	0,5
Carne	3	0,6	Gêneros	2	0,5
Lastro	3	0,6	Outros***	2	0,5
Tabuado	3	0,6			
Fumo	2	0,4			
Lenha	2	0,4			
Molhados	2	0,4			
Outros**	12	2,5			
Total	485	100	Total	413	100

* Inclusive um carregamento com “Carvão caríame” e dois com “Carvão de pedra”; ** Produtos importados com apenas um carregamento: algodão, armamento, arroz, azeite, caibros, cebolas, ripas, sebo, tabaco, trem de guerra, trigo e utensílios da nação; *** Produtos exportados com um carregamento: fazenda e molhados

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Com relação às mercadorias transportadas, na **Tabela 4** é possível observar que ,em 1841 e 1842, a pauta era formada por trinta e nove produtos diferentes. As *importações* apresentavam-se relativamente mais variadas em relação às *exportações*. Os principais itens importados eram escravos, sal e gêneros diversos. Outros produtos de destaque foram fazendas, farinha, açúcar, aguardente, vinho, açúcar e carvão. Deste modo, independente da origem e do destino, a pauta de mercadorias negociadas neste momento não parece ter sofrido alterações significativas em relação ao período colonial.

Como se sabe, o *sal* era fundamental para o preparo do charque e dos couros salgados, os mais importantes produtos exportados pelo Rio Grande de São Pedro¹⁴¹. O insumo representava 21% dos carregamentos com cargas informadas nos anos de 1841 e 1842 (103 carregamentos no total). Contudo, em nenhum destes carregamentos consta o volume desembarcado.

Conforme as estimativas fornecidas por Gonçalves Chaves, foram importados 721.509 alqueires de sal durante os anos entre 1816 e 1822 (média de 103.073 alqueires por ano). No mesmo período, as importações de farinha, açúcar e arroz foram de 213.914, 146.245 e 35.003 alqueires, respectivamente¹⁴². No “MAPPA resumido da importação da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, nos exercícios de [1837-45]” os números apresentados por Eleutério de Camargo¹⁴³ indicam que, nos “exercícios” de 1843-44 e 1844-45, foram importados 156.257 alqueires de sal de países estrangeiros ao custo de 1\$000 réis o alqueire. Ao analisar a importação do insumo pelo mesmo porto em meados do século XIX, a partir de dados publicados no periódico *O Rio-Grandense*¹⁴⁴ da cidade de Rio Grande, Josiane da Silveira contabilizou a entrada de 154 carregamentos em 1850 e de 205, em 1854. A autora constatou através da confrontação com os registros de importação de outros produtos (sobretudo, farinha, cal, fazendas e açúcar) que o sal apresentava o maior número de carregamentos nos dois anos por ela considerados. Em relação aos volumes, informa que no primeiro trimestre de 1854, foram importados 196.671 alqueires do insumo, enquanto a farinha de mandioca alcançou 26.858 alqueires. Apesar disso, registra a ocorrência de episódios de carência do produto, um dos fatores que influenciavam na elevação do seu

¹⁴¹ Sobre as charqueadas no Rio Grande do Sul, ver entre outros CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista no século XIX**. Niterói: PPGH-UFF, 1983 [dissertação de mestrado]; CARDOSO, F. **Capitalismo e escravidão**, op. cit.; MAESTRI FILHO, M. **O escravo no Rio Grande do Sul**, op. cit. Para uma análise do modelo de ocupação espacial das charqueadas da região de Pelotas e os procedimentos de produção das carnes e dos couros, ver também GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001 [2ª Edição]; GUTIERREZ, Ester J. B. Sítio charqueador pelotense. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIM, Maria Medianeira (Orgs.). **Império**, v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 231-56.

¹⁴² CHAVES, A. **Memórias ecônomo-política**, op. cit., p. 170.

¹⁴³ CAMARGO, J. **Quadro estatístico e geográfico**, op. cit.

¹⁴⁴ **O Rio-grandense**, 1845-1858. A coleção sob a guarda da Biblioteca Rio-grandense possui números esparsos até 1845 e a partir de 1846 a coleção encontra-se completa e em bom estado de conservação. Agradeço a profª. Marcia Kuniuchi (FURG) pelas informações. Ver também ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina do século XIX no acervo da Biblioteca Rio-grandense (levantamento parcial). **Biblios**. Rio Grande, nº 19, p. 95-107, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/dbh/article/viewFile/257/70>>. Acesso em: 15 Jun. 2009.

preço¹⁴⁵. Confrontando com os volumes indicados por Gonçalves Chaves, percebe-se um aumento significativo na importação de sal pela província rio-grandense na segunda metade do século XIX.

No que se refere às origens das cargas, na **Tabela 4.1** destaco as praças de origem das embarcações que desembarcaram carreando sal e escravos. Entre as transações do insumo (103), salienta-se o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco, que constavam como a origem de 83,5% das cargas contabilizadas. Helen Osório informa que, entre 1802 e 1821, a Bahia era o principal fornecedor de sal da capitania rio-grandense¹⁴⁶. Quanto aos portos estrangeiros, os principais fornecedores em 1841 e 1842 eram Montevideú, Lisboa, Ilha do Sal (no Arquipélago do Cabo Verde) e Porto, com aproximadamente 13% do total. Confrontando com os carregamentos de sal analisados por Josiane da Silveira referentes aos anos de 1850 e 1854, chama a atenção a maior participação dos portos estrangeiros: 41 e 50,5%, respectivamente. Os principais fornecedores estrangeiros do produto eram Lisboa e Cádiz, que juntas constavam como a origem de 25 e 32% das cargas de sal nos dois anos contabilizados pela autora. Entre os portos do Brasil, também se destacavam Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco¹⁴⁷.

Tabela 4.1 – Portos de origem das cargas de sal e escravos, 1841-1842

Praça Mercantil	SAL		Praça Mercantil	ESCRAVOS	
	nº carregamentos	%		nº carregamentos	%
Rio de Janeiro	52	50,5	Rio de Janeiro	71	58,2
Bahia	26	25,2	Bahia	27	22,1
Pernambuco	8	7,8	Pernambuco	9	7,4
Montevideú	5	4,9	Santa Catarina	5	4,1
Lisboa	4	3,9	Paranaguá	4	3,3
Ilha do Sal	2	1,9	Santos	4	3,3
Paranaguá	2	1,9	Outras**	2	1,6
Porto	2	1,9			
Outras*	2	1,9			
Total	103	100	Total	122	100

* Praças com uma ocorrência: Assú e Ilha de Marajó;

** Praças com uma ocorrência: Assú e Montevideú

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

É possível que a participação dos portos estrangeiros fosse maior, já que o Rio de

¹⁴⁵ SILVEIRA, Josiane Alves da. **Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX**. Rio Grande: FURG, 2006 [monografia de bacharelado], p. 27-33.

¹⁴⁶ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 215.

¹⁴⁷ SILVEIRA, J. **Rio Grande: portas abertas**, op. cit., p. 34-8.

Janeiro a partir da primeira metade do século XVIII havia se transformado em ponto de encontro de uma intrincada rede de circuitos mercantis e também um porto de redistribuição de mercadorias importadas¹⁴⁸. As informações fornecidas por Gonçalves Chaves indicam que, apesar das negociações realizadas diretamente com portos europeus e norte-americanos, o Rio Grande de São Pedro também recebia uma variedade de mercadorias estrangeiras, principalmente através do porto do Rio de Janeiro. A capital da colônia fornecia aguardente do reino, das Ilhas, da França, entre outros países estrangeiros; vinho de Lisboa, do Porto, da Figueira e da Catalunha; fogos de artifício e pólvora da China e baús de Lisboa e China. Vinho e aguardentes destas mesmas praças também vinham de Pernambuco, Bahia e Santos. Vinhos de Lisboa da mesma forma chegavam de Montevidéu e da Ilha de Santa Catarina. Esta última despachou 1.300 alqueires de trigo espanhol no valor total de 3:380\$000 réis no ano de 1816. Nas diversas cargas de sal remetidas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco que constam nas estimativas de Gonçalves Chaves, não é especificada a origem do insumo, mas é provável que ao menos parte destas cargas estivesse sendo redistribuída por estas praças¹⁴⁹.

Quanto ao tráfico negreiro, foram contabilizados cento e vinte e dois carregamentos. Estes concentram um quarto das cargas especificadas nas embarcações que aportaram em Rio Grande entre 1841 e 1842 (**Tabela 4**). Praticamente todos os desembarques com cativos tinham como origem portos do Brasil, exceto um vindo de Montevidéu. Nestes anos não foi registrada nenhuma entrada vinda diretamente da África. O Rio de Janeiro, seguido da Bahia e Pernambuco representavam aproximadamente 83,5% das origens informadas (**Tabela 4.1**).

Não é possível afirmar exatamente quantos cativos foram importados nos anos considerados, uma vez que em doze carregamentos, quase todos vindos do Rio de Janeiro, não há especificação da quantidade exata de escravos transportados e o registro apresentava expressões genéricas como “escravos” e “vários escravos”. Assim, nos carregamentos restantes, consta que entraram no mínimo 805 escravos no porto de Rio Grande nos anos de 1841 e 1842.

Segundo dados reunidos por Helen Osório, no período entre 1803 e 1822, foram desembarcados no mínimo 18.208 escravos na então capitania¹⁵⁰. Ao analisar dados referentes ao tráfico de escravos do Rio Grande de São Pedro, estimei que nos anos selecionados entre 1788 e 1802, entraram 3.294 cativos remetidos dos principais portos da América portuguesa,

¹⁴⁸ SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit.

¹⁴⁹ CHAVES, A. **Memórias ecônomo-política**, op. cit., p. 142-70.

¹⁵⁰ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 221.

enquanto entre os anos mais representativos de 1809 a 1824, entraram no mínimo 6.984 escravos, despachados apenas do porto do Rio de Janeiro¹⁵¹. Já no período de 1826 a 1833 contabilizei o desembarque de 5.749 escravos oriundos deste mesmo porto¹⁵². Ou seja, embora referentes a um período anterior, os dados sugerem que a importação de escravos anotada pelo prático da barra estava subestimada. Conseqüentemente, a falta de dados mais precisos sobre o volume de cativos desembarcados no porto de Rio Grande dificulta uma análise mais apurada a este respeito a partir da fonte aqui considerada.

Parte deste sub-registro pode ser atribuída ao extravio de parte da documentação, mas também à não realização dos registros previstos¹⁵³. Entretanto, esta forma de apresentação, sem a especificação do volume exato ou sem informar a origem dos escravos, também poderia ser utilizada como forma de encobrir a importação de escravos africanos recém chegados da África, atividade oficialmente proibida pela Lei de 7 de setembro de 1831. Embora tenha sido ineficaz quanto ao combate ao tráfico atlântico, encerrado definitivamente apenas em 1850 (“Lei Eusébio de Queiroz”), é possível que novos procedimentos tenham sido adotados pelos traficantes a fim de dificultar o controle sobre o comércio ilegal de escravos africanos¹⁵⁴.

Em relação às *exportações* rio-grandenses, na mesma **Tabela 4**, verifica-se que o gado e seus derivados permaneciam como os principais produtos exportados entre 1841 e 1842. Carnes, couros, sebo, cabelos, chifres e canelas de bois, compunham 86,7% dos carregamentos contabilizados. Entre estes, destacavam-se as carnes e os couros que concentravam aproximadamente 67,6% do total de registros de exportação do porto de Rio Grande. Como foi visto acima, os couros e o charque representavam juntos 74,7% do valor total das exportações rio-grandenses, entre 1837-49.

Segundo Jonas Vargas, na segunda metade do século XIX, ambos os produtos ainda eram os principais itens de exportação do Rio Grande de São Pedro. O charque teve seu

¹⁵¹ BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 38-48.

¹⁵² ANRJ. **Polícia da Corte**. Códice 424, v. 1-9 (1826-1833). De acordo com a estimativa recentemente elaborada por Gabriel Aladrén, a importação de escravos do Rio Grande de São Pedro entre 1788 e 1833 alcançou o total de 35.335 escravos. ALADRÉN, Gabriel. **Entre guerras e fronteiras: escravos, libertos e soldados negros no sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1801- c.1835)**. Niterói: PPGH-UFF, 2011 [qualificação de doutorado], p. 29-38.

¹⁵³ Em diversos momentos a Provedoria da Fazenda Real de Rio Grande tentou sem sucesso exercer um maior controle sobre a entrada e saída de escravos da capitania. BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 41-5.

¹⁵⁴ Estudos recentes contestam a interpretação segundo a qual a Lei de 1831 teria sido uma “lei para inglês ver”, pois apesar da ineficácia no combate ao tráfico ela foi bastante acionada em processos para a obtenção de liberdade a partir das décadas de 1850 e 1860. Para uma síntese deste debate, ver o Dossiê – “Para inglês ver”? Revisitando a Lei de 1831, organizado por Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM, Ano 29, nº 1/2/3, Jan-Dez 2007, p. 85-340.

apogeu na década de 1860, quando o Rio de Janeiro gradativamente passou a comprar mais charque dos “saladeros” da região do Rio da Prata, enquanto Recife e Pernambuco passaram a maiores compradores do charque rio-grandense. Os anos de 1870, por sua vez, marcam o momento em que se iniciou o declínio nas exportações do produto. Quanto aos couros, após uma queda acentuada entre 1849-58 (que também atingiu o charque), verificou-se uma retomada na década seguinte e manteve-se estável na década de 1870. Em 1880 houve uma grande elevação nas vendas do produto. Em todo o período, o atlântico norte era o principal destino¹⁵⁵.

A **Tabela 4.2** foi organizada a fim de se observar a variação dos destinos dos dois principais produtos exportados em 1841 e 1842: as carnes e os couros. Nela é possível perceber que as cargas de *carnes* tinham como destino o mercado interno. A maior parte dos carregamentos do produto foi destinada ao Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Os dois únicos portos estrangeiros identificados foram Liverpool e Nova York. Nos registros de carne dos anos selecionados – assim como nos demais anos com carregamentos de carne (1831 e 1838-40) – não há informações acerca dos volumes transportados, tampouco sobre a forma como se apresentavam (salgada ou *in natura*).

Tabela 4.2 – Portos de destino das cargas de carne e couros, 1841-1842

Praça Mercantil	CARNE		Praça Mercantil	COUROS	
	nº carregamentos	%		nº carregamentos	%
Rio de Janeiro	115	63,9	Rio de Janeiro	44	44,4
Pernambuco	37	20,6	Pernambuco	9	9,1
Bahia	25	13,9	Nova York	7	7,1
Outras*	3	1,7	Bahia	6	6,1
			Liverpool	5	5,1
			Hamburgo	3	3,0
			Marselha	3	3,0
			Porto	3	3,0
			Portugal	3	3,0
			Amsterdã	2	2,0
			Baltimore	2	2,0
			Boston	2	2,0
			Filadélfia	2	2,0
			Salem	2	2,0
			Outras**	6	6,0
Total	180	100	Total	99	100

* Praças com uma ocorrência: Liverpool, Nova York e Santa Catarina;

** Praças com uma ocorrência: Altona, Antuérpia, Bremen, Cauves, Gênova e Valparaíso

Fonte: AHRs. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72

¹⁵⁵ VARGAS, J. **Pelas margens do Império**, op. cit., p. 134-42; 146-56.

No “Mapa comparativo das exportações das praças de Porto Alegre e do Rio Grande, em 16 anos consecutivos de 1805 até 1820”, Gonçalves Chaves registra a presença de “charque” e de “barris de carne”. Este último também está presente em cinco dos sete mapas com a “Exportação das produções da fronteira do Rio Grande e seus preços [1816-1822]”, enquanto o charque é designado como “carne-seca” em todos eles. Referindo-se à estas últimas estatísticas, o autor afirma que “A carne salgada em barris é, sim, toda ela fabricada em Porto Alegre: no Rio Grande não se fabrica carne em barris, ainda que se podia fabricar quanta se quisesse”¹⁵⁶.

Helen Osório enfatiza que a designação “charque” era um termo regional. Nos mapas de exportações por ela analisados este termo está presente somente naqueles que foram elaborados por habitantes da região enquanto nas fontes produzidas por portugueses, a designação utilizada era “carne seca”¹⁵⁷. Ou seja, carne seca e charque podem ser tomados como sinônimos. No caso da “carne salgada em barris”, de acordo com Alvarino Marques, o processo de preparo adotado era a simples salga da carne fresca (“verde”) sem o recurso da secagem posterior, como no caso do charque e da carne seca. O autor acrescenta que a carne salgada provavelmente era utilizada como alimentação das tripulações navais¹⁵⁸. Como nos registros de carregamentos de carne de 1841 e 1842 não há elementos que permitam fazer tal distinção com segurança, apresento algumas considerações sobre a comercialização de ambos os produtos em questão.

Segundo o “Mapa comparativo das exportações das praças de Porto Alegre e do Rio Grande, em 16 anos consecutivos de 1805 até 1820” de Gonçalves Chaves, neste período foram exportaram 43.499 *barris de carne*. Nos mapas com a “exportação das produções da fronteira do Rio Grande e seus preços” consta que houve exportação de barris de carne nos anos de 1816-18 e 1821-22. Rio de Janeiro e Montevidéu foram os únicos destinos registrados dos 1.767 barris de carne salgada exportado: Rio de Janeiro (61,9%) e Montevidéu (38,1%), no valor total de 21:817\$600 réis. Para a Corte foram enviados carregamentos do produto em todos os anos mencionados, enquanto para o vizinho platino somente em 1817 (para onde foi enviado o equivalente a 87% dos barris de carne exportados neste ano) e 1818, com apenas 8% do total¹⁵⁹.

¹⁵⁶ CHAVES, A.. **Memórias ecônomo-política**, op. cit., p. 116-18; 134-41; a citação é da p. 141.

¹⁵⁷ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 190.

¹⁵⁸ MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990, p. 16-20.

¹⁵⁹ CHAVES, A. **Memórias ecônomo-política**, op. cit., p. 116-18; 134-41.

Helen Osório constatou que, entre 1802 e 1821, a Bahia era o principal destino do volume de *charque* exportado pela capitania rio-grandense, seguido do Rio de Janeiro e de Pernambuco. “As vendas para esses três portos representavam, no mínimo, 82% (em 1817) e, no máximo, 99,4% (em 1802) das exportações totais de charque”. Parte do charque enviado ao Rio de Janeiro era re-exportada, inclusive para Bahia e Pernambuco, além de Angola e Benguela. Havana e Montevideú foram os únicos destinos estrangeiros do charque rio-grandense neste período. O vizinho platino fez aquisições durante os momentos críticos das guerras de independência (1813 e 1817). A capital cubana, por sua vez, teve a primeira ocorrência identificada em 1809 (2,7% do volume total). Nos anos seguintes, as cifras contabilizadas ficaram em torno deste mesmo patamar e somente em 1814, 1816 e 1818 o volume do produto enviado para a cidade foi mais elevado: respectivamente, 9,7%, 6,5% e 13,1%. As exportações para Montevideú e o acesso ao mercado cubano eram resultados momentâneos das dificuldades impostas pela guerra e os sucessivos fechamentos daquele porto, que ficava sem condições de suprir a sua própria demanda e de seus compradores¹⁶⁰.

Considerando todos os sessenta e quatro registros que disponho com carregamentos de charque (1834, 1839, 1847-48 e 1850-51), observa-se que os principais destinos permaneciam os mesmos verificados pela autora. A praça mercantil de Pernambuco consta como destino de mais da metade dos carregamentos de charque despachados de Rio Grande, seguido do Rio de Janeiro e da Bahia. Nos primeiros da década de 1850, segundo informa Josiane Silveira, o quadro permanecia o mesmo: Pernambuco e o Rio de Janeiro eram os maiores importadores do charque rio-grandense¹⁶¹.

No que diz respeito aos destinos externos ao Brasil, identifiquei apenas dois carregamentos de charque para Havana. Todavia, estes não parecem fazer jus à sua verdadeira importância como importadores do charque despachado de Rio Grande. Ela seria um dos três principais destinos do charque, de acordo com o que informa Saint-Hilaire, sem precisar o

¹⁶⁰ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 195-98; a citação é da p. 196-97. De acordo com Jeanne Friedman, a ocupação de Montevideú pelo General Lecor foi positiva para a atividade mercantil de seu porto. A política portuguesa de abertura dos portos possibilitou a intensificação da movimentação portuária. O pico de importações atingido em 1820, somente foi superado na década de 1830. Os dados reunidos pela autora indicam que após a independência (1828), Montevideú retomou o caráter de porto voltado para o comércio de longa distância, principalmente com a Grã-Bretanha (ainda que em menor grau se comparado ao porto de Buenos Aires). Em relação ao Brasil destaca-se que os negócios registrados no ano de 1836 ficavam entre 20% (importação) e 25% (exportação), atrás apenas dos britânicos. Contudo, muito abaixo do patamar atingido entre 1812-15 (60% das importações). FRIEDMAN, Jeanne Lynn. **Free trade and independence: the Banda Oriental in the World-System, 1806-1830**. Ohio: Ohio State University, 1993 [tese de doutorado], p. 171-81; 231-53.

¹⁶¹ SILVEIRA, J. **Rio Grande: portas abertas**, op. cit., p. 47-8.

período¹⁶². Segundo Gonçalves Chaves, entre os anos de 1816 e 1822, foram remetidos de Rio Grande 418.860 arrobas de carne-seca para Havana¹⁶³. Os dados levantados por Daniel Torres no periódico *O Rio-Grandense*, em 1847, indicam que neste ano foi remetido 95.650 arrobas de charque para Havana. Estes carregamentos ocupavam entre 50 e 80% das cargas das dez embarcações que partiram de Rio Grande para aquele porto. O autor afirma que este volume seria equivalente a 10% do charque comercializado em 1847¹⁶⁴.

Em relação aos *couros*, o destaque fica para a maior presença de portos estrangeiros para os quais estes carregamentos foram remetidos. Ainda que o Rio de Janeiro constasse como principal importador (44,4%), os dezessete destinos estrangeiros somaram 40,4% das cargas de couros contabilizadas. Portanto, os diversos portos estrangeiros para onde foram enviados couros a partir de Rio Grande responderam por uma parcela próxima a do Rio de Janeiro. Os principais portos fora do Brasil foram Nova York, Porto/Portugal, Liverpool, Hamburgo e Marselha que juntos somavam 24,2% do total de registros de exportação do produto. Como foi indicado anteriormente, os “Portos do Império”, Grã-Bretanha e Estados Unidos foram os principais destinos dos couros exportados entre 1846-52.

Helen Osório constatou que, entre 1790 e 1821, o principal destino dos couros era o Rio de Janeiro, que “recebeu nos (...) anos de 1803, 1808 e 1815, 85%, 78,6% e 76,2% dos couros. Entre 1818 e 1821, sua participação oscilou entre 83,5 e 79,6%. Pernambuco era o terceiro porto importador de couros, mas em proporções muito inferiores às da Bahia”. A autora acrescenta que o produto era o segundo produto mais re-exportado pelo Rio de Janeiro, perdendo apenas para o açúcar, que tinha os valores bastante superiores¹⁶⁵.

Lembrando que os registros de saída aqui apresentados dizem respeito principalmente à década de 1840, em comparação com os dados de Helen Osório (1802-21), fica sugerido que passadas cerca de duas décadas, a função de re-exportador dos couros rio-grandenses que o porto do Rio de Janeiro desempenhava durante todo o período colonial foi reduzida, embora se mantivesse em patamares elevados e mantendo a incidência do Rio de Janeiro sobre a economia sul-riograndense.

¹⁶² SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 111.

¹⁶³ CHAVES, A. *Memórias econômico-política*, op. cit., p. 134-41.

¹⁶⁴ TORRES, Daniel de Quadros. *Rio Grande – Pelotas: produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX*. Rio Grande: FURG, 2006 [monografia de bacharelado], p. 46.

¹⁶⁵ OSÓRIO, H. *O império português no sul da América*, op. cit., p. 202-7.

Tabela 4.3 – Bandeira das embarcações que saíram do porto de Rio Grande carregando carne e couros, 1841-1842

Bandeira	CARNE		Bandeira	COUROS	
	nº carregamentos	%		nº carregamentos	%
Nacional	176	97,8	Nacional	62	62,6
Estrangeiras*	4	2,2	Norte-americana	17	17,2
			Inglesa	9	9,1
			Dinamarquesa	4	4,0
			Francesa	3	3,0
			Hamburguesa	2	2,0
			Outras estrangeiras**	2	2,0
Total	180	100	Total	99	100

* Bandeiras com uma ocorrência: Dinamarquesa, Inglesa e Norte-americana; uma não informada;

** Bandeiras com uma ocorrência: Holandesa e Portuguesa

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72

Quando se analisa os mesmos dados organizados de acordo com a “bandeira” da embarcação na qual foi feita a exportação dos referidos produtos (**Tabela 4.3**), percebe-se que os “nacionais” dominavam praticamente sozinhos o transporte de carne, além de ser maioria nos couros. As bandeiras estrangeiras, por sua vez, corresponderam por uma parcela de 37,4% das embarcações que saíram do porto de Rio Grande carregadas com couros. As “norte-americanas” e as “inglesas” foram as que apresentaram os percentuais mais elevados.

Segundo o negociante inglês John Luccock, na época de sua passagem pela capitania rio-grandense (1809), o comércio passava por uma transformação. Muitos dos produtos anteriormente importados através de Portugal estavam perdendo espaço para os produtos ingleses devido aos seus preços mais atrativos e por serem “melhor adaptados ao crescente gosto pela exibição, pois que as possibilidades que a riqueza concedia se escoavam por vários canais”¹⁶⁶.

A Abertura dos Portos (1808) propiciou o crescimento significativo da presença de estrangeiros no comércio do Brasil, especialmente de ingleses. Apesar do descontentamento dos luso-brasileiros e das tentativas governamentais de dificultar sua atuação, a presença destes agentes era uma realidade observada, predominantemente no comércio de cabotagem que abastecia o interior do Brasil. A despeito das proibições as quais os súditos da Majestade britânica estavam submetidos no que diz respeito ao tráfico negreiro, sabe-se que muitos deles também se envolveram com a atividade. A companhia mercantil inglesa *Carruthers &*

¹⁶⁶ Um tratado de comércio entre o Império do Brasil e a França foi assinado no ano de 1826. LUCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro**, op. cit., p. 122.

Irmãos, por exemplo, associou-se ao conhecido traficante de escravos do Rio de Janeiro, João Rodrigues Pereira de Almeida. A ela cabia o fornecimento das mercadorias destinadas ao escambo dos escravos na África¹⁶⁷.

Sobre o comércio francês, sabe-se através de Arsène Isabelle, que nos primeiros anos da década de 1830 havia no mínimo três casas francesas estabelecidas apenas em Porto Alegre, sendo que apenas uma negociava diretamente com a França. Uma trazia as mercadorias francesas adquiridas em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, e a terceira pertencia ao agente consular francês, designado por ele como “Sr. Pradel”, “que fazia um comércio extenso com os Estados Unidos”. Isabelle chama a atenção para a reduzida presença francesa no comércio nas localidades que visitou, assim como “em todos os pontos do continente americano”. O viajante não faz considerações específicas sobre a presença de seus conterrâneos em Rio Grande¹⁶⁸.

Procurei ao longo desta seção apresentar as características básicas das transações mercantis realizadas através do porto da Vila de Rio Grande, único porto marítimo do Rio Grande de São Pedro. Apesar das limitações das fontes analisadas, a confrontação destes dados dispersos na bibliografia consultada permitiu observar que, embora a pauta de produtos importados e exportados não tenha apresentado alterações significativas, percebeu-se que a variedade dos parceiros comerciais ampliou-se significativamente. Ao contrário do que ocorria na maior parte do período colonial, quando a exportação e importação de mercadorias eram intermediadas pelo Rio de Janeiro, a partir dos primeiros anos do século XIX o Rio Grande de São Pedro passou a realizar negócios diretamente com importantes praças mercantis européias e norte-americanas. Todavia, estas transações não foram suficientes para diminuir a dependência econômica em relação à Corte, que permaneceu como a principal

¹⁶⁷ FARIA, Sheila de Castro. Comerciantes. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008, p. 88-9. Trabalhos fundamentais para a discussão da presença inglesa no Brasil são os de Alan Manchester e Gilberto Freyre. MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973 (1ª Edição, 1933); FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2000 (1ª Edição, 1948). Para uma síntese do debate bibliográfico a respeito do tema, ver GUIMARÃES, Carlos Gabriel. La Independencia e las finanzas de Brasil: comentarios sobre la dependencia de Brasil a partir de estudio del comportamiento de las empresas británicas, 1820-1850-o caso da Samuel Phillips & Co. In: **X Congreso Internacional de la AEHE**. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 8, 9 y 10 de Septiembre 2011. Disponível em <<http://aehe.net/xcongreso/pdf/sesiones/sesion-plenaria-b/guimaraes-carlos-ponencia.pdf>>. Acesso em: 6 Out. 2011.

¹⁶⁸ ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata**, op. cit., p. 245; 265. De acordo com Guilherme Deveza, a presença dos franceses no comércio do Brasil ainda era incipiente no início do século XIX. DEVEZA, Guilherme. **Um precursor do comércio francês no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1976, p. ix-x.

praça mercantil com a qual a província sul-riograndense realizava os seus negócios, com destaque para os couros.

A análise da atuação dos agentes mercantis envolvidos com os negócios realizados através do porto de Rio Grande é o objetivo da seção a seguir. Destaca-se, nesse sentido, a participação deles nas transações envolvendo os principais produtos importados e exportados: *sal, carne, charque e couros*.

1.2 Os agentes, as rotas e suas mercadorias

João Fragoso afirma que a base do mercado colonial caracterizava-se pela presença de pequenos comerciantes que atuavam conjuntamente em um dos seus setores: tráfico de escravos, transporte de animais e abastecimento de alimentos. Por outro lado, a maior parte das transações dos principais ramos do comércio colonial estava sob o controle de um pequeno grupo de grandes negociantes¹⁶⁹. Mesmo o tráfico atlântico de escravos apresentava este mesmo padrão, sendo que os pequenos traficantes (“traficantes não especializados”) exerciam uma função estrutural fundamental para o funcionamento da atividade¹⁷⁰. No que diz respeito ao comércio terrestre em Minas Gerais no século XVIII, tanto Cláudia Chaves quanto Junia Furtado observaram a presença importante de “mercadores eventuais” (Chaves) ou “comerciantes ocasionais” (Furtado)¹⁷¹. Quando analisei o tráfico de escravos da capitania rio-grandense, pude constatar que a atividade apresentava a mesma característica, entretanto, a importância dos comerciantes eventuais era mais significativa na então capitania do Rio Grande de São Pedro¹⁷².

Assim, torna-se importante definir o total de agentes mercantis envolvidos, bem como caracterizar a participação deles nos negócios de importação e exportação realizados através do porto de Rio Grande. Reuni na **Tabela 5**, sob a designação “agente”, os *consignatários de cargas* e os *donos de embarcações*. Alguns deles apareceram tanto como consignatários quanto como proprietário das embarcações. Em apenas um caso foi informado os nomes de ambos os agentes no mesmo registro. Nos demais foi indicado apenas o nome de um dos envolvidos. Ao contrário da seção anterior, aqui utilizo todos os dados disponíveis nos

¹⁶⁹ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 187-233.

¹⁷⁰ FLORENTINO, M. **Em costas negras**, op. cit., p. 150-54.

¹⁷¹ CHAVES, C. **Melhoramentos no Brazil**, op. cit., p. 113-161; FURTADO, J. **Homens de negócio** op. cit., 262.

¹⁷² BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 102-111; 125-136.

registros de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande (**Tabela 2**), uma vez que não existem trabalhos semelhantes referentes à província rio-grandense que permitam estabelecer um exercício comparativo.

Tabela 5 – Concentração das Entradas e Saídas (Rio Grande, 1803-1851)

Total de registros	Nº agentes	%	Nº consignações	%
ENTRADA (1803-1851)				
1	220*	73,8	218	45,6
2	40	13,4	80	16,7
3	20	6,7	60	12,6
4	4	1,3	16	3,3
5 a 10	12	4,0	80	16,7
11 a 25	2	0,7	24	5,0
Total	298	100	478	100
SAÍDA (1839-1851)				
1	159	66,3	159	39,3
2	48	20,0	96	23,7
3	11	4,6	33	8,1
4	13	5,4	52	12,8
5 a 10	8	3,3	52	12,8
11 a 25	1	0,4	13	3,2
Total	240	100	405	100

* inclusive um registro com os nomes do dono e do consignatário informados; e um registro com dois consignatários

Fonte: AHRs. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72

Constatou-se que tanto nas entradas quanto nas saídas, o percentual dos registros nos quais não constam os nomes dos consignatários e/ou dos proprietários das embarcações é considerável: entre 32,9 e 25,8%, respectivamente. Assim, não as incluí na avaliação apresentada a partir dos dados presentes na **Tabela 5**.

No total, analiso 427 *agentes diferentes* responsáveis por 478 registros de importação (entrada) e 405 de exportação (saída). Ou seja, trata-se de um grupo relativamente numeroso em relação ao total de consignações nas quais estavam envolvidos, indicando que a participação nestas transações dava-se de forma bastante esparsa e, portanto, de acordo com caracterização do comércio colonial presente na bibliografia. Destaca-se, neste sentido que apenas cento e onze dos agentes identificados apareceram tanto nos registros de importação quanto de exportação. Observando o conjunto da movimentação portuária, percebe-se que a maioria deles foi responsável por apenas um ou dois carregamentos, tanto nas exportações quanto nas importações.

Nas *entradas* (importação), 298 agentes mercantis estiveram presentes no comércio do

Rio Grande de São Pedro no período considerado. Aqueles que foram responsáveis por até duas transações representavam 86,6% do total de agentes e reuniam 62,3% dos 478 registros que tiveram os agentes informados. Destaca-se que a maioria deles apareceu em um único registro: 73,2% dos agentes que foram responsáveis por 45,6% das transações. Os quatorze agentes que realizaram cinco ou mais transações, por sua vez, representavam aproximadamente 4,7% dos agentes e foram responsáveis por 21,8% das entradas. Percebe-se, que embora a maioria das transações tenha sido realizada por aqueles que fizeram poucas transações, um pequeno grupo de agentes mercantis concentrava uma parte importante dos negócios realizados.

Quanto ao movimento de *saída* de embarcações (exportação), observou-se um grupo menor de agentes: 240. Aqueles que fizeram uma ou duas transações reuniram 86,3% dos consignatários e proprietários e 63% dos negócios realizados no período considerado. Neste caso, observou-se a mesma média calculada a partir dos registros de entrada: 1,2 consignações. Em comparação com o movimento de importação de mercadorias, os agentes que fizeram apenas uma transação eram menos representativos (66,3%), e foram responsáveis por um percentual menor das transações (39,3%). No outro extremo, os nove agentes que fizeram mais de cinco transações (3,8%) foram responsáveis por 16% das transações. Tanto nos registros de entradas quanto de saídas a tendência foi a mesma, pois os que fizeram até dois registros ficaram com uma média de 1,2 consignações por agente, enquanto o grupo com cinco ou mais consignações ficou com uma média de 7,4 cada.

Na **Tabela 6** resumo a participação destes agentes mercantis envolvidos nestas transações de acordo com a sua origem e com as regiões de atuação. Assim como na tabela anterior, foram considerados somente os registros que tiveram informados os nomes do consignatário e/ou do proprietário da embarcação. Um aspecto geral a ser destacado, é a participação de parte dos agentes em mais de uma região, uma vez que a soma do total de agentes em cada região é superior ao número total de agentes mercantis diferentes contabilizados na fonte utilizada.

Forbes & Companhia¹⁷³, por exemplo, desembarcou no porto de Rio Grande cargas de sal vindas do Rio de Janeiro, Ilha do Sal e Lisboa. Desta última e de Marselha trouxe vinho. Importou ainda “gêneros” (Nova Iorque), madeiras (Ilha do Sal), farinha (Costa da África e Baltimore), de onde também trouxe respectivamente trigo e algodão. De acordo com estes

¹⁷³ AHRS. AM/M, registro nº 303, 305, 348, 380, 396, 414, 545, 555.

registros, Holland Deveis & Companhia¹⁷⁴ não estava presente somente nas transações realizadas com os Estados Unidos. Ele negociava principalmente com Liverpool, importando farinha de trigo, carvão, gêneros diversos e exportando couros, chifres e cabelo. Na América Espanhola, importou sal de Montevideú e enviou gêneros para Valparaíso. Trouxe ainda carne e sal da Ilha de Marajó e Ilha do Sal, enquanto de Lisboa vieram cargas de vinho e azeite. Para Pernambuco enviou charque, e couros para Cork. A maioria deles, no entanto, restringia sua atuação com outras praças da América portuguesa, principalmente com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco: entre tantos, é o caso de Cipriano dos Santos Oliveira¹⁷⁵, que enviou carne e sebo para o Rio de Janeiro e da mesma praça trouxe escravos, sal, fazendas e gêneros em diferentes ocasiões.

Tabela 6 – Distribuição (%) dos agentes mercantis de acordo com a região de atuação e origem (Rio Grande, 1803-1851)

Região	Nº Agentes	ENTRADA (1803-1851)			Nº Consignações	SAÍDA (1839-1851)		
		(A)	(B)	(C)		(A)	(B)	(C)
África	3	0,0	100	0,0	4	0,0	100	0,0
América Espanhola	35	31,4	45,7	22,9	46	30,4	52,2	17,4
América Portuguesa	241	92,5	6,6	0,8	370	94,3	5,1	0,5
Estados Unidos	12	8,3	83,3	8,3	20	5,0	90,0	5,0
Europa	25	32,0	68,0	0,0	37	21,6	78,4	0,0
Não localizado	1	100	0,0	0,0	1	100	0,0	0,0
Agentes diferentes	298	79,5	16,8	3,7	478	77,8	19,9	2,3
		SAÍDA (1839-1851)						
		(A)	(B)	(C)		(A)	(B)	(C)
América Espanhola	31	25,8	67,7	6,5	43	23,3	72,1	4,7
América Portuguesa	171	93,6	5,8	0,6	296	96,3	3,4	0,3
Estados Unidos	23	4,3	95,7	0,0	25	4,0	96,0	0,0
Europa	32	25,0	71,9	3,1	37	27,0	70,3	2,7
Não localizado	4	25,0	75,0	0,0	4	25,0	75,0	0,0
Agentes diferentes	240	67,8	30,7	1,5	405	75,6	23,5	1,0

(A) % de Luso-brasileiros

(B) % de Estrangeiros

(C) % de Não identificados

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Nota-se ainda na tabela que os luso-brasileiros concentravam-se nos mercados da própria América portuguesa. Tanto na importação quanto na exportação, eram quase a totalidade dos agentes e acumulavam parcelas equivalentes das transações realizadas. Os

¹⁷⁴ AHRS. AM/M, registro nº 295, 356, 361, 415, 426, 449, 478, 487, 519, 525, 539, 644, 683, 913, 979, 1190, 1197, 1214.

¹⁷⁵ AHRS. AM/M, registro nº 271, 338, 402, 438, 517, 544, 902, 971, 1012, 1085.

estrangeiros, por sua vez, tinham participação bastante reduzida nestas rotas. Para a América espanhola, a existência de carregamentos apenas com a inscrição “a ordem” dificulta uma avaliação mais precisa das entradas, mas é possível afirmar que predominavam os estrangeiros atuantes nestas rotas, bem como nas européias. Tanto na Europa quanto na América Espanhola, os luso-brasileiros representavam parcelas em torno de um terço (importação) e um quarto dos comerciantes (exportação). No que diz respeito às consignações, sua representatividade era de no máximo de 30,4 e 27% (respectivamente, América espanhola e Europa).

Tabela 6.1 – Participação (%) dos agentes mercantis nos negócios feitos entre Rio Grande e Portugal (Rio Grande, 1841-1851)

Região	Nº Agentes	ENTRADA (1841-1848)					
		(A)	(B)	Nº Consignações	(A)	(B)	
Lisboa	6	16,7	83,3	7	14,3	85,7	
Porto	6	100	0,0	6	53,8	100	
Agentes diferentes	12	58,3	41,7	13	7,7	53,8	
Região	Nº Agentes	SAÍDA (1841-1851)					
		(A)	(B)	Nº Consignações	(A)	(B)	
Porto	3	100	0,0	3	100	0,0	
Portugal	4	75,0	25,0	5	80,0	20,0	
Agentes diferentes	6	83,3	16,7	8	87,5	12,5	

(A) % de Luso-brasileiros

(B) % de Estrangeiros

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Tomando em separado os negócios feitos com Portugal (Tabela 6.1), nota-se que os estrangeiros também disputavam com os luso-brasileiros e que a condição de ex-colônia não representou vantagens adicionais¹⁷⁶. A mencionada Holland Deveis & Companhia era um destes estrangeiros. Nos registros de exportação, por sua vez, James Omaham¹⁷⁷ foi o único estrangeiro que enviou mercadorias para Portugal (couros). Entre os luso-brasileiros, destaco

¹⁷⁶ Na correspondência trocada entre Cônsul Geral do Império do Brasil no Reino de Portugal e Algarves, Clemente Álvares de Oliveira Mendes de Almeida, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, é possível observar algumas das questões que envolviam as relações mercantis entre Portugal e sua ex-colônia. Entre outras, a autenticação e expedição da documentação exigida para as embarcações circularem nos portos de um e de outro e a reivindicação por parte do Império do Brasil de receber tratamento equivalente ao da Grã-Bretanha (“da Nação mais privilegiada”), nos termos do Tratado de Comércio de 1810, no que diz respeito ao despacho das embarcações nos portos do Reino. A este respeito, o Ministério dos Negócios não via impedimentos, desde que fossem verificados os direitos pagos por Portugal nos portos do Brasil, sugerindo que os benefícios deveriam ser mútuos. ANTT. **Ministério dos Negócios Estrangeiros**. Correspondência Expedida: Correspondência para as Legações estrangeiras em Lisboa-Brasil, Livro 592 (1826-1842).

¹⁷⁷ AHRS. **AM/M**, registro nº 613.

Antônio José de Oliveira Castro, um dos negociantes mais atuantes no comércio de cabotagem (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), tinha em Portugal seu único mercado estrangeiro de atuação, de acordo com os registros da barra do Rio Grande. Nas três transações em que esteve envolvido, enviou couros para o Porto e outro destino não informado. Desta mesma cidade recebeu sal e vinho em uma oportunidade¹⁷⁸.

Apesar do número reduzido de registros, cabe ressaltar que tanto nas importações quanto nas exportações, os negócios feitos com a cidade do Porto foram realizados exclusivamente por luso-brasileiros¹⁷⁹. No último capítulo, observa-se que Porto e Lisboa eram os principais destinos das procurações passadas em Rio Grande e Porto Alegre para representantes em Portugal e que os couros eram peça fundamental do estabelecimento de laços, ainda que indiretos, com os negociantes portugueses.

O que mais chama atenção nos dados apresentados na **Tabela 6** diz respeito aos Estados Unidos. À exceção de um caso em que não foi possível identificar a naturalidade do comerciante, de Miguel Ferreira Porto que enviou couros para Baltimore, assim como os enviava para o Rio de Janeiro, e da firma J. & José Bento¹⁸⁰, consignatários de uma carga de fazendas e gêneros vindos de Nova Iorque, nos demais os estrangeiros dominavam os desembarques e as partidas de embarcações através do porto de Rio Grande. Em sua maioria anglo-saxões, mas também europeus. Dessa forma, estes resultados indicam que os negócios estabelecidos entre os Estados Unidos e o Rio Grande de São Pedro estavam vinculados principalmente à atuação mercantil dos próprios negociantes daquele país que se estabeleceram na região. Aos luso-brasileiros, aparentemente estava praticamente vetado o acesso direto a estas rotas de comércio, bem como enfrentavam forte concorrência estrangeira na disputa pelos mercados europeus, inclusive o de Portugal. Se em relação ao período colonial haviam conseguido ampliar seus negócios diretos com a Europa, aparentemente foram gradativamente concentrando-se no comércio de cabotagem com o restante do Brasil e com os vizinhos platinos, enquanto seus concorrentes estrangeiros atuavam preferencialmente

¹⁷⁸ AHRS. AM/M, registro nº 288, 373, 419, 434, 474, 518, 538, 548, 623, 641, 804, 836, 855, 931, 951, 986, 1084, 1088, 1186, 1227.

¹⁷⁹ Os dados são muito diminutos para qualquer conclusão mais definitiva. Apenas cabe registrar que de acordo com Sérgio Ribeiro e seus colaboradores, desde as últimas décadas do século XVIII a importância das embarcações estrangeiras no Porto já se fazia presente em níveis elevados: entre 30% na década de 1780 e superando os 50% em 1790. Quanto às nacionalidades, predominavam os holandeses e os ingleses. FERREIRA, Sérgio Carlos; RIBEIRO, Joana Isabel de Almeida; RODRIGUES, Pedro Gentil. Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII. **Revista da Faculdade de Letras – História**, III Série, vol. 5, p. 211-50. Porto, 2005.

¹⁸⁰ AHRS. AM/M, registro nº 613, 921, 1121, 1122.

no comércio com a Europa e os Estados Unidos. Provavelmente beneficiando-se de vínculos mercantis anteriores à sua chegada ao Rio Grande de São Pedro.

A fim de observar a atuação destes agentes mercantis de forma mais específica, passo à análise da sua participação nas transações envolvendo as principais mercadorias transportadas através do porto de Rio Grande. Nas tabelas a seguir destaco a participação deles na exportação de carnes, charque e couros assim como na importação de sal.

Tabela 7 – Principais agentes exportadores de carne, 1831-1842

Agente	Nº	%	Agente	Nº	%
Militão Máximo de Souza	5	2,6	Inácio Gomes Cardia	2	1,1
Antônio Alves de Azambuja	4	2,1	Jacinto Fernandes da Costa	2	1,1
Antônio Fernandes Coelho	4	2,1	João da Costa Melo	2	1,1
Antônio José de Oliveira Castro	4	2,1	João José da Silveira	2	1,1
Antônio Raimundo da Paz	4	2,1	José da Silva Flores	2	1,1
Cipriano dos Santos Oliveira	4	2,1	José de Oliveira Guimarães	2	1,1
Emelinda Joaquina de Freitas, Dona	4	2,1	José Dias de Souza	2	1,1
João Afonso Vieira de Amorim	4	2,1	José Feliciano Pereira	2	1,1
José Gonçalves Ferreira	4	2,1	José Joaquim Domingos da Cruz	2	1,1
José Maria de Sá	4	2,1	José Joaquim Machado	2	1,1
Manuel Vieira de Aguiar	4	2,1	José Luís da Silva	2	1,1
Antônio José Afonso Guimarães	3	1,6	José Maria do Vale	2	1,1
Joaquim Lopes de Barros	3	1,6	Luís José Pinto	2	1,1
José Alves Carneiro	3	1,6	Manuel Antônio de Souza	2	1,1
Tomás José de Campos	3	1,6	Manuel Caetano da Costa	2	1,1
Antônio de Sá Araújo	2	1,1	Manuel Francisco Lopes	2	1,1
Antônio José da Rocha Pereira	2	1,1	Manuel José de Araújo	2	1,1
Custódio Francisco Ramos	2	1,1	Manuel Pereira	2	1,1
Domingos Lourenço Gomes de Carvalho	2	1,1	Medeiros & Lorena	2	1,1
Felisberto José Cardoso	2	1,1	Nicolau Vieira Peixoto	2	1,1
Francisco Gonçalves Bastos & Companhia	2	1,1	Pedro Dias dos Santos	2	1,1
Francisco José Godinho	2	1,1	Teodósio Luís Ferreira	2	1,1
Francisco José Pinto	2	1,1	Outros	72	38,1
Total				189	100

Nº: número de carregamentos do produto

Fonte: AHRs. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Na **Tabela 7** são apresentados os quarenta e cinco agentes com mais de duas consignações de exportação de *carne* (39,1%), ou seja, a maior parte deles foi responsável por apenas uma remessa. Os presentes na tabela abaixo foram responsáveis por aproximadamente 61,9% das consignações de carnes contabilizadas nos registros consultados. Destaca-se a presença de Antônio José Afonso Guimarães, Antônio Raimundo da Paz, Antônio José de Oliveira Castro e *Militão Máximo de Souza*, o único com cinco carregamentos: 2,6% das

transações. Márcia Kuniochi constatou a participação deste último agente (natural do Rio Grande do Sul) em diversos carregamentos de gado e seus derivados remetidos de Porto Alegre e Rio Grande para o porto do Rio de Janeiro, entre 1842 e 1854¹⁸¹. De acordo com Carlos Gabriel Guimarães, Militão Máximo de Souza (Visconde de Andaraí) estava envolvido com o comércio de abastecimento da região Sul do Brasil e atuava no comércio de grosso trato de navios e comissões. Foi membro da diretoria do Banco do Brasil de Irineu Evangelista de Souza, o Barão/Visconde de Mauá, entre 1851 e 1853. Deputado do Tribunal do Comércio da Corte (1853), era sócio comandatário da Sociedade Bancária *Mauá McGregor e Cia.* (fundada em 1854). Militão Máximo de Souza também consta entre os sócios da *Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis*, constituída por Mauá e seus sócios, em 1852, assim como da *Cia. Anônima Luz Steárica de Produtos Químicos*, fundada na mesma época¹⁸². Graça Filho afirma que na década de 1840, Militão alcançou a posição de membro da Comissão do Comércio da Praça do Rio de Janeiro e na década seguinte era um dos principais “capitalistas” da Corte¹⁸³.

Os exportadores de *charque* com duas ou mais consignações (**Tabela 8**), por sua vez, foram apenas sete (15,9%), mas concentraram 35,9% das consignações de exportação do produto. O principal deles foi a sociedade comercial Paiva & Vianna, com 10,9% das consignações. Já Eufrásio Lopes de Araújo e Francisco Manuel Barbosa, que também aparecem com destaque, juntos concentravam 12,6% destas. Segundo as informações reunidas por Josiane da Silveira, Eufrásio Lopes de Araújo teria nascido em Rio Grande, em 1814; foi um dos sócios da Praça do Comércio na mesma cidade e teve atuação política de destaque, tendo recebido diferentes títulos honoríficos, inclusive o de Visconde de São José do Norte¹⁸⁴.

Chamo a atenção para a presença maciça de luso-brasileiros e a total ausência de agentes com nomes estrangeiros (anglo-saxões, europeus provenientes de outras localidades, assim como vizinhos da região platina) entre os consignatários de carne e charque. De modo contrário, estes estão presentes com certo destaque entre os principais exportadores de couros.

¹⁸¹ KUNIOCHI, Márcia Naomi. **Crédito, negócios e acumulação. Rio de Janeiro: 1844-1857**. São Paulo: FFLCH-USP, 2001 [tese de doutorado], p. 182-192.

¹⁸² GUIMARÃES, C. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**, op. cit., p. 108; 127; 130-32; 157; 161; 171; 197.

¹⁸³ De acordo com o autor, a participação de Militão Máximo de Souza na direção do Banco do Brasil estendeu-se de 1853 até 1861. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência na Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1991 [dissertação de mestrado], p. 91-8.

¹⁸⁴ SILVEIRA, J. **Rio Grande: portas abertas**, op. cit., p. 41-2. Ver também MUNHOZ, C. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**, op. cit., p. 108.

Registra-se que os resultados são condizentes com o observado na análise da área de atuação dos agentes mercantis atuantes no porto de Rio Grande, pois a participação de estrangeiros no comércio de cabotagem – através do qual eram negociados as carnes e o charque – demonstrou-se reduzida, pois a participação deles dava-se prioritariamente nas rotas de comércio com os Estados Unidos e Europa, importantes mercados consumidores dos couros rio-grandenses. Os dados reunidos na tabela abaixo reforçam este aspecto.

Tabela 8 – Principais exportadores de charque, 1834-1851

Agente	Nº	%
Paiva & Viana	7	10,9
Eufrásio Lopes de Araújo	4	6,3
Francisco Manuel Barbosa	4	6,3
Antônio José de Oliveira Castro	2	3,1
Antônio Ferreira da Silva Tigre	2	3,1
Antônio Ferreira Pontes	2	3,1
Lobo & Barbosa	2	3,1
Outros	41	64,1
Total	64	100

Tabela 9 – Principais exportadores de couros, 1831-1851

Agente	Nº	%
Manuel Ferreira Porto & Companhia	9	6,7
Antônio José de Oliveira Castro	5	3,7
Hugentobler & Douley	4	3,0
Miguel Ferreira Porto	3	2,2
Antônio de Siqueira	2	1,5
João Batista da Silva Pereira	2	1,5
Holland Deveis & Companhia	2	1,5
Adolfo Hugentobler	2	1,5
Militão Máximo de Souza	2	1,5
Antônio Raimundo da Paz	2	1,5
João Afonso Vieira de Amorim	2	1,5
Lind & Companhia	2	1,5
Willian R.	2	1,5
Outros	95	70,1
Total	134	100

Nº: número de carregamentos do produto

Fonte: AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

A **Tabela 9** concentra 13% dos agentes que exportaram *couros* e a participação destes era equivalente à parcela de 29,9% das consignações do produto. Seguindo o que havia percebido acima, quando apresentei os destinos e as “bandeiras” das embarcações que transportaram couros, os agentes estrangeiros e suas firmas concentram parte importante das transações. Mesmo que os luso-brasileiros fossem predominantes numericamente, os cinco estrangeiros identificados acumulam 9% das consignações de couros.

Embora os dois principais exportadores fossem a firma de um luso-brasileiro, Manuel Ferreira Porto & Companhia e o já mencionado Antônio José de Oliveira Castro, destaca-se a participação da firma Holland Deveis & Companhia e do negociante Adolfo Hugentobler (e da firma da qual era sócio, Hugentobler & Douley). Estes estrangeiros, possivelmente ingleses, concentravam 6% das consignações registradas, praticamente a mesma parcela acumulada pela firma de Manuel Ferreira Porto. Luccock afirma que havia apenas uma casa

comercial britânica em 1809, na ocasião de sua visita em Rio Grande¹⁸⁵. Ou seja, a presença inglesa parece ter sido ampliada nos anos posteriores à passagem do negociante pela região. Ao analisar as redes mercantis nas quais o porto de Rio Grande estava envolvido em meados do século XIX, Daniel Torres afirma que a firma Hugentobler & Douley destacava-se na rede mercantil estabelecida entre Rio Grande e diversos portos nos Estados Unidos (Salem, Nova York, Boston, Baltimore, Nova Orleans e Richmond). Para estes enviava navios carregados de couros salgados e chifres, que no retorno traziam mercadorias como cadeiras e outros utensílios, além de chá, e farinha de trigo¹⁸⁶. De acordo com os registros portuários por mim analisados, além dos portos norte-americanos, Hugentobler e sua firma Hugentobler & Douley também enviaram couros para Cádiz e Marselha. Para Cádiz, enviou cabelos e couros no Brigue denominado “Alfred”, de bandeira francesa, que partiu em março de 1848. Em fevereiro de 1851, a companhia Hugentobler & Douley despachou duas embarcações de bandeira francesa – os brigues Temístocles e Alfonse –, carregados de couro para Cádiz e Marselha (com escala em Cádiz), respectivamente¹⁸⁷.

Na **Tabela 10**, onde constam os importadores de *sal* que fizeram mais de uma remessa (26,1% deles e 37,1% das exportações), observa-se que a firma de Holland Deveis & Companhia (também presente entre os exportadores de couros) foi o agente que mais vezes aparece nos registros de desembarque do insumo, juntamente com Antônio José de Oliveira Castro, que também se destacava entre os exportadores de carne e couros. As sociedades mercantis de Holland Deveis & Companhia e de Forbes & Companhia foram as únicas estrangeiras que identifiquei entre os principais importadores de sal.

Paiva & Vianna, o principal exportador de charque, por sua vez, também estava envolvido na importação de sal, embora com um número menor de carregamentos. Antônio de Siqueira, Paiva & Vianna e Lobo & Barbosa, constam entre os maiores importadores do insumo nos carregamentos computados por Josiane da Silveira referentes aos anos de 1850 e 1854. A autora também identifica a presença de Hugentobler (sob a firma Hugentobler & Companhia) como responsável por seis carregamentos no ano de 1850 e de vinte e dois, em 1854¹⁸⁸.

¹⁸⁵ LUCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro**, op. cit., p. 125.

¹⁸⁶ TORRES, D. **Rio Grande – Pelotas**, op. cit., p. 41-3.

¹⁸⁷ AHRN. AM/M, registro nº 1179, 1134 e 1141.

¹⁸⁸ SILVEIRA, J. **Rio Grande: portas abertas**, op. cit., p. 39-40.

Tabela 10 – Principais importadores de sal, 1804-1815; 1834-1851

Agente	Nº	%	Agente	Nº	%
Antônio José de Oliveira Castro	6	2,6	Lobo & Barbosa	2	0,9
Holland Deveis & Companhia	6	2,6	José Rodrigues Cardoso	2	0,9
Antônio Francisco dos Anjos	4	1,7	Cipriano dos Santos Oliveira	2	0,9
Militão Máximo de Souza	3	1,3	Francisco José Godinho	2	0,9
Antônio Raimundo da Paz	3	1,3	José Luís da Silva	2	0,9
João José da Silveira	3	1,3	Manuel José de Araújo	2	0,9
Forbes & Companhia	3	1,3	Antônio Francisco dos Santos Braga	2	0,9
João da Silva Lisboa	3	1,3	João Antônio Lopes	2	0,9
Tomás José de Campos	3	1,3	Manuel José Viana	2	0,9
Manuel Ferreira Porto & Companhia	2	0,9	Margarida Perpétua Coelho, Dona	2	0,9
Antônio de Siqueira	2	0,9	Adolfo & Companhia	2	0,9
Paiva & Vianna	2	0,9	Agostinho Moreira Machado	2	0,9
Antônio Alves de Azambuja	2	0,9	Agostinho Moreira Maia	2	0,9
Antônio José Afonso Guimarães	2	0,9	João Luís Teixeira	2	0,9
Francisco José Pinto	2	0,9	João Rodrigues Pereira de Almeida	2	0,9
José Dias de Souza	2	0,9	José da Costa Santos	2	0,9
João Simões Lopes	2	0,9	José Francisco Pereira	2	0,9
José Antônio de Araújo Ribeiro	2	0,9	Outros	146	62,9
Total				86	37,1

Nº: número de carregamentos do produto

Fonte: AHRs. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Outros importadores de sal que merecem destaque, além da sociedade comercial de Deveis e Antônio José de Oliveira Castro, são Antônio de Siqueira, Antônio Raimundo da Paz e Militão Máximo de Souza, por também constarem entre os que exportavam couros, e também carne, no caso deste último. Juntos, os agentes que constam nestas transações responderam juntos por parcelas de 9,7% e 8,7% das consignações de couros e sal, respectivamente.

Considerando em conjunto as quatro últimas tabelas, percebe-se que os luso-brasileiros dominavam os negócios de exportação de carne e charque, além de serem predominantes na importação de sal e na exportação de couros. Neste último, os estrangeiros (com destaque para britânicos e norte-americanos) apareciam de forma mais consistente. Josiane da Silveira e Daniel Torres¹⁸⁹, em suas respectivas investigações, afirmam que em meados do século XIX já havia uma divisão bastante acentuada entre negociantes luso-brasileiros e estrangeiros: estes dominavam os produtos voltados para o mercado externo, enquanto os negociantes luso-brasileiros dominavam a exportação das mercadorias destinadas

¹⁸⁹ SILVEIRA, J. **Rio Grande: portas abertas**, op. cit., p. 58; TORRES, D. **Rio Grande – Pelotas**, op. cit., p. 43.

ao mercado interno. Assim, e conforme apontam os dados analisados por Lauro Vianna, relativos à presença de embarcações estrangeiras no porto de Rio Grande¹⁹⁰, afigura-se que no período aqui enfocado, este processo ainda estava em curso e se consolidou a partir da segunda metade do século XIX, tendo em vista que os luso-brasileiros ainda estavam presentes nas exportações de couros.

Tendência semelhante foi constatada por Kátia Mattoso para a praça mercantil de Salvador. Com a abertura dos portos, os negociantes luso-brasileiros passaram a enfrentar a concorrência de agentes de diversas nacionalidades. No início da década de 1820, já se notava que companhias de navegação inglesas substituíram os portugueses no comércio direto entre o porto soteropolitano e os portos ingleses (tanto na importação de mercadorias produzidas na Inglaterra quanto na exportação das mercadorias baianas). Enquanto as embarcações de outras nacionalidades restringiam-se aos seus próprios portos, os ingleses eram os principais responsáveis pelas rotas que levavam ao sul da Europa, apontando a gradativa perda de importância dos portugueses nestas transações. Apesar disso, a autora destaca que ainda na década de 1850, os portugueses permaneciam no controle do transporte entre Salvador e Portugal e com a África. Na década de 1830, os ingleses embora não tivessem assumido o monopólio português, passaram a concentrar sua atividade na importação e exportação, enquanto os luso-brasileiros controlavam operações comerciais, como a intermediação na exportação da produção agrícola e o financiamento desta, redistribuição de importados, o comércio regional e interprovincial de cabotagem e o tráfico de escravos¹⁹¹.

No caso de São Paulo, de acordo com Maria Lucília Viveiros Araújo¹⁹², embora uma grande variedade de mercadorias dos Estados Unidos e da Europa fosse comercializada, havia poucos negociantes estrangeiros nos primeiros anos do século XIX, e mesmo na segunda metade dos oitocentos, os negociantes luso-brasileiros ainda eram predominantes na capital paulista.

¹⁹⁰ VIANNA, L. **A cidade, o porto**, op. cit., p. 124-36.

¹⁹¹ MATTOSO, K. **Bahia, século XIX**, op. cit., p. 473-79; 491-94; 515; 521-22. Sobre o impacto da perda do comércio do Brasil, da Guerra Peninsular e a crescente dependência econômica de Portugal em relação à Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, ver ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 25-75; 767-92; BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Seis estudos sobre o liberalismo português**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 115-77 (“Nas origens do unanimismo protecionista: o comércio externo português na primeira metade do séc. XIX”); CAETANO, António Alves. **A economia portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e linhas de força**. Lisboa: Tribuna da História, 2008, p. 11-47 (“A Guerra Peninsular e a economia portuguesa”).

¹⁹² ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Lojas e armazéns das casas de morada paulistas. **Revista de História**. São Paulo, n. 160, jun. 2009, p. 304-6. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000100015&lng=pt&nm=iso>. Acesso: em 30 Mai. 2011.

Quanto aos negócios realizados através do porto de Rio Grande, é importante salientar ainda a participação de alguns dos importadores de sal na exportação de um ou mais dos três produtos destacados nas tabelas acima. Apenas Antônio José de Oliveira Castro estava envolvido nas transações dos quatro produtos considerados. Outros como Holland Deveis & Companhia e Manuel Ferreira Porto & Companhia importavam sal e também exportavam couros. Já as sociedades mercantis de Lobo & Barbosa e Paiva & Viana estavam envolvidas concomitantemente com a importação de sal e a exportação de charque. Foi destacado igualmente que Holland Deveis & Companhia, Paiva & Viana e Manuel Ferreira Porto & Companhia, além dos principais produtos aqui apresentados, também estavam envolvidos com a comercialização de mercadorias como farinha de trigo, carvão e gêneros diversos, aguardente e escravos, com praças da América portuguesa e da Europa.

Enfim, o que se pretende sugerir com estes exemplos e com a análise das tabelas acima, é que estas transações faziam partes de redes mercantis complementares, nas quais os mesmos agentes importavam e exportavam mercadorias entre as mesmas praças, de acordo com as necessidades e conveniências. Conforme Fernand Braudel definiu, “Os circuitos mercantis são iguais aos circuitos elétricos: só funcionam fechados”, uma vez que cada trajeto de ida corresponde a um trajeto de volta. O autor acrescenta que este processo mercantil não funcionava apenas nas ramificações de ida e volta, uma vez que o chamado comércio triangular em diferentes circuitos mercantis do Atlântico funcionava na forma de circuitos fechados nos séculos XVII e XVIII. Para Braudel, o “comércio de entreposto” utilizado pelos holandeses no comércio interno na Índia (século XVII) também pode ser classificado desta forma¹⁹³.

Além deste aspecto, cabe destacar a lucratividade obtida com o comércio de longo curso. As transações aqui analisadas ligavam Rio Grande a praças mercantis distantes como Liverpool, Marselha, Porto/Lisboa, Cádiz e Nova York (comércio de longo curso, portanto), assim seria esperado que os mesmos agentes que exportavam para estas regiões também importassem mercadorias para serem comercializadas no seu retorno ao porto de origem. Mesmo no comércio de cabotagem, esta prática seria a regra, pois conforme Fernand Braudel, referindo-se ao papel do comércio de longa distância na gênese do “capitalismo mercantil”, era justamente na intermediação da comercialização de mercadorias produzidas em localidades distintas que os agentes mercantis auferiam seus lucros através das diferenças de

¹⁹³ BRAUDEL, F. **Os jogos das trocas**, op. cit., p. 117-19.

preços das mercadorias comercializadas¹⁹⁴.

O último aspecto referente aos agentes mercantis a ser abordado nesta seção diz respeito àqueles que faziam parte do grupo de negociantes de grosso trato matriculados na *Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação* (Rio de Janeiro)¹⁹⁵ e que estavam envolvidos na comercialização de mercadorias através do porto de Rio Grande. De acordo com o Livro de Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros, entre 1809 e 1850 foram matriculados 1.320 negociantes de grosso trato. Aproximadamente dois terços das matrículas foram registradas entre 1809 e 1826, correspondentes ao primeiro volume do “Livro de Matrícula”. Quanto à abrangência geográfica, alcançava inclusive os súditos estabelecidos em Angola (5), Benguela (3) e Macau (3). Quase a metade deles estava estabelecida na Corte, o restante encontrava-se principalmente na Bahia, no Rio Grande de São Pedro e em Pernambuco. Na praça mercantil rio-grandense estava o terceiro maior grupo de matriculados, com 10,4% dos registros, e alcançaram o total de cento e trinta e sete negociantes de grosso trato.

Em relação aos matriculados estabelecidos no Rio Grande de São Pedro, alguns registros não permitiam identificar a qual praça mercantil rio-grandense que os negociantes estavam vinculados. Isso porque não era incomum o uso de expressões como “negociante do Rio Grande” para indicar onde o negociante estava estabelecido, imprecisão também existente em outras fontes documentais que muitas vezes tornava difícil estabelecer uma diferenciação entre a capitania/província do Rio Grande de São Pedro da vila do Rio Grande¹⁹⁶. A confrontação com outros registros permitiu determinar com mais precisão onde estavam estabelecidos os negociantes de grosso trato do Rio Grande de São Pedro. A maior parte dos negociantes atuava a partir de Porto Alegre (52) e de Rio Grande (62), seguidas de Pelotas (6) e São José do Norte (5). Rio Pardo, a terceira mais importante praça mercantil da capitania, contava com quatro matriculados. Os demais tinham residência em Cachoeira (2) e Canguçu (1). Dessa forma, restaram poucos casos em que não foi possível atribuir a localidade exata, que reuni como Rio Grande de São Pedro (5).

¹⁹⁴ BRAUDEL, F. *Os jogos das trocas*, op. cit., p. 355-59.

¹⁹⁵ ANRJ. REAL JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO. *Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros*. Códice 170, v. 1 (1809-1826); v. 2 (1827-1843); v. 3 (1844-1850). Doravante ANRJ. *Cód.* 170, v., fl.

¹⁹⁶ A respeito das designações da vila do Rio Grande na documentação, ver QUEIROZ, M. *A Vila do Rio Grande*, op. cit., p. 47-53.

Tabela 11 – Negociantes de grosso trato atuantes no porto de Rio Grande, 1803-1851

Nome	Data da matrícula	Local da Matrícula	Nº Entradas	Nº Saídas
Antônio Francisco da Silva Paranhos	21/08/1811	RS	1	
Antônio José Afonso Guimarães	07/09/1813	RS	4	4
Antônio José de Oliveira Castro	18/11/1816	RS	10	10
Antônio José Pinto	11/06/1810	RJ		1
Antônio Raimundo da Paz	09/08/1826	BA	3	5
Antônio Ribeiro Bastos	28/01/1843	RJ	1	1
Antônio Teixeira de Magalhães	11/04/1821	RJ	3	
Bento José de Almeida	01/10/1819	BA	1	
Boaventura Rodrigues Barcelos	01/06/1825	RS		1
Caetano José da Silva	30/09/1822	PE	1	
Domingos José Afonso Alves	22/02/1816	RS	1	
Francisco José de Barros	14/11/1816	RS	2	
Francisco José Godinho	01/11/1827	BA	2	2
Inácio Gomes Cardia	03/06/1834	RJ		2
João Afonso Vieira de Amorim	19/06/1824	RS	4	4
João Antônio Lopes	31/07/1813	RS	5	2
João Batista da Silva Pereira	15/07/1823	RS	1	3
João da Costa Júnior	15/01/1836	BA	1	1
João Luís Teixeira	03/03/1815	RS	3	
Joaquim Peixoto de Faria	22/02/1816	RJ	1	
José Antônio de Araújo Ribeiro	16/11/1825	RS	1	2
José da Costa Santos	29/03/1816	RS	3	
José João da Cunha Telles	30/03/1840	RJ	1	1
José Joaquim Machado	17/04/1820	BA	2	3
José Maria de Sá	19/12/1825	RS	2	4
José Rafael de Azevedo	21/03/1840	RJ	1	1
José Rodrigues Ribas	15/02/1813	RS	1	
Manuel Francisco Correia	07/07/1812	SP	1	
Manuel Francisco da Silva	06/08/1834	RJ	1	
Manuel Francisco Jardim	11/01/1815	RS	1	
Manuel José de Macedo	19/08/1811	RJ		1
Manuel José Viana	22/11/1827	BA	2	1
Mateus da Cunha Telles	11/11/1813	RS	6	
Miguel da Cunha Pereira	28/02/1820	RS	3	
Silvestre de Souza Teles	10/01/1823	RS	1	
Total			71	50

Fonte: ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170, v. 1 (1809-1826); v. 2 (1827-1843); AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72

Os negociantes reunidos na **Tabela 11** atuavam a partir das seguintes praças mercantis: Rio Grande de São Pedro (18), Rio de Janeiro (9), além da Bahia (6), Pernambuco (1) e São Paulo (1). Os dezoito estabelecidos na província rio-grandense representavam 13,1% de todos os cento e trinta e sete negociantes da região matriculados na Junta do Comércio como negociantes de grosso trato. Nota-se ainda que a maior parte dos negociantes relacionados foram matriculados até a década de 1820. Este é o padrão observado no conjunto das matrículas, pois o primeiro dos três livros concentrava dois terços de todos os registros.

Embora pouco representativos em relação ao total de matriculados, cabe enfatizar que acumularam parcelas significativas sobre as consignações de importação e exportação. Esta, aliás, é uma constante desta investigação. Independente da fonte utilizada, sempre que destaquei os matriculados na Junta do Comércio do restante grupo mais amplo dos agentes mercantis atuante no comércio do Rio Grande de São Pedro, a participação deles foi invariavelmente diferenciada em relação aos demais.

É o que se constata a partir da observação dos negócios dos relacionados na **Tabela 11**. Chamo a atenção para *José da Costa Santos*, um dos importadores de sal, também presente entre os comerciantes atuantes na capitania rio-grandense em 1808, de acordo com o “Almanack da Vila de Porto Alegre”. Matriculado como negociante de grosso trato da Praça de Porto Alegre desde março de 1816¹⁹⁷, constava como correspondente no registro de entrada da sumaca *Ânimo Grande* que aportou em de março de 1815, vinda da Paraíba com “lastro de areia”. Em fevereiro do mesmo ano, era o consignatário da carga da sumaca *Estrela*, vinda do Rio de Janeiro com “81 escravos, 90 volumes (sic), 30 sacas com arroz, 48 sacos com açúcar, 600 alqueires de sal”, entre outras mercadorias não discriminadas. Por fim, foi consignatário de “810 alqueires de cal, 800 alqueires de sal, 40 rolos de fumo, 34 sacas de arroz e 23 volumes” que chegaram ao porto na sumaca *Segredo*, vinda da capital da colônia em março do mesmo ano¹⁹⁸.

José da Costa Santos era proprietário da *Estância São Lourenço* composta por duas sesmarias de terras. No mesmo estabelecimento encontrava-se uma “charqueada de telha com seus pertences de currais, varais e mais oficinas”, conforme declarado no seu inventário, aberto em Pelotas, em 1827. Tal propriedade havia sido adquirida em 1816, juntamente com uma extensa escravaria (169 escravos). É possível que parte do total de 1.400 alqueires de sal presente nas cargas das quais era consignatário fosse utilizado na sua própria produção. Na declaração de dívidas passivas ainda constavam pendências daquela transação. Entre os demais bens declarados constam ainda uma olaria (estabelecimento comum em charqueadas), uma embarcação (o iate denominado *Patrocínio*), um armazém de pousio, animais avaliados em 2:700\$000 réis (9.000 “reses de criar”, entre eles). O total dos bens inventariados alcançava o considerável montante de 83:727\$215 réis¹⁹⁹. A presença da embarcação sugere

¹⁹⁷ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 86.

¹⁹⁸ AHRs. **AM/M**, registro nº 205.

¹⁹⁹ José da Costa Santos, inventário, APERS, 1827, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Pelotas, mc. 9, nº 113. Ver também BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 104-108. O registro da

que o inventariado escoava a produção da sua propriedade.

No mês de janeiro de 1815, *Miguel da Cunha Pereira* constava como consignatário de duas embarcações: bergantim *Águia Volante* e a sumaca *Boa Fé*, ambas do Rio de Janeiro. A primeira trazia “26 escravos, 6.000 tijolos de barro, 2000 telhas”, enquanto a carga da segunda era composta por “10 escravos e 18.000 tijolos de barro”. Voltou a ser consignatário, em junho de 1815 de uma carga composta por “800 tijolos e 7 escravos” que chegou ao porto de Rio Grande na sumaca *Boa Fé*, com origem no Rio de Janeiro²⁰⁰.

Miguel da Cunha Pereira nasceu em 1774, na Colônia do Sacramento, e era membro de uma das famílias que desta se retiraram para povoar o extremo sul do Brasil, em 1777²⁰¹. Ativo no comércio rio-grandense pelo menos desde 1798, quando assinou a “Requerimento da Corporação dos Comerciantes e Fazendeiros da Capitania do Rio Grande de São Pedro” e constava entre os comerciantes da capitania listados em 1808, por Manuel Antônio de Magalhães²⁰². Entre 1813 e 1819, havia negociado escravos dentro da capitania²⁰³ e em 1820 foi matriculado na Junta do Comércio como “Negociante de grosso da Praça do Rio Grande de São Pedro do Sul”²⁰⁴. Falecido no ano de 1858, na Vila do Rio Grande, teve o seu inventário aberto quatro anos mais tarde. Sua fortuna era composta por objetos de ouro e prata, casas de morada, duas chácaras, 35 escravos e dívidas ativas no total de 12:666\$668 réis²⁰⁵.

Outro negociante de grosso trato que comercializava através do porto de Rio Grande era *Antônio José Afonso Guimarães*. Ele consta como proprietário de quatro embarcações (os brigues *D. Pedro II* e *Maciel*, o bergantim *Incansável Maciel* e o patacho *Nero*) que transacionava mercadorias principalmente com o Rio de Janeiro, mas também com Pernambuco. Importava sal, fazendas, escravos e gêneros diversos e exportava carne, couros e

escritura desta negociação foi feito em 29/11/1819. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Transmissões e Notas**. Rio Grande: 2º Tabelionato, Livro 9, fl. 32v.

²⁰⁰ AHRS. **AM/M**, registro nº 161, 164 e 214.

²⁰¹ RHEINGANTZ, Carlos. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento. In: **Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, v. 2, p. 11-524.

²⁰² “Requerimento da Corporação dos Comerciantes e Fazendeiros da Capitania do Rio Grande de São Pedro à Junta da Real Fazenda. 1798” (Anexo ao Ofício do Governador do Rio Grande de São Pedro, tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara. Porto Alegre, 24/11/1800). AHU_ACL_CU_O19, Cx. 5, D. 373.

²⁰³ AHRS, Códices da Fazenda (F-69), Livro de Sisas, 1812-1822, fl. 12v, fl. 84v, registro nº 7 e fl. 148v, registro nº 7. BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 113.

²⁰⁴ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 151.

²⁰⁵ Miguel da Cunha Pereira, inventário e testamento anexo, APERS, 1862, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 36, nº 760.

sebo²⁰⁶. Estava envolvido também com a intermediação na aquisição de terras no Uruguai. Além de comerciante e proprietário de embarcações, Afonso Guimarães foi tesoureiro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, procurador do Hospital de Beneficência, tesoureiro da Caixa Econômica (1833), Capitão-mor, vereador em Rio Grande e Deputado provincial em 1850 e 1851²⁰⁷. Destaco ainda que ele foi um dos agentes que possuíam mais de duas transações no porto de Rio Grande. A análise das escrituras de procuração apresentada no último capítulo deixa mais clara a abrangência de seus negócios e sua inserção em importantes redes de comércio.

Nas primeiras décadas do século XIX, Rio Grande permanecia como o principal centro de comércio do Rio Grande de São Pedro. A urbanização avançava e a intensificação das trocas comerciais dava mostras da sua prosperidade. A relação com o porto da capital não era propriamente de concorrência e sim de complementaridade, pois Porto Alegre cumpria o papel de intermediária do comércio entre importantes praças como Rio Pardo, Cachoeira e Santo Antonio da Patrulha, e o porto de Rio Grande, além do escoamento da produção agrícola do entorno da capital. As conjunturas de guerra e instabilidade política não afetaram gravemente as atividades comerciais da vila portuária, que inclusive alcançou vantagens ao substituir momentaneamente o concorrente porto de Montevideu – impedido em diversos momentos de funcionar plenamente em decorrência do processo de independência das antigas províncias do Vice-reino do Rio da Prata e das incursões e ocupação luso-brasileira entre as décadas de 1810 e 1820 –, na exportação de charque e couros. Além disso, durante a rebelião farroupilha manteve-se nas mãos do governo imperial e não sofreu como Porto Alegre com os prolongados cercos dos rebeldes, podendo inclusive suprir a menor participação da capital no valor total das exportações da província.

Assim, procurei superar os limites das fontes disponíveis e estabelecer um comparativo entre as mercadorias negociadas através do porto de Rio Grande durante a primeira metade do século XIX. Quanto às mercadorias negociadas, constatou-se que sal, escravos, fazendas, vinho, entre outros, permaneciam tendo destaque entre as mercadorias

²⁰⁶ AHRS. AM/M, registro nº 327, 436, 498, 510, 859, 982, 1.006 e 1.065.

²⁰⁷ A Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense era um grupo de elite da província na qual os homens de negócios tinham grande influência. Além de Antônio José Afonso Guimarães, identifiquei outros quatro de seus membros envolvidos nas transações aqui analisadas: Antônio Teixeira de Magalhães, João Francisco Vieira Braga, José Maria de Sá e Porfírio Ferreira Nunes. A respeito da referida sociedade e seus membros, ver KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 4; 22-34.

importadas. Do mesmo modo, a economia do Rio Grande de São Pedro manteve-se como fornecedora de charque para o mercado interno e de couros para o externo, uma vez que o gado e seus derivados compunham a maior parte das exportações. Quanto à farinha de trigo, passou de exportador a importador.

No que diz respeito aos agentes mercantis, constatou-se que parte deles, em especial os negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio do Rio de Janeiro, conseguiu diversificar seus negócios, atuando tanto da importação quanto da exportação dos principais produtos comercializados através do porto de Rio Grande.

A abrangência geográfica e as redes mercantis nas quais estavam inseridos os agentes mercantis atuantes no porto de Rio Grande não se resumiam mais somente aos portos do Brasil e da região do Rio da Prata, mas passaram a incluir praças mercantis importantes na Europa e nos Estados Unidos. No entanto, nestas rotas passaram a enfrentar fortes concorrentes: os estrangeiros estabelecidos na província rio-grandense, especialmente interessados nas transações envolvendo os couros, principal mercadoria destinada ao mercado externo. Mesmos nos negócios com Portugal, a concorrência estrangeira fazia-se presente.

Acrescenta-se que a ampliação dos parceiros foi suficiente apenas para atenuar a forte e histórica dependência da economia rio-grandense em relação à capital do Império, que permaneceu como principal parceiro mercantil e maior responsável pela importação e re-exportação dos couros rio-grandenses. Em parte porque os negócios realizados diretamente com os mercados da Europa e dos Estados Unidos aparentemente resultavam mais da chegada de negociantes estrangeiros que se estabeleceram no Rio Grande de São Pedro a partir da abertura dos portos do Brasil do que propriamente a conquista por parte do corpo mercantil rio-grandense destes novos parceiros mercantis. Assim, em um processo que estava em curso ao longo do período enfatizado nesta investigação, e que foi consolidado na segunda metade do século XIX, os comerciantes luso-brasileiros foram gradativamente perdendo espaço para os estrangeiros nas rotas do comércio de longa distância e concentraram-se no comércio de com as demais praças mercantis do Império do Brasil e com os vizinhos do Rio da Prata.

Tratava-se, portanto, de uma continuidade. Antes que pudessem desfrutar plenamente das vantagens do comércio direto com a Europa e os Estados Unidos, os agentes mercantis da província viram-se cada vez mais pressionados pela concorrência dos estrangeiros nos negócios envolvendo as mercadorias destinadas ao consumo externo, e seguiram, tal como no período colonial, com a sua atuação mercantil direcionada para o comércio de cabotagem e

fortemente atrelados ao Rio de Janeiro, o que não impediu que fortunas fossem construídas com bases assentadas neste ramo do trato mercantil.

CAPÍTULO II

“SAIBAM QUANTOS ESTE INSTRUMENTO PÚBLICO VIREM”: A ECONOMIA DA VILA DE RIO GRANDE ATRAVÉS DAS ESCRITURAS PÚBLICAS DE VENDA, CRÉDITO E SOCIEDADE

O objetivo deste capítulo é analisar a economia e o padrão de investimento verificado em Rio Grande através de escrituras públicas. Além de determinar quais os principais tipos de transações e de bens envolvidos e da variação dos preços dos bens e do número de transações registradas ao longo da primeira metade do século XIX, analiso também a atuação dos agentes mercantis presentes. Para tanto, utilizei os vinte livros de “Transmissões e Notas” do 2º Tabelionato de Rio Grande e as escrituras referentes à vila de Rio Grande registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre²⁰⁶. O conjunto das escrituras contempla o período entre 27 de outubro de 1808 e 13 de dezembro de 1850 e se encontram sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul²⁰⁷.

Juridicamente, as escrituras são instrumentos destinados a registrar formalmente todas as condições de um determinado contrato, “seja para assumir uma obrigação ou seja para determinar a execução de outro ato qualquer”. Estas podem ser tanto privadas, restritas aos nela interessados, quanto públicas, lavradas por um funcionário ou oficial público e de acordo com “as solenidades previstas em lei”. No caso das particulares, estavam restritas àquelas transações que a lei não obrigava registrar em documento público. “E para que opere em relação a terceiros, [é] necessário que seja transcrito no registro público”²⁰⁸. Na documentação por mim analisada, pude verificar a ocorrência de escrituras particulares que posteriormente foram registradas nos livros do Tabelionato. Em 12 de janeiro de 1843, por exemplo, Vicente Manuel de Espíndola e sua esposa, constam com outorgantes de uma

²⁰⁶ Rio Grande passou a contar com Tabelionato próprio a partir de 1811; antes disso, eram registradas em Porto Alegre. Sendo assim, incluí nos registros do 2º Tabelionato de Rio Grande as escrituras desta vila registradas em Porto Alegre, entre os anos de 1808 e 1811, bem como aquelas que foram eventualmente registradas na capital mesmo quando Rio Grande já contava com um tabelionato.

²⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Transmissões e Notas**. Rio Grande: 2º Tabelionato, **Livro 2 a 21** (18.02.1811 – 01.02.1852); Porto Alegre, 1º Tabelionato, **Livro 32 a 42** (27.10.1808-17.12.1822). Doravante APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L, fl ou 1 Tab. POA, L. fl. Os livros de “Transmissões e Notas” do 1º Tabelionato de Rio Grande não foram utilizados, pois dizem respeito ao período a partir de 1866.

²⁰⁸ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1975, 4 Vols. [4ª Edição], Volume II, p. 616-17. A redação da escritura era de responsabilidade dos tabeliães de notas, cujo cargo era exercido por ofício. A eles era atribuída a redação de todos os tipos de contratos: testamentos, inventários, compras e vendas, arrendamentos, entre outros. SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 [2ª Edição], p. 136-37.

escritura de ratificação referente à venda de um terreno de 100\$000 réis (10,76 libras), feita por documento particular em outubro de 1842 para José Gomes Madeira²⁰⁹.

Jucá de Sampaio observou que as Ordenações Filipinas determinavam ser necessário o registro público de contratos, compras e vendas, empréstimos, permutas, dotes, entre outros. Assim, todas as transações envolvendo bens de raiz de valor acima de 4\$000 réis, bens móveis e dívidas com valor superior a 60\$000 réis, deveriam ser registradas em escrituras públicas²¹⁰. Portanto, estas não dizem respeito à totalidade das transações efetuadas em uma sociedade. Além disso, muitas negociações devem ter permanecido no âmbito particular, embora seu registro fosse obrigatório a partir dos valores e tipos mencionados acima. Acrescenta-se que havia certo grau de informalidade nos procedimentos da atividade mercantil, baseados em relações de confiança que dispensavam o registro oficial das negociações²¹¹.

Apesar destas limitações, as escrituras públicas permitem conhecer, mesmo que parcialmente, o padrão dos investimentos econômicos vigentes em uma sociedade. Estudos como os de João Fragoso e Jucá de Sampaio, e mais recentes como os de Fábio Pesavento e Alexandre Ribeiro, têm demonstrado a pertinência desta fonte para a investigação histórica no campo da história econômica²¹². Sendo assim, as escrituras públicas lavradas em Rio Grande e Porto Alegre constituem-se na principal fonte deste e do capítulo seguinte.

Os livros de Rio Grande compreendem um período de dois ou três anos cada. As escrituras do período da Guerra dos Farrapos foram registradas nos livros de número 15 a

²⁰⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L17, fl. 67v.

²¹⁰ SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 54. Ver **Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004, Livro Terceiro, 2º Tomo, Título LIX, p. 651-52.

²¹¹ Acrescenta-se a manutenção de “contas correntes” entre comerciantes. Dívidas anotadas nelas nem sempre eram declaradas nos inventários, gerando disputas entre os inventariantes/herdeiros com os credores que reclamavam a inclusão de suas dívidas no inventário. OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 313-17.

²¹² FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit.; SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit.; PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos**. Niterói: Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Faculdade de Economia/UFRJ, 2009 [tese de doutorado]; RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura economia, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 c.1800)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009 [tese de doutorado]. As escrituras públicas também foram utilizadas por Renato Leite Marcondes, Tiago Gil (crédito) e Güinter Leipnitz (arrendamentos) em seus respectivos trabalhos. MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998; GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009 [tese de doutorado], LEIPNITZ, Güinter Tlajja. **Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2010 [dissertação de mestrado].

18²¹³. Comparativamente, chama a atenção os onze livros (livros 2 ao 12) correspondentes ao período em que a província encontrava-se envolvida com as Guerras Cisplatinas (1811-1828). Aparentemente, por se tratar de um conflito interno, o período do conflito farroupilha interferiu de forma mais acentuada nas atividades desenvolvidas no Rio Grande de São Pedro. Mesmo que as atividades comerciais e econômicas tenham se mantido durante este período e apesar dos transtornos relacionados aos combates entre os rebeldes e imperiais, parece que este também representou um momento de dificuldades para a realização dos procedimentos notariais, administrativos e judiciais da província mais ao sul do Império do Brasil.

Nas escrituras é possível encontrar casos que demonstram como a guerra afetava os serviços notariais e administrativos. Em novembro de 1841, os outorgantes herdeiros do falecido Capitão Manuel Pinto de Moraes registraram uma escritura de quitação a favor de Afonso Antonio da Costa Amorim, casado em segundas núpcias com a Dona Ana Úrsula Pereira, viúva do referido capitão e também falecida naquela data. Os herdeiros cediam os bens que lhes caberiam como herança para o outorgado por estarem satisfeitos com os bens e dinheiro que haviam recebido deste. Ao escrivão declararam que viveram em Pelotas até janeiro de 1836, quando emigraram para Rio Grande. Tendo falecido Dona Ana Úrsula Pereira em março de 1837, não pôde ser feito o inventário dos bens do casal **“por estar a referida cidade de Pelotas como é de pública notoriedade sob o domínio dos rebeldes”**²¹⁴.

A abrangência geográfica dos registros não se limitava à vila de Rio Grande, incluía o “seu termo” e distritos/freguesias à ela vinculados, que posteriormente foram sendo desmembrados, tais como Jaguarão, São José do Norte, Povo Novo, Pelotas, Piratini, Boqueirão, Taim, São Lourenço, Mostardas, Canguçu, Camaquã, Erval, além de outras vilas, como Porto Alegre e Rio Pardo. Constam também localidades fora do Rio Grande de São Pedro: no Uruguai, especialmente a Costa de Cebollatí, jurisdição da Vila de Melo; Rio de Janeiro e Ilha de Santa Catarina.

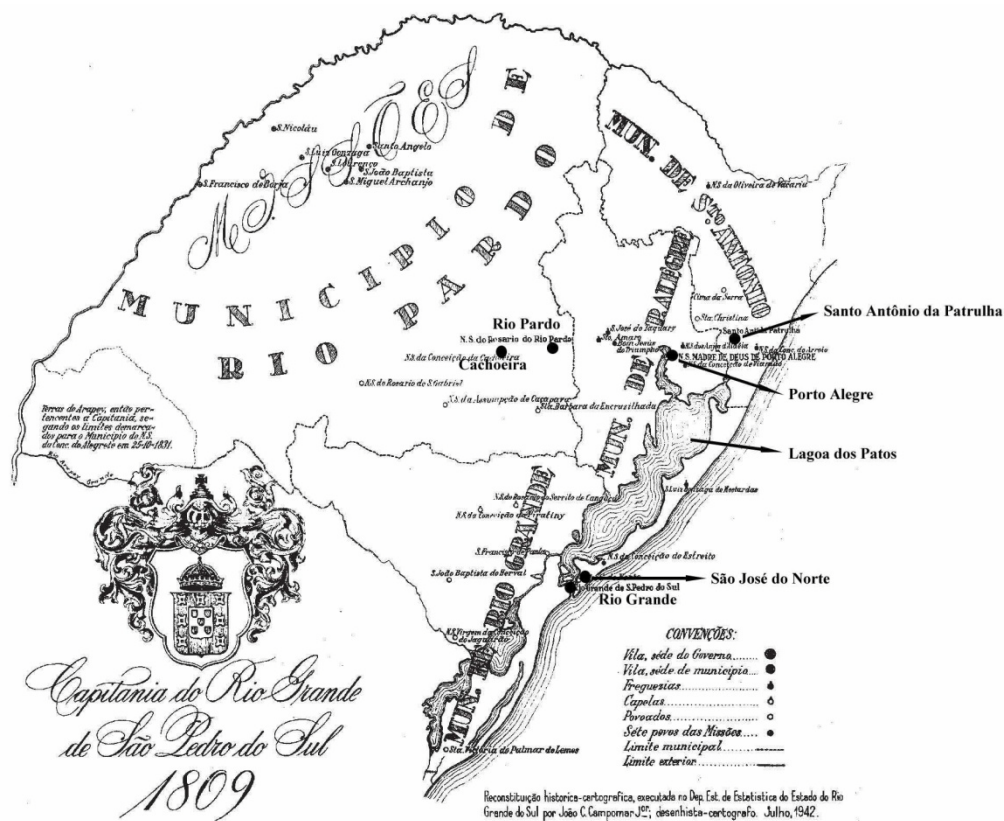
Em 1809, a capitania do Rio Grande de São Pedro estava dividida em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Em 1824, foi acrescentado o de Cachoeira e registrava-se um pequeno incremento no número de povoados vinculados a cada um deles. Nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos (1836), já eram quatorze municípios e na década de 1860, a província encontrava-se dividida em vinte e oito

²¹³ Quase todas as escrituras do período entre 1835 e 1840 (114 escrituras) foram registradas apenas no livro 15. No número 16 – janeiro de 1840 a setembro de 1841 –, por sua vez, constam o menor número de registros de todos os livros de Rio Grande consultados para o período em questão (67).

²¹⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L17, fl. 3v. Meu grifo.

municípios²¹⁵.

Mapa 1 – Rio Grande de São Pedro, 1809



Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 46. (Adaptado pelo autor).

Além de Porto Alegre e Rio Grande, destaca-se Rio Pardo, não apenas por sua importância como posto militar, mas também como praça comercial fundamental para a economia do Rio Grande de São Pedro. As rotas terrestres abasteciam o norte e o oeste da capitania, enquanto o Rio Jacuí comunicava-a Porto Alegre – passando por Cachoeira e Santo Amaro –, que servia de entreposto para o comércio realizado com Rio Grande. Ao descrever seu curso, Arsène Isabelle observa que havia “um movimento perpétuo de carretas, cavalos,

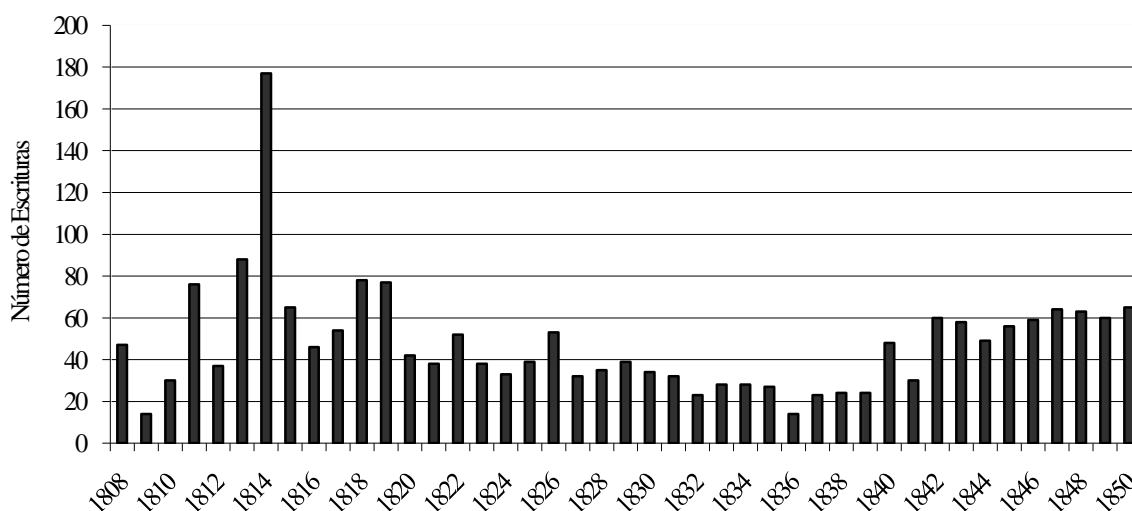
²¹⁵ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981, p. 33-45. Sobre a divisão administrativa do Rio Grande do Sul, ver também FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: s/editora, 1963; MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS/Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000, p. 47-9.

mulas, bois, viajantes, que se cruzavam dentro do rio”²¹⁶.

2.1 As Escrituras de Rio Grande

O primeiro procedimento adotado foi a montagem de um banco de dados com todas as escrituras registradas nestes livros. Procedeu-se assim para que se pudesse aferir a importância de cada tipo de escritura no conjunto dos registros neles realizados. Desse modo, foram computadas **2.059** escrituras públicas, distribuídas ao longo do período analisado.

Gráfico 6 – Número total de escrituras (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Observa-se no **Gráfico 6** que os primeiros anos da série reúnem quantidades razoáveis de escrituras: nos anos de 1811, 1813, 1814, 1818 e 1819 foram registradas mais de 70 escrituras cada, sendo que em 1814 registrou-se o total de 177 escrituras. O ano de 1809 e o período entre 1832 e 1839, por sua vez, é aquele em que se registrou o menor volume: entre 14 e 28 registros. Destaca-se que os anos em que o Brasil esteve envolvido com a disputa pela Banda oriental (Uruguai), de 1811 a 1828, concentram mais da metade das escrituras (1.060). A partir do final das Guerras Cisplatinas, é possível observar que na maioria dos anos houve queda no número de escrituras realizadas e que estas voltaram a crescer efetivamente a partir

²¹⁶ ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**, op. cit., p. 219-32; a citação é da p. 220. Sobre a praça mercantil de Rio Pardo e seus comerciantes, ver SOUZA, Sabrina Silva de. **Comerciantes em Rio Pardo-RS: atuações comerciais e relações sociais: 1800-1835**. Porto Alegre: PPG-História/PUC, 1998.

de 1842, quando a Guerra dos Farrapos encaminhava-se para seu final.

Quanto aos valores, em **1.162** delas foi registrada esta informação. No total, as escrituras envolvem um montante de 4:649:519\$173 réis (quatro mil, seiscentos e quarenta e nove contos, quinhentos e dezenove mil, cento e setenta e três réis), o equivalente a 678.415,33 libras esterlinas (seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quinze libras esterlinas e trinta e três *pence*)²¹⁷.

Para se ter uma medida deste valor, tomo como fator comparativo a receita provincial em 1850 (52.702 libras)²¹⁸. Neste mesmo ano, as escrituras registradas em Rio Grande correspondiam a um total de 35.403,87 libras, ou seja, aproximadamente dois terços do montante arrecadado pela província. De acordo com Gonçalves Chaves, entre 1816 e 1822, as importações de Rio Grande alcançaram o montante de 1.806.491,60 libras²¹⁹, o equivalente a 3,9% do valor registrado nas escrituras no mesmo intervalo. Nos “Ensaio Statísticos da Provincia de São Pedro” consta que, no quadriênio 1841-44, as importações feitas por Rio Grande alcançaram o montante de 1.873.266,58 libras²²⁰, enquanto as escrituras registradas nos mesmos anos corresponderam ao total de 56.129,28 libras ou 2,9% das importações. Os valores envolvidos nas escrituras, portanto, representam valores significativos frente à arrecadação geral da província e um percentual não desprezível diante do montante das importações.

Para empreender uma análise mais representativa das escrituras de Rio Grande, agrupei os dados por quinquênios, a fim de verificar a evolução do volume de escrituras registradas e seus valores totais ao longo do período estudado. No **Gráfico 7** observa-se que os extremos da série concentram parte significativa das escrituras. O quinquênio 1806-10 está claramente subregistrado, pois devido à ausência de um tabelionato em Rio Grande até 1811,

²¹⁷ Tendo em vista a desvalorização do *Mil-réis* relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio, assim como para uma melhor avaliação da evolução dos valores monetários ao longo do período, optei por utilizar os valores expressos em libras esterlinas. Para a conversão dos valores foi utilizada a tabela “**Taxa de câmbio média anual da libra esterlina (réis por pence) na praça do Rio de Janeiro (RJ) [1809-1939]**”. Disponível em: «<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>». Acesso em 11 Jan. 2009. Para o ano de 1808, utilizei a tabela publicada por Kátia Mattoso: WESTPHALEN, BACH & KROHN. **Centenário 1828-1928**. Bahia: s/Ed., 1828, p. 87 *apud* MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1ª edição, 1982], p. 254. Até a adoção do sistema decimal pelo Reino Unido (1971), cada libra valia 20 *shillings*, que por sua vez valia 12 *pence*, logo uma libra equivalia a 240 *pence*. O Mil-réis, por sua vez, era um sistema de base milesimal. De tal modo, para o cálculo da conversão foi aplicada a seguinte fórmula: **Valor em Libras (£) = [(Valor em Mil Réis (\$) x Taxa de câmbio “pence”) : 240] : 1000**. Doravante os valores monetários serão informados somente com a sua anotação numérica.

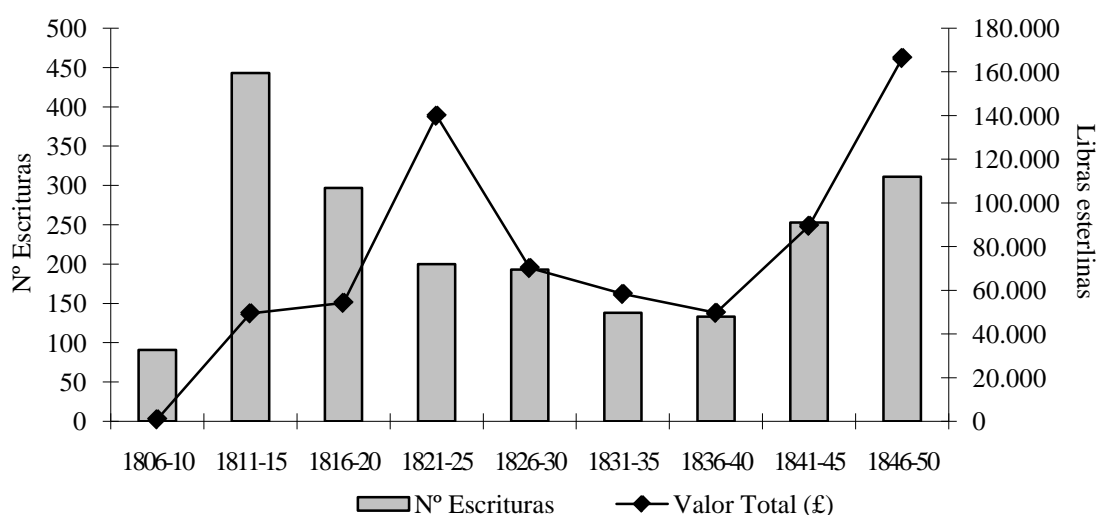
²¹⁸ CAMARGO, J. **Quadro estatístico e geográfico**, op. cit., p. 157.

²¹⁹ CHAVES, A. **Memórias econômico-política**, op. cit., p. 141.

²²⁰ CAMARA, Antônio Manoel Corrêa da. **Ensaio estatísticos da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1851, p. 99.

grande parte das transações efetuadas no período deve ter sido registrada apenas através de “documentos particulares”. O ápice deu-se justamente em 1811-15, quando foram registradas 443 escrituras. Destaca-se a este respeito que os anos correspondentes às incursões na Banda Oriental representaram um momento de expansão da fronteira agrária e propiciaram a incorporação de bens produtivos (terras e animais). Em menor medida, deve-se considerar que o elevado número de escrituras também refletisse o início das atividades do tabelionato da referida vila, pois transações efetuadas anteriormente podem ter sido formalizadas nestes anos. Entre os lustros de 1816-20 e 1836-40, o número total de registros realizados apresentava-se em queda. Cabe destacar, períodos estes respectivamente relacionados às incursões na Banda Oriental e ao início da Guerra dos Farrapos.

Gráfico 7 – Número de escrituras e seus valores totais por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Em relação aos valores, verifica-se certa instabilidade ao longo do período considerado, com três picos de crescimento acompanhados de quedas acentuadas. Destaco que, apesar da tendência de queda no número de transações registradas a partir de 1811-15, ocorreu uma expressiva elevação dos valores correspondentes até o quinquênio de 1821-25 – correspondente ao período da anexação da Banda Oriental ao Brasil e da independência –, quando atingiu o maior montante da série. Houve um acentuado declínio a partir do lustro seguinte, no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina e criação da República Oriental do Uruguai, em 1828. A queda nos valores acumulados nas escrituras se estendeu até o final da

primeira metade da rebelião farroupilha (1836-40) e, somente a partir do lustro de 1841-45, é que se iniciou uma recuperação nas duas variáveis consideradas, quando o centro dos combates já havia sido deslocado para a região da Campanha.

O início das incursões e ocupação da Banda Oriental, portanto, representou um momento de expansão para a economia rio-grandense²²¹, enquanto os lustros correspondentes ao período entre a Guerra da Cisplatina (1825-28) e os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram de dificuldades para as atividades econômicas e comerciais do Rio Grande de São Pedro. Após sofrer com o impacto negativo representado pelo início da rebelião farroupilha, observável através da queda no número de escrituras registradas e dos valores correspondentes, os últimos anos do seu principal período belicoso do século XIX caracterizaram-se pelo início da recuperação da economia rio-grandense.

Embora Rio Grande tenha permanecido sob o controle legalista, o porto da capital sofreu com os períodos de cerco até 1840. Sendo Porto Alegre responsável pelo escoamento da produção de seu entorno e do interior, a interrupção era prejudicial para o conjunto da economia da província. Havia ainda os problemas comuns às circunstâncias de uma guerra: a desorganização da produção nas áreas atingidas pelos combates, o recrutamento²²² da população masculina em idade produtiva e as requisições de provisões para o abastecimento das tropas.

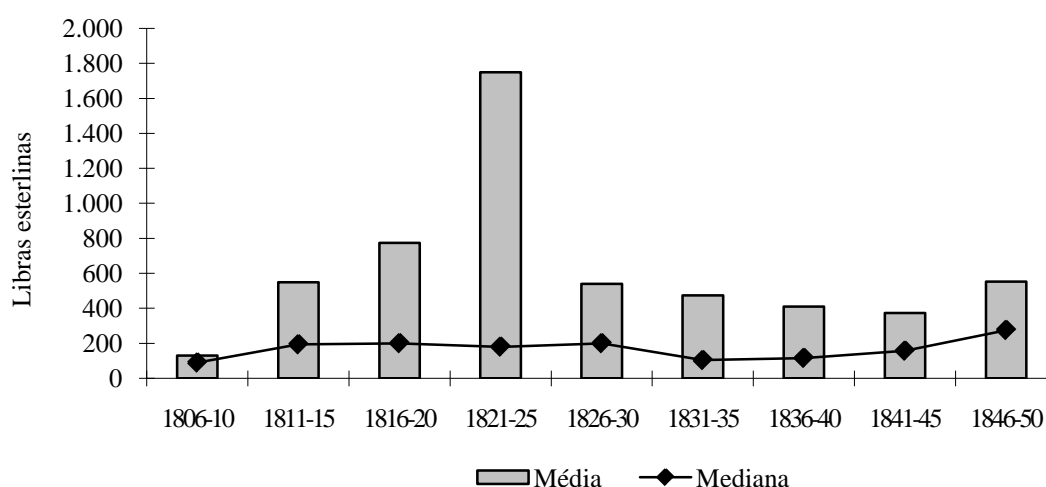
Evidências a respeito das interrupções do porto da capital podem ser encontradas na documentação do Consulado dos Estados Unidos no Rio Grande de São Pedro. Em carta enviada de Rio Grande em julho de 1836, o cônsul Isaac Austin Hayes relata que há dois

²²¹ Teófilo Torronteguy afirma que inicialmente a Guerra Cisplatina favoreceu a atividade criatória e os grandes proprietários. Se a guerra facilitou o contrabando de gado, também trouxe problemas para seu transporte até as charqueadas da região litorânea. O autor acrescenta que os charqueadores obtiveram lucros, mas a grande maioria da população viu-se prejudicada pelo confisco de bens. Empobrecida, grande parte acabou servindo de mão-de-obra nas grandes estâncias. TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1994, p. 48.

²²² De acordo com José Iran Ribeiro, mesmo isentos do recrutamento para as tropas de 1ª linha (Exército), os homens ligados ao setor produtivo (agrícola e pecuária), ao comércio (caixeiros) e à prestação de serviços (tropeiros, mestres de ofícios com loja aberta, etc.), tendo em vista as necessidades da guerra, acabavam sendo recrutados pelas tropas auxiliares (Ordenanças e Milícias). RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 31-78. Ver também RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a honra nacional”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009, p. 7-39. Entre outros aspectos, o autor demonstra o papel das redes locais de proteção na definição de quem seria alvo do recrutamento e seu uso como instrumento de controle social, afastando da província os indesejados envolvidos com rebeliões provinciais. O governo central assumiu o controle sobre este processo conforme incidiu sobre a desestruturação das elites locais. A respeito da influência das lideranças militares locais no recrutamento de tropas, ver FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, especialmente, Capítulo 4, p. 201-49.

meses estava quase sem comunicação com Porto Alegre e que o governo central havia mandado fechar a Alfândega da capital enquanto esta permanecesse sitiada pelos rebeldes. Informava também que nos seis meses anteriores, poucos navios dos Estados Unidos haviam aportado em Rio Grande²²³. Somente com o encerramento do último cerco (dezembro de 1840), Porto Alegre pôde iniciar sua recuperação²²⁴, inclusive a regularização da movimentação de embarcações entre estes portos.

Gráfico 8 – Valores médios e mediana das escrituras por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Ao se observar os valores médios e a mediana das escrituras (**Gráfico 8**), é possível perceber variações importantes. As oscilações da mediana foram menos acentuadas que as verificadas no valor médio, pois são menos influenciadas por valores muito extremos. O valor médio mais elevado verificou-se em 1821-25 (1.748,66 libras), quando também houve um grande aumento no montante total das escrituras deste quinquênio, apesar da diminuição do número total de escrituras, conforme já se apontou no **Gráfico 7**. Enquanto os valores médios decaíram a partir de 1836-30 até 1841-45, a mediana apresentou uma queda mais expressiva em 1831-35. A partir de então, manteve-se em elevação atingindo seu máximo no último lustro do período considerado.

Observando as escrituras de acordo com o seu tipo (**Tabela 12**), percebeu-se a

²²³ FRANCO, S. (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos**, op. cit., documento nº 41(9); BERUTE, G. **Negócios em tempos de guerra**, op. cit.

²²⁴ FRANCO, S. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**, op. cit., p.121-22

preponderância das *procurações bastantes* e das escrituras de *venda*. Juntas, estas representavam 83,3% de todos os registros. As procurações foram analisadas em separado, pois neste capítulo a análise restringiu-se às escrituras de “venda”, aos registros relacionados aos negócios envolvendo crédito – tendo em vista a importância dos mecanismos de crédito para a sociedade em questão –, mesmo que menos representativas numericamente. Foram incluídas ainda as oito escrituras de sociedade (0,4%), uma vez que há o interesse especial nas atividades comerciais desenvolvidas na província.

Tabela 12 – Número e valor total das escrituras por tipo (Rio Grande, 1808-1850)

Tipo de escritura	Nº Escrituras	%	Valor (Réis)	Valor (Libras)
Venda	942	45,75	2.627.906.702	371.038,92
Procuração	774	37,59		
Dívida e hipoteca	108	5,25	457.019.112	55.867,28
Doação	23	1,12	30.160.000	5.518,53
Fiança	20	0,97	20.984.529	2.575,92
Aforamento	19	0,92		
Permutação	19	0,92	129.576.850	16.137,30
Arrendamento	17	0,83	293.040.000	41.782,77
Quitação	14	0,68	87.307.932	9.818,98
Hipoteca	8	0,39	73.461.090	8.730,77
Perdão	8	0,39		
Sociedade	8	0,39	85.280.000	16.692,57
Liberdade	6	0,29	204.800	48,64
Perfilhação	5	0,24		
Dote e arras	4	0,19	18.700.000	2.204,61
Quita e paga	4	0,19	14.630.853	2.519,26
Ratificação de venda	4	0,19	4.733.332	698,26
Outras	76	3,69	806.513.973	144.781,52
Total	2.059	100	4.649.519.173	678.415,33

Obs.: Foram selecionados os tipos de escrituras mais frequentes. Para relação completa, ver **Anexo 1**.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Para tanto, primeiramente agrupei sob os títulos de **Venda, Crédito e Sociedade**, as escrituras de venda, dívida e hipoteca, e sociedade, assim como todas as que foram consideradas correlatas a cada uma delas. Foram incluídas nas *vendas* as seguintes escrituras: “contrato e venda”, “dissolução de sociedade, ajuste e venda”, “transação e composição”, “transação e obrigação”, “venda”, “venda e composição”, “venda e hipoteca”, “venda e traspasse” e “venda, dívida e especial hipoteca”, totalizando 950 escrituras (46,1%).

No título *crédito* foram consideradas as escrituras registradas como: “assentimento de hipoteca”, “câmbio marítimo e hipoteca” e “fiança”, “cessão de dívida”, “crédito”, “destrate de sociedade, quitação, dívida e obrigação”, “destrate de sociedade, quitação, dívida,

obrigação e hipoteca”, “destrate, obrigação e hipoteca”, “dissolução de sociedade e dívida”, “dívida e hipoteca”, “fiança”, “hipoteca”, “obrigação, tutoria e fiadoria” e “tutoria e obrigação e fiadoria”, no total de 149 escrituras (7,2%). Por fim, foram consideradas como *sociedade* as 8 escrituras registradas com este mesmo título. Ao todo, portanto, analisei neste capítulo **1.107** escrituras que correspondem a 53,8% dos registros presentes nos livros de Transmissões e Notas de Rio Grande.

Considerando que a fonte cobre um período longo, é possível afirmar que se trata de um número não muito grande de escrituras, mesmo se considerado o total de escrituras catalogadas (2.059). A comparação com outras regiões brasileiras permite avaliar melhor este aspecto. No caso da cidade do Rio de Janeiro, Jucá de Sampaio selecionou um total de 3.501 escrituras de compra e venda, crédito, arrendamentos e doações, registradas em dois cartórios de notas da cidade, referentes ao período entre 1650 e 1750²²⁵, para investigar os padrões de investimentos vigentes. João Fragoso, por sua vez, utilizou uma amostra de 3.562 escrituras de compra e venda, registradas nos quatro cartórios da mesma cidade, entre 1800 e 1816²²⁶. Mais recentemente, Fábio Pesavento trabalhou com uma amostra composta de 5.329 escrituras registradas entre os anos de 1750 a 1783 e de 1787 a 1790²²⁷. Quanto à Salvador, Alexandre Ribeiro analisou uma amostra de aproximadamente 2.600 escrituras de compra e venda e de empréstimos (crédito) para o período entre 1751 e 1780²²⁸.

Embora o total de escrituras que analisei seja inferior à estas, cabe lembrar que as localidades estudadas pelos referidos autores eram de grande importância desde o período colonial e possuíam fortes vínculos como o mercado externo. O Rio de Janeiro, em especial, centralizava as mais importantes redes mercantis do Império português, nomeadamente as vinculadas ao tráfico de escravos. O Rio Grande de São Pedro, por sua vez, além de ser de ocupação mais recente, tinha sua economia voltada especialmente para o mercado interno (charque e trigo). Conforme destacado no primeiro capítulo, mesmo a mercadoria rio-grandense destinada ao mercado externo (couros), na primeira metade do século XIX ainda tinha sua exportação intermediada em grande medida pelo porto da capital do Império, tal

²²⁵ Jucá de Sampaio ressalta que, embora localizado na cidade do Rio de Janeiro, as escrituras também diziam respeito ao seu termo, que “em meados do século XVIII, a sua extensão era de 10.000 km² e englobava a maior parte do recôncavo da Guanabara e as regiões do vale do Paraíba ocupadas no século XVIII”. SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 43.

²²⁶ João Fragoso analisou escrituras referentes aos anos de 1800, 1803-1807, 1810, 1813 e 1815-1816. FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 336.

²²⁷ PESAVENTO, F. **Um pouco antes da Corte**, op. cit., p. 151-54.

²²⁸ RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 89.

como ocorria durante o período colonial.

Na **Tabela 12**, constata-se ainda uma dispersão acentuada na distribuição das escrituras de acordo com o seu tipo, concomitante à uma concentração significativa em alguns deles. Quanto aos valores destas, observam-se pequenas variações na confrontação entre os valores expressos em réis e libras esterlinas. Considerando a moeda corrente do Brasil, tem-se em ordem crescente, como as escrituras de maior montante, as de “arrendamento”, “destrate de sociedade”, “dívida e hipoteca” e “venda”, com os valores entre 293:040\$000 réis e 2:627:906\$602 réis. Considerando os valores convertidos em libras esterlinas, há uma alteração na posição das escrituras de “dívida e hipoteca” e “destrate de sociedade” e os montantes ficaram entre 41.782,77 e 371.038,92 libras. Ao menos em parte, a diferença dos valores pode ser atribuída à influência da inflação sobre a moeda do Brasil, justificando-se assim a opção por considerar os valores em libras, a fim de se obter uma avaliação mais precisa dos valores dos bens negociados e sua evolução ao longo período em questão.

Para melhor análise dos dados, estabeleci seis categorias nas quais as escrituras selecionadas foram distribuídas de acordo com o tipo de transação e conforme os bens nelas registrados. A definição destas categorias e das variáveis analisadas baseia-se nos trabalhos de Jucá de Sampaio, João Fragoso, Fábio Pesavento e Alexandre Ribeiro e foram adaptadas às características das escrituras de Rio Grande e aos objetivos da pesquisa²²⁹. Eis as categorias adotadas nesta investigação:

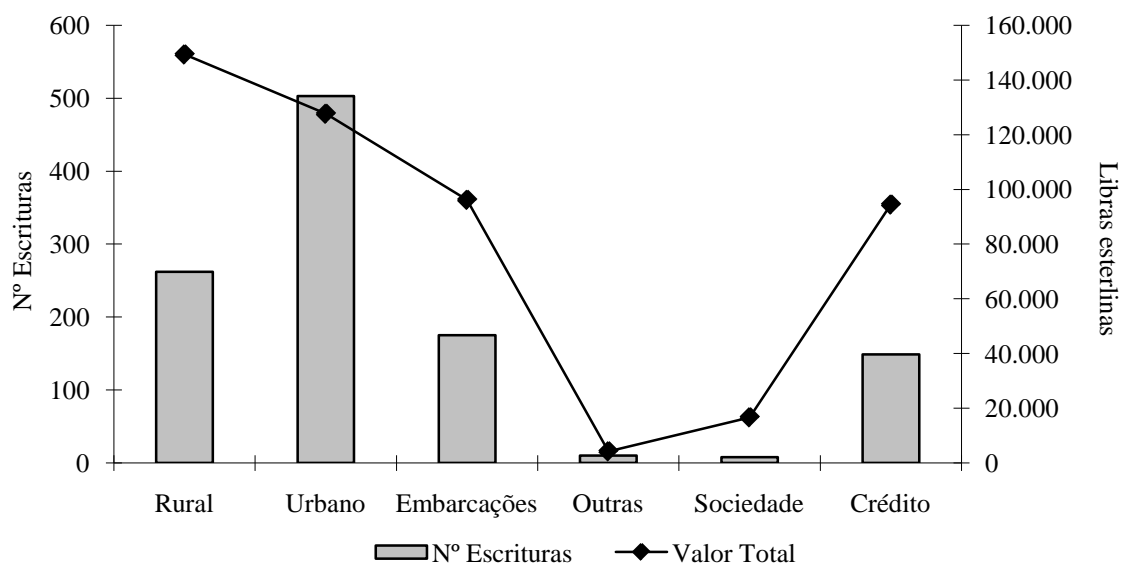
- a) **Bens urbanos:** compreende as escrituras de compra e venda (e suas variantes) de imóveis urbanos: sobrados, casas térreas, meia-água, armazéns, lojas, terrenos claramente localizados na “zona urbana” e olarias (quando localizadas na “zona urbana”);
- b) **Bens rurais:** correspondem às escrituras de venda (e suas variantes) de terras, matos, sítios, rincões, poteiros, campos, chácaras, estâncias, fazendas²³⁰, charqueadas, olarias (como componentes de unidades produtivas rurais), moinhos, animais, escravos (exceto aqueles identificados como urbanos e marinheiros), casas e sobrados

²²⁹ SAMPAIO, A. *Na encruzilhada do império*, op. cit.; FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*, op. cit.; PESAVENTO, F. *Um pouco antes da Corte*, op. cit.; RIBEIRO, A. *A cidade de Salvador*, op. cit.

²³⁰ Ao contrário dos autores referenciados acima, optei por considerar as chácaras em conjunto com os bens rurais, pois me pareceu mais adequado às características da sociedade rio-grandense do período. Sobre a utilização dos vocábulos: fazenda, estância e chácara no extremo-sul da América portuguesa, ver OSÓRIO, H. *O império português no sul da América*, op. cit., p. 103-04.

- na área rural ou que faziam parte de propriedades rurais, benfeitorias;
- c) **Crédito:** principalmente os de "dívida e hipoteca" e suas variantes, conforme indicado no início do capítulo;
 - d) **Embarcações:** transações de compra e venda de embarcações: vapor, bergantim, brigue, iate, canoa, etc.; inclusive as embarcações que foram vendidas com seus escravos;
 - e) **Sociedades:** sociedades em empreendimentos comerciais ou não (firmas, lojas, armazéns, fazendas, campos, terras, estâncias);
 - f) **Outras:** compras e vendas de outros bens que não se enquadram nas categorias anteriores: herança, legítima, móveis domésticos; ou ainda, escrituras que reuniam bens de diferentes categorias (urbano e rural; urbano e crédito, etc.).

Gráfico 9 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Assim, foi possível construir os gráficos a seguir, mostrando a quantidade de escrituras e seus valores, de acordo com as categorias estabelecidas. No **Gráfico 9** é apresentada a distribuição das **1.107** escrituras selecionadas de acordo com cada uma das seis categorias estabelecidas e seus respectivos valores. Nestas foram negociados um total de 488.778,98 libras esterlinas, correspondente a 72% do valor total das escrituras (considerando o valor em réis, a cifra seria de 3:516:661\$819 réis ou 75,6% do montante total).

A categoria *bens urbanos* concentrou um total de 503 escrituras (45,4%), o correspondente a 26,1% do valor (127.708,53 libras). As escrituras reunidas sob o título *rural*, embora reunissem pouco menos da metade do número das escrituras de propriedades urbanas (23,7%), concentraram 30,6% do valor (149.403,17 libras) destas.

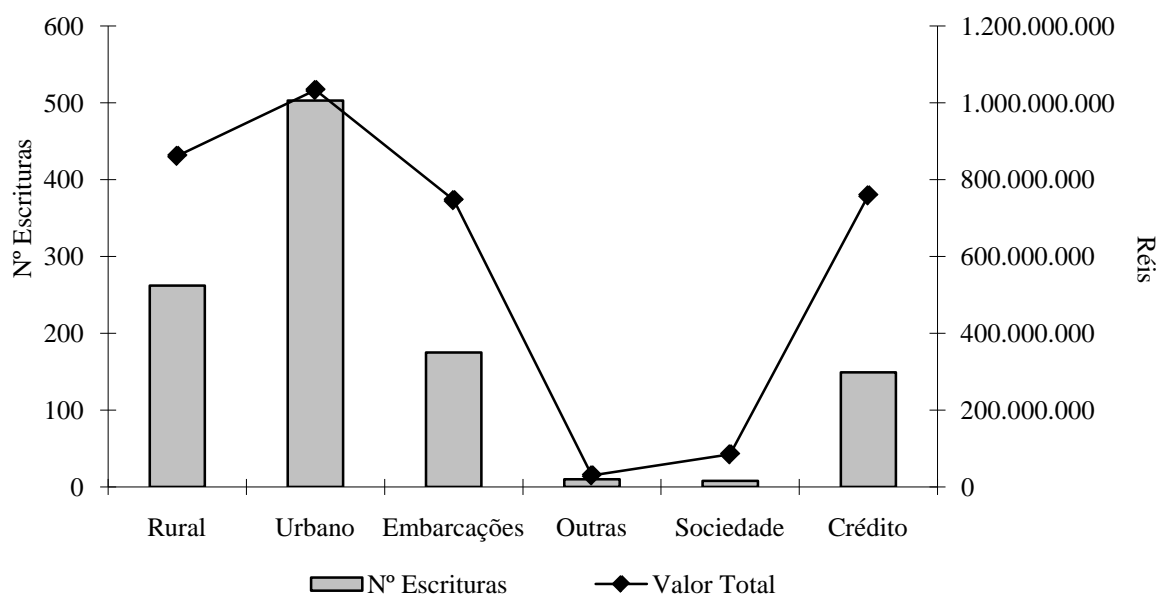
Como já havia observado, apesar de reduzidas no que diz respeito ao número de registros, as escrituras das categorias *embarcações* e *crédito*, foram responsáveis por parcelas significativas dos valores transacionados: 96.222,43 libras (19,7%) e 94.497,23 libras (19,3%), respectivamente. No caso das poucas escrituras de “Sociedade” (8), chama a atenção o montante considerável que elas alcançaram, considerando o pequeno número de ocorrências. Os 16.692,57 de libras (3,4%) acumulados nestas escrituras indicam que parte destas transações envolvia valores elevados²³¹. O peso dos negócios ligados à atividade mercantil fica mais evidente ao somar as escrituras de embarcações e os créditos, que respondiam por praticamente a mesma cifra do valor, chega-se a 29,3% das escrituras e 39% dos 488.778,98 libras. Na análise dos outorgantes e outorgados presentes nas escrituras selecionadas, fica evidente a importância da participação de agentes mercantis nestes tipos de investimentos, especialmente no que diz respeito ao número de registros e seus respectivos valores.

Considerando os valores das escrituras indicados em réis, é possível perceber uma pequena, mas importante, alteração em relação à anotação em libras. O **Gráfico 10** permite constatar que as escrituras de bens urbanos apresentavam o valor total mais elevado em relação aos bens da categoria rural. A inversão em relação aos valores em libras ocorre porque as transações envolvendo bens rurais apresentaram-se em maior número no início do período analisado quando a taxa de câmbio era mais elevada. Os registros de venda de bens urbanos concentraram-se na década de 1840, quando as taxas haviam sofrido um acentuado decréscimo em relação ao início do século XIX. Neste sentido, justifica-se a opção por considerar os valores em libras esterlinas, permitindo uma avaliação mais precisa dos valores dos bens ao longo do período considerado²³².

²³¹ Não foram incluídos os registros de “destrates de sociedade”. Aqueles que resultaram em dívidas foram adicionados às escrituras da categoria *crédito*.

²³² A partir de 1803, a taxa de câmbio da paridade oficial do mil-réis foi definida em 67 ½ d/mil-réis (3\$556 réis/libra esterlina). A reforma monetária de 1833, orientada pelo ministro da fazenda, Cândido José Araújo Viana (futuro marquês de Sapucaí), depreciou o mil-réis em relação à libra esterlina, que passou a ser cotado em 42 2/10 d/mil-réis (5\$556 réis/libra esterlina). Uma nova depreciação da paridade oficial resultou da Reforma de 1846, implementada pelo ministro da fazenda, Cavalcanti de Albuquerque (futuro visconde de Albuquerque) e a taxa passou a ser de 27 d/mil-réis (8\$889 réis/libra esterlina). NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma nação: um**

Gráfico 10 – Número e valor total (em réis) das escrituras por categoria (Rio Grande, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

A análise da distribuição das escrituras de acordo com suas categorias e faixas de valor permite perceber a grandeza das transações de Rio Grande, registradas nos livros de “Transmissões e Notas”. Na **Tabela 13**, que apresenta os valores das diferentes categorias de escrituras, é possível observar que a maior parte das escrituras (78,5%) valia menos de 500 libras, acumulando o total de 28% do valor total. Por outro lado, mais da metade do valor total (52,5%) concentrava-se nos 9,1% das escrituras cujos valores foram iguais ou superiores a mil libras esterlinas.

Considerando cada uma das categorias, percebe-se que a maior parte das escrituras encontrava-se na faixa de 100 a 499 libras, exceto no caso das escrituras de bens rurais, que apresentam o mesmo número de escrituras nas duas primeiras faixas consideradas e as *sociedades*, com 60% das escrituras na última faixa.

ensaio de história sócio-econômica comparada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 185-87; 312-52; PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: análise política, comportamento e instituições monetárias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 38-9; 53-69; 71-107. Sobre o problema da inflação na economia brasileira, ver BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 26-38; 122-60; 221-26.

Tabela 13 – Escrituras: transações por faixa de valor (£) (Rio Grande, 1808-1850)

	menos de 100 libras			100 a 499 libras			500 a 999 libras			mil libras ou mais		
	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº
Rural	4.791,29	46,07	104	26.008,06	250,08	104	16.625,30	772,84	23	101.978,52	3.289,63	31
Urbano	9.005,62	42,88	210	52.728,97	221,55	238	22.089,09	712,55	31	43.884,84	1.828,54	24
Embarcações	701,50	70,15	10	24.871,12	273,31	91	38.283,33	696,06	55	32.366,47	1.703,50	19
Outras	184,52	61,51	3	1.073,38	268,34	4	1.493,24	746,62	2	1.503,91		1
Sociedade				647,66	323,83	2				16.044,92	5.348,31	3
Crédito	1.103,52	35,60	31	15.815,59	263,59	60	16.668,57	666,74	25	60.909,56	2.900,46	21
Total	15.786,46	44,10	358	121.144,78	242,78	499	95.159,53	699,70	136	256.688,21	2.592,81	99

Obs.: foram consideradas somente as escrituras com valor declarado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Quanto ao valor acumulado em cada uma delas, nota-se que o valor das escrituras de *bens rurais* concentrava-se nas faixas de 100 a 499 libras (17,4%) e de 1 milhão de libras ou mais (68,3%). O valor acumulado nesta última faixa representava pouco mais de um quinto do valor total das escrituras consideradas. As escrituras de bens rurais apresentaram ainda o maior percentual de registros nas duas primeiras faixas que somavam 79,4%. Em relação às escrituras da categoria *bens urbanos*, observa-se que 89,6% destas escrituras valiam no máximo 499 libras, mas a maior parcela do valor delas, estava concentrada nas faixas de 100 a 499 libras (42,5%) e de 1 milhão de libras ou mais (35,3%). Entre o conjunto das escrituras de menor valor (menos de 100 libras), as urbanas são predominantes tanto no número quanto no valor, seguidas das rurais.

As escrituras de *embarcações* estavam concentradas nas faixas de 100 a 499 libras (52%) e de 500 a 999 libras (31,4%). Nesta última faixa, concentrava-se 39,8% do valor investido. As embarcações de valor igual ou maior que mil libras esterlinas representava apenas 10,9% das escrituras, mas concentravam um terço do valor das escrituras envolvendo embarcações ou 12,6% dos 256.688,21 de libras acumulados nesta faixa de valor. Nesta última, eram as escrituras de bens rurais que tinham o maior número de registros e a maior parcela do valor, como é possível observar na tabela. Quanto ao *crédito*, dois terços destas escrituras valiam menos que 499 libras, mas 64,5% dos 94.497,23 de libras investidos neste tipo de transação estavam concentrados nas escrituras com valor igual ou superior a um milhão de libras esterlinas.

Com relação aos valores médios, os calculados para os *bens urbanos* foram menos elevados do que os *bens rurais* em todas as faixas de valor consideradas, com a exceção das de 100 a 499 libras. Estas últimas apresentaram o maior valor médio na faixa de mil libras esterlinas ou mais (3.289,63 libras). No que diz respeito às *embarcações*, destaca-se que elas tinham valor médio mais elevado do que as escrituras rurais e urbanas nas duas primeiras faixas de valor. Constata-se, portanto, que os bens urbanos, mesmo sendo mais numerosos, eram menos valiosos em relação aos bens rurais, que concentravam escrituras com bens de valor mais avultado, mesmo que reunissem um número menor de registros. Conclui-se igualmente que as embarcações também eram bens valorizados, pois mesmo as escrituras concentradas nas duas primeiras faixas de valor apresentaram médias significativas. Em relação às sociedades, apesar do pequeno número, cabe registrar que tinham valores médios elevados, pois em alguns casos tratava-se de uma sociedade rural com bens valorizados como

animais e campos.

Apenas como comparativo, o maior valor médio verificado entre os bens rurais era um pouco superior ao valor pelo qual a Barca a vapor “Comércio” foi vendida em 1837 (3.079,43 libras). O maior valor médio observado na tabela foi o das sociedades da última faixa de valor: 5.348,63 libras, montante pouco abaixo do valor total da maior transação envolvendo embarcações identificadas nas escrituras de Rio Grande, o da barca a vapor “Porto-alegrense”, negociada em 1850 (5.391 libras)²³³. Tomando as duas primeiras faixas em comparação ao valor médio das embarcações (**Tabela 17**), nota-se que o valor médio dos iates (304,18 libras), as embarcações mais negociadas, somente era inferior à média das sociedades na faixa de 100 a 499 libras. Em relação ao segundo tipo de embarcação mais negociado, os bergantins (média de 729,59 libras), somente as escrituras reunidas no título “Outras” na faixa de 500 a 999 réis apresentaram médias superiores.

Na **Tabela 14**, apresento a distribuição quinquenal das escrituras e seus valores de acordo com sua categoria. O objetivo é observar como oscilou o investimento nos bens reunidos nestas categorias de escrituras ao longo do período investigado. Entre as *vendas*, as de bens *rurais* concentraram a maior parcela do valor total negociado (39,6%), embora mais da metade destas fossem de bens *urbanos*, que acumulavam 33,8% do montante total acumulado nas vendas. Desconsiderando o primeiro quinquênio da série, por apresentar um número muito reduzido de escrituras, percebe-se que até o início da rebelião contra o domínio da Banda Oriental pelo Império do Brasil (1825), o investimento em bens rurais foi sempre mais representativo e superava amplamente o montante aplicado nos bens urbanos e nas embarcações²³⁴.

²³³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl. 103v; L20, fl. 106v.

²³⁴ Avaliando a participação dos bens de produção no patrimônio produtivo total da capitania rio-grandense a partir de inventários *post-mortem* para os anos entre 1765 e 1825, Helen Osório constatou que nos períodos de guerra (1765-85 e 1815-25) os animais compunham a maior parte do patrimônio. Entre 1815-25, os animais e as terras representavam, respectivamente, 37,9 e 37,3% do patrimônio total. A autora afirma que “os preços do gado vacum aumentavam mais, e rapidamente, em tempos de guerra, enquanto as terras aumentavam lenta e progressivamente, refletindo-se esse movimento na composição do patrimônio produtivo”. Osório ressalta que “A guerra configurava-se como um momento propício para arrear e roubar gado e, simultaneamente, como uma ocasião em que o consumo desse bem crescia muito, tanto por ser a base da alimentação das tropas, como por se apresentar como o butim passível a ser conquistado”. OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 67-75; a citação é da p. 72-3. Farinatti enfatiza que “A incorporação de terras e animais realizada nessas três primeiras décadas do século XIX atuou como um catalisador da expansão pecuária que transformou a fronteira na grande zona de criação de gado da recém-criada província do Rio Grande de São Pedro do Sul (...)”. FARINATTI, L. **Confins meridionais**, op. cit., p. 75.

Tabela 14 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Rio Grande, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	16,3	50,0	83,7	50,0					100	100				50,0
1811-15	74,6	52,4	11,5	36,9	13,8	10,7			100	100			6,1	6,1
1816-20	79,3	49,1	7,6	29,1	13,1	21,8			100	100	6,7	5,5	6,3	16,4
1821-25	61,6	46,7	28,0	38,3	8,8	13,3	1,6	1,7	100	100	65,8	1,7	64,9	21,7
1826-30	29,3	32,1	28,0	42,0	34,7	23,2	8,0	2,7	100	100			32,6	17,9
1831-35	28,3	29,4	43,3	55,0	28,4	15,6			100	100		0,9	8,4	7,3
1836-40	6,1	14,3	52,2	66,3	41,0	18,4	0,8	1,0	100	100			42,6	13,3
1841-45	28,6	17,6	46,6	64,9	23,6	15,1	1,2	2,4	100	100	0,6	0,5	29,6	6,8
1846-50	25,9	19,0	42,4	56,6	31,7	24,4			100	100		0,9	27,8	29,0
Total	39,6	27,6	33,8	52,9	25,5	18,4	1,1	1,1	100	100	4,4	0,8	25,0	15,7

* Em relação ao total das vendas

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Ao analisar escrituras de compra e venda registradas no Rio de Janeiro entre 1800 e 1816, João Fragoso observou que os negócios rurais eram a segunda opção em número de escrituras, mas não acumulavam parcela correspondente no valor total negociado, pois eram bens de baixo valor. Estes negócios representavam no mínimo 11,68% e no máximo 34,8% do valor negociado²³⁵. Na cidade de Salvador, Alexandre Ribeiro constatou que os bens rurais correspondiam a uma parcela entre 33,2 e 54,6% do valor das vendas registradas entre 1751 e 1800²³⁶.

No caso de Rio Grande, as escrituras rurais deixaram de ser as mais valiosas apenas no quinquênio 1826-30, quando as embarcações concentraram 34,7%, enquanto as rurais responderam pela parcela de 29,3% dos 37.283,09 libras acumulados por todas as vendas deste período, indicando o impacto negativo do fechamento da fronteira e o encerramento da incorporação de fatores produtivos na Banda Oriental. Nos quinquênios seguintes, os recursos investidos no setor agrário foram sempre superiores a 26%, exceto no lustro de 1836-40, quando a conjuntura de guerra contribuiu para uma queda bastante acentuada no número de escrituras e, principalmente, no valor. No segundo lustro da série, dentro da conjuntura analisada por Fragoso, as escrituras rurais representavam 74,6% do valor negociado. Em 1816-20, elas alcançaram o seu máximo: 79,3%. Percebe-se assim, que ao contrário da Corte e da capital soteropolitana, nas primeiras décadas do século XIX em Rio Grande, os investimentos rurais ainda concentravam parcelas consideráveis dos recursos envolvidos nestas transações. Deve-se considerar a este respeito a ocupação tardia do extremo sul da América portuguesa e seu menor nível de urbanização em relação à Corte e à Salvador. Neste ponto, os resultados são semelhantes ao observado por Jucá de Sampaio para o período entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte, quando o investimento nos “negócios rurais” era preponderante em termos de valor (mas não preponderavam no número de escrituras registradas) e concentraram parcelas entre 32,47 e 79,45% do valor total das escrituras de compra e venda²³⁷.

A queda verificada no percentual do valor correspondente às escrituras de bens rurais a partir do lustro de 1826-30 foi acompanhada por uma elevação do investimento em bens *urbanos* e *embarcações*. Cabe observar que este é um período crítico da disputa pela Banda Oriental, que teve como desdobramento a perda da Província Cisplatina e a criação do

²³⁵ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 336-37.

²³⁶ RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 88.

²³⁷ SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 68-9.

Uruguai como Estado independente (1828)²³⁸. Apesar de algumas variações, há uma tendência de crescimento no total de registros efetuados e nos seus respectivos valores. Os primeiros anos da Guerra dos Farrapos foram justamente os que apresentaram a maior representatividade das escrituras urbanas: 66,3% das escrituras e 52,2% do valor total das vendas registradas no quinquênio 1836-40. A permanência de Rio Grande sob controle do governo legal e a manutenção do funcionamento do seu porto parece ter contribuído para este deslocamento dos investimentos para as propriedades urbanas e as embarcações, pois os investimentos nestes bens tornaram-se uma alternativa de investimento, diante das dificuldades pela guerra às atividades produtivas. A partir da segunda metade do conflito há indícios de uma recuperação dos valores dos bens rurais, uma vez que o percentual do montante investido em bens urbanos e em embarcações foi reduzido em favor daqueles bens.

A participação das escrituras envolvendo a negociação de *embarcações* apresentou algumas oscilações ao longo do período considerado. Não há nenhum registro para o primeiro lustro da série e houve crescimentos significativos no total de escrituras registradas nos quinquênios de 1826-30 e 1846-50. Quanto aos valores, os percentuais acumulados foram baixos até 1821-25 e verificou-se um crescimento bastante acentuado nos lustros 1826-30 e 1836-40, na primeira metade da década de conflito entre farroupilhas e imperiais, quando as transações envolvendo navios acumularam a maior parcela de todo o período.

Percebe-se, portanto, que as duas conjunturas de guerra enfrentadas pela província exerceram influência importante no padrão de investimento verificado através das escrituras de venda. O fim da ocupação da Banda Oriental e o início da Guerra dos Farrapos representaram momentos cruciais para a economia da província rio-grandense, pois a partir de 1826-30, parte do investimento antes direcionado majoritariamente aos bens rurais passou a ser aplicado nas negociações envolvendo propriedades urbanas e embarcações. Somados, os recursos acumulados nestas escrituras representavam 45,8% das 488.779,98 libras esterlinas negociados entre 1808 e 1850.

Apesar da tendência de recuperação do valor aplicado na aquisição de bens rurais a partir de 1841-45, este tipo de investimento não retomou os patamares verificados antes de 1826-30, demonstrando que os investimentos em bens ligados à atividade mercantil

²³⁸ Sobre a política expansionista do período joanino e do Império do Brasil na região Rio da Prata, ver BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo do Brasil na Bacia do Rio da Prata: da colonização ao império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985; FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.

(embarcações) e no meio urbano estavam em processo de crescimento na sociedade rio-grandense a partir de meados da década de 1820, indicando que também crescia o nível de urbanização naquele momento, conforme a tendência apontada pelos números apresentados no início do primeiro capítulo, a respeito do crescimento populacional de Rio Grande.

Helen Osório constatou que, entre 1765 e 1825, as aglomerações urbanas eram muito incipientes no Rio Grande do Sul. Apenas 26% dos inventários *post-mortem* da capitania eram exclusivamente urbanos e que os bens rurais oscilavam entre 25,7 e 56% do total do patrimônio declarado, enquanto os bens urbanos atingiram no máximo 18,8% (1800). Os bens ligados ao comércio e as dívidas ativas, atingiram seus maiores percentuais em 1785 (7,9%) e 1810 (35,8%), respectivamente²³⁹. Sendo assim, do padrão verificado nas escrituras se depreende uma alteração significativa em relação ao período analisado pela autora²⁴⁰.

Em termos absolutos, as *sociedades* não foram muito numerosas. Em todo o período considerado foram registradas apenas oito escrituras de sociedades no 2º tabelionato de Rio Grande: três sociedades em bens rurais, um armazém, duas lojas e duas sociedades comerciais. Tal constatação não deve levar a uma conclusão precipitada quanto à importância destas, pois é possível que parte delas tenha sido formalizada somente através de documentos particulares, portanto estritos aos diretamente interessados.

Naquelas que mereceram o registro nos livros notariais, destaca-se que em apenas uma escritura lavrada em 1824, no valor de 13.197,92 libras, concentrava 79% do valor total representado pelas escrituras de sociedade. Tratava-se justamente da ratificação de uma escritura particular de sociedade feita em 1821, referente a uns campos e gados (Campo do "Serro Alegre"). A sociedade era composta pelos sócios Israel Soares de Paiva, da cidade de Porto Alegre, com o casal de José Antonio de Freitas, residente em Serro Alegre, Distrito da Vila do Rio Pardo, onde se localizava a referida propriedade. Os dois sócios possuíam partes iguais no capital da sociedade e a duração prevista era de nove anos e Paiva era definido como caixa enquanto Freitas ficava responsável pela administração desta²⁴¹.

As escrituras de *crédito* concentraram o equivalente a um quarto do valor investido nas vendas. Ao longo da primeira metade do século XIX, constata-se que houve uma tendência de crescimento desta proporção até 1821-25 e em 1836-40. O melhor resultado foi

²³⁹ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 259-61.

²⁴⁰ De acordo com Kátia Mattoso, em meados do século XIX, cronistas contemporâneos e legisladores ainda tinham dificuldades em delimitar o limite urbano de Salvador. MATTOSO, K. **Bahia, século XIX**, op. cit., p. 100-14.

²⁴¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L10, fl.168.

verificado entre 1821-25, quando as 13.031,17 libras negociadas representaram quase 65% do valor das escrituras de venda no mesmo período, enquanto o menor percentual foi de 6%, entre 1811-25. Em relação ao número de escrituras, nota-se que o número de registros é pequeno, apresentando um sensível acréscimo no último lustro considerado. Não se deve descartar a hipótese que, tal como as sociedades, parte das transações de crédito não tenha sido registrada em notas públicas, resultando em subregistro deste tipo de negócio. Observando os registros catalogados, observa-se que, em todo o período considerado, os percentuais foram menores em relação às de venda e apresentou a parcela mais significativa em 1846-50 (29% daquelas escrituras)²⁴².

Considerando a distribuição dos 94.497,23 libras, percebe-se que a maior parte do valor das escrituras de crédito concentra-se nos três últimos quinquênios. É possível que tal característica tenha relação com a Guerra dos Farrapos, pois as dificuldades impostas pelo conflito à plena realização das atividades econômicas da província podem ter dificultado a manutenção das unidades produtivas por parte de seus proprietários. Os interessados em adquiri-las, por sua vez, não possuíam os recursos suficientes para a realização dos negócios, tornando necessário assim o parcelamento das dívidas ou a tomada de recursos monetários para saldar suas obrigações.

O conjunto dos dados apresentados na **Tabela 14** indica, portanto, que as conjunturas de guerra foram marcantes para o padrão de investimento verificado na província rio-grandense ao longo da primeira metade do século XIX. O período da invasão da Banda Oriental (1811-16) representou um incremento da economia, através do acesso às terras e aos rebanhos da Banda Oriental. A maior presença de transações de bens rurais neste período refletia este momento favorável. Contudo, a perda da Província Cisplatina (1828) e do acesso aos animais e às terras influenciou o padrão de investimentos rio-grandenses no setor rural, pois este momento marca o início de um processo pelo qual parte da riqueza anteriormente investida nos bens rurais foi deslocada para a aquisição de bens urbanos e embarcações, que podem ser considerados como indicativo da importância que as atividades mercantis conquistaram naquele momento. O ponto máximo foi atingido no lustro correspondente à primeira metade da Guerra dos Farrapos, quando a desorganização das atividades produtivas e os transtornos causados pelos conflitos resultaram no menor investimento em bens rurais,

²⁴² Alexandre Ribeiro demonstra que nos anos entre 1751 e 1800 (tomados por décadas), os “empréstimos” representavam de 48,4 a 86,5% do total investido nas vendas em Salvador. RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 88.

concomitante aos maiores índices observados nos investimentos em bens urbanos e embarcações. Os resultados observados entre 1840 e 1850 mostram que este não era um fenômeno passageiro, pois mesmo com a recuperação ocorrida a partir da segunda metade do conflito farroupilha, os bens rurais não voltaram a atrair as elevadas parcelas dos investimentos como se observou até meados a década de 1820. A análise mais específica das categorias permite considerações mais detalhadas a respeito da evolução dos valores dos bens reunidos em cada uma delas ao longo do período estudado.

2.1.1 Os bens urbanos

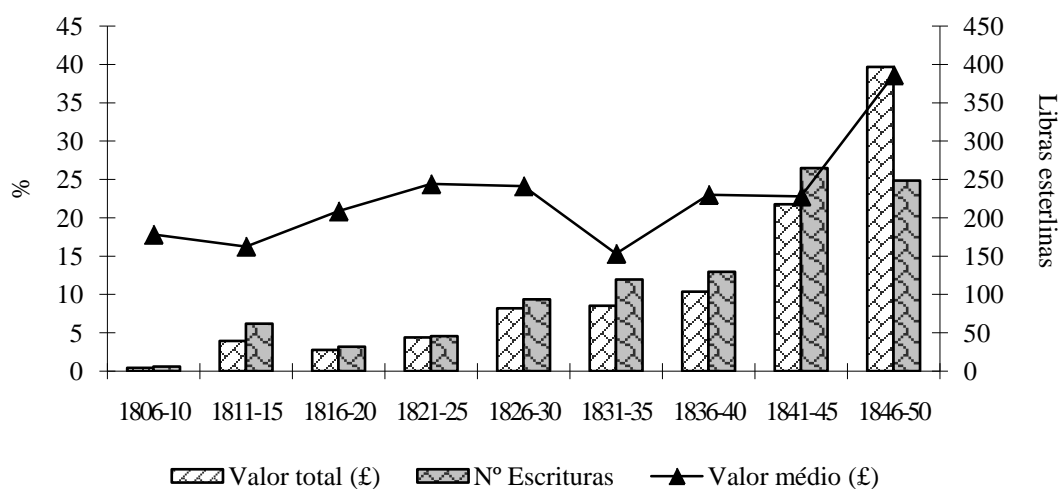
No **Gráfico 11** observa-se que, apesar de uma redução no lustro 1816-20, o valor total acumulado nas escrituras apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período considerado, e de forma mais acentuada a partir da anexação da Província Cisplatina (1821). O montante mais elevado foi registrado no último quinquênio da série: 50.646,43 libras. Padrão semelhante pôde ser verificado no número de escrituras registradas desde os primeiros anos da década de 1810. No mesmo gráfico também é possível observar a evolução do valor médio²⁴³ dos bens urbanos negociados. Este alternou altas e baixas ao longo dos anos considerados e apresentou uma queda significativa entre 1831-35, enquanto no último quinquênio houve um aumento importante na média e no valor total dos bens.

Em termos gerais, chama a atenção que na maior parte dos quinquênios estas médias foram inferiores em relação às médias verificadas nas vendas de bens rurais, embarcações e nos créditos. Como é possível perceber, o terceiro quinquênio, período da invasão luso-brasileira da Banda Oriental, apresenta as menores cifras no valor total e no número de escrituras realizadas, desconsiderando o lustro 1806-10 por estar sub-representado. O mesmo

²⁴³ Para o cálculo do valor médio dos bens, foram considerados aqueles com valor individual conhecido. Há escrituras referentes à venda de partes dos bens nas quais, na maioria das vezes, foi registrada a parte exata que estava sendo negociada. Para o cálculo das médias dos bens de cada categoria foram corrigidos os valores de parcelas claramente indicadas (metade, dois terços, etc.). Nos *bens urbanos* e nas *embarcações* foram desconsideradas aquelas escrituras que indicam a parcela negociada com expressões genéricas como “parte que tem em uma propriedade de Casas” ou “maior parte de umas Casas”. No caso dos *bens rurais*, dada a forma como eram descritas nas escrituras, as expressões como “quinhão de campo”; “pedaço de campo”, “porção de terras”, “parte de um campo” e “sorte de estância” foram consideradas como uma propriedade integral (ou seja, campo, terras, estância...). O modo como os bens, principalmente os rurais, foram descritos nas escrituras públicas impôs dificuldades para a definição destes critérios, pois não havia um padrão na forma de registro, na descrição e na avaliação dos bens negociados. Uma charqueada ou uma estância, por exemplo, podia apresentar uma avaliação conjunta ou individual de cada um dos seus componentes (estabelecimento de charqueada, utensílios e equipamentos, benfeitorias, terras, animais, escravos). Por conseguinte, os valores médios dos bens devem ser tomados apenas como indicativos e permitem uma avaliação aproximada da variação do preço médio dos bens ao longo do período.

já havia sido constatado na análise da **Tabela 14**. Ao mesmo tempo, foi no lustro de 1816-20 que os bens rurais apresentaram seu melhor desempenho. Assim, os resultados indicam que o momento de expansão econômica ocasionado pelas incursões luso-brasileiras na Banda Oriental concentrava-se no setor produtivo, sendo mais vantajoso investir nesse setor em detrimento dos bens urbanos.

Gráfico 11 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens urbanos (Rio Grande, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Os quinquênios que abrangem a Guerra dos Farrapos concentram aproximadamente um terço do valor total destas escrituras, enquanto o quinquênio posterior ao fim do conflito (1846-50) apresentou a maior parcela do valor total, a melhor média e a segunda maior parcela de escrituras realizadas. Como é possível observar, a guerra não representou uma queda nos investimentos em bens urbanos, inclusive houve um aumento tanto no número de escrituras registradas quanto no montante total envolvido. A manutenção de Rio Grande sob o governo legalista teve fator decisivo para tanto, pois representava a manutenção das atividades econômicas, políticas e administrativas da vila, apesar de eventuais transtornos causados pelos combates.

Para avaliar a evolução do valor dos bens urbanos, considerei separadamente cada um dos bens que compõem a categoria: a) *armazém e loja*: edificação destinada ao uso comercial; b) *casas de moradas* ou *morada de casas térreas*: local destinado a residência composto por

um único pavimento; c) *casas de sobrado* ou *sobrado*: local destinado a residência composto por dois pavimentos; usualmente a parte térrea era destinada às atividades comerciais; d) *terreno*: porção de terra localizada no meio urbano; e) *olaria*: propriedade destinada a produção de tijolos e telhas, que podia fazer parte de charqueadas, mas também existentes no meio urbano; e) *escravos*: os vinculados às atividades ocupacionais do meio urbano ou negociados junto a estas propriedades.

Com base nestes critérios foi construída a **Tabela 15**, na qual destaco os principais bens transacionados. Nela foi contabilizado o número de bens negociados com valor individual informado, não o de escrituras, e o valor total investido neles. Apesar da pequena representatividade estatística, tendo em vista sua vinculação com as atividades comerciais, destaca-se o único *armazém* negociado entre os bens urbanos. Localizado na cidade de Rio Grande, esta propriedade foi vendida em 1846 por Frederico Pradel para Jorge Frederico Metzler e Frederico Kopper, pela quantia de 1.346,88 libras esterlinas, incluído o terreno onde estava edificado e todos os seus pertences²⁴⁴. Destaca-se que este valor corresponde a 3% do valor total das escrituras urbanas no lustro correspondente (1846-50) (**Gráfico 11**). Trata-se, portanto, de uma propriedade bem valorizada, tendo em vista seu uso comercial. Este valor é pouco inferior aos 1.375 libras que o negociante Domingos Vieira pagou pelo bergantim César, adquirido junto ao tenente coronel Ricardo Carneiro dos Santos em junho de 1819²⁴⁵. Entre os demais bens apresentados na tabela, as *casas*²⁴⁶ concentram o maior número de propriedades negociadas e aproximadamente dois quartos dos recursos envolvidos nos bens urbanos. Percebe-se que são bens de pequeno valor, pois seu valor médio era bastante inferior ao calculado para os sobrados.

O período da segunda metade da Guerra dos Farrapos foi o que apresentou o maior número de transações, enquanto a maior média foi verificada no último quinquênio analisado. A propriedade urbana de maior valor era o *sobrado* e seu valor médio foi superior ao das casas e dos terrenos em todo o período. Todavia, o número de propriedades negociadas foi inferior ao das casas e terrenos. No quinquênio 1831-35 foi verificado o menor preço médio dos sobrados (509,48 libras), mas este valor é 33,5% superior ao maior valor médio calculado para as casas (381,50 libras), demonstrando a sua valorização.

²⁴⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L19, fl. 23v.

²⁴⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 152v.

²⁴⁶ Foram incluídas cinco “meias-águas”: 1841-45 (1) e 1846-50 (4).

Tabela 15 – Valor total e médio (£) dos bens urbanos de acordo com o tipo de bem (Rio Grande, 1808-1850)

	1806-10	1811-15	1816-20	1821-25	1826-30	1831-35	1836-40	1841-45	1846-50
ARMAZÉM									
Valor total									1.346,88
Valor médio									
Nº bens									1
CASA									
Valor total	444,12	3.912,58	2.481,88	2.992,77	5.179,80	3.979,86	3.171,68	14.069,14	16.951,37
Valor médio	222,06	163,02	248,19	272,07	191,84	248,74	134,15	243,20	381,50
Nº bens	2	24	10	11	27	16	24	59	45
SOBRADO									
Valor total		711,79		1.681,04	4.353,18	1.018,96	7.175,31	2.473,78	6.405,26
Valor médio				840,52	922,41	509,48	1.233,74	749,63	1.400,55
Nº bens		1		2	5	2	7	4	7
TERRENO									
Valor total	90,00	411,59	883,16	936,41	551,11	2.304,90	954,54	7.976,72	12.590,10
Valor médio		68,60	147,19	93,64	55,11	104,77	136,36	181,67	254,75
Nº bens	1	6	6	10	10	22	22	44	50

Obs.: foram considerados somente os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

O alto preço deste tipo de imóvel explica-se em parte pela finalidade para a qual era destinada. Além do seu uso residencial, era comum a vinculação dos sobrados com o exercício de atividades mercantis, pois no primeiro andar poderia funcionar um estabelecimento comercial e o segundo serviria de moradia para seus proprietários²⁴⁷. Este era o padrão vigente na colônia de acordo com Gilberto Freyre. Os sobrados existentes no norte e no sul do Brasil apresentavam certa uniformidade, ainda que fosse possível observar certas peculiaridades. No Rio Grande do Sul, o autor chama a atenção para a influência da arquitetura açoriana em suas principais cidades (Porto Alegre, Viamão, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo) e as adaptações ao rigor do clima da região²⁴⁸.

Maria Lucília Viveiros Araújo, ao analisar os estabelecimentos comerciais da capital paulista na primeira metade do século XIX, enfatizou o compartilhamento concomitante do espaço de moradia com o do comércio atacadista e retalhista em sobrados edificadas na região central da cidade. Mesmo casas térreas podiam ter partes utilizadas como lojas por comerciantes menos abastados. De acordo com autora, foi a partir da década de 1860, com o surgimento de casas especializadas em artigos de luxo e a afluência de ricos cafeicultores e imigrantes para a cidade de São Paulo, que se verificou a “a dissociação entre vida doméstica e profissional”²⁴⁹.

Nas transações envolvendo estes imóveis em Rio Grande, porém, a utilização comercial dos sobrados estava explicitada apenas na venda feita em 1840. Na ocasião, Luís da Silva Azevedo vendeu a Domingos Ferreira da uma casa de sobrado “*com seus armazéns nos baixos*”, localizada em Rio Grande pela quantia de 116,25 libras esterlinas²⁵⁰.

Apesar disso, a partir dos dados reunidos na **Tabela 15.1**, é possível perceber que os agentes mercantis destacavam-se nos negócios envolvendo sobrados, principalmente entre os compradores. Considerando os *trinta e sete* presentes entre as escrituras de bens urbanos, os compradores atuantes no comércio representavam aproximadamente 67,9% deles e

²⁴⁷ A referência clássica a este respeito é FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1936. Ver também REIS FILHO, Nestor G. **Quadro de arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 28 *apud* RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 247.

²⁴⁸ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. **Problemas brasileiros de antropologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963 [3ª edição], p. 84-98.

²⁴⁹ ARAÚJO, M. Lojas e armazéns, op. cit..

²⁵⁰ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L16, fl. 38. Meu grifo. Não encontrei sobre ambos nenhuma informação que sugerisse vínculos com a atividade mercantil. Na escritura de crédito registrada em outubro de 1820, consta que o casal Manuel José Ferreira Lisboa e Rita Maria Joaquina devia ao licenciado José Clemente da Silva 23,75 libras de dinheiro que lhes havia emprestado. Não foi possível apurar se eram a mesma pessoa ou de homônimos, e mesmo se possuía algum vínculo mercantil. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 125v.

compraram 73% destes imóveis. Sublinhe-se que estas transações correspondiam a 81,3% dos 27.134,40 libras investidas neste tipo de imóvel urbano. Os sete compradores identificados como negociantes de grosso trato (seis de Rio Grande e um do Rio de Janeiro), por sua vez, representavam um terço dos compradores “ligados ao comércio” e adquiriram 35% dos imóveis, no valor de 13.571,17 libras ou metade do valor investido na aquisição dos mesmos.

Tabela 15.1 – Participação de agentes mercantis na compra e venda de *sobrados* (Rio Grande, 1808-50)

	Total	"Ligados ao comércio"	Negociantes de grosso trato
Vendedores			
Agentes	35	12	4
Nº Bens	37	14	6
Valor total (£)	27.134,40	12.203,86	3.976,82
Compradores			
Agentes	28	19	7
Nº Bens	37	27	13
Valor total (£)	27.134,40	22.070,55	13.571,17

Obs.: na totalização não foi incluído o valor de dois sobrados vendidos em conjunto com outras propriedades urbanas, pois não possuíam avaliação individual

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Como pode se perceber, a participação destes agentes como vendedores também era significativa, ainda que com patamares mais modestos: aproximadamente um terço dos agentes e dos imóveis em questão, enquanto o valor alcançou 45% do valor total deles. Entre os vendedores que eram negociantes de grosso trato, esta parcela correspondia a 14,7% do valor e correspondiam a 16,2% dos bens vendidos por um terço dos agentes mercantis envolvidos nas negociações deste tipo de bem. Assim, considerando o acima exposto, fica evidente a relação entre comerciantes e sobrados. Os resultados podem ser interpretados ainda como uma evidência da prosperidade que o comércio e os agentes mercantis atuantes naquela vila gozavam naquele momento, uma vez que se destacavam nas transações envolvendo um dos bens mais valorizados, de acordo com as escrituras analisadas. Secundariamente, deve-se considerar que a aquisição também possuía um componente extra-econômico, pois poderiam desempenhar uma função de prestígio social, representando uma forma de distinção social, para seus proprietários e moradores.

O número de escrituras de *terrenos* urbanos foi crescente desde o primeiro quinquênio. O mesmo ocorreu como o valor total deste imóvel, exceto no lustro de 1826-30 no período

inicial do conflito farroupilha (1836-40). Estes imóveis apresentaram as médias mais baixas ao longo do período investigado, embora estivessem em número expressivo e no mínimo 21% do valor acumulado nas propriedades urbanas.

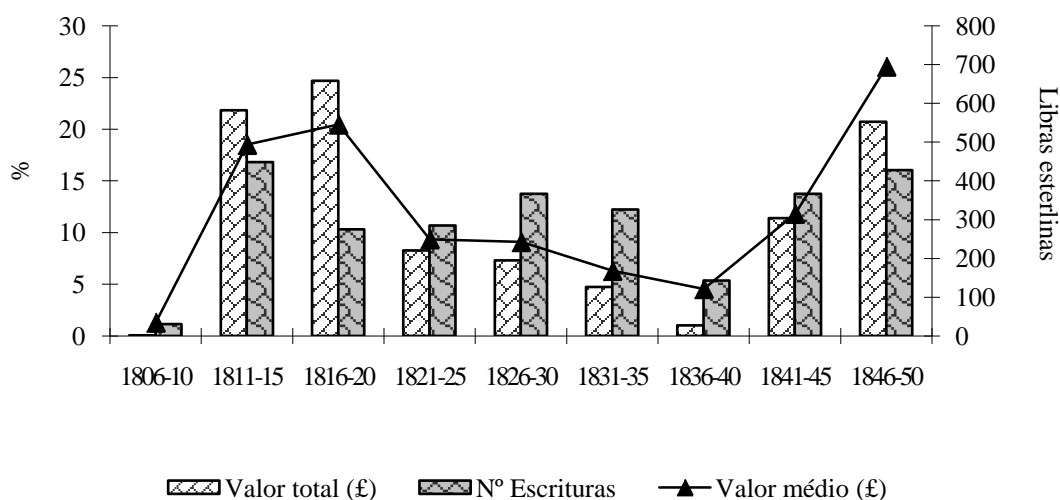
É possível perceber que os dados do **Gráfico 11** e da **Tabela 15** corroboram o que foi apontado anteriormente na **Tabela 14**, ou seja, ao longo da primeira metade do século XIX, os bens urbanos valorizaram-se em relação aos bens rurais, demonstrando não só o impacto das conjunturas de guerra na economia rio-grandense como também um processo de urbanização em curso neste período.

2.1.2 Os bens rurais

Quanto às transações envolvendo *bens rurais* (**Gráfico 12**), destaca-se que aproximadamente a metade do valor total acumulado nestes bens foi investido até 1820, em 28,2% das escrituras. Os resultados do lustro 1816-20 mostram que houve uma valorização destes bens, pois apesar da queda no total de escrituras, acumulou aproximadamente um quarto do valor investido. Contudo, o quinquênio seguinte, correspondente ao período da anexação da Banda Oriental sob o nome de Província Cisplatina (1821-25), coincide com o início de uma queda substancial no montante total dos recursos aplicados na aquisição de bens rurais. Sua menor parcela foi verificada nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, com exceção do primeiro lustro, e apesar do crescimento a partir do lustro 1841-45, o montante seguiu abaixo do verificado até 1820.

Os valores médios apresentaram-se em decréscimo entre os quinquênios 1821-25 (invasão e anexação da Banda Oriental) e 1836-40 (Guerra dos Farrapos), quando apresentou a menor média. Quanto ao número de registros, estes apresentaram uma queda mais significativa apenas nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos. Os valores médios destes bens voltaram a crescer no lustro que coincide com a segunda metade do conflito, recuperando parcialmente as cifras registradas no período das primeiras incursões luso-brasileiras na Banda Oriental. Portanto, o intervalo entre a anexação da Província da Cisplatina e os primeiros anos da rebelião farroupilha representou um momento de inflexão nas três variáveis consideradas. A recuperação observada a partir de 1841-45 não foi suficiente para retomar os níveis alcançados nas duas primeiras décadas do século XIX.

Gráfico 12 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens rurais (Rio Grande, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Este padrão indica que as conjunturas de guerra enfrentadas na primeira metade do século XIX tiveram impacto significativo nos negócios rurais de uma das principais praças da província rio-grandense. Naturalmente, a existência de um conflito dentro de seu território ou envolvendo seus habitantes, interferia nas atividades produtivas da região tanto pelo recrutamento de homens para os combates, como também pelas requisições de animais, farinha e demais provisões necessários às tropas combatentes²⁵¹.

Com relação ao número de escrituras realizadas, a confrontação dos dados reunidos nos **Gráficos 11 e 12** indica que a cidade de Rio Grande conheceu um importante processo de urbanização entre 1811 e 1850, pois enquanto o número de escrituras de bens urbanos quadruplicou ao longo deste período, o dos bens rurais manteve-se no mesmo patamar. Estes resultados condizem com a tendência de acelerado crescimento populacional de Rio Grande ao longo da primeira metade do século XIX, conforme foi observado a partir da análise dos dados populacionais apresentados no primeiro capítulo (**Tabela 1**).

²⁵¹ O recrutamento de homens para as forças militares atingia diretamente as atividades produtivas da região, mesmo em tempos de paz. Ao referir-se sobre a tropa de milícia do Rio Grande de São Pedro, Manuel Antonio de Magalhães sugere ao Príncipe Regente que atendesse à reivindicação segundo a qual em tempos de paz os milicianos filhos de agricultores fossem dispensados de suas funções militares, pois deles dependiam suas famílias para o trabalho nas plantações e colheitas, que garantia não somente a subsistência deles, mas também beneficiava a agricultura da capitania. MAGALHÃES, M. Almanaque da Vila de Porto Alegre, op. cit., p. 125.

Seguindo o mesmo procedimento adotado na análise dos bens urbanos, os bens que compuseram a categoria *bens rurais* foram os seguintes: a) *benfeitorias*: edificações construídas em algum tipo de bem de raiz; b) *estância e fazenda*: propriedade rural que poderiam ou não ser acompanhadas de animais, escravos, equipamentos, edificações e demais benfeitorias; c) *campos e rincões*: além das terras, em algumas ocasiões incluíam animais e escravos; d) *chácaras*²⁵² e *sítios*: propriedade rural de menor porte e que também poderia ser composta por animais, escravos, edificações e benfeitorias; e) *charqueadas*: estabelecimento destinado à produção de charque, eventualmente acompanhada de animais, escravos, equipamentos, edificações e demais benfeitorias; f) *escravos*; g) *matos*: área anexa as propriedades rurais; h) *moinho*: equipamento utilizado na produção de farinha; i) *potreiro*: pequeno cercado utilizado para manter animais, normalmente cavalares; j) *terras*: porções de terras localizadas em área rural; l) *animais*: de todo tipo, mas especialmente *vacuns* e *cavalares*²⁵³.

Na **Tabela 16** apresento as propriedades rurais mais representativas ou importantes para os objetivos da análise: estâncias, fazendas, campos, chácaras, charqueadas e terras. Em termos gerais, verifica-se que terras, campos e charqueadas representavam o maior número de bens negociados. Os demais tipos estavam numericamente menos representados, mas eram os imóveis rurais de maior valor.

É possível perceber que as *terras*²⁵⁴ foram os bens rurais de menor valor médio apesar de relativamente presentes ao longo do período e ser o terceiro maior montante total. Observa-se uma desvalorização bastante acentuada nos lustros de 1831-35 e 1836-40, no início da guerra. As *chácaras*, por sua vez, apresentaram um padrão oscilante e em 1826-30 verificou-se o segundo menor montante total e a menor média.

²⁵² Trata-se de uma palavra de origem quéchua designativa de uma propriedade de lavouras: “Chacara ou Chacra: granja, quinta nos arrabaldes das povoações, ou sítio com casa e grandes lavouras próximo às estâncias e que serve de celeiro ao estancieiro”. CORRÊA, José Romanguera. **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. Pelotas/Porto Alegre: Echenique & Irmão Editores/Livraria Universal, 1898, p. 51 *apud* ALADRÉN, G. **Entre guerras e fronteiras**, op. cit., p. 45.

²⁵³ Além destes bens, constam ainda oito casas e um sobrado que por estarem localizados na área rural ou junto a bens rurais, foram incluídos no somatório geral dos bens rurais. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 43; L5, fl. 134v, 170 e 176v; L13, fl. 95; L14, fl. 78v; L15, 96v; L17, fl. 56v; L21, fl. 20. Equipamentos, embarcações, gêneros, equipamentos e utensílios, e demais bens vinculados a propriedades rurais também foram computados entre esta categoria de escritura.

²⁵⁴ Inclusive três matos: 1826-30 (1), 1831-35 (1) e 1841-45 (1).

Tabela 16 – Valor total e médio dos bens rurais de acordo com o tipo de bem (Rio Grande, 1808-1850)

	1806-10	1811-15	1816-20	1821-25	1826-30	1831-35	1836-40	1841-45	1846-50
ESTÂNCIA/FAZENDA									
Valor total		10.262,02	8.980,21		2.461,50			413,33	
Valor médio		5.131,01	2.993,40						
Nº bens		2	3		1			1	
CAMPO									
Valor total	46,70	5.525,98	6.144,07	4.258,16	5.693,43	4.216,83	244,46	2.878,50	23.394,84
Valor médio		460,50	541,80	266,13	284,67	281,12	40,74	221,24	1.376,17
Nº bens	1	12	12	11	20	15	6	6	17
CHÁCARA									
Valor total		76,80		205,21	198,91	767,49	239,43	1.438,39	2.042,75
Valor médio					66,30	255,83	119,71	205,48	255,34
Nº bens		1		1	3	3	2	7	8
CHARQUEADA									
Valor total		2.618,59		778,13		83,33		2.323,13	
Valor médio		1.425,75							
Nº bens		2		1		1		1	
TERRAS									
Valor total	57,60	6.433,51	1.291,60	1.280,12	989,79	416,93	511,43	3.287,22	3.523,43
Valor médio	28,80	208,06	143,51	160,02	106,00	37,90	102,29	273,93	317,53
Nº bens	2	24	9	8	11	11	5	12	12

Obs.: foram considerados somente os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

No que diz respeito às *charqueadas*, destaca-se que foram registradas apenas cinco escrituras, mas seus preços valores totais foram elevados, pois em geral, as vendas destas unidades produtivas eram realizadas juntamente com suas terras, edificações e benfeitorias, escravos e embarcações (quase sempre canoas). O “estabelecimento de charqueada com edifícios, benfeitorias e toda qualidade de serviços nele encontrados”, localizado frente à costa do Rio de Pelotas, por exemplo, foi vendido em 1825 por José Gonçalves da Silva & Companhia (os irmãos José e Manuel Gonçalves da Silva) ao negociante de grosso trato de Rio Grande, o Capitão-Mor Antonio José Afonso Guimarães²⁵⁵. Esta propriedade foi negociada juntamente com seus escravos (31), cinqüenta cavalos, equipamentos como guindastes, caldeiras, forno de secar sal, atafona, carretão e demais utensílios. O valor total alcançou 2.755,86 libras, sendo 1.891,28 libras pagas à vista e o restante no prazo de um ano. O “estabelecimento de Charqueada”, propriamente dito, foi avaliado em 778,13 libras esterlinas²⁵⁶ e é esta parte da propriedade que consta na **Tabela 16**. O valor desta parte da referida charqueada foi superior ao acumulado nas negociações de *terras* registradas em 1806-10 e 1836-40 e menor do montante das *chácaras* apenas nos dois últimos lustros.

As *estâncias* e *fazendas*²⁵⁷ apresentaram os maiores valores médios e concentraram a 15% dos 149.403,17 de libras esterlinas investidos nos bens rurais. Estas unidades produtivas foram negociadas com todas as suas terras, edificações, benfeitorias, escravos e com seus animais e em alguns casos não havia a avaliação de cada um dos seus componentes. Este é o caso da Estância São José da Boa Vista, negociada em agosto de 1813, quando o tenente Manuel Pinto de Moraes e sua mulher a venderam com suas edificações, cavalos e animais *vacuns* e *cavalares* para José da Rosa Machado, pela quantia de 9.059.167 libras esterlinas²⁵⁸. No caso da estância vendida pela viúva dona Ana Roberta Teresa Rosa da Silva para a firma Antonio Ferreira de Araújo & Companhia, em 1814, as terras e benfeitorias foram avaliadas em 1.202.85 libras, correspondentes a pouco mais de um quarto do valor total pago pelo conjunto da propriedade²⁵⁹. Quanto aos *campos*²⁶⁰, estes também se apresentaram como bens valorizados, pois em alguns casos foram negociados com seus animais, benfeitorias,

²⁵⁵ O Capitão-Mor Antonio José Afonso Guimarães era "Negociante de grosso trato da Praça do Rio Grande de São Pedro do Sul" matriculado na Junta do Comércio (Rio de Janeiro), desde 07/09/1813. ANRJ, **Cód.** 170, v. 1, fl. 46.

²⁵⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L11, fl. 50.

²⁵⁷ Inclusive um “rincão” em 1816-20.

²⁵⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L3, fl. 127.

²⁵⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L5, fl. 230v.

²⁶⁰ Inclusive uma “fazenda” em 1816-20.

equipamentos e ferramentas, como no caso da “porção de campo” vendida por Miguel da Cunha Pereira & Companhia em 1811²⁶¹.

Comparando os preços médios destes bens com os calculados para os bens urbanos, nota-se, por exemplo, que as *terras* eram menos valorizadas do que as *casas*, pois enquanto estas valiam entre 134,15 e 381,50 libras, aquelas variaram entre 28,80 e 317,53 libras. Contudo, valiam em média mais que os *terrenos* urbanos, que variaram entre 55,11 e 254,75 libras. As estâncias e fazendas eram os bens mais valorizados, inclusive em relação a todos os tipos de urbanos apresentados na **Tabela 15**. As *chácaras*, por sua vez, apresentaram preços médios bem inferiores aos dos sobrados urbanos: enquanto o menor preço médio dos sobrados foi de 509,48 libras, as chácaras valiam no máximo 255,34 libras, em média. Em relação às embarcações, constata-se praticamente o mesmo, pois os preços médios daquelas somente superaram a média calculada para as “canoas”.

Considerando os bens apresentados na tabela acima, é possível observar que a maior parte do valor total destes bens concentrava-se nos lustros de 1811-15 e 1816-20. A indistinção nas avaliações dos bens componentes das estâncias e fazendas negociadas neste período contribuiu para a elevação do montante acumulado nestes lustros, assim como para a elevada cifra de valor médio. Corroborando o que já sido constatado na apreciação do conjunto dos bens rurais, a análise individual das principais propriedades rurais também demonstrou que no período entre 1836-40 ocorreu uma tendência de redução dos investimentos em bens rurais e, apesar da recuperação iniciada a partir da metade da Guerra dos Farrapos, o volume investido nestes bens não recuperou os níveis verificados até a década de 1820.

2.1.3 As embarcações

As escrituras de embarcações concentravam 25,5% dos investimentos presentes nas escrituras de vendas, distribuídas em 18,4% destas. Um número reduzido destas foi registrado nos primeiros anos da série e a partir de 1826-30 houve uma tendência de crescimento importante na quantidade de negócios realizados (**Gráfico 13**). Apesar das oscilações nos dois lustros seguintes, o número de negociações ficou em patamares superiores aos verificados no início da série.

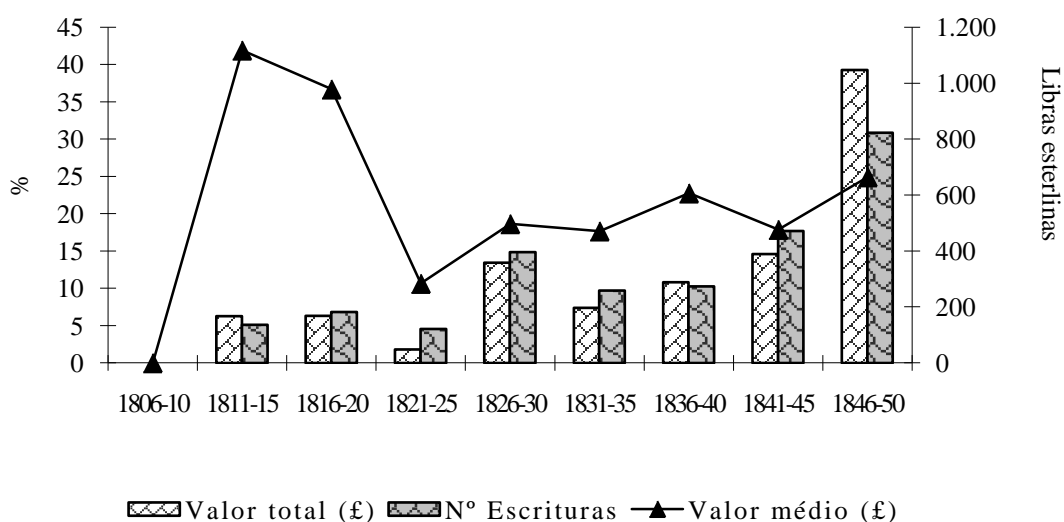
Quanto aos valores médios das embarcações transacionadas, percebe-se que tal como

²⁶¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 33.

o ocorrido com os valores totais, apresentaram uma queda acentuada em 1821-25, período correspondente à independência do Brasil e à anexação da Banda Oriental ao Império do Brasil (Província Cisplatina). Destaca-se que foi neste momento que as três variáveis analisadas apresentaram os níveis mais baixos. A partir do lustro seguinte houve oscilações no valor total e no número de escrituras até o final da série, mas com tendência de crescimento.

No caso das médias, a tendência foi de oscilação até o final do período. Entre 1841 e 1845, apesar do aumento do das transações e no montante correspondente, houve uma nova redução no seu valor médio em relação ao lustro anterior. O último quinquênio analisado foi aquele no qual foi contabilizado o maior número de embarcações e o maior valor total negociado: 39,3% do numerário acumulado nas escrituras de embarcação. No mesmo período foi verificada a terceira maior média (664,56 libras). Em comparação com os bens urbanos, observa-se que os preços médios das embarcações eram muito superiores. O maior preço médio dos urbanos foi verificado em 1846-50 (386,04 libras) só é superior ao preço médio alcançado pelas embarcações em 1821-25 (283,72 libras). A partir de 1826-30 os dois tipos de escrituras apresentaram as mesmas oscilações, mas de forma mais acentuada entre as embarcações.

Gráfico 13 – Evolução quinquenal do valor total e médio das embarcações (Rio Grande, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Quanto ao conjunto dos dados, observa-se que ambos os tipos de bens foram marcados pelo crescimento do investimento total nos quinquênios entre 1836 e 1850 e no número de escrituras registradas, a partir de 1831. Apesar das oscilações das três variáveis consideradas entre as embarcações, constatou-se que parte do crescimento do investimento neste tipo de bem é coincidente com a diminuição dos investimentos no setor agrário a partir do lustro de 1831-35. Trata-se, conseqüentemente, de mais um indício de valorização dos bens ligados ao exercício das atividades mercantis – sobrados e barcos, por exemplo. Cabe destacar que, aparentemente, os bens urbanos concentraram uma fatia maior em relação às embarcações dos investimentos anteriormente concentrados nos bens rurais.

Na **Tabela 17** estão dispostas as embarcações negociadas de acordo com o seu tipo. Foram identificadas 176 embarcações no valor total de 95.526,96 libras. Juntos, iates, bergantins, escunas, sumacas e patachos, representam 85,8% das embarcações negociadas e 68,8% do valor total investido. Os dois primeiros tipos reuniram 54% delas e os bergantins foram os barcos que reuniram o maior valor negociado: 20.403,37 libras (21,4%). Apesar disso, o valor médio não era o mais elevado (729,59 libras), inferior às medias calculadas para barcas, barcas a vapor, brigues, brigues-escuna e polacas.

Tabela 17 – Tipos de embarcações: valor médio e mediano (Rio Grande, 1808-1850)

Tipo	Valor Total	%	Nº bens	%	Valor Médio
Bergantim*	4.149,33	4,3	3	1,7	1.383,11
Iate**	9.667,97	10,1	3	1,7	3.222,66
Escuna	20.403,37	21,4	36	20,5	729,59
Barca a vapor	5.339,58	5,6	3	1,7	1.779,86
Sumaca	3.774,68	4,0	6	3,4	738,08
Patacho*	131,51	0,1	2	1,1	65,76
Brigue	10.237,65	10,7	20	11,4	511,88
Barca	1.423,70	1,5	2	1,1	711,85
Brigue-Escuna	17.641,40	18,5	59	33,5	304,18
Polaca	157,42	0,2	1	0,6	0,00
Galera	263,09	0,3	1	0,6	0,00
Paquete	1.050,00	1,1	1	0,6	0,00
Palhabote	8.686,96	9,1	17	9,7	559,08
Lanchão	2.214,58	2,3	3	1,7	738,19
Canoa	8.708,63	9,1	19	10,8	798,58
Total***	95.526,96	100	176	100	613,01

* Há um bergantim e um patacho vendidos na mesma escritura por 1.677,08 libras esterlinas, sem especificar o valor de cada uma delas; o valor de ambas as embarcações foi incluído apenas no valor total;

** Inclusive um “caíque armado a iate”

*** Foi excluído desta totalização os valores pagos pelos escravos vendidos junto com 4 iates (9) e 1 escuna (3)

Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. Transmissões e Notas. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Os iates eram as embarcações negociadas em maior número, mas apresentaram o segundo menor valor médio: 304,18 libras. Tratava-se de uma embarcação de dois mastros latinos, ao qual era dada uma utilização recreativa e para o transporte de pessoas distintas²⁶². Contudo, na província rio-grandense eram intensamente utilizados no transporte de mercadorias tendo em vista as condições de navegabilidade da barra do porto de Rio Grande. Ao menos até 1823, quando a dragagem do cais e a construção do porto melhoraram as condições de navegabilidade, permitindo a entrada de embarcações de maior calado neste porto²⁶³, os iates cumpriam um importante papel para a atividade mercantil da região.

A pequena profundidade da barra de Rio Grande oferecia grandes dificuldades para a navegação de embarcações de grande porte. Estas precisavam ir até o porto da vizinha povoação de São José do Norte para desembarcar as mercadorias. Como era necessário registrar a entrada das mesmas na alfândega, depois de desembarcadas na “aldeia do Norte”, as mercadorias eram então transportadas até a vila por meio, justamente de *iates*. As únicas embarcações em condições de ancorar no seu porto, segundo registrou Saint-Hilaire em seu diário, no ano de 1820. Ele afirmava ainda que o deslocamento entre São José do Norte e Rio Grande facilitava a ocorrência das atividades de contrabando²⁶⁴.

Os bergantins, por sua vez, eram embarcações a remo de pequeno porte e muito velozes que contavam com um ou dois mastros e velas redondas ou latinas. Eram utilizados no comércio e para transporte, preferencialmente em pequenas rotas. José Virgílio Amaro Pissarra afirma tratar-se do “mais subtil e veloz dos navios de remo de traça européia utilizados pelos portugueses”²⁶⁵. José de Godoy lembra que os brigues se assemelhavam aos bergantins e que no século XIX essas denominações passaram a ser equivalentes e confundiram-se. Quanto às sumacas, o mesmo autor sublinha que estas possuíam dois mastros e eram muito utilizadas em toda a América do Sul, especialmente no Brasil e na região do Rio

²⁶² GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Naus da colônia**. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 672.

²⁶³ QUEIROZ, M., **A Vila do Rio Grande**, op. cit., p. 157.

²⁶⁴ SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**, op. cit., p. 89; 97; 106. Luccock também faz considerações a respeito da necessidade de ancorar em São José do Norte e das dificuldades que as embarcações de grande porte tinham para transpor o canal da barra de Rio Grande. LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro**, op. cit., p. 115-16. Sobre a barra de Rio Grande, ver também. NEVES, Hugo Alberto Pereira. **Estudo do porto e da barra do Rio Grande**. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **A Cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 91-106; TORRES, R. “... e a modernidade veio a bordo”, op. cit., p. 44-53.

²⁶⁵ PISSARRA, José Virgílio Amaro. **Navegações Portuguesas**. Lisboa: Instituto Camões Portugal/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005. Verbetes “Bergantim”. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c05.html>>. Acesso em: 31 Mar. 2009.

da Prata²⁶⁶.

Embora fossem apenas três, as barcas a vapor concentraram 10,1% do total investido nas embarcações e apresentaram a maior média (3.222,66 libras). De acordo com Francisco Contente Domingues, o termo “barca” era bastante comum na documentação portuguesa dos séculos XVI ao XIX e não caracterizava um tipo específico de embarcação, sendo considerado sinônimo de “navio”. Apesar disso, também podia ser utilizado como forma de designação das embarcações de menor porte, enquanto o termo “navio” era utilizado para as maiores²⁶⁷.

A navegação a vapor no Rio Grande de São Pedro, de acordo com Alvarino Marques, foi inaugurada por Antonio José Marques, Domingos José de Almeida, Antonio José Gonçalves Chaves e José Vieira Viana. Estes financiaram a construção de uma embarcação a vapor denominada “Liberal”, que passou a fazer viagens regulares entre Pelotas e Rio Grande a partir de 1832. Poucos anos depois, já se contava com linhas regulares a vapor entre Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo²⁶⁸.

A barca a vapor Porto-alegrense foi a transação de maior valor presente nas escrituras de Rio Grande. Em 1850, o Coronel Tomás José de Campos e seu sócio, Carlos W. Dichel, venderam a embarcação para os representantes da *Companhia de Porto-alegrense* de vapores, por 5.390,63 libras. Aparecem como representantes da dita companhias os negociantes e suas firmas de comércio estabelecidas na cidade de Rio Grande: Hugentobler & Douley, Holland Davis & Companhia, Carruthers Souza & Companhia, Law Irmãos & Companhia, Comendador José de Souza Gomes, e Proudfoot Meira & Moffat²⁶⁹.

De acordo com o ofício de Antônio Caetano Ferráz, Capitão do Porto de Rio Grande, enviado para Francisco José de Souza Soares de Andrea, Tenente General, Presidente e Comandante do Exército, em 29 de maio de 1849, todos os envolvidos na negociação da

²⁶⁶ GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Naus da colônia**. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 663-64; 679.

²⁶⁷ DOMINGUES, Francisco Contente. **Navegações Portuguesas**. Lisboa: Instituto Camões Portugal/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005. Verbetes “Barca”. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c03.html>>. Acesso em 31 março 2009.

²⁶⁸ MARQUES, A. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**, op. cit., p. 133-35. De acordo com Marcos Sampaio, a navegação a vapor no Brasil foi inaugurada com o decreto de D. João VI, em agosto de 1818, que estabeleceu uma companhia de navegação na capitania da Bahia, mas de breve existência. Os serviços somente foram retomados em 1837 com a criação da *Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor*. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)**. São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 2006 [tese de doutorado], p. 36-49.

²⁶⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L20, fl.106v. As outras duas foram as denominadas “Comércio”, adquirida pela Fazenda Nacional junto a Tomás Messiter, pelo preço de 3.079.427 libras, no final de 1837 e a “Brasileira”, vendida para o Comendador José dos Santos Magano pela quantia de 1.197.917 libras, em 1850. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, 103v; L21, fl.63v.

embarcação eram acionistas da companhia. Além dos acima mencionados, “Dr. Landel” e Benjamim Sveline também eram acionistas. Apenas dois dos sócios eram “cidadãos brasileiros” (o Comendador José de Souza Gomes e o Coronel Tomás José de Campos), os demais eram estrangeiros provavelmente de origem anglo-saxã em sua maioria. No ofício, o capitão do porto solicita providências para regularizar a situação da *Companhia de Vapores Porto-alegrense*, pois a legislação impedia que estrangeiros fossem proprietários de embarcações nacionais. Como solução provisória, informava seu superior que devido à importância da travessia que realizavam entre Rio Grande e Porto Alegre, vinha emitindo os despachos autorizando as viagens da embarcação como se José de Souza Gomes e Companhia fosse o único proprietário da barca “Porto-alegrense”²⁷⁰. Além disso, a solução encontrada pelo capitão do porto pode ser tomada como indício da importância que estes comerciantes tinham na região.

Entre os acionistas, destaco que Hugentobler & Douley, Holland Davis & Companhia estavam envolvidos no comércio marítimo e de cabotagem da província, especialmente nas exportações de couros e na importação de sal, como destaquei ao analisar os dados do porto de Rio Grande. Proudfoot Meira & Moffat, segundo informa Riopardense de Macedo, era a firma comercial sob a qual atuava o britânico, nascido em Glasgow, John Proudfoot. O abastado homem de negócio chegou a Buenos Aires (1835) e em seguida estabeleceu-se em Rio Grande. Atuava nos principais negócios da província: teve fazendas onde cultivava algodão, construiu o cabo submarino ligando Buenos Aires e Montevideú, em 1864, e foi o responsável pelo estabelecimento das linhas de barco a vapor que ligavam Porto Alegre e Rio Grande (1873). Investiu ainda em estradas de ferro e companhias de gás²⁷¹. Carruthers Souza & Companhia, era a firma de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, e de seu sócio e ex-patrão, Richard Carruthers, com quem tinha negócios no Brasil, na Inglaterra, em Portugal e nos Estados Unidos²⁷².

Acrescenta-se que somente os acionistas da *Companhia de Vapores Porto-alegrense*, Dr. Landel e Benjamim Sveline, não estavam entre os setenta sócios da Praça do Comércio de Rio Grande, fundada em 1844²⁷³, que fizeram doações em dinheiro para a edificação do

²⁷⁰ AHRS, **Marinha**, Maço 19, Documento 313. Ofício de 29/05/1849.

²⁷¹ Proudfoot faleceu em 1875, na cidade de Lisboa, e sua fortuna ficou para um sobrinho MACEDO, Francisco Riopardense de. **Ingleses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 61-2.

²⁷² GUIMARÃES, C. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**, op. cit., *passim*. Carlos Gabriel Guimarães refere-se à firma como “Carruthers & Co.”

²⁷³ MACEDO, F. **Ingleses no Rio Grande do Sul**, op. cit., p. 58.

prédio que serviria como sede desta, em 15 de dezembro de 1849²⁷⁴.

A comparação do preço desta embarcação com o das estâncias (bens rurais de maior valor médio) permite avaliar o peso deste investimento. Em 1819, a “Fazenda São Lourenço” foi vendida por 25.608,55 libras esterlinas com todos seus animais, escravos, gêneros e uma embarcação. Somente as quatro sesmarias incompletas e as casas de vivenda e benfeitorias foram avaliadas em 6.600 libras²⁷⁵. A metade da “Estância Conventos” (no Uruguai) com alguns animais e sua sede foi vendida em 1840 por 413.333 libras²⁷⁶. Deste modo, além da valorização das embarcações frente aos bens rurais, fica sugerido que os 5.390,63 libras pagos pela barca a vapor Porto-alegrense tratavam-se de um investimento bastante pesado para um único negociante, justificando-se assim a sua aquisição por uma companhia comercial constituída por importantes negociantes estabelecidos em Rio Grande, principalmente estrangeiros.

O alto valor das barcas a vapor fica evidente quando comparado o montante total investido neste tipo de embarcação em relação ao que foi investido na aquisição de embarcações. Os vapores (3) concentravam 10,1% deste montante, praticamente a mesma parcela acumuladas pelas escunas (20): 10,7%. Ou ainda, é pouco menos da metade do que foi investido na aquisição de trinta e seis bergantins, que correspondiam a 21,4% do total. Os iates, o tipo de embarcação com o maior número de transações (59) alcançou o montante correspondente a 18,5% do total de investimentos.

2.1.4 As transações de crédito de Rio Grande

Conforme foi visto na análise da **Tabela 14**, a rubrica *crédito* concentra o equivalente a um quarto do valor investido nas compras e vendas entre 1808 e 1850 e a 15,7% do número de escrituras. Em relação ao total das escrituras selecionadas (1.107), as cifras eram de 13,5% dos registros e de 19,3% do valor total (488.778,98 de libras esterlinas). A maior parte das escrituras reunidas na categoria crédito (149) era de “dívida e hipoteca” (108), com valor de 55.867,28 libras, que representavam 59% do valor total concentrado nos créditos (**Tabela 12**).

O **Gráfico 14** mostra a distribuição dos créditos ao longo do período e é possível perceber que os valores médios destes créditos apresentaram grandes oscilações. Os

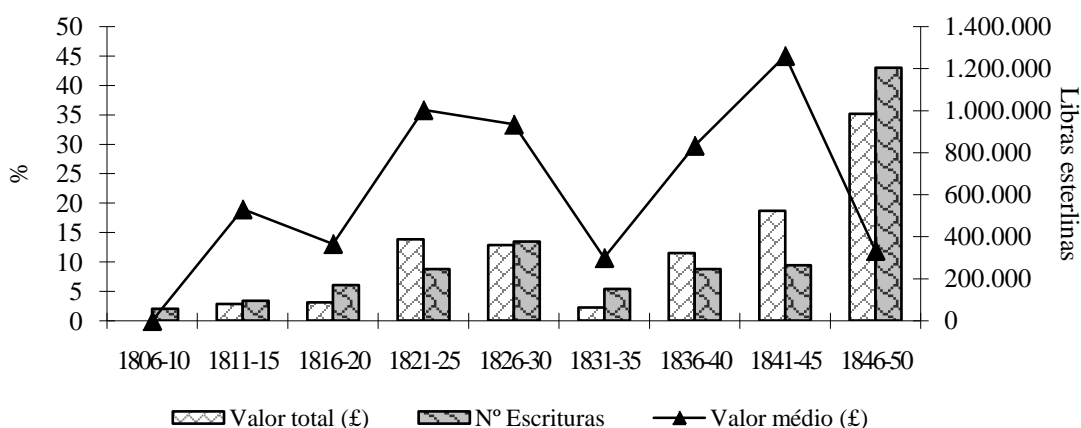
²⁷⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl. 39v.

²⁷⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl.32v.

²⁷⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L16, fl.41v.

qüinqüênios de 1816-20, 1831-35 e 1846-50 apresentaram as menores médias da série analisada: 365,95; 299,32 e 333,33 libras, respectivamente. Entre 1831-35 e 1841-45, as médias foram crescentes. O último lustro concentrou a maior parcela do valor total e do número de registros, mas o valor médio das escrituras diminuiu consideravelmente em relação ao período anterior.

Gráfico 14 – Evolução qüinqüenal do valor total e médio dos créditos (Rio Grande, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os créditos com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Nota-se que o valor total concentrado nas escrituras de crédito foi crescente até 1821-25 e decrescente entre o fim da ocupação da Banda Oriental (1828) e o primeiro qüinqüênio da Guerra dos Farrapos, quando voltou a crescer até o final do período analisado. As conjunturas de guerra (1811-28 e 1835-45), portanto, foram momentos importantes para a realização de transações envolvendo crédito. Os lustros que abrangem este período concentraram quase dois terços dos recursos destinados a este tipo de negócio e metade do total das escrituras.

Quanto ao qüinqüênio 1846-50, é possível que o elevado número de escrituras de crédito e o alto valor verificado neste momento estivessem relacionados às necessidades advindas do encerramento dos combates entre farroupilhas e imperiais. Considerando que a guerra gerou prejuízos para a atividade produtiva, se fez necessário a reorganização da economia e para a retomada da normalidade produtiva foi preciso recorrer aos empréstimos ou pagamentos a prazo para a aquisição de bens. Embora não se tenha identificado escrituras

de ratificação de dívidas entre estas escrituras, deve-se considerar a hipótese que parte das transações de crédito não tenha sido registrada durante o período de guerra, gerando assim um represamento dos registros, que foram regularizados após o encerramento do conflito.

As procedências das dívidas registradas nas escrituras de crédito analisadas eram diversas. Há compras feitas a prazo, pendências decorrentes da dissolução de sociedades, empréstimos em dinheiro para fins como “giro de seu negócio” “para seus arranjos” e casos em que apenas é possível sugerir a origem do débito. Frederico Jansen, por exemplo, declara dever à firma Holland Davis & Companhia a quantia de 598,96 libras esterlinas, em 1850. Ainda que não fique explicitada a origem da dívida, “todos os gêneros de um armazém naval” foram hipotecados como garantia do pagamento sugerindo que o numerário emprestado serviria para “o giro do negócio”²⁷⁷. No mesmo ano, Antonio Teixeira Palhares consta como devedor a José Bernardino Teixeira Barbosa da quantia de 419,27 libras que este havia lhe emprestado para a compra de uma casa térrea em Rio Grande²⁷⁸. No caso dos 6.160,43 de libras que Manuel Antônio Lopes declarava dever para o negociante de grosso trato de Rio Grande, o Comendador Domingos Faustino Correia, além do valor, chama a atenção os bens hipotecados como garantia do pagamento: casas térreas (3), armazém (1), terreno (1) e um estabelecimento de charqueada com seus pertences, trinta e seis escravos e o iate “Sarandim”.²⁷⁹ Na seção a seguir, será possível perceber que parcela substancial dos recursos disponibilizados nas escrituras de crédito tinha os agentes mercantis como credores.

Comparando a distribuição do valor total dos créditos com a observada nas demais categorias de escrituras analisadas (**Gráficos 11, 12 e 13**), constata-se que a passagem do lustro 1836-40 para 1841-45 caracterizou-se pela elevação expressiva nos recursos investidos nos bens rurais e urbanos, nas embarcações e nos créditos. Com a exceção dos bens rurais, nas demais verificavam-se uma tendência de crescimento desde 1831-35. Apenas os bens rurais apresentaram uma queda expressiva e entre às vésperas e o início da Guerra dos Farrapos. Acrescente-se que a queda dos investimentos rurais já podia ser observada desde a passagem do lustro 1821-25 para o 1826-30. Embora todas as categorias de escrituras tenham voltado a crescer a partir de 1841-45, o investimento total direcionado aos bens rurais ficou abaixo das demais categorias e ainda menor se comparado com o investimento nestes bens até 1820.

²⁷⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl.58.

²⁷⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl.92v.

²⁷⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl.71. A dívida foi quitada apenas em 23/02/1848. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L17, fl.12v.

Conclui-se assim que por volta da década de 1840, apesar da manutenção e importância das atividades agro-pecuárias para a economia rio-grandense, uma das principais praças da província dava sinais consistentes de seu desenvolvimento urbano e comercial.

2.2 Os agentes: outorgantes e outorgados

2.2.1 A concentração das transações

Nesta seção volto a atenção para aqueles que foram agentes das escrituras aqui analisadas. Nestas, os vendedores, sócios e devedores apareciam como *outorgantes*, enquanto os *outorgados*, como compradores, sócios e credores. Assim, entre estes últimos encontravam-se os agentes em condições de comprar bens e fornecer crédito. No caso das escrituras de sociedade, por razões metodológicas, padronizei o registro das partes envolvidas como outorgantes e outorgados, embora algumas delas apresentassem todos os sócios como outorgantes.

Quanto às escrituras de crédito, com raras exceções, os devedores eram registrados como os outorgantes destas e apresentavam-se como tal em relação aos outorgados credores. Em setembro de 1842, por exemplo, José Antonio da Rocha Fraga fez o registro de uma escritura de “dívida com especial hipoteca” na qual declara ser “devedor ao **outorgado** (...) José Luís da Silva, da quantia de novecentos mil réis [100,55 libras]”, dinheiro este referente a uma Letra que o mesmo havia endossado dois meses antes a favor de um sujeito chamado José Martins Soares “e que para segurança desta dívida, que prometia pagar desta data a trinta dias, hipotecava um escravo (...)”²⁸⁰. Hermenegildo Pereira Pacheco, por sua vez, declara em uma escritura de “dívida com especial hipoteca”, lavrada em 1847, ser devedor da quantia de 275,33 libras ao outorgado Antônio José do Amaral, referente a dinheiro que este havia lhe suprido. José Martins Machado comprometia-se a saldar esta dívida em trinta dias a contar do registro daquela. Caso não honrasse o pagamento no prazo estipulado, comprometia-se a pagar os juros de “um por cento ao mês até o seu real embolso; que para segurança do **Outorgado** lhe fazia especial hipoteca de uma casa térrea”²⁸¹.

Na **Tabela 18** constam os dados referentes à distribuição das escrituras de acordo com o total de registros feitos por outorgantes e outorgados, individualmente ou em grupo. Estes

²⁸⁰ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L17, fl.53. Meu grifo.

²⁸¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L20, fl.8v. Meu grifo.

eram 711 agentes e aqueles estavam em um número maior: 813²⁸². Percebe-se claramente o predomínio dos agentes que estiveram envolvidos na realização de, no máximo, duas escrituras ao longo do período estudado.

No caso dos outorgantes, estes agentes são mais numerosos e representativos em relação aos outorgados na mesma situação. Entre estes últimos, as escrituras estavam um pouco melhor distribuídas. Os *outorgantes* com até duas escrituras eram 92% deles e concentravam 76,5% dos documentos registrados, que somavam 73,1% do valor reunido nas escrituras selecionadas. Aqueles que foram outorgantes em 5 ou mais escrituras (2,2%) concentraram parcela importante tanto das escrituras quanto do montante negociado nelas: 10 e 11,3%, respectivamente. Os *outorgados* que fizeram uma ou duas escrituras eram 89,3% dos agentes e reuniam praticamente o mesmo percentual das escrituras e do valor total: 64,8 e 65%, respectivamente. Nos outro extremo, observa-se que 4,8% dos outorgados constavam em 5 ou mais escrituras que representaram uma parcela mais importante das escrituras (22,4%) e do valor correspondente (24%), se comparado com os outorgantes.

Tabela 18 – Distribuição das escrituras entre outorgantes e outorgados (Rio Grande, 1808-1850)

Total de escrituras	Agentes	%	Nº	%	Valor Total (£)	%
<i>Outorgantes</i>						
1	651	80,1	651	58,8	255.189,18	52,2
2	98	12,1	196	17,7	102.257,87	20,9
3	38	4,7	114	10,3	64.002,72	13,1
4	8	1,0	32	2,9	10.876,80	2,2
5 a 10	15	1,8	79	7,1	38.319,15	7,8
11 a 15	3	0,4	35	3,2	18.133,26	3,7
Total	813	100	1.107	100	488.778,98	100
<i>Outorgados</i>						
1	553	77,8	553	50,0	221.685,68	45,4
2	82	11,5	164	14,8	95.984,48	19,6
3	26	3,7	78	7,0	25.486,45	5,2
4	16	2,3	64	5,8	28.239,96	5,8
5 a 10	32	4,5	206	18,6	96.647,68	19,8
16 a 20	1	0,1	20	1,8	4.471,08	0,9
21 a 25	1	0,1	22	2,0	16.263,65	3,3
Total	711	100	1.107	100	488.778,98	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

²⁸² Na análise da *distribuição das escrituras por outorgantes e outorgados*, nos casos em que uma escritura tinha mais de um outorgante ou outorgado, estes foram contabilizados apenas uma vez. Por exemplo: os dois outorgantes vendedores (Inácia Petim da Silva Porto e Francisco Mirado Lemos) da “Sumaca Conceição”, por exemplo, foram contabilizados como um agente. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 117v.

Apesar desta concentração, chama a atenção que os *outorgantes* localizados na faixa de 5 a 10 escrituras (1,8%) reuniram percentual inferior do valor das escrituras em relação àqueles que fizeram 3 escrituras (4,7%): 7,8 e 13,1%, respectivamente. Entre os *outorgados*, destaca-se que os agentes (4,5%) localizados na faixa de 5 a 10 escrituras, concentraram 19,8% dos 488.778,98 libras negociados, praticamente a mesma parcela registrada entre os outorgados com 2 escrituras e que concentravam 11,5% dos agentes e 14,8% dos registros. O único agente da faixa de 21 a 25 escrituras acumulou 2% dos registros, correspondentes a 3% do valor total das mesmas.

Assim, mesmo que a maioria dos outorgantes e dos outorgados estivesse envolvida com a realização de poucas transações que representavam a maior parte do montante envolvido, constata-se que uma pequena parcela destes agentes concentrava um percentual importante do valor total negociado. Outorgantes e outorgados com até duas escrituras fizeram em média 1,1 registro, com valor médio de 477,23 e 500,27 libras. Seus pares com cinco ou mais escrituras, fizeram uma média superior de registros: respectivamente, 6,3 e 7,3. Os valores médios correspondentes foram de 3.136,24 e 3.452,42 libras esterlinas. Deste modo, apesar do elevado número de agentes envolvidos, há indícios que permitem afirmar que parcela considerável da riqueza envolvida nas transações registradas nestas escrituras concentrava-se nas mãos de poucos.

2.2.2 “Vive de seu negócio”: os agentes mercantis nas escrituras públicas da vila de Rio Grande e seu termo

Tendo em vista o objetivo de averiguar a presença dos agentes ligados ao comércio (mesmo que eventualmente) entre os outorgantes e outorgados das escrituras aqui analisadas, a fim de avaliar a presença do capital mercantil no padrão de investimento econômico de Rio Grande, procedi à confrontação destes com as listagens que reúnem comerciantes, negociantes, responsáveis pelo despacho de escravos para o Rio Grande de São Pedro, além dos consignatários de embarcações e/ou mercadorias que foram negociadas através do porto de Rio Grande. São elas: o Livro de matrícula de negociantes de grosso trato da Real Junta do Comércio, no Rio de Janeiro (1809-1850)²⁸³; o Almanack da Vila de Porto Alegre²⁸⁴ que,

²⁸³ Constam na lista um total de 1.320 matrículas de negociantes de grosso trato. Os estabelecidos na província sul-riograndense somavam 137 matriculados e estavam assim distribuídos pelas praças mercantis rio-grandenses: Cachoeira (2); Canguçu (1); Pelotas (6); Porto Alegre (52); Rio Grande (62); Rio Pardo (4); São José do Norte

segundo seu autor, apresentava todos os comerciantes atuantes no território rio-grandense em 1808; os registros de entrada e saída de embarcações na barra do porto de Rio Grande (1803-1851)²⁸⁵; e a documentação relativa ao tráfico de escravos: as guias de transporte (1786-1819), os despachos e passaportes (1809-1824) e os despachos (1826-1833)²⁸⁶. Por tratarem de membros de destaque da sociedade de Rio Grande, utilizei também a lista dos membros fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense (1832), na qual se destacavam aqueles envolvidos com o comércio²⁸⁷ e a relação dos sócios da Associação Comercial do Rio Grande (fundada em 26 de setembro de 1844) e dos membros das suas comissões administrativas²⁸⁸.

Avalio tratar-se de referências importantes, pois reúnem os grandes homens de negócios, os principais comerciantes do Rio Grande de São Pedro atuantes no início do século XIX, os agentes envolvidos com os negócios mercantis realizados pelo único porto marítimo da região e em um dos principais ramos do comércio no período em questão, o tráfico de escravos. Deste modo, oferecem indícios consideráveis a respeito dos tipos de negócios nos

(5) e Rio Grande do Sul (5). Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (ANRJ). REAL JUNTA DO COMÉRCIO, AGRICULTURA, FÁBRICAS E NAVEGAÇÃO. **Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros**. Códice 170, v. 1 (1809-1826), v. 2 (1827-1843), v. 3 (1844-1850).

²⁸⁴ Foram listados um total de 156 comerciantes estabelecidos nas seguintes localidades: Porto Alegre (57); Rio Grande (43); Rio Pardo (36); Ilha de Santa Catarina (14); Laguna (6). MAGALHÃES, M. Almanaque da Vila de Porto Alegre, op. cit., p. 131-36.

²⁸⁵ Nos 883 registros de entrada e saída de embarcações no porto de Rio Grande que tiveram os nomes dos proprietários de embarcações e/ou consignatários das cargas informados, identifiquei um total de 427 agentes diferentes. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHR). **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72. Doravante a fonte será referenciada como AHR. AM/M, registro nº.

²⁸⁶ Tendo em vista o longo período coberto pelas fontes e a acentuada incidência de “traficantes eventuais” no tráfico de escravos, trata-se de um grupo bastante extenso: 2.771 nomes diferentes. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHR). Documentação Avulsa da Fazenda. **Guias de escravos**, 1786-1819, maço 29 ao maço 120; ANRJ. **Intendência da Polícia da Corte**. Códice 390 (1816-1824); 421 (1809-1824); 424 (1826-1833). A análise dos dados presentes nas guias de escravos (1788-1802) e nos despachos e passaportes (1809-1824) encontra-se em BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit.

²⁸⁷ Segundo Álvaro Klafke, a sociedade possuía cerca de quarenta e seis sócios. O autor conseguiu identificar nominalmente trinta e seis membros, dos quais dezessete estavam envolvidos com a atividade mercantil. KLAFFE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 23-31. Para a relação dos membros fundadores identificados por Klafke e suas respectivas ocupações sócio-profissionais, ver **Anexo 12**.

²⁸⁸ A listagem é composta por setenta e cinco nomes de sócios e de membros da Comissão administrativa que constavam como outorgantes e outorgados na “Escritura de reconhecimento que fazem os membros da comissão administrativa da Praça do Comércio aos sócios da mesma praça abaixo assinadas [15/12/1849]”. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl.39v. Além deles, foi consultada a composição das comissões administrativas da Associação Comercial de Rio Grande, entre 1844 e 1852, resumida por Cláudia Munhoz. A autora contabilizou quinze diretores, bem como outros associados citados por ela. Considerando que parte dos nomes já constava na referida escritura, foram incluídos mais cinco comerciantes. MUNHOZ, C. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**, op. cit., p. 71-111. A listagem com os nomes dos associados identificadas em ambas as fontes encontra-se no **Anexo 13**.

quais os agentes mercantis estavam envolvidos²⁸⁹. Além disso, o conjunto das fontes referidas oferece elementos que contribuem para a delimitação do corpo mercantil atuante na província rio-grandense na primeira metade do século XIX e para que se identifique os que entre estes estavam estabelecidos na capitania rio-grandense e os que mais se destacavam no exercício da atividade comercial²⁹⁰. Informações adicionais foram obtidas nas próprias escrituras e em referências encontradas na bibliografia.

Entre os *outorgantes*, constam 288 agentes diferentes (34,7% deles) que tinham algum tipo de vínculo com o comércio, de acordo com as listas consultadas (**Tabela 20**). Estes foram responsáveis por 38,8% das 1.107 escrituras, nas quais foram transacionados um total de 290.988.121 libras, ou 59,5% do valor total. Deste modo, embora representassem aproximadamente um terço dos outorgantes presentes nas escrituras catalogadas, os que de algum modo estavam envolvidos com a atividade mercantil foram responsáveis por mais da metade do montante negociado nas escrituras de venda, crédito e sociedade.

O grupo de maior destaque é o dos que fizeram *despachos de escravos* para o Rio Grande de São Pedro. Uma parcela de 10,2% dos outorgantes (85) constava entre os envolvidos com o tráfico. Eles registraram 11,6% das transações com 24,7% do valor total. Os outorgantes que despacharam escravos representam 3,1% dos 2.771 despachantes de escravos computados na documentação consultada a respeito do tráfico negreiro na província rio-grandense para o período entre 1786 e 1833. Apesar do percentual discreto, cabe observar que o elevado número “comerciantes eventuais” era uma característica verificada em todos os setores do comércio colonial, em especial na etapa de redistribuição de escravos africanos recém desembarcados no Brasil, conforme já havia observado no início da seção 1.2.

Entre aqueles que *despacharam mercadorias* pelo porto de Rio Grande, localizei apenas 40 outorgantes (4,8%), mas eles concentravam percentuais razoáveis das escrituras (8,7%), correspondentes a 12,9% do valor total. Estes representavam 9,4% dos agentes

²⁸⁹ Complementariamente, consultei a lista dos comerciantes nomeados para a Comissão do Comércio, em 1824. Na ocasião foram nomeados nove agentes mercantis representantes das principais praças da província: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. AHRS. **Assembléia Legislativa**. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824. Devo à Gabriel Aladrén a indicação da referida fonte. De acordo com Guilhermino Cesar, tratava-se de uma comissão externa com a tarefa de apresentar ao governo provincial os meios de fomentar o comércio, a indústria, as artes, entre outros. CESAR, Guilhermino. **O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/IEL/UCS, 1978, p. 13.

²⁹⁰ A partir daqui, o critério adotado é diferente do utilizado na **Tabela 19**. Para evitar a sub-representação dos agentes envolvidos no comércio, nas escrituras que contavam com mais de um outorgante ou outorgado, os considerei individualmente. O número total de escrituras e seu valor total permaneceram o mesmo. Assim, trabalho com o total de 830 outorgantes e de 716 outorgados. Registrei o total de 1.325 agentes diferentes envolvidos nas escrituras analisadas, 221 agentes (16,7%) apareceram tanto com outorgantes quanto outorgados.

identificados como responsáveis pelos carregamentos realizados no porto de Rio Grande, entre 1803 e 1851.

Como afirmei acima, o *Almanack da Vila de Porto Alegre* listava os comerciantes atuantes na então capitania rio-grandense em 1808, segundo seu autor²⁹¹. Nela constam agentes mercantis estabelecidos em Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Ilha de Santa Catarina e Laguna. Contudo, poucos deles aparecem nas escrituras aqui analisadas: apenas dezenove outorgantes (2,3%) com 3,1% das escrituras correspondentes a 3,9% do valor total. Apenas um deles não estava estabelecido na Vila de Rio Grande: Joaquim Lopes de Barros, estabelecido em Porto Alegre. Os demais outorgantes estavam estabelecidos em Rio Grande e representavam 41,9% dos comerciantes da vila listados no “Almanack de 1808”. Considerando o total dos comerciantes nele relacionados, o percentual era de 12,2%. De tal modo, apesar da pequena participação dos comerciantes do Almanack nas escrituras, aqueles estabelecidos em Rio Grande permaneciam relativamente bem representados. Entre estes outorgantes, nove também foram responsáveis por desembarques de escravos no Rio Grande de São Pedro entre 1826 e 1833²⁹². Cipriano Rodrigues Barcelos, Mateus da Cunha Telles e Miguel da Cunha Pereira²⁹³, além de relacionados no Almanack, também foram matriculados como negociantes de grosso na Junta do Comércio.

Como a listagem é de 1808 e as escrituras cobrem o período de 1811-1850, seria esperado que a presença dos comerciantes do Almanack de 1808 fosse mais acentuada entre os outorgantes das escrituras. Observando as escrituras de que fizeram parte, constata-se que doze dos dezenove comerciantes identificados ainda estavam presentes nas escrituras na década de 1830 e dez dos dezenove na década de 1840. Ou seja, além de poucos comerciantes do Almanack constarem como outorgantes de escrituras, a maior parte deles deixou de aparecer na década de 1830. Neste sentido, pode-se tomar estes resultados como indício da renovação do corpo mercantil²⁹⁴. Além disso, a diminuta parcela das escrituras e dos valores envolvidos concentrados pelo conjunto dos comerciantes do Almanack também pode ser relacionada com a pequena participação dos agentes da capital nestas transações, indicando

²⁹¹ Helen Osório utilizando de forma sistemática esta listagem para definir o corpo mercantil da capitania rio-grandense e através de seus inventários concluiu que os comerciantes eram o grupo mais rico em comparação com os estancieiros. OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 50-1; 271-72.

²⁹² ANRJ. **Polícia da Corte**. Códice 424 (1826-1833).

²⁹³ ANRJ, Cód. 170, v. 1, fl. 49, 73v, 151.

²⁹⁴ Referindo-se à mobilidade dos agentes mercantis atuantes na base do comércio colonial, João Fragoso observa que havia grande mobilidade e que poucos negociantes tinham condições de permanecer no mesmo ramo do comércio por um longo período, independente das conjunturas e condições do mercado. FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 186-213.

que havia uma segmentação geográfica na atuação dos comerciantes de Rio Grande e de Porto Alegre.

Identifiquei quinze dos trinta e seis membros *fundadores da Sociedade Promotora* entre os outorgantes das escrituras aqui analisadas (1,8%), com 3,9% das escrituras que somavam 20.452,88 libras esterlinas (4,2%). Não considerei na totalização acima os membros que tinham outras ocupações e nenhum vínculo com o comércio, pois nem todos os associados da Sociedade Promotora estavam envolvidos com o comércio, embora fosse o principal e mais influente setor, inclusive no que diz respeito ao posicionamento tendencialmente favorável ao governo imperial durante a Guerra dos Farrapos, devido aos vínculos mercantis que mantinham com o centro do Império do Brasil ²⁹⁵.

Entre os membros da Sociedade Promotora identificados nas escrituras de Rio Grande, havia onze comerciantes e a sociedade comercial norte-americana Hayes, Engerer & Companhia²⁹⁶, dois dos comerciantes acumulavam as ocupações de fazendeiro e estancieiro, respectivamente; um charqueador, que também foi responsável por despachos de escravos para a província; e o Fazendeiro e Juiz de Paz, Vasco Madruga de Bitancourt, que era sócio em uma “Loja de Fazendas e Molhados”. José Correia de Mirapalheta embora constasse como Juiz de Paz, também enviou escravos para a província²⁹⁷.

Entre os comerciantes, seis também constavam entre os consignatários de cargas e/ou embarcações que transitaram no porto de Rio Grande. Nove dos quinze membros estavam entre os despachantes de escravos. O comendador João Francisco Vieira Braga (Filho), e os associados Antônio Teixeira de Magalhães, Porfírio Ferreira Nunes, João de Miranda Ribeiro e José dos Santos Marques Magano também eram sócios da Praça de Comércio de Rio Grande. João Francisco Vieira Braga (Filho) juntamente com Antonio José Afonso Guimarães, também constava entre os representantes de Rio Grande na Comissão de Comércio nomeada em 1824.

Destaco ainda que quatro dos membros da Sociedade Promotora também estavam matriculados na Real Junta do Comércio como negociantes de grosso trato da Vila de Rio Grande: Anselmo José Pereira, Antonio José Afonso Guimarães, Francisco Vieira Braga e

²⁹⁵ KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit.

²⁹⁶ FRANCO, S. (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos**, op. cit., documento nº 62.

²⁹⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L7, fl. 54. Identifiquei ainda 2 membros sem ligações com a atividade mercantil identificadas: 1 “boticário/proprietário de tipografia” e 1 “fazendeiro”. Os dados biográficos sobre os membros da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense encontram-se em KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 24-27.

Vicente Manuel de Espíndola. O que apareceu com maior destaque nos livros de Transmissões e Notas de Rio Grande foi Antonio José Afonso Guimarães, qualificado nas escrituras como Negociante, Capitão-Mor, Comendador e Doutor. Atuante sob a firma Antonio José Afonso Guimarães & Companhia, ele concentrou 1% das escrituras (11) e do valor das mesmas: 4.216,43 libras esterlinas. Trata-se de um dos dois outorgantes com mais de 10 escrituras no período considerado, conforme resume a **Tabela 18**.

Além destes quatro, outros vinte e sete outorgantes (3,7%) estavam entre *os negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio* entre 1808 e 1850. Deste modo, 31 dos 1.320 negociantes matriculados (2,3%) estavam representados entre os outorgantes de escrituras registradas em Rio Grande. Com exceção dos estabelecidos no Rio de Janeiro (7), na Bahia (1) e em Pernambuco (1), os demais atuavam no comércio a partir do Rio Grande de São Pedro. Estes outorgantes foram responsáveis por 5,7% das escrituras, equivalentes a 71.535,60 libras esterlinas ou 14,6% do valor total negociado (**Tabela 19**). Portanto, embora fossem poucos em termos absolutos e respondesse por uma parte menos expressiva das transações registradas, este grupo foi responsável por uma parcela bastante significativa do valor das escrituras aqui consideradas. Os vinte e dois estabelecidos na capitania/província representavam 19% dos negociantes de grosso trato das praças mercantis rio-grandenses matriculados: Rio Grande (16), Pelotas (3), São José do Norte (2) Porto Alegre (1). Considerando apenas os de Rio Grande, constata-se que um quarto dos matriculados estabelecidos nesta praça estavam entre os outorgantes presentes nestas escrituras.

Assim como foi observado entre os membros da Sociedade Promotora, Antonio José Afonso Guimarães é o outorgante de maior destaque deste grupo, com onze escrituras, seguido por José Antonio Lopes (7), uma dela em parceria com Polidoro Antonio da Costa e José Henrique da Silva Mariante, e o Sargento-mor e Comendador Mateus da Cunha Teles (5). Este último também se destaca entre os negociantes de grosso trato com maior parcela do valor (1,6%). Na sua frente estava o Comendador Antonio Luís Fernandes Pinto (2,8%) e o Tenente-coronel José Antonio de Oliveira Guimarães, que em uma única escritura reuniu 25.608,55 libras (5,2%). Matriculado como negociante de grosso trato do Rio de Janeiro desde 9 de junho de 1812²⁹⁸, também possuía propriedades e negócios em Rio Grande. Teve uma sociedade comercial com seu irmão, Manuel José de Oliveira Guimarães, residente na mesma vila e que recebia as mercadorias enviadas por seu irmão, a partir do Rio de Janeiro.

²⁹⁸ ANRJ, Cód. 170, v. 1, fl. 35.

Consta que entre 1796 e 1802 José Antonio de Oliveira Guimarães havia sido caixeiro de um dos mais importantes negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro: Braz Carneiro Leão. Apesar dos seus interesses na Corte, teve seu inventário aberto em Rio Grande no ano de 1829²⁹⁹.

Trinta e seis dos 80 associados e membros das Comissões Administrativas da *Associação Comercial de Rio Grande* identificados estavam entre os outorgantes da escrituras registradas nos livros de Transmissões e Notas (4,3%) e concentravam 6,5% das escrituras que somavam 34.328,14 libras, o equivalente a 7% do valor total negociado. Domingos Vieira de Castro e João Antonio da Rosa (sócio), também haviam sido listados no Almanack de 1808. Os sócios Antonio Teixeira de Magalhães, os comendadores João de Miranda Ribeiro e Francisco Vieira Braga, José dos Santos Marques Magano, Porfírio Ferreira Nunes e Vicente Manuel de Espíndola também eram membros fundadores da Sociedade Promotora. O Comendador Antonio José Gomes Braga, por sua vez, era matriculado desde 1827 como negociante de grosso trato de Rio Grande³⁰⁰.

Há também trinta e dois agentes (3,9%) que, embora não tenham sido localizados em nenhuma das listagens consultadas, foram designados como “comerciante”, “homem de negócio” ou “negociante” nas escrituras selecionadas. Os outorgantes (e os outorgados) que eram firmas ou sobre os quais havia informações na escritura que indicavam alguma vinculação com a atividade mercantil também foram considerados como comerciantes, ainda que eventuais. Os outorgantes incluídos por estes critérios acumularam 24.823,80 de libras (5,1%) em 3,4% das escrituras. É o caso de agentes como Francisco José de Abreu, designado como “homem de negócio” na escritura de dívida e hipoteca registrada em maio de 1817. Nesta, ele se declara devedor ao negociante de Rio Grande, Rodrigo Fernandes Duarte, da quantia de 537,50 libras esterlinas utilizadas para “o giro de seu negócio”. Como garantia do pagamento o outorgante deixou hipotecado o iate Espírito Santo com todos os seus pertences³⁰¹.

O mencionado “negociante” Rodrigo Fernandes Duarte também é assim designado na escritura registrada em maio de 1829, referente à venda de um quarto de casas e terreno em

²⁹⁹ BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul**, op. cit., p. 104-108.

³⁰⁰ ANRJ, **Cód.** 170, v. 2, fl. 11.

³⁰¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L7, fl.47v. O mesmo negociante consta como vendedor da “Escuna Rodrigues Viana” (57.031 libras) para Caetano José Travassos & Companhia, em novembro de 1830. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L13, fl. 98.

Rio Grande, que fez a Bernardino de Souza Ribeiro Guimarães por 20,51 libras³⁰². João Carrol (provavelmente John Carrol), por sua vez, foi designado como "Negociante Americano desta praça [Rio Grande]" na escritura registrada no final de 1828, na qual registrou a venda que fez do Bergantim Maria Elisa com todos seus pertences para Tomás Messiter, pela quantia de 647,14 libras esterlinas³⁰³.

O "comerciante" Nicolau Cosme dos Reis consta em janeiro de 1812 como outorgante da fiança de 120 mil libras referente ao cargo de Juiz de Órfãos de Rio Grande para o triênio 1811, 1812 e 1813³⁰⁴. Na escritura registrada em fevereiro de 1835, o outorgante Vicente José Ferreira Braga consta como "Negociante da Praça de Santa Catarina" e "legítimo senhor e proprietário de um Patacho denominado Bela Marília". Nesta ocasião, a mesma embarcação foi vendida para Antonio José de Oliveira Castro pela quantia de 654.167 libras esterlinas³⁰⁵. Antonio Soares de Paiva Filho também foi considerado como ligado ao comércio, pois juntamente com Antonio Soares de Paiva e Israel Soares de Paiva (seu pai e irmão, respectivamente) arremataram o contrato dos dízimos de 1813-16; 1816-18 e obtiveram por decreto os contratos dos triênios de 1819 a 1824³⁰⁶.

Também considerei como vinculados ao comércio os outorgantes e outorgados das sociedades relacionadas à atividade mercantil que não estavam presentes nas referidas listagens: "loja de Fazendas e Molhados", "Armazém de molhados de varejo e atacado" e sociedades comerciais³⁰⁷. Vasco Madruga de Bitancourt foi incluído de acordo com este critério. Na escritura registrada em maio de 1817, ele aparece como sócio de Jerônimo Madruga de Bitancourt em uma "Loja de Fazenda e Molhados" no termo da vila de Rio Grande. Os sócios contribuíram igualmente para a formação dos fundos da sociedade no valor de 268,75 libras e estipulavam que esta não poderia ser rompida unilateralmente e que os lucros e perdas seriam igualmente divididos entre os dois³⁰⁸.

³⁰² APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L13, fl. 2.

³⁰³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L12, fl.121v. Na escritura registrada em janeiro de 1830, o mesmo Carrol registrou a compra de um terreno na Rua da Praia da Vila de Rio Grande, por 33.268 libras. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L13, fl. 42v.

³⁰⁴ Nesta, Carlos Cosme dos Reis aparece como seu fiador. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl.2v.

³⁰⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl.4v.

³⁰⁶ MIRANDA, Marcia. Eckert. . Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825). In: **Anais (complementares) do XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em: «<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcia%20Eckert%20Miranda.pdf>»

Acesso em: 20 Mai. 2010.

³⁰⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L7, fl. 54; L9, fl. 110v; L15, fl. 29; L19, fl. 53.

³⁰⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L7, fl.54. Vasco Madruga de Bitancourt consta como um dos membros fundadores da Sociedade Promotora. De acordo com os dados bibliográficos reunidos por Klafke, ele

Há ainda casos de agentes mercantis com atuação mercantil identificada nas fontes consultadas que também registraram sociedades. O comerciante, Comendador José dos Santos Marques Magano, que além de sócio da Sociedade Promotora, estava entre os agentes atuantes no porto de Rio Grande e entre os despachantes de escravos para o Rio Grande de São Pedro. Na escritura registrada em agosto de 1835 consta como sócio de João Cardoso da Silva em um “Armazém de molhados de varejo e atacado” localizado na Rua do Fogo, em Rio Grande. Este era responsável pela administração da sociedade, enquanto Magano era responsável pelo fornecimento das mercadorias necessárias ao armazém³⁰⁹.

O advogado Antônio Bonone Martins Viana, um dos principais idealizadores da *Associação Comercial de Rio Grande*³¹⁰, foi sócio de Manuel José da Silva Basto na sociedade comercial sediada em Rio Grande, registrada em 1847. A casa funcionava sob a firma “Martins & Companhia” e entre as cláusulas acordadas pelas partes constava que “os sortimentos de que possa necessitar a casa comercial serão fornecidas do Rio de Janeiro pelos Negociantes, Comendador José Antonio de Araújo Felgueiras & Companhia” e que o sócio Basto ficava responsável não apenas pelos pedidos de mercadorias, mas também pela administração comercial da sociedade³¹¹.

Antônio Bonone Martins Viana também aparece como outorgante em outras três escrituras: como vendedor de dois quinhões de campo da Fazenda Provedores (Taim) pela quantia de 137,06 libras, em 1834 e de um terreno na cidade de Pelotas no ano de 1847, por 93,33 libras³¹². No início de 1844 havia registrado uma escritura de fiança no valor de 9,45 libras como garantia de eventuais danos que causasse como “Tabelião Público do Judicial e Notas da Cidade de Rio Grande e seu termo”, cargo que assumido em decorrência do impedimento do Tabelião vitalício, José Borges Ribeiro da Costa³¹³.

seria fazendeiro e Juiz de Paz. KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 27. Outros dois outorgantes ausentes nas listagens consultadas foram considerados como agentes mercantis, pois constam como sócios de empreendimentos comerciais registrados na capital da província: o alferes José Antonio Alves Galvão e Manuel Raimundo Galvão. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L44, fl. 110; L45, fl. 133v. Nos registros de Rio Grande, eles constam, respectivamente, como vendedor e comprador de embarcações. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L18, fl. 1; L9, fl. 12.

³⁰⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl. 29. Havia ainda dois outorgantes que eram sócios de negócios que não considerei como vinculados ao comércio: Luís Alves dos Santos (estância) e João Henrique de Araújo (loja de ourives). APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 2v; L16, fl. 74.

³¹⁰ MUNHOZ, C. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**, op. cit., p. 83-4. Bonone foi um dos redatores do periódico *O Rio-Grandense*. Idem, p. 118-19.

³¹¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L19, fl.53. Meu grifo.

³¹² APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L14, fl. 104; L19, fl. 58v.

³¹³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L18, fl. 4v. De acordo com Cláudia Munhoz, Bonone Martins foi redator do periódico *O Rio-Grandense* a partir de 1847 e era eleitor do Partido Conservador. MUNHOZ, C. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**, op. cit., p. 118-19; 128

Já outorgantes como Antonio de Araújo Familiar – um dos envolvidos com o tráfico –, e o Comendador Ismael Soares de Paiva, também envolvido na importação de escravos, eram sócios outorgantes de um campo (1824) e uma charqueada (1847) respectivamente³¹⁴. Acrescenta-se que o sócio de Antonio de Araújo Familiar, o outorgado Antonio Gonçalves de Aguiar, aparentemente não esteve envolvido em nenhuma das atividades comerciais consideradas. Assim, os dois casos podem ser considerados como indícios de que a atuação nas atividades mercantis não era impeditiva para o investimento e atuação em atividades do setor produtivo. O acima mencionado vendedor da barca a vapor “Porto-alegrense”³¹⁵, Carlos W. Dichel foi incluído entre os ligados ao comércio por figurar entre os sócios da Companhia Porto-Alegrense³¹⁶, compradora da mesma embarcação.

Procedimento semelhante foi adotado em relação aos *agentes ausentes das listagens, mas que negociaram embarcações*. Quase todos eles foram considerados como “ligados ao comércio”, devido à evidente vinculação destas com a atividade mercantil. Seguindo tal metodologia, considerei como “ligados ao comércio” noventa e seis agentes (11,6%)³¹⁷, com 13,2% do valor reunido em 10,9% das escrituras. Procedi desta forma porque considerei pouco provável que alguém que não estivesse envolvido com o comércio possuísse ou investisse recursos na compra de embarcações que, como foi visto mais acima, eram bens com preços médios relativamente elevados. As exceções ficaram para casos como o de herdeiros que venderam bens que lhes couberam por herança ou para saldar dívidas aparentemente não relacionadas com a atividade mercantil³¹⁸.

Quanto aos *outorgados*, localizou-se uma parcela pouco maior e mais representativa nas listagens consultadas: duzentos e noventa agentes diferentes, ou 40,5% do total de outorgados (**Tabela 19**). Eles foram responsáveis por 49,1% das escrituras e 63,3% do valor total (309.345,25 de libras). Dessa forma, mostraram-se mais representativos em relação aos outorgantes ligados ao comércio em todas as variáveis consideradas.

Assim como entre os outorgantes, a parcela dos *outorgados que despacharam*

³¹⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L10, fl.168; L20, fl. 16v.

³¹⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L20, fl.106v.

³¹⁶ Ofício de 29/05/1849. AHRS, **Marinha**, Maço 19, Documento 313.

³¹⁷ Sebastião Gonçalves de Oliveira e o capitão Serafim dos Anjos França foram contabilizados entre eles, pois foram registrados como comprador e vendedor de embarcações em escrituras registradas em Porto Alegre nos anos de 1818 e 1836. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L40, fl. 137v; L50, fl. 111v.

³¹⁸ Este parece ter sido o caso de Dona Rufina Maria de São Carlos, viúva de Manuel José de São Carlos, que "achando-se o seu Casal onerado de dívidas, que ela reconhecia legítimas, tinha acordado vender o Iate (...) Novo Império, com todos os seus pertences a Antonio José Rodrigues para Faustino José Correia" por 537.760 libras, em 1843. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L17, fl. 75v.

escravos para o Rio Grande de São Pedro é bastante significativa: foram cem agentes identificados (14% dos outorgados) que concentravam 19,4% das escrituras e 29% do montante negociado. Eles representam 3,6% de todos os agentes que estiveram envolvidos com o abastecimento de mão-de-obra cativa do Rio Grande de São Pedro, percentual semelhante ao verificado entre os outorgantes. Entre os agentes identificados como *envolvidos com as transações registradas pela praticagem da barra do porto de Rio Grande* (427) identifiquei a presença de quarenta e seis (10,8%) deles entre os outorgados presentes nas escrituras analisadas. Eles eram 6,4% dos outorgados e participaram de aproximadamente 12,9% das 1.107 escrituras que correspondiam a 22,3% do valor total (108.794,77 libras). Deste modo, a representatividade dos outorgados foi maior do que a verificada entre os outorgados em todas as variáveis consideradas. Acrescenta-se que os outorgados atuantes no comércio realizado através do porto de Rio Grande foram responsáveis por uma parcela mais significativa do valor total das escrituras em comparação com os outorgados que despacharam escravos para o Rio Grande de São Pedro.

Os outorgados presentes entre os comerciantes listados no *Almanack da Vila de Porto Alegre* estão em menor número e são menos representativos em relação aos outorgantes: quatorze agentes diferentes, que representam 2% deles, e estiveram envolvidos em 2,2% dos registros, percentuais estes semelhantes aos verificados entre os outorgantes. Entretanto, o valor correspondente era de 7,4% do montante negociado (36.265,92 libras), enquanto aqueles concentravam pouco mais da metade deste valor: 18.974,80 ou 3,9% do montante total. Quase todos eles eram estabelecidos em Rio Grande, exceto o Guarda-Mor José da Costa Santos, que também era matriculado na Junta do Comércio como negociante de grosso trato de Porto Alegre, Antônio Peixoto do Prado e Joaquim Lopes de Barros & Irmãos, também estabelecidos na capital. Assim sendo, 25,6% dos comerciantes da vila de Rio Grande listados no Almanack estavam entre os outorgados identificados. Se considerados todos os outorgados identificados, constata-se a presença de 9% dos relacionados no Almanack. Destaca-se que a tendência de renovação do grupo mercantil fica ainda mais evidente, pois apenas cinco destes quatorze comerciantes permaneceram ativos no comércio durante a década de 1830 e apenas três continuaram a aparecer na década seguinte.

Havia ainda quatro outros negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio entre os outorgados listados no *Almanack de 1808*: o tenente Miguel da Cunha Pereira, Comendador Cipriano Rodrigues Barcelos, José Tomás da Silva & Companhia e José

Vieira Viana, todos da Vila de Rio Grande. O comerciante e fazendeiro Comendador João Francisco Vieira Braga também era membro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense. Ele aparece sozinho em cinco escrituras e consta também como um dos três compradores do “Bergantim César”, vendido pelo Tenente-coronel Ricardo Carneiro dos Santos, da Vila de Paranaguá. Os demais compradores eram Domingos Vieira de Castro e José Vieira Viana, todos moradores da vila de Rio Grande e designados como negociantes na escritura lavrada em junho de 1819³¹⁹.

Os 36 membros fundadores da *Sociedade Promotora* estavam um pouco melhor representados entre os outorgados do que entre os outorgantes. Quase a metade deles estava presente nestas escrituras. Embora fossem apenas dezoito outorgados (2,5%), eles concentravam 6,3% das escrituras e 6,6% do valor total negociado (32.404,88 libras). Quase todos foram identificados como comerciantes (16), sendo que dois também eram fazendeiros e um charqueador. Havia ainda um Juiz de Paz e um charqueador que aparecem como despachantes de escravos para o Rio Grande de São Pedro entre 1809 e 1824: João Jacinto de Mendonça e o capitão José Correia Mirapalheta, respectivamente. Estes agentes também estavam presentes entre os despachantes de escravos (8) e os envolvidos com o comércio do porto de Rio Grande (7). Os outorgados Anselmo José Pereira, coronel Francisco Vieira Braga, capitão-mor Antonio José Afonso Guimarães, José Maria de Sá e o Capitão Vicente Manuel de Espíndola eram negociantes de grosso da Vila de Rio Grande, matriculados na Junta do Comércio. Destaca-se que, exceto José Maria de Sá, os demais também apareciam como outorgantes³²⁰.

Ao todo, havia quarenta e dois outorgados *matriculados na Junta de Comércio* que representavam 5,9% destes agentes e foram responsáveis por parte importante das escrituras (9,8%), correspondentes a 21% do valor total (102.490,52 libras). Sendo assim, 3,2% de todos os 1.320 matriculados estavam presentes nas escrituras. Os negociantes de grosso trato estabelecidos no Rio Grande de São Pedro também eram maioria: Rio Grande (28), Pelotas (2), São José do Norte (4) e um de Porto Alegre. Eles representavam 25,5% dos matriculados que estavam estabelecidos na província. Os outorgados de Rio Grande, em especial, representavam 45,2% negociantes da vila registrados na Junta do Comércio. Havia ainda 1 da Bahia e 6 do Rio de Janeiro. Nota-se conseqüentemente que os negociantes de grosso trato

³¹⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl.152v.

³²⁰ Identifiquei ainda dois membros sem ligações com atividades mercantis: o boticário e proprietário de tipografia, Francisco Xavier Ferreira e Faustino José Correia, estancieiro e Juiz de Paz do distrito do Taim.

eram mais representativos entre os outorgados do que foi observado entre os outorgantes.

No total de escrituras registradas, destacavam-se José Antonio Lopes (22), Capitão-mor Antonio José Afonso Guimarães e o Comendador Domingos Faustino Correia com 8 cada, Antonio José de Oliveira Castro (6) e os capitães Inácio de Miranda Ribeiro e Miguel da Cunha Pereira com 5 escrituras cada. Considerando os negociantes de grosso trato pelo valor que acumulava, o destaque fica para o Guarda-mor José da Costa Santos (25.690,63 libras), João Antonio Lopes (16.263,65 libras), Comendador Domingos Faustino Correia (12.543.725 libras), Francisco José da Cunha e João José da Cunha (6.496,94 libras) e o Capitão-mor Antonio José Afonso Guimarães (5.751,57 libras). Tal como destaquei ao verificar a presença dos negociantes de grosso trato entre os outorgantes, a presença dos outorgados entre estes agentes mercantis mostrou-se significativa. Mesmo que fossem poucos em termos absolutos, eles foram responsáveis por parcelas importantes das escrituras e do valor negociado. Assim, pouco mais de um quinto do valor total das escrituras aqui consideradas concentrava-se nas mãos de apenas 40 outorgantes.

Localizei quarenta e um dos oitenta *sócios identificados da Associação Comercial de Rio Grande* (5,7% dos outorgados). Sua participação no volume de escrituras (10%) e na parcela do valor total negociado (72.274,07 libras ou 15% do valor total) foi superior ao verificado entre os membros que constam entre os outorgantes (6,2% das escrituras que correspondiam a 6,7% do valor negociado).

Assim como foi verificado entre os outorgantes, aqui houve também a ocorrência de *outorgados que foram identificados como atuantes no setor mercantil* por serem designados como sócios ou ex-sócios de firmas e sociedades mercantis, “negociantes” ou “homens de negócios” nas escrituras que fizeram parte, embora não constem nas listagens consultadas. O mesmo em relação aos outorgados sobre os quais havia informações qualitativas sobre suas atividades comerciais. Dessa forma, foram incluídos 4,9% dos agentes (37) com 5,1% das escrituras (57) de valor correspondente a 30.976,25 de libras (6,3%).

O anteriormente mencionado Rodrigo Fernandes Duarte, também consta como outorgado em quatro escrituras: três de crédito e uma de venda. Na registrada em maio de 1817, conforme já indicado acima, ele é designado como “negociante” e consta como credor do também homem de negócio, Francisco José Abreu³²¹. Na escritura de hipoteca de 1821 ele consta como fiador e credor de Antonio Manuel de Souza na quantia de 30,90 libras

³²¹ APERS. *Transmissões e Notas*. 2 Tab. RG, L7, fl. 47v.

esterlinas. A hipoteca é resultado de uma ação de libelo cível movida por Rodrigo Fernandes Duarte, pela qual ficaram hipotecados três escravos e uma “morada de Casas cobertas de telha” localizada no Serrito, termo da vila de Rio Grande³²². Ele também é credor do Reverendo José Rodrigues da Assunção, em Letras ajuizadas no valor de 1.945,51 libras, em uma escritura de “obrigação com especial hipoteca” de 1825. Como garantia de pagamento foram hipotecadas uma charqueada com todos seus pertences e 30 escravos: “dois terrenos (sic) em porção de terras do Casal da Viúva Eugênia entre o Passo dos Negros e a Charqueada de Boaventura Rodrigues Barcelos”, ambos os imóveis localizados na margem (mangueira) do Arroio Pelotas; além de duas embarcações (os iates "Ativo" e "São Domingos ou "Grilo") e uma casa térrea na Freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas)³²³.

Fernandes Duarte era ainda o outorgado comprador de um terreno na vila de Rio Grande junto a Antonio José Machado de Souza, bastante procurador de José Manuel Machado de Souza e sua esposa, Dona Ana Maria de Jesus, residentes no Rio de Janeiro, pela quantia de 119,18 libras em 1818³²⁴. Acrescenta-se que o vendedor, José Manuel Machado de Souza, aparentemente tinha outros interesses, ao menos sazonais, no Rio Grande de São Pedro. Ele consta entre os despachantes de escravos do Rio de Janeiro para esta região: 6 escravos em 1800 e 1 em 1829³²⁵. Destaco ainda que a transação foi realizada através de um procurador nomeado na então capitania, que possivelmente tinha algum grau de parentesco com o vendedor, tendo em vista a coincidência dos sobrenomes.

José Mendes Ribeiro constava como credor do mencionado Antonio de Miranda Ribeiro Primo, que lhe devia 1.341,95 libras esterlinas, na escritura de dívida e hipoteca de 1850. A dívida tinha origem em fazendas compradas pelo outorgante e pelas quais havia passado três Letras a favor da casa mercantil do outorgado, naquele momento extinta³²⁶.

Tal como o indicado acima, também considere como agentes com atuação mercantil cinco *sócios outorgados presentes nas escrituras de sociedade* relacionadas a algum tipo de atividade comercial. Eles apareceram em seis escrituras no valor total de 2.716,98 libras

³²² APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 228v.

³²³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L11, fl. 44v.

³²⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 12v.

³²⁵ AHRs. **Guias de escravos**, maço 55; ANRJ. **Cód. 424**, v.3, fl. 2v, respectivamente.

³²⁶ Augusto Harper era caixa da Comissão liquidadora da extinta casa comercial de José Mendes Ribeiro. Antonio de Miranda Ribeiro Primo também foi considerado como ligado ao comércio, tendo em vista que sua dívida era originada na compra de fazendas em valor total considerável. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl. 83.

esterlinas³²⁷. Chamo a atenção para o sócio outorgado Francisco Salgado Chaves que junto com Joaquim José da Assunção registrou uma sociedade comercial em 1820 com capital de 1.615 libras, em partes iguais. Entre as cláusulas acordadas, ficava estabelecido que Francisco Salgado Chaves seria o administrador e que o mesmo negociaria em nome da sociedade em toda a capitania e em qualquer outro lugar, que seria comprado um escravo para o serviço da sociedade e que o sócio Assunção admitiria um caixeiro³²⁸.

Por fim, *os compradores de embarcações ausentes nas relações consideradas que foram considerados como comerciantes*, alcançaram o total de 66 agentes³²⁹ (9,2%) responsáveis por 8,1% das escrituras que acumulavam o montante de 30.685,35 libras (6,3%). Constata-se, portanto, a importância da presença dos outorgantes e outorgados que estavam envolvidos de alguma forma com a atividade mercantil no conjunto das escrituras aqui analisadas. Em todas as listagens consultadas, outorgantes e outorgados representavam parcelas relativamente semelhantes dos agentes, contudo, os últimos são mais representativos e concentravam percentuais mais elevados das escrituras e, principalmente, dos valores envolvidos. Tal caracterização pode ser explicada pela maior presença de agentes mercantis na posição de compradores de bens e fornecedores de crédito.

A investigação desta participação, de acordo com as categorias estipuladas neste estudo, permite analisar com um pouco mais de detalhe o padrão de investimento adotado pelos agentes que desempenhavam atividades mercantes na sociedade em questão. A **Tabela 19** foi organizada com o intuito de melhor expor este aspecto.

É possível perceber que, os outorgantes e outorgados que em algum momento exerceram a atividade mercantil, tiveram participação bastante significativa nas cinco categorias aqui consideradas. Embora acumulem percentuais modestos em relação ao total de agentes envolvidos, eles acumulam parcelas que variavam entre 22,1 e 96,6% das escrituras e entre 20,9 e 97,8% do valor total correspondente. Em quase todas elas o maior destaque

³²⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L7, fl. 54; L9, fl. 110v; L15, fl. 29; L16, fl. 74; L19, fl. 53. O outorgante Joaquim José Soares de Faria Marques não foi incluído por ser o sócio de Luís Alves dos Santos em uma estância em “Domínios Espanhóis”. Antônio Gonçalves de Aguiar, por sua vez, era o mencionado sócio do comerciante Antonio de Araújo Familiar em uma charqueada. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 2v; L20, fl. 16v.

³²⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 110v.

³²⁹ O alferes José Moreira Maia foi incluído nesta totalização porque consta como vendedor de um iate, conforme escritura registrada no 1º Tabelionato da capital. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L40, fl. 128. Em Rio Grande, consta como comprador de “uma morada de casas térreas” pela qual pagou 129.417 libras, em 1813. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L3, fl. 11.

ficava para os outorgados, especialmente nos créditos e nas vendas de imóveis urbanos e rurais. O melhor resultado foi o das embarcações, pois ao destacar a vinculação entre comércio e as embarcações, estes agentes acabaram concentrando quase a totalidade do valor. O mesmo ocorrendo em relação ao total de agentes e de escrituras.

Nas escrituras de *crédito*, o predomínio dos outorgados é significativamente mais expressivo no que diz respeito às três variáveis consideradas. Mais da metade dos credores estiveram em algum momento envolvidos em atividades mercantis. Eles constam como credores em pouco mais da metade das escrituras de crédito e acumularam o total de 69.838.897 libras, equivalentes à aproximadamente três quartos do montante total. Portanto, ainda que não muito representativos em relação ao total de outorgantes e outorgados, os agentes mercantis concentraram grandes parcelas do valor destas escrituras, sendo que o percentual registrado entre os credores era significativamente superior ao dos devedores, que também apresentavam percentuais elevados.

Tabela 19 – Participação dos agentes ligados ao comércio nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Rio Grande, 1808-1850)

Categoria	Outorgante/ Outorgado	Nº Agentes	% A	% B	N.E	%	Valor (£)	%
Crédito	Devedor	42	5,1	34,1	52	34,9	60.294,23	63,8
	Credor	55	7,7	56,7	76	51,0	69.838,90	73,9
Embarcação	Vendedor	165	19,9	97,6	169	96,6	94.062,79	97,8
	Comprador	133	18,6	97,1	168	96,0	90.466,12	94,0
Rural	Vendedor	47	5,7	20,2	58	22,1	62.988,88	42,2
	Comprador	61	8,5	27,7	79	30,2	72.674,07	48,6
Urbano	Vendedor	84	10,1	21,2	132	26,2	48.882,40	38,3
	Comprador	130	18,2	35,1	208	41,4	72.305,73	56,6
Sociedade	Sócio Outorgante	7	0,8	87,5	7	87,5	15.460,57	92,6
	Sócio Outorgado	6	0,8	75,0	6	75,0	3.494,66	20,9
Total*	Outorgante	288	34,7		430	38,8	290.998,12	59,5
	Outorgado	290	40,5		544	49,1	309.335,25	63,3

% A: total de agentes (outorgantes/outorgados)

% B: total de agentes da categoria

N.E: Número de escrituras

* O total diz respeito a todas as categorias consideradas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Aliás, o endividamento mútuo do setor mercantil era uma característica da atividade. Ao analisar os processos de falência de negociantes e suas empresas mercantis, João Fragoso percebeu que da base ao topo da hierarquia mercantil, observava-se uma “infinita cadeia de dívidas ativas e passivas”, isto porque “o funcionamento das atividades empresariais se dava através do adiantamento de mercadorias e créditos”, tendo em vista a ausência de instituições financeiras com capacidade de fornecer o crédito necessário para aquela sociedade e suas atividades econômicas. “Essa situação transformava o capital comercial e usurário no grande fornecedor de empréstimos ao mercado”. Desta forma, era comum a ocorrência de agentes mercantis (grandes negociantes e comerciantes menos abastados) que concomitantemente eram credores e devedores de grandes somas junto aos seus pares. Além disso, a baixa monetarização da sociedade em questão e na falta de instituições bancárias que garantissem linhas de crédito, os comerciantes acabavam cumprindo um papel de fornecedor de crédito não apenas para seus pares, mas para toda a sociedade, sendo fundamentais para o financiamento das atividades produtivas³³⁰.

Tendo em vista o procedimento metodológico adotado, na categoria *embarcação* é evidente o predomínio dos vendedores e compradores envolvidos nas atividades mercantis. Cabe registrar que vendedores e compradores representavam, respectivamente, 18,9 e 18,6% do total de agentes identificados nas escrituras e que acumularam parcelas em torno de 96% das escrituras, correspondentes a 97,8 e 94 % do montante investido nas transações de embarcações.

Nas escrituras reunidas nas categorias *rural* e *urbano*, chama a atenção que em termos absolutos, o montante total investido pelos agentes mercantis em bens rurais foi superior ao verificado nos bens urbanos. Tanto em termos absolutos quanto percentuais, a parcela das escrituras com a participação dos envolvidos no comércio era mais significativa nos bens urbanos. Ou seja, mesmo que os agentes mercantis estivessem melhor representados nas escrituras de bens urbanos, os valores investidos nas propriedades rurais eram expressivos. Estes resultados explicam-se em parte porque o valor de alguns bens rurais, tais como chácaras, fazendas, estâncias e campos com animais, eram superiores aos bens urbanos (**Gráfico 11 e 12; Tabela 15 e 16**), mas também indica o interesse econômico dos comerciantes nas negociações envolvendo propriedades do setor produtivo.

Analisando os mesmos dados a partir da atuação dos vendedores, consta-se que na

³³⁰ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 241-52.

maior parte dos casos, a participação deles era menos significativa nas três variáveis em relação aos compradores. Foram os vendedores de *bens urbanos* que apresentaram a menor participação percentual no valor reunido nas escrituras analisadas (38,3%), com exceção dos sócios outorgados nas escrituras de sociedade (20,9%). Quanto aos compradores, percebe-se um equilíbrio na distribuição dos investimentos dos agentes mercantis na aquisição de propriedades rurais e urbanas. Elas concentravam respectivamente, 30,2 e 41,4% das escrituras e parcelas bastante próximas do valor total das respectivas categorias de escrituras: 48,6 e 56,6%. Em relação às *sociedades*, registra-se que, em termos absolutos, concentravam os montantes mais baixos entre as categorias de escrituras relacionadas na tabela.

Considerando o conjunto dos dados reunidos na tabela acima, é importante sublinhar que era entre os *outorgados* que se encontravam os *compradores* e os *credores*. Ou seja, são os agentes sociais em condições de adquirir bens ou fazer empréstimos. Como foi constatado, os agentes ligados ao comércio estavam bem representados em relação ao total de outorgados (40,6%) e concentravam quase dois terços do valor total das escrituras selecionadas, distribuídas em aproximadamente a metade delas.

Uma vez que a sociedade analisada neste estudo esteve envolvida em importantes conflitos durante quase todo o período aqui considerado (as Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos), não chega ser surpreendente que aqueles que estiveram envolvidos na atividade mercantil – mesmo que alguns o fizessem de forma esporádica ou pontual –, concentrassem parte tão significativa dos recursos envolvidos nas transações registradas por meios das escrituras públicas. Os que estavam envolvidos na produção, por sua vez, enfrentavam maiores dificuldades nos momentos de conflitos armados, tendo em vista o recrutamento de homens em idade produtiva, as requisições de guerra (trigo e gado), a interrupção das atividades, entre outros transtornos gerados pelos combates. Sendo assim, estes aspectos contribuíam para que o setor produtivo precisasse recorrer aos agentes mercantis para financiar a sua atividade.

A dependência do setor produtivo em relação ao setor mercantil no que diz respeito ao financiamento da produção voltada tanto para o abastecimento quanto para a agro-exportação é tema conhecido na historiografia. Na Bahia, Stuart Schwartz destaca que as instituições religiosas e os comerciantes eram as principais fontes de empréstimos dos produtores de açúcar. Os “homens de negócio” tinham posição privilegiada na atividade. Devido à escassez de moeda em circulação, muitas vezes os empréstimos eram efetuados através do

fornecimento das mercadorias necessárias para a produção do açúcar, mantendo contas correntes permanentemente abertas entre senhores de engenhos e lavradores e seus credores³³¹. Kátia Mattoso acrescenta que na província baiana, mesmo após a criação de órgãos financeiros destinados a este tipo de atividade, os negociantes continuaram fornecendo os recursos necessários para o financiamento da produção agrícola³³². De acordo com João Fragoso, o financiamento da produção gerava uma cadeia de endividamento na qual o comerciante que fornecia os recursos para a agro-exportação ou para o abastecimento muitas vezes constituía-se devedor de grandes negociantes. Tratava-se, segundo o autor, de uma característica comum a mercados de estrutura pré-capitalista³³³. Renato Leite Marcondes, referindo-se a Lorena (Vale do Paraíba paulista), reafirma a importância dos empréstimos para a formação da economia cafeeira no Vale do Paraíba no século XIX. Quanto aos credores, o autor destaca a participação dos “capitalistas” locais que tinham no financiamento da produção uma grande fonte de enriquecimento. Até meados da década de 1870, estes agentes mantiveram-se no controle da oferta de crédito, “quando as casas comissárias e bancárias do Rio de Janeiro aumentaram sua parcela dos empréstimos realizados na região”³³⁴.

Nas escrituras de crédito registradas em Rio Grande, ainda que nem sempre ficasse claro quando a dívida decorria do financiamento de atividades produtivas, cabe destacar que em 35 das “dívidas e hipotecas” (108) e das “hipotecas” (8) bens como chácaras, terras, campos, estâncias, charqueadas, escravos foram apresentados como garantia de pagamento das dívidas assumidas. Francisco Gonçalves da Silva, por exemplo, em novembro de 1849 declarou-se devedor de 1.301,68 de libras a José de Souza Gomes & Companhia. Informou que o débito era decorrente de empréstimo em moeda corrente que por diversas vezes seu credor lhe havia suprido. Como garantia de pagamento, hipotecou duas chácaras na Ilha dos Marinheiros, no termo de Rio Grande, além de doze escravos e dois créditos que lhe devia um certo Eduardo Pinto de Almeida³³⁵. Além disso, deve-se destacar novamente a significativa participação dos agentes mercantis como credores, especialmente no que se refere aos valores

³³¹ SCHWARTZ, S. **Segredos internos**, op. cit., p. 179-85.

³³² MATTOSO, K. **Bahia, século XIX**, op. cit., p. 490-91.

³³³ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 255-57.

³³⁴ MARCONDES, R. **A arte de acumular na economia cafeeira**, op. cit., p. 209-53; a citação é da p. 246.

³³⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl. 34. Renato Marcondes enfatiza o fato das dívidas serem garantidas com “bens presentes e futuros” dos devedores, o que muitas vezes tornava a cobrança bastante onerosa e demorada. O agravamento da situação econômica e financeira dos agricultores a partir da década de 1850 representou dificuldades ainda maiores neste sentido. MARCONDES, R. **A arte de acumular na economia cafeeira**, op. cit., p. 220-23.

envolvidos, bem como a participação deles tanto como compradores quanto vendedores de bens ligados ao setor produtivo. Na falta de evidências mais específicas, estes podem ser tomados como indícios da importância do setor mercantil para a manutenção das atividades agrícolas e pecuárias da região³³⁶.

Tabela 20 – Participação dos *negociantes de grosso trato* nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Rio Grande, 1808-1850)

Categoria	Outorgante/ Outorgado	Nº Agentes	% A	% B	N.E	%	Valor (£)	%
Crédito	Devedor	5	0,6	4,1	6	4,0	20.830,03	22,0
	Credor	14	2,0	14,4	16	10,7	25.030,89	26,5
Embarcação	Vendedor	12	1,4	7,1	14	8,0	6.459,66	6,7
	Comprador	15	2,1	10,9	22	12,6	12.702,37	13,2
Rural	Vendedor	9	1,1	3,9	11	4,2	7.311,18	4,9
	Comprador	13	1,8	5,9	19	7,3	39.182,26	26,2
Urbano	Vendedor	12	1,4	3,0	28	5,6	10.365,61	8,1
	Comprador	21	2,9	5,7	50	9,9	25.683,64	20,1
Total¹	Outorgante	31	3,7		63	5,7	71.535,60	14,6
	Outorgado	42	5,9		108	9,8	102.490,52	21,0

% A: total de agentes (outorgantes/outorgados)

% B: total de agentes da categoria

N.E: Número de escrituras

Obs.: o total diz respeito a todas as categorias consideradas

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

No caso dos grandes negociantes matriculados na Junta do Comércio (**Tabela 20**), destaca-se que eles compunham a elite econômica da sociedade colonial e mantiveram a sua importância após a Independência³³⁷. Observando a atuação dos negociantes de grosso trato identificados entre os outorgantes e outorgados, fica evidente seu destaque na sociedade rio-grandense. Todavia, tal como observei na tabela anterior, percebe-se uma diferenciação significativa entre os dois grupos, tendo em vista a preponderância dos outorgantes, especialmente sobre o montante envolvido nas escrituras que fizeram parte.

Os outorgantes matriculados eram 3,7% de todos os agentes identificados nas

³³⁶ Ao analisar a cadeia de crédito acionada para o financiamento das tropas entre Viamão e Sorocaba, que mesmo um sistema de dívidas de pequeno valor, era importante considerar a capacidade de endividamento dos devedores. GIL, T. **Coisas do caminho**, op. cit., p. 270-73.

³³⁷ Ver, entre outros MARTINHO, L; GORENSTEIN, R. **Negociantes e caixeiros**, op. cit.; FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit.

escrituras, mas estiveram envolvidos em 5,7% das transações e foram responsáveis por 14,6% dos 488.778,98 de libras esterlinas. Os outorgados que eram negociantes de grosso trato constaram em uma parcela mais significativa das escrituras (9,8%), e também foram um pouco mais representativos no total de agentes considerados (5,9%). Assim, mesmo que nem todos figurassem em um número expressivo de escrituras, cabe salientar o fato das transações deste grupo acumularem 21% do montante total das escrituras analisadas neste capítulo. No total, os outorgados matriculados como negociantes de grosso trato, controlavam 33,1% do valor concentrado pelos agentes ligados ao comércio enquanto os outorgantes na mesma situação concentravam 24,6%.

Embora predominassem aqueles com até duas escrituras, alguns outorgados matriculados como negociantes de grosso trato concentravam um número mais expressivo de escrituras: João Antonio Lopes (22), Capitão-Mor Antonio José Afonso Guimarães e Comendador Domingos Faustino Correia (8), Antonio José de Oliveira Castro (6) e o capitães Inácio de Miranda Ribeiro e Miguel da Cunha Pereira com cinco registros cada. Se considerada a representatividade de acordo com os valores das escrituras, o negociante de grosso trato que mais se destacou foi o Guarda-Mor José da Costa Santos com apenas 2 escrituras que representaram cerca de 5,3% do valor total (25.690,63 libras), seguido de João Antonio Lopes com aproximadamente 3,3% do valor total (16.263,65 libras), Comendador Domingos Faustino Correia que em 8% dos registros acumulava 12.543,72 libras (2,6%), os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro Francisco José da Cunha e João José da Cunha com pouco mais de 1% do montante em uma escritura e o Capitão-mor Antônio José Afonso Guimarães com 8 escrituras que somaram 5.751,57 libras esterlinas (1,2% do valor total). No mínimo, os resultados sugerem que eles se destacavam nos negócios de maior valor, mesmo que não fossem predominantes no número de escrituras registradas.

Constata-se ao observar a **Tabela 20** que os outorgados (credores e compradores) quase sempre foram significativamente mais representativos do que os outorgantes (devedores e vendedores) em todas as variáveis consideradas. A exceção ficou com as escrituras de *crédito* e *embarcações* que apresentaram um maior equilíbrio no que diz respeito à parcela do valor que cada grupo foi responsável. Acrescenta-se que nas *embarcações*, a participação dos negociantes de grosso trato não foi muito significativa, tanto como vendedor quanto como comprador. Estes últimos apresentaram desempenho pouco melhor, com aproximadamente

12,6% das escrituras e 13,2% do valor³³⁸. Destaca-se ainda, que os negociantes de grosso trato tiveram participação importante no valor das escrituras rurais e urbanas, com predomínio em termos absolutos para aquelas. Os compradores de ambos os tipos de bens matriculados como negociantes de grosso trato foram acumulavam parcelas equivalentes a um quinto (urbano) e um quarto (rural) do valor total.

Alexandre Ribeiro encontrou um padrão semelhante a este, ao analisar a economia de Salvador na segunda metade do século XVIII. Segundo ele, os investimentos dos *homens de negócios* estabelecidos na região estavam concentrados principalmente nos bens rurais, seja como estratégia de prestígio social ou como opção de investimento. A partir de meados da década de 1770, no entanto, ampliaram-se os investimentos em bens urbanos, comerciais e em embarcações, demonstrando que neste momento a classe mercantil soteropolitana estava se fortalecendo e se consolidando³³⁹.

No caso do Rio de Janeiro, João Fragoso observou que na passagem do século XVIII para o seguinte, os homens de negócio já constituíam um grupo consolidado. Ao analisar as escrituras públicas referentes aos entre 1800 e 1816, o autor constatou que houve no Rio de Janeiro uma valorização dos bens urbanos frente aos rurais e que os investimentos relacionados às atividades mercantis (lojas e embarcações) eram hegemônicos em termos de valor. Fragoso afirma que parte das aplicações da elite dos negociantes era dirigida a investimentos desvinculados das atividades produtivas e mercantis (terras, prédios urbanos e rendas), característica de um investimento de tipo “rentista”. Desta forma, os grandes negociantes controlavam o ritmo do mercado e constituíam-se nos principais responsáveis pela reiteração da hierarquia e da sociedade em questão³⁴⁰.

Com o que foi demonstrado até o momento, não é possível aferir categoricamente a participação efetiva dos agentes mercantis estabelecidos no Rio Grande de São Pedro, em especial os negociantes de grosso trato, na definição das características da economia e da sociedade rio-grandense. Contudo, cabe registrar que em termos de valor dos bens negociados, eles controlavam parcelas significativas dos montantes presentes nas escrituras

³³⁸ No caso do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XVIII, Jucá de Sampaio enfatizou a participação da elite do corpo mercantil nas transações de embarcações, principalmente nas compras. SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 243-46.

³³⁹ RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 112-20.

³⁴⁰ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 333-69. Jucá de Sampaio afirma que no século XVII a acumulação mercantil estava fortemente vinculada ao setor agrário. Segundo ele, foi na primeira metade do século XVIII que se inicia uma clivagem entre homens de negócios e senhores de engenho, sendo que os primeiros passam a dominar o espaço anteriormente ocupado pela elite agrária nos negócios de crédito e de bens urbanos. SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 185-226.

analisadas, principalmente nos créditos, bens urbanos e rurais. Comparativamente em relação às praças de Salvador e Rio de Janeiro, sublinha-se que em Rio Grande os investimentos dos agentes mercantis, em especial dos negociantes de grosso trato na aquisição de bens rurais ainda era significativa até meados do século XIX.

Visto de conjunto, os dados analisados neste capítulo indicam que a atividade mercantil era fundamental para o Rio Grande de São Pedro e que os agentes nela envolvidos controlavam parte significativa das transações realizadas e dos seus valores. Os agentes mercantis concentravam parcelas consideráveis dos recursos investidos na economia rio-grandense. Aqueles que possuíam recursos para adquirir bens e fornecer crédito chegavam a concentrar dois terços do montante envolvido. Eles também eram os principais compradores de bens rurais e urbanos, com destaque para os sobrados que eram imóveis bem valorizados e intimamente vinculados com a atividade mercantil.

Quanto aos efeitos do período de guerra, observa-se que o período final da ocupação luso-brasileira no território do Uruguai e a primeira metade da Guerra dos Farrapos constituíram-se em pontos-chaves para a economia rio-grandense. Neste intervalo, os investimentos em bens ligados ao setor produtivo (rurais) sofreram grande desvalorização, concomitante à valorização dos bens urbanos e das embarcações, indicando que a província passava por um processo de crescente desenvolvimento urbano e de intensificação do comércio. Como foi visto no primeiro capítulo, a partir dos dados demográficos disponíveis constatou-se que Rio Grande ampliava seu contingente populacional de forma acelerada na primeira metade do século XIX.

O resultado final da distribuição do valor investido em bens rurais, urbanos e embarcações indicam que estes concentravam, respectivamente: 39,6, 33, 8 e 25,5% dos recursos aplicados na aquisição de bens. Embora os bens rurais tenham recuperado parte dos investimentos a partir de 1841-45, este não foi suficiente para recuperar os índices observados até o início do século XIX. De tal modo, a partir da década de 1840, apesar da evidente importância da produção agro-pecuária para a economia rio-grandense, uma das principais praças da província dava sinais consistentes de seu desenvolvimento urbano e intensificação da atividade mercantil.

Por fim, cabe destacar que a análise dos agentes mercantis envolvidos nas transações registradas nas escrituras, apontou indícios segundo os quais é possível concluir que, apesar das ligações existentes entre as praças de Rio Grande e de Porto Alegre, dois grupos

mercantis distintos atuavam a partir destes portos. Contribuíram neste sentido as mudanças ocorridas a partir do final do século XVIII, nomeadamente a transferência da sede administrativa da capitania para Porto Alegre, e a crescente função de escoamento da produção que seu porto consolidava na primeira metade do século XIX. Sendo assim, o objeto da investigação passa a ser a praça mercantil de Porto Alegre.

CAPÍTULO III

A “*LEAL E VALEROSA CIDADE DE PORTO ALEGRE*”: A ECONOMIA DA CAPITAL SUL-RIOGRANDENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

PORTO ALEGRE, 21 de julho [1820]. – (...) A Rua da Praia, única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros, carregando fardos. É provida de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões. Quase a igual distância desta rua há um grande cais que avança para a lagoa, e à qual se tem acesso por uma larga ponte de madeira de aproximadamente cem passos de comprimento, guarnecida de peitoris e sustentada por pilares de pedra. As mercadorias, que aí se descarregam, são recebidas na extremidade dessa ponte, debaixo de um armazém de vinte e três passos de largura por trinta de comprimento, sustentado sobre oito pilastras de pedra em que se apóiam outras de madeira. A vista deste cais seria de belo efeito para a cidade, se não fosse prejudicada pela construção, à entrada da ponte, de um edifício muito pesado e rústico que mede quarenta passos de comprimento, para servir de alfândega³⁴⁰.

Com o estabelecimento da capital em Porto Alegre (1773), teve início uma série de medidas para torná-la em condições de abrigar a administração da capitania. Destaca-se, entre elas, modificações nos traçados e a abertura de novas ruas, a construção de fontes públicas para garantir o suprimento de água da capital e a edificação dos prédios necessários para a administração recém instalada. No início da década de 1780, teve início a construção do Palácio do Governo, ao lado da Igreja Matriz; em 1784 foi autorizada a construção da Cadeia; em 1790 foi concluída a Provedoria da Fazenda, posteriormente sede da Assembléia dos Representantes, adjacente àquele prédio e o serviço de Correios foi organizado em julho de 1798. As ruas mais importantes localizavam-se na frente da Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), onde se concentravam as atividades comerciais ligadas à navegação fluvial, aspecto este salientado na anotação de Saint-Hilaire transcrita acima. Apesar de restrita, a área urbana crescia e se adensava. Fora de seus muros, em terras ocupadas por numerosas chácaras, os colonos estabelecidos dedicavam-se às atividades agrícolas, com destaque para o cultivo do trigo e à produção da farinha. Esta produção agrícola e o contato comercial com as povoações de seu entorno, garantiam a posição de destaque de Porto Alegre para a economia rio-grandense. No alvorecer do século XIX, a capital consolidava-se como centro de

³⁴⁰ SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, op. cit., p. 67-8. Sobre a alfândega de Porto Alegre, ver EZEQUIEL, Márcio. *Alfândega de Porto Alegre: 200 anos de história*. Porto Alegre: Sindireceita, 2007.

transbordo e trocas, ligando-se por meio da navegação fluvial do Jacuí e da Lagoa dos Patos, aos mais importantes centros econômicos e comerciais da província, Rio Pardo e Rio Grande³⁴¹.

No primeiro capítulo destacou-se que, entre 1814 e 1858 (**Tabela 1**), o ritmo de crescimento populacional de Porto Alegre foi mais lento do que o verificado em Rio Grande, embora a capital fosse relativamente mais populosa em termos absolutos. Nos dados tabulados abaixo, é possível observar mais detalhes a este respeito.

Tabela 21 – Crescimento populacional de Porto Alegre, 1803-1861

Ano	População
1803	3.927
1814	6.111
1822	7.500
1834	13.000
1846	14.057
1861	17.765

Fonte: SILVA, Florêncio de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul: 1822-1922. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**, nº 8, Porto Alegre, 1922, p. 28-9.

Observa-se que, em termos absolutos, a ampliação da população foi constante entre os extremos da série e alcançou uma taxa de crescimento de 2,3% ao ano, aliás, a mesma calculada para o intervalo entre os anos de 1814-58. Entre 1803 e 1814, o crescimento foi de 4,1% ao ano. Cabe salientar que, neste período ocorreu a transferência da família Real para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos, o que levou muitos comerciantes estrangeiros a instalar-se na América portuguesa. A maior taxa de crescimento foi observada em 1814-22 (9,9%), ou seja, no período correspondente às incursões e anexação da Banda Oriental e à independência, a população de Porto Alegre cresceu a taxas superiores a calculada para o período indicado na tabela acima. A menor taxa (0,7% ao ano) foi observada no período correspondente à Guerra dos Farrapos (1834-46). Florêncio de Abreu e Silva informa que a população da província caiu entre 1832 e 1846, segundo ele em função da Guerra dos Farrapos³⁴².

³⁴¹ MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Edição Sulina, 1968, p. 59-73.

³⁴² SILVA, F. Retrospecto econômico e financeiro, op. cit., p. 27.

Mapa 2 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1833



Fonte: “Planta da Cidade de Porto Alegre (1833)”. Autor: Lívio Zambeccari. Acervo: Museo Del Resorgimento, Bologna, Itália. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (século XIX e início do século XX)**. Porto Alegre: IHGRGS, 2005 [CD-ROM]. (Adaptado pelo autor).

Mapa 3 – Planta da cidade de Porto Alegre, 1844



Fonte: “Planta da Cidade de Porto Alegre (1844)”. Autor: Conrado Jacob Niemeyer. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (século XIX e início do século XX)**. Porto Alegre: IHGRGS, 2005 [CD-ROM]. (Adaptado pelo autor).

Apesar do crescimento população da cidade de Porto Alegre e das melhorias indicadas no início deste capítulo, nas plantas de Porto Alegre (**Mapa 2** e **3**) reproduzidas acima é possível notar que o espaço urbano propriamente dito era bastante reduzido: havia poucas ruas e uma zona rural bastante próxima aos limites da área urbana da cidade. Destaca-se ainda, que comparando as plantas de 1833 e 1844, observam-se poucas diferenças entre uma e outra. Neste sentido, contribuiu o cerco imposto pelos farroupilhas nos primeiros anos da guerra. Os rebeldes estiveram no controle da capital somente nos meses imediatos à tomada da capital por Bento Gonçalves em setembro de 1835. Em junho do ano seguinte, aproveitando-se de divergências entre os rebeldes e a falta de uma base de apoio consistente, os legalistas conseguiram expulsá-los e retomaram a cidade. A partir de então, até o final de 1840, os rebeldes submeteram a capital a três períodos de sítio. O cerco obrigou que uma série de medidas fosse tomada para a defesa da cidade. Sérgio da Costa Franco afirma que, desde o início de 1836, os legalistas preocuparam-se com a construção de uma estrutura física de defesa na periferia urbana da capital (traçado em destaque no **Mapa 3**), o que acabou por limitar sua expansão urbana durante os quatro anos de cerco rebelde. Após o final do terceiro sítio, a definição de ruas fora do entrincheiramento foi umas das primeiras medidas tomadas para a recuperação da capital³⁴³.

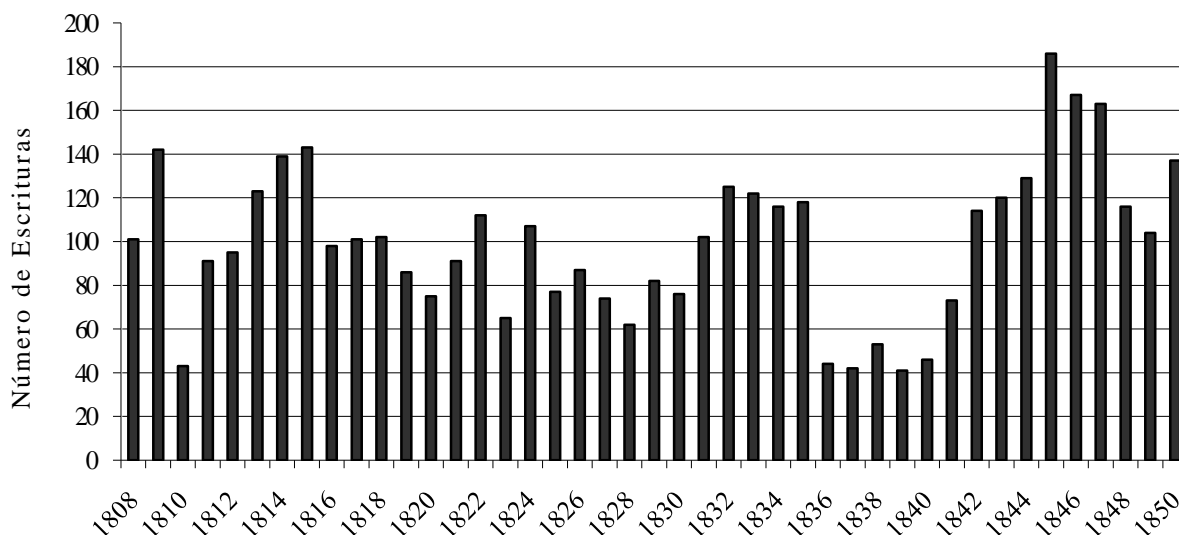
3.1 As Escrituras de Porto Alegre

É para esta Porto Alegre que volto minha atenção neste capítulo. O objetivo é analisar a economia e o padrão de investimento vigente na capital do Rio Grande de São Pedro durante a primeira metade do século XIX. O capítulo deve ser tomado como complementar à investigação apresentada no capítulo anterior, a respeito da vila de Rio Grande, por isso a ênfase na comparação entre as duas localidades e o destaque para as peculiaridades observadas. Apesar das ligações existentes entre os dois portos, constata-se que as transformações iniciadas a partir do final do século XVIII e as características de cada um dos portos contribuíram para que um grupo mercantil distinto em relação ao da Vila de Rio Grande se estabelecesse na capital. A base documental constitui-se de escrituras públicas de venda, crédito e sociedade registradas nos livros do *1º Tabelionato de Porto Alegre* entre 2 de

³⁴³ FRANCO, S. **Porto Alegre sitiada (1836-1840)**, op. cit., p. 31, 121.

janeiro de 1808 e 16 de dezembro de 1850³⁴⁴.

Gráfico 15 – Número total de escrituras (Porto Alegre, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No **Gráfico 15** observa-se que houve certa regularidade na distribuição do conjunto das escrituras ao longo da primeira metade do século XIX, apresentando maior acúmulo nos anos 1809, 1814-1815, 1844-1847 e 1850 (1.206 dos **4.289** registros). Já os anos de 1810, 1823, 1828 e de 1836 a 1841 foram os que apresentaram o menor número, com 6,7% das escrituras. Destaca-se ainda que o número total de registros de escrituras contabilizados nos vinte e nove livros do 1º Tabelionato de Porto Alegre é mais de duas vezes superior aos registros da Vila de Rio Grande, que apresentava um número um pouco menor de livros (20).

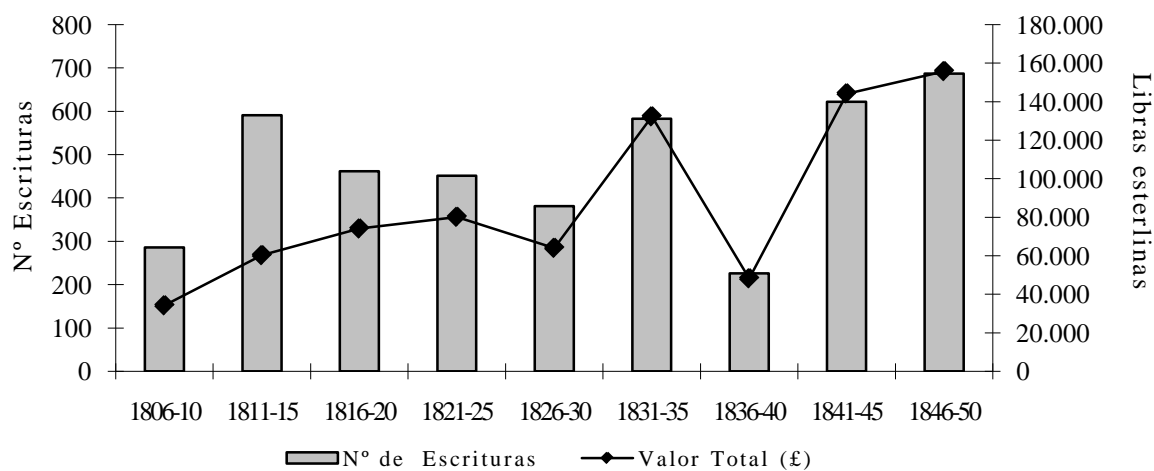
Em 72,5% das escrituras registradas foi informado seu valor (**3.109**) e alcançaram o total de 793.370,14 libras esterlinas (ou 5:379:524\$518 réis). Este valor é 16,9% superior ao montante acumulado nas escrituras de Rio Grande, que somavam pouco menos da metade das escrituras registradas em Porto Alegre. Ou seja, a superioridade numérica no total de registros efetuados não teve contrapartida proporcional no valor monetário. Considerando as taxas de crescimento populacional verificadas para as duas localidades, é possível que o ritmo mais acelerado de crescimento em Rio Grande tenha contribuído para a valorização dos bens de

³⁴⁴ APERS. Porto Alegre. **Transmissões e Notas**, 1º Tabelionato, Livro 32 a 60 (16.11.1807 – 23.01.1851). Ao contrário das escrituras de Rio Grande, aqui trabalho com uma amostra das escrituras registradas na capital. Devido ao grande número de registros, não foi possível incluir os livros do 2º tabelionato referente ao período de estudo, por isso optou-se metodologicamente por catalogar todos os registros do 1º Tabelionato para o período correspondente. APERS. Porto Alegre. **Transmissões e Notas**, 2º Tabelionato, **Livro 38 a 60** (22/05/1807 – 11/07/1851).

raiz, embarcações, escravos presentes nas transações registradas nas escrituras públicas. Desse modo, mesmo que o total de transações registradas tenha sido inferior, o montante acumulado nas escrituras de Rio Grande representava aproximadamente quatro quintos do total representado pelos registros feitos em Porto Alegre.

Comparando com a receita provincial e com as importações da capital, é possível ter uma medida da representatividade dos valores envolvidos. Consta-se que o valor acumulado nas escrituras de Porto Alegre entre 1816 e 1822 (115.652,80 libras) correspondia a 6% do valor das importações de Rio Grande, registrada no mesmo período, de acordo com as estimativas de Gonçalves Chaves³⁴⁵. Antônio Manoel Corrêa da Câmara, por sua vez, indica nas suas estatísticas que as importações de Porto Alegre nos anos de 1841 a 1844 alcançaram o total de 1.632.963,86 libras³⁴⁶. No mesmo período o valor acumulado nas escrituras da capital foi correspondente a 6% deste valor. Em relação à receita provincial, a representatividade é mais significativa: em 1850 o valor total das escrituras (28.824,35 libras) equivalia a 39% da renda provincial registrada por José Eleutério de Camargo para o mesmo ano (73.328,92 libras)³⁴⁷.

Gráfico 16 – Número de escrituras e seus valores totais por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No **Gráfico 16**, é possível observar a distribuição do número total de escrituras e de seus respectivos valor em intervalos de cinco anos. As escrituras concentraram-se nos

³⁴⁵ CHAVES, A. **Memórias econômico-política**, op. cit., p. 141.

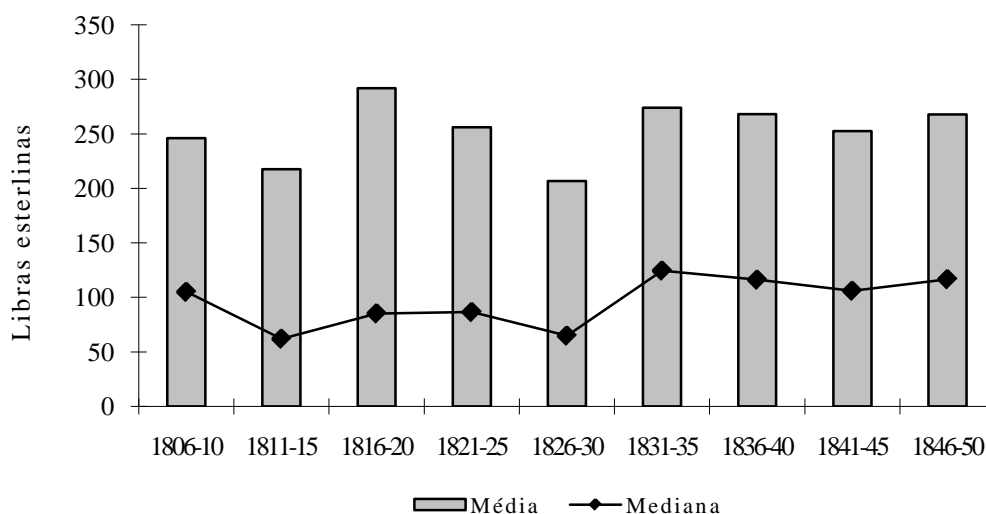
³⁴⁶ CAMARA, A. **Ensaio estatístico da provincia**, op. cit., p. 99.

³⁴⁷ CAMARGO, J. **Quadro estatístico e geographico**, op. cit., p. 157.

qüinqüênios de 1811-15, 1831-35, 1841-45 e 1846-50. Na segunda metade da década de 1830 foi registrado o menor número de escrituras e seu segundo menor valor total. Cabe lembrar que a eclosão da Guerra dos Farrapos representou grandes dificuldades para a capital, pois apesar de ter sido mantida sob o controle imperial, Porto Alegre sofreu com três cercos por tropas farroupilhas no período de junho de 1836 a dezembro de 1840, ou seja, exatamente no lustro em que escrituras e seus valores apresentaram uma queda bastante acentuada.

Assim como já se destacou nas escrituras de Rio Grande, nos primeiros anos da seriação (até 1825) e a partir de 1836-40 houve um crescimento constante no valor total das escrituras. Nas vésperas da eclosão da rebelião contra o governo imperial houve a primeira elevação mais acentuada do montante total (131.988,40 libras), enquanto nos dois últimos foram verificadas as maiores somas: 144.236,43 e 155.806,54 libras esterlinas. No qüinqüênio correspondente à perda da Província Cisplatina, houve queda no número de escrituras registradas e no valor total envolvido.

Gráfico 17 – Valores médios e mediana por qüinqüênios (Porto Alegre, 1808-1850)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

O **Gráfico 17** indica que não houve quedas ou crescimentos acentuados no valor médio e na mediana das escrituras registradas na capital, apesar das oscilações constantes ao longo do período considerado. As médias também oscilaram no período, mas de forma menos acentuada. Seus valores ficaram entre 206,59 e 291,73 libras nos lustros de 1826-30 e 1816-20, respectivamente. As medianas apresentaram valores mais baixos em relação às médias, e mesmo sendo menos influenciada pelos valores extremos, apresentou um padrão de pequenas

oscilações semelhante ao observado nos valores médios. Aqui também o lustro de 1826-30 apresentou queda nas duas variáveis.

Tabela 22 – Número e valor total das escrituras por tipo (Porto Alegre, 1808-1850)

Tipo de escritura	Nº	%	Valor (Réis)	Valor (Libras)
Venda	2.421	56,45	3.295.895.092	501.821,38
Procuração	701	16,34		
Dívida e hipoteca	264	6,16	562.726.025	81.385,15
Quita e paga	122	2,84	340.311.190	43.691,30
Doação	109	2,54	7.858.176	978,59
Troca	46	1,07	8.102.400	1.017,81
Arrendamento	40	0,93	115.877.523	14.730,78
Carta de liberdade	30	0,70	2.295.600	274,99
Fiança	21	0,49	5.969.075	847,31
Perdão	21	0,49		
Quitação	21	0,49	88.442.426	10.193,57
Sociedade	21	0,49	72.169.492	10.249,60
Fiança e tutoria	20	0,47		
Obrigaç�o e hipoteca	18	0,42	61.915.313	7.597,87
Declaraç�o	16	0,37	5.200.000	560,63
Permuta�o	15	0,35	9.935.810	2.026,18
Cess�o e traspasso	14	0,33	17.756.058	3.708,09
Perfilha�o	14	0,33		
Liberdade	13	0,30	697.600	187,39
Ratifica�o de venda	13	0,30	29.885.616	5.269,54
Reconhecimento e perfilha�o	11	0,26		
Liberdade e alforria	10	0,23	537.600	157,37
Tutoria, obriga�o e fiadoria	10	0,23		
Hipoteca	9	0,21	70.372.420	9.000,56
Obriga�o e fian�a	8	0,19	240.000	40,64
Alimentos	7	0,16		
Obriga�o e suprimento mensal	7	0,16		
Troca e permuta�o	7	0,16	2.230.000	284,15
Compra e venda	6	0,14	41.600.000	4.579,61
Permuta�o e troca	6	0,14	5.400.000	562,50
Transa�o e amig�vel composi�o	6	0,14	14.895.694	1.791,74
Conven�o	5	0,12	800.000	86,25
Distrato de sociedade	5	0,12	13.389.000	2.285,79
Distrato de venda	5	0,12	4.456.000	749,52
Dote	5	0,12	22.800.000	2.564,43
Testamento	5	0,12		
Venda e traspasso	5	0,12	4.447.200	507,16
Fian�a e abona�o de pessoa	4	0,09	800.000	247,50
Transfer�ncia	4	0,09	5.800.000	632,40
Outras	224	5,22	566.719.208	85.340,36
Total	4.289	100	5.379.524.518	793.370,14

Obs.: Foram selecionados os tipos mais freqüentes. Para lista completa dos tipos de escrituras, ver **Anexo 2**.
Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1  Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quanto ao tipo das escrituras (**Tabela 22**) percebe-se uma maior variedade em rela o às registradas em Rio Grande. As *procurações* estão em menor número (701) e as escrituras

de *venda* (2.421) representam mais da metade do total de registros. Juntas, elas acumularam 72,8% das escrituras de Porto Alegre. As escrituras de *quita e paga*³⁴⁸ e de *doação* apresentaram-se em número razoável. Em relação às escrituras analisadas no capítulo anterior, cabe destacar que entre as escrituras registradas em Porto Alegre, as vendas acumularam uma parcela mais significativa, enquanto a proporção de procurações foi menor do que a contabilizada em Rio Grande.

Seguindo o procedimento adotado no capítulo anterior, foram selecionadas as escrituras de “venda”, “crédito” e “sociedade” e suas respectivas variantes. De tal modo, a análise baseia-se em um total de **2.882** escrituras (ou 67,2% das escrituras computadas). Esta parcela é superior à selecionada para Rio Grande: 1.107 escrituras equivalentes a 53,8% do total. Destaca-se que o número total de escrituras selecionadas para Porto Alegre é 2,6 vezes superior às selecionadas para Rio Grande. Acrescenta-se que estes números são mais próximos ao conjunto de dados trabalhados por Jucá de Sampaio, João Fragoso, Fábio Pesavento e Alexandre Ribeiro em seus respectivos trabalhos sobre as cidades de Salvador e no Rio de Janeiro nos séculos XVII e XIX, conforme foi apresentado no capítulo deste trabalho³⁴⁹.

A **Venda** contempla 2.466 escrituras (57,5%). Além das descritas apenas como “venda”, inclui as escrituras designadas como “composição e venda”, “compra e venda”, “venda e posse” e “transação amigável composição venda e quitação”, entre outras. Como **Sociedade** estão reunidas 0,6% das escrituras (26): “sociedade”, “ratificação de sociedade”, “declaração e sociedade”, “sociedade comercial” e “sociedade, trato e convenção”. Por fim, o título **Crédito** alcançou um total de 390 escrituras (9,1%) e foi composto basicamente pelas escrituras de “dívida e hipoteca” (264) e variantes em menor número, tais como: “obrigação e hipoteca”, “tutoria, obrigação e fiadoria”, uma “dissolução de sociedade” da qual resultou uma dívida e “obrigação e suprimento mensal”.

Com relação ao numerário acumulado nestas, as de maior valor eram “venda” (501.821,38 libras), “dívida e hipoteca” (81.385,15 libras), “quita e paga” (43.691,30 libras), “arrendamento” (14.730,78 libras), e “sociedade” (10.249,60 libras). Quando tomados os valores em réis, a ordem fica praticamente a mesma, exceto pela inversão de posição entre as

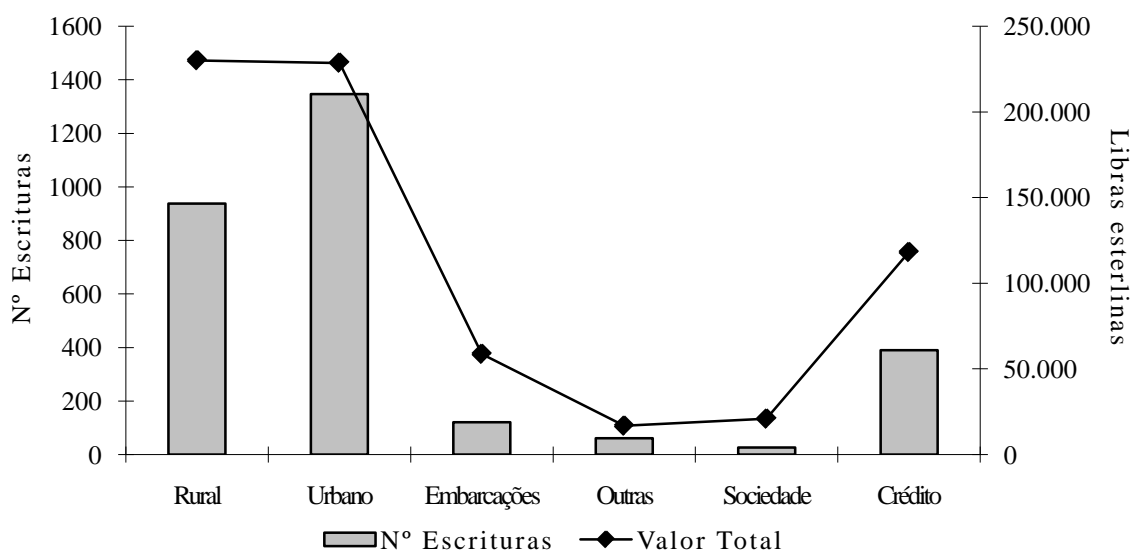
³⁴⁸ Apesar de numerosas, as escrituras de “quita e paga” não foram incluídas nas selecionadas para a análise porque dizem respeito às escrituras de venda e crédito que constam no banco de dados.

³⁴⁹ SAMPAIO, A. **Na encruzilhada do império**, op. cit., p. 43; FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 336; PESAVENTO, F. **Um pouco antes da Corte**, op. cit., p. 151-54; RIBEIRO, A. **A cidade de Salvador**, op. cit., p. 89.

escrituras de “arrendamento” e “sociedade” e o acréscimo dos “arrendamentos”. Entre as escrituras de Rio Grande, os arrendamentos, as vendas e as dívidas e hipotecas também estavam entre as que acumularam maior numerário. No total, as escrituras selecionadas somavam a quantia de **673.327,73** libras esterlinas.

Uma vez definidas as escrituras a serem analisadas e seguindo o procedimento adotado para Rio Grande, as 2.882 escrituras foram distribuídas de acordo com o tipo de transação e conforme os bens nelas registrados: **Bens urbanos, Bens rurais, Embarcações, Crédito, Sociedade e Outras** vendas. O **Gráfico 18** apresenta a distribuição do valor e do número de escrituras de cada uma destas categorias.

Gráfico 18 – Número e valor total (em libras) das escrituras por categoria (Porto Alegre, 1808-1850)

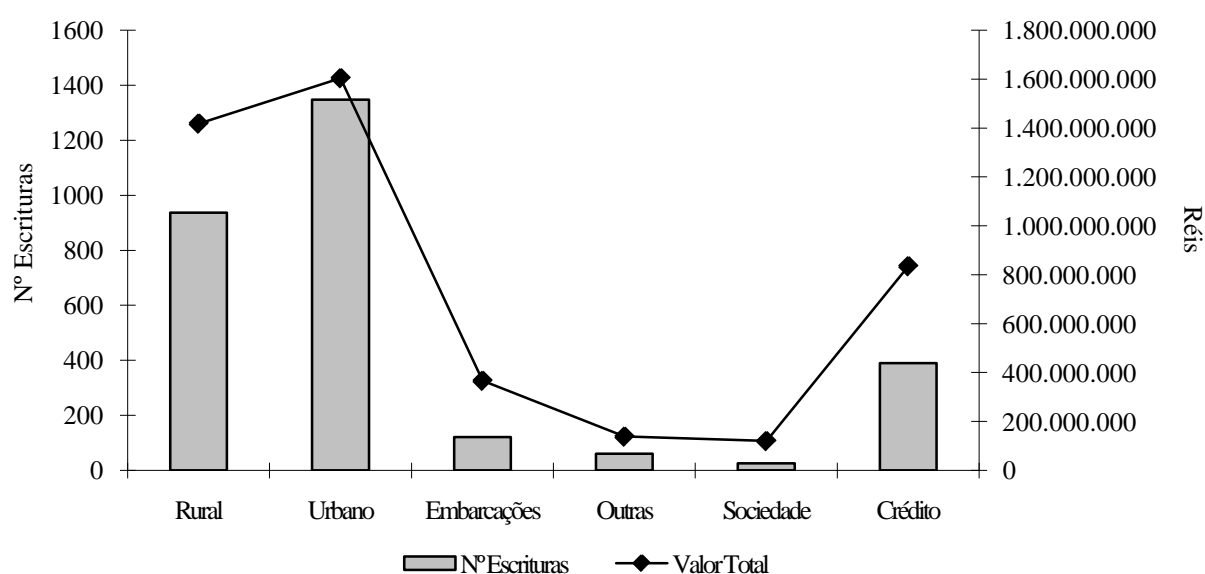


Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Constata-se que as escrituras de *bens urbanos* apresentam o maior número de escrituras (1.347), seguidas dos *bens rurais* (937) e dos *créditos* (390): respectivamente, 46,7, 32,5 e 13,5% do total de registros. As *sociedades*, apesar mais numerosas do que o observado em Rio Grande, respondem por praticamente a mesma parcela do valor total das escrituras (em torno de 3%). No caso das *embarcações*, as transações deste tipo de bem registradas em Porto Alegre foram sensivelmente menos representativas em relação àquela vila. Enquanto em Rio Grande as embarcações somaram 15,8% das escrituras selecionadas e 19,7% do valor total correspondente, na capital as 121 escrituras de embarcações (4,2%) e foram responsáveis

por apenas 8,7% do valor reunido nos registros de Porto Alegre. Considerando o somatório do investimento em embarcações e créditos, indicativos da atividade mercantil, as parcelas são de 17,7% das escrituras e de 26,3% do valor das escrituras de venda, crédito e sociedade somadas. Na vila de Rio Grande, estas parcelas eram de 29,3 e 39%, o que pode ser considerado como um indício do ritmo mais intenso da atividade mercantil daquela vila em relação à capital. Destaca-se que, apesar de mais numerosa em relação ao total de registros, a parcela do valor acumulado na categoria *urbano* (33,9%) é um pouco menor do que a categoria *rural* (34,2%). O mesmo já havia sido verificado em Rio Grande; todavia aqui a diferença não foi tão acentuada como naquele caso.

**Gráfico 19 – Número e valor total (em réis) das escrituras por categoria
(Porto Alegre, 1808-1850)**



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Considerando os valores em réis (**Gráfico 19**), é possível notar que os bens urbanos apresentaram o maior montante. As demais categorias não apresentaram alterações significativas. O mesmo havia sido observado nas escrituras de Rio Grande, mas de forma mais acentuada devido à concentração das escrituras de bens urbanos na década de 1840, quando o câmbio era mais desfavorável. Na capital, no entanto, a concentração de bens urbanos é menos acentuada na década de 1840 e as escrituras de bens rurais estão melhor distribuídas ao longo da série, sem apresentar concentrações excessivas.

Na observação da distribuição das escrituras de acordo com a faixa de valor (**Tabela 23**), percebe-se que maior parte das escrituras com valor informado (88%) valia menos de 500 mil libras esterlinas. O montante acumulado nas duas primeiras faixas de valor representava 44% das 673.327,73 libras esterlinas. Ao contrário das escrituras de Rio Grande, as de Porto Alegre que valiam mil libras ou mais concentraram 34,5% do valor total, enquanto naquelas, 52,5% do valor total estava nesta faixa de valor.

No que diz respeito às categorias consideradas, não havia *sociedades* com valor inferior a 100 libras e dois terços do valor investido nelas concentravam-se na faixa de mil libras ou mais. A maior parte das *embarcações* situava-se nas faixas de 100 até 499 libras e de 500 a 999 libras que reuniam 77,7% do montante investido nestes bens. Embora quase a metade das escrituras de crédito fosse de pequeno valor (menos de 100 libras), esta faixa acumulava 4,7% do valor dos *créditos*, enquanto 39,4% do valor estava reunida na última faixa de valor que tinha apenas 8,2% desta categoria de escritura.

Quanto às transações de bens *urbanos* e *rurais*, destaco que em ambas as categorias a maior parte delas tinham valor menor que 500 libras, principalmente na primeira faixa de valor. A maior parte do valor dos bens urbanos concentrava-se na primeira faixa, enquanto 42,6% do valor das escrituras de propriedades rurais concentrava-se na última faixa de valor. Acrescenta-se que na faixa de 500 a 999 libras os bens urbanos acumularam uma parcela inferior aos dos bens rurais.

Em relação aos valores médios, as escrituras rurais de até 100 libras apresentaram a menor média (39,31 libras) e as sociedades da última faixa de valor tiveram a maior média: 2.348,29 libras. Nas faixas de valor de 100 a 499 libras e de mil libras ou mais, os valores médios das escrituras de bens rurais superaram às médias calculadas para as propriedades urbanas.

Tabela 23 – Escrituras: transações por faixa de valor (£) (Porto Alegre, 1808-1850)

	menos de 100 libras			100 a 499 libras			500 a 999 libras			mil libras ou mais		
	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº	Total	Média	Nº
Rural	20.320,99	39,31	517	71.740,09	231,42	310	39.049,15	697,31	56	98.909,78	1.902,11	52
Urbano	31.482,21	41,05	767	103.569,09	214,43	483	43.878,42	707,72	62	49.651,54	1.551,61	32
Embarcações	393,52	49,19	8	19.773,80	286,58	69	25.873,31	718,70	36	12.708,02	1.588,50	8
Outras	1.383,90	36,42	38	3.519,47	234,63	15	1.507,34	753,67	2	10.449,03	2.089,81	5
Sociedade				2.433,95	347,71	7	4.440,98	740,16	6	14.089,76	2.348,29	6
Crédito	5.518,52	59,98	92	35.886,42	228,58	157	30.184,47	701,96	43	46.563,97	1.724,59	26
Total	59.099,13	41,56	1.422	236.911,60	227,58	1.041	144.933,67	706,99	205	232.372,48	1.787,48	130

Obs.: foram consideradas somente as escrituras com valor declarado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Tabela 24 – Distribuição (%) das escrituras de venda, sociedade e crédito por quinquênios (Porto Alegre, 1808-1850)

Período	Rural		Urbano		Embarcações		Outras		Total (Venda)		Sociedade*		Crédito*	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
1806-10	52,5	44,7	33,0	50,0	14,3	4,4	0,2	0,9	100	100	2,0	1,8	5,5	12,3
1811-15	55,3	48,6	33,2	49,1	11,5	2,3	0,0	0,0	100	100	3,6	2,3	21,0	17,3
1816-20	63,9	55,0	26,5	40,3	9,6	4,7	0,0	0,0	100	100	10,9	0,9	12,5	11,4
1821-25	53,6	41,5	33,5	52,6	12,9	5,2	0,1	0,7	100	100	6,6	1,1	12,9	9,3
1826-30	33,5	30,5	45,1	58,9	15,1	7,0	6,3	3,5	100	100	0	0,4	14,7	6,7
1831-35	38,2	35,9	45,8	52,7	11,6	7,2	4,7	4,1	100	100	3,8	1,3	19,4	19,1
1836-40	17,8	22,2	41,1	58,7	39,5	15,1	1,6	4,0	100	100	2,0	0,8	74,4	37,3
1841-45	37,0	34,5	58,3	60,3	2,6	1,2	2,0	3,8	100	100	3,5	0,9	21,2	20,1
1846-50	38,8	35,0	46,3	58,9	7,2	3,5	7,7	2,6	100	100	2,2	0,7	33,9	14,8
Total	43,1	38,0	42,8	54,6	11,0	4,9	3,2	2,5	100	100	3,9	1,1	22,1	15,8

* Em relação ao total das vendas

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

A **Tabela 24** apresenta os dados referentes ao número de escrituras e seus valores distribuídos por quinquênios de acordo com a sua categoria, a fim de observar sua evolução ao longo do período investigado. Considerando as escrituras de venda, observa-se que embora os *bens urbanos* acumulassem a maior parcela do número de escrituras (54,6%), a parcela do valor acumulado por eles era praticamente o mesmo das transações de *bens rurais* que representava 38% dos registros. No caso das *embarcações*, elas correspondiam a apenas 4,9% das escrituras e representavam uma parcela equivalente a 11% dos 534.209,66 libras esterlinas reunidos nas escrituras de venda.

Comparando com Rio Grande (**Tabela 24.1**), chama a atenção que as negociações de imóveis *rurais* registradas em Porto Alegre responderam por uma porção significativamente mais elevada das escrituras, mas a parcela do valor correspondente foi de apenas 2,4 pontos percentuais superior. Entre os *bens urbanos* constata-se o oposto, pois mesmo que o percentual sobre os registros fosse semelhante, o montante total acumulado correspondia à uma parcela significativamente mais elevada. Quanto às *embarcações*, além da menor porção deste tipo de escritura, a parcela do montante total investido nas transações de barcos em Porto Alegre era menor que a investida em Rio Grande. Tal como pode ser visto na **Tabela 27**, a ausência de embarcações de alto valor (barcas a vapor) e o grande número de embarcações de pequeno porte (iates e canoas), contribuíram para que o investimento em embarcações fosse menos significativo em Porto Alegre. Considerando que Rio Grande era o porto marítimo da província, este mantinha sua centralidade no comércio de importação e exportação da província, enquanto o porto da capital voltava-se mais para a navegação lacustre e fluvial, onde estas pequenas embarcações eram mais adequadas.

Tabela 24.1 – Distribuição (%) das escrituras de bens rurais, urbanos e embarcações (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850)

Período	Rural	Urbano	Embarcações
	Rio Grande		
Nº Escrituras	27,6	52,9	18,4
Valor	39,6	33,8	25,5
	Porto Alegre		
Nº Escrituras	38,0	54,6	4,9
Valor	43,1	42,8	11,0

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Voltando à **Tabela 24**, é possível perceber que até o lustro de 1821-25, as escrituras de

bens rurais respondiam por mais da metade do valor total e por parcelas consideráveis dos negócios realizados. No lustro de 1816-20 estas escrituras acumularam o seu maior percentual tanto no montante investido (63,9%) quanto no número de transações (55%). Na passagem deste quinquênio para o seguinte, houve um decréscimo nesta participação. Em 1826-30 (quando ocorreu a perda da Província Cisplatina) e nos lustros seguintes, os bens urbanos passaram a responder sempre pelo maior percentual do montante investido na compra de bens e no total de escrituras registradas. Ao longo da série considerada, estes bens acumularam sempre mais de 26,5% do valor total. Em Rio Grande, foi neste mesmo lustro que os investimentos em bens rurais deixaram de representar a maior parcelas dos investimentos, mas foi em 1831-35 que os bens urbanos ultrapassaram os rurais. Em 1826-30, foram as embarcações que receberam a maior parte dos investimentos. Deste modo, fica sugerido que apesar das limitações, Porto Alegre apresentava um nível de urbanização maior que Rio Grande nas primeiras décadas do século XIX, embora o ritmo de crescimento desta fosse mais acelerado do que o da capital durante este período.

Assim como o verificado em Rio Grande, os anos correspondentes à primeira metade da Guerra dos Farrapos foi o período no qual os bens rurais apresentaram a sua menor participação: 17,8% do valor distribuído em 22,2% das escrituras de venda. Este também foi o momento no qual as negociações envolvendo embarcações alcançaram as parcelas mais elevadas, acumulando 39,5% do valor e 15,1% das transações de venda. Como foi mencionado, entre 1836 e 1840, a capital esteve cercada pelas forças rebeldes, o que representou grandes dificuldades para sua economia e comércio. Apesar disso, os índices para Rio Grande foram mais baixos que o verificado em Porto Alegre. Nos dois portos, e de forma mais acentuada na capital, nota-se que a retomada dos investimentos em bens rurais a partir de 1841-45 ocorreu, ao menos em parte, em detrimento do investimento em embarcações. Se em Rio Grande o percentual do valor total investido nestes bens caiu de 41 para 23,6% na passagem do quinquênio 1836-40 para o seguinte, em Porto Alegre, a redução foi de 39,5% para pouco menos de 3%.

Nos demais lustros, considerados este tipo de bem, teve participação reduzida, ao contrário do observado em Rio Grande, que apresentava percentuais mais representativos, apesar de inferiores aos do quinquênio de 1836-40. A partir de 1841-45, os bens rurais voltaram a responder por parcelas mais elevadas do valor investido e no total de escrituras, mas sem recuperar o mesmo patamar observado nos primeiros lustros da série e sem

ultrapassar os índices observados nos bens urbanos nos dois últimos lustros. O mesmo movimento foi observado nas escrituras de Rio Grande. As propriedades urbanas, por sua vez, apresentaram neste quinquênio seus melhores percentuais: aproximadamente 58,3% do valor e 60,3% das escrituras. Este desempenho pode ser explicado em parte pela sensível redução da representatividade das transações envolvendo embarcações verificadas no mesmo período.

As *sociedades* registradas em Porto Alegre embora mais numerosa em termos absolutos em relação a Rio Grande, mantinham quase a mesma representatividade no valor e o número de escrituras em relação aos resultados observados nas escrituras de venda. Em 1816-20, elas reuniram aproximadamente 10,9% do valor investido nas vendas, seu melhor resultado. O maior número de sociedades foi registrado em 1811-15 e 1831-35, quando foram registradas cinco sociedades, em cada um deles. Os *créditos* apresentaram o praticamente o mesmo percentual das escrituras (em torno de 16%), mas que reuniam 22,1% do valor das vendas, enquanto em Rio Grande a cifra era de exatos 25%.

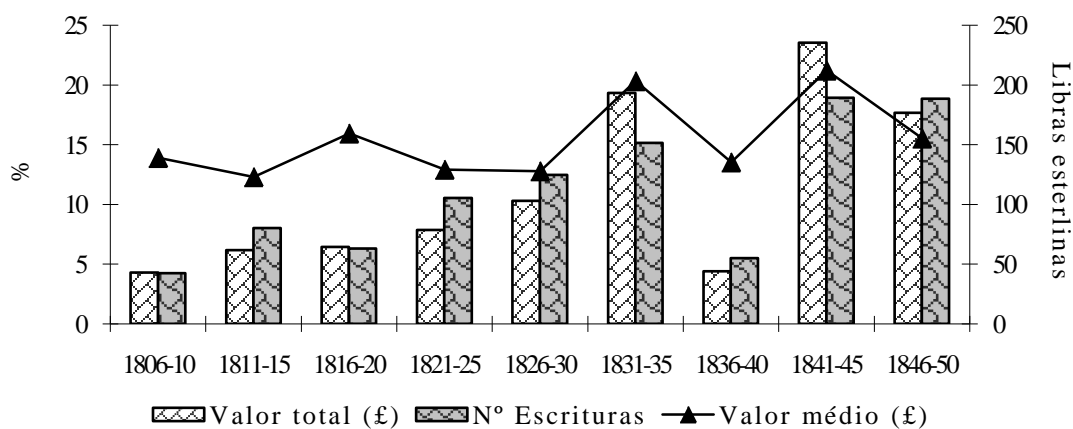
Portanto, nota-se que em Porto Alegre as duas conjunturas de guerra vividas pela província na primeira metade do século XIX, representaram momentos críticos para os investimentos econômicos da região, tal como foi constatado para Rio Grande. Parcela dos recursos antes investidos prioritariamente em bens rurais passou a ser direcionada para a aquisição de bens urbanos e embarcações. O ponto crítico foi verificado nos anos em que esteve sitiada pelos farroupilhas (1836-40), quando as embarcações apresentaram seus melhores resultados. Contudo, ao contrário daquela vila, na capital a aquisição de barcos não conheceu grande incremento nos anos seguintes, inclusive, perdeu representatividade no montante investido e no número de transações a partir do momento que os bens rurais retomaram parcialmente sua representatividade. Aqui, possivelmente esteja-se à frente de um indício que, embora Porto Alegre fosse a capital, Rio Grande permanecia como o centro comercial do Rio Grande de São Pedro.

Por fim, nota-se que em Porto Alegre, a distribuição dos investimentos em bens urbanos e rurais foi mais equilibrada que em Rio Grande em todo o período abordado. A diferença entre um e outro jamais foi tão acentuada como naquela vila. Ou seja, embora restrita, a área urbana de Porto Alegre conheceu desenvolvimento urbano anterior e a condição de capital certamente contribuiu para tanto.

3.1.1 Os bens urbanos

No **Gráfico 20** está representada a evolução do valor total, médio e do número de transações envolvendo bens urbanos realizadas entre 1808 e 1850. O penúltimo lustro da série foi aquele que concentrou a maior parcela do valor total e das escrituras, enquanto o valor concentrou-se no lustro de 1831-35. Com algumas variações, houve uma tendência de crescimento no montante investido na aquisição de propriedades urbanas. Este processo foi drasticamente interrompido no período correspondente ao início da Guerra dos Farrapos e ao cerco contra a capital. No último lustro, a recuperação iniciada em 1841-45 foi novamente interrompida por uma queda menos acentuada no número de registros e do valor correspondente. Os valores médios apresentaram oscilações significativas em quase todo o período, apresentando seu mínimo em 1811-15 (123,08 libras) e o máximo em 1841-45 (212,36 libras esterlinas).

Gráfico 20 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens urbanos (Porto Alegre, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

A **Tabela 25** apresenta os principais bens que compõe a categoria dos *bens urbanos*. Assim como no capítulo anterior, aqui também foram considerados somente aqueles com valor individual conhecido. Nota-se um número maior de *armazéns*³⁵⁰ em comparação ao registrado em Rio Grande. Chama a atenção que as duas “lojas de ferragens” negociadas em Porto Alegre tinham valor superior ao único armazém vendido naquela vila (1.346,88 libras).

³⁵⁰ Os bens transacionados em 1841-45 e 1846-50 eram lojas.

Tabela 25 – Valor total e médio dos bens urbanos de acordo com o tipo de bem (Porto Alegre, 1808-1850)

	1806-10	1811-15	1816-20	1821-25	1826-30	1831-35	1836-40	1841-45	1846-50
ARMAZÉM									
Valor total					944,82	452,08		5.747,02	2.320,43
Valor médio					472,41	226,04			
Nº bens					2	2		1	1
CASA									
Valor total	5.362,37	7.955,00	15.736,87	8.617,12	8.325,29	19.934,55	6.762,08	20.878,12	19.351,61
Valor médio	178,75	141,83	158,47	136,78	128,71	225,81	157,26	163,02	195,27
Nº bens	30	57	40	63	68	90	43	129	103
SOBRADO									
Valor total	840,00	3.385,53	5.869,58	4.637,40	4.887,80	10.628,78	1.485,42	10.528,47	4.437,71
Valor médio		846,38	978,26	579,67	543,09	531,44	742,71	554,13	570,89
Nº bens	1	4	6	8	9	20	2	19	8
TERRENO									
Valor total	1.296,72	843,74	903,71	3.136,79	2.807,88	5.164,16	555,47	10.295,20	8.936,38
Valor médio	54,03	22,20	28,24	63,57	46,80	76,76	27,77	121,80	73,75
Nº bens	24	38	32	62	60	68	20	85	123

Obs.: foram considerados os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Os quatro armazéns da capital foram negociados por valores que alcançaram no máximo 944,82 libras. Tal como já havia sido verificado no segundo capítulo, aqui também as *casas*³⁵¹ reuniram o maior número de bens (623) e o maior montante do valor aplicado nos bens urbanos: 112.923,01 libras ou 49,4% montante investido nos bens ligados ao setor urbano. Elas apresentavam valores médios baixos, que variaram entre 128,71 (1826-30) e 195,272 libras (1846-50).

Os *sobrados* reuniram o segundo maior montante (46.700,67 libras), distribuídos em setenta e sete propriedades. Eles também foram os bens que apresentaram os valores médios mais elevados em todo o período considerado. A menor média foi a verificada no lustro 1831-35 (531,44 libras) e a maior em 1816-20, quando atingiu 978,26 libras. Acrescenta-se que a maior média verificada entre os demais bens da tabela – a dos armazéns em 1826-30 (472,41 libras) – foi inferior a menor média dos sobrados: 531,44 libras, em 1831-35. Em Rio Grande, houve coincidência no lustro de menor média (1831-35) e seu ápice foi alcançado no último lustro da série (1.400,55 libras). É possível perceber que as médias desta vila foram mais elevadas em relação às calculadas para a capital da província. Destaca-se ainda que, as médias verificadas entre as transações de sobrados registradas em Porto Alegre, foram superiores às médias dos principais bens rurais (**Tabela 26**), como a exceção das estâncias e fazendas nos quinquênios de 1821-25 e 1831-35.

Observa-se que a valorização deste tipo de imóvel estava em parte ligada a sua utilização comercial, como armazém ou loja. Alguns registros indicam mais claramente este tipo de uso: em dezembro de 1816, o sargento-mor José Luís Teixeira adquiriu em Porto Alegre “uma morada de Casas de Sobrado com três portas na frente e em cima e outras tantas embaixo que **formam uma loja com um corredor**” por 770 libras³⁵². Frederico Bier, estrangeiro estabelecido na capital, comprou do Dr. Baltazar Ferreira Guedes e sua esposa, “uma morada de casas de Sobrado de dois andares com quatro portas na frente e quatro janelas em cada um dos andares, e **um armazém imediato com duas portas**”, localizada na “Rua Nova da Praia” por 1.795,83 libras no ano de 1846³⁵³. Aproximadamente um terço dos

³⁵¹ Inclusive quinze “meias-águas”: 1821-25 (7); 1826-30 (1); 1831-35 (1); 1836-40 (1); 1841-45 (3) e 1846-50 (4).

³⁵² APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 41, fl. 85. Meu grifo.

³⁵³ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 55, fl. 54. Meu grifo. Frederico Bier hipotecou o mesmo sobrado em agosto de 1850 como garantia de pagamento de uma dívida de 479,17 libras de que era devedor a José Antonio da Silva Veiga, também estabelecido na capital. Este valor correspondia a aproximadamente 27% do valor pago pela mesma propriedade. Ainda que se deva considerar que às especificidades das duas transações, cabe chamar a atenção para a desvalorização do imóvel no decorrer de quatro anos. Além dos mencionados,

sobrados registrados nas escrituras de venda aqui analisadas apresentava tal característica: seus compradores os haviam recebido por herança. A venda destes imóveis, especialmente os claramente utilizados como armazéns e lojas, pode ser interpretado como indicativo de que nem sempre os herdeiros sucediam seus pais nas atividades mercantis³⁵⁴. Este parece ser o caso do Dr. Baltazar Ferreira Guedes, pois não encontrei indícios que este tivesse atuado, ainda que eventualmente, em algum ramo do comércio.

Por outro lado, tal como o observado nas escrituras de Rio Grande, havia sobrados sem utilização comercial declarada, mas que pertenceram a comerciantes. Em 1848, o 1º Tenente da Armada Antonio Caetano Ferráz, e sua esposa, residentes em Rio Grande, venderam “um sobradinho de duas portas e uma janela e mais um quarto de porta e janelas contíguas ao mesmo sobradinho e seus terrenos competentes na frente das ditas casas”, localizados na Rua Senhor do Passos (em Porto Alegre), por 291,67 libras a José Gonçalves Neves, residente na mesma cidade. Ainda que vendedores e compradores não tivessem ligações com o comércio, destaca-se que os outorgantes informaram que “houveram (sic) da legítima paterna de seu pai e sogro Gaspar Fróes da Silva”³⁵⁵, este negociante de grosso trato da praça de Porto Alegre, matriculado na Junta do Comércio do Rio de Janeiro em setembro de 1825³⁵⁶.

Tabela 25.1 – Participação de agentes mercantis na compra e venda de sobrados (Porto Alegre, 1808-50)

	Total	"Ligados ao comércio"	Negociantes de grosso trato
		Vendedores	
Agentes	112	30	6
Nº Bens	101	41	8
Valor total (£)	51.036,20	25.820,97	5.874,74
		Compradores	
Agentes	85	34	6
Nº Bens	101	47	9
Valor total (£)	51.036,20	26.820,72	6.751,05

Obs.: na totalização não foi incluído o valor de dois sobrados vendidos em conjunto com outras propriedades urbanas, pois não possuíam avaliação individual

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

outros dois sobrados negociados apresentavam indícios diretos de uso comercial. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 39. fl. 72; L. 40, fl. 79.

³⁵⁴ Ao avaliar as origens sócio-profissionais da comunidade mercantil de Lisboa de finais do século XVIII e início do seguinte, Jorge Pedreira observa “que a reprodução do corpo mercantil só em pequena parte se fazia por meio da sucessão directa e pelo recrutamento interno”. PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 198-206; a citação é da p. 202.

³⁵⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 58. fl. 37v.

³⁵⁶ ANRJ, **Cód.** 170, v.1, fl. 231.

Os dados referentes aos sobrados negociados nas escrituras de venda registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre organizados na **Tabela 25.1** indicam a mesma tendência observada em Rio Grande. Mesmo que somente a respeito de quatro dos cento e um sobrados houvesse informações claras de sua utilização comercial, os dados abaixo também apontam para a participação marcante de agentes ligados ao comércio nas negociações envolvendo este tipo de imóvel.

Entre os 112 *vendedores*, 26,8% deles possuíam ligações com o comércio, mas estiveram envolvidos em 40,6% das vendas efetuadas que correspondiam a 50,6% do valor total calculado para estes sobrados. Entre eles, seis eram matriculados como negociantes de grosso trato e venderam oito propriedades no valor correspondente a 11,5% do montante total. Com relação aos *compradores*, a representatividade dos agentes mercantis era maior em termos absolutos e proporcionais. Dois quintos dos vendedores envolveram-se regularmente ou esporadicamente com o comércio. Eles compraram 46,5% das propriedades, no valor equivalente a 52,6% do valor investido nos sobrados. Os compradores matriculados na Junta do Comércio representavam 17,6% do conjunto dos agentes mercantis que compraram sobrados. Eles adquiriram apenas nove destes imóveis, mas concentraram 13,2% do montante total. Tal como o observado em Rio Grande, conclui-se que na capital da província, mesmo que poucas escrituras indicassem claramente a utilização dos sobrados para a instalação de armazéns e lojas, a representatividade da participação de comerciantes nas compra e venda de sobrados é um forte indício da vinculação dos comerciantes com este tipo de imóvel. Do mesmo modo, secundariamente, a aquisição de um sobrado em áreas valorizadas da cidade também representava um fator de distinção social na sociedade em questão, além da capacidade econômica dos comerciantes.

Os *terrenos*, embora tenham reunido o segundo maior número de bens registrados (512), seus valores médios foram os mais baixos em relação aos quatro tipos de bens apresentados na tabela em questão. Novamente, o padrão observado em Rio Grande se repete. Acrescente-se que as médias dos terrenos negociados em Porto Alegre foram significativamente inferiores. Enquanto em Rio Grande apresentaram valores médios entre 55,11 e 254,75 libras, na capital os valores ficaram entre 22,20 e 121,80 libras esterlinas.

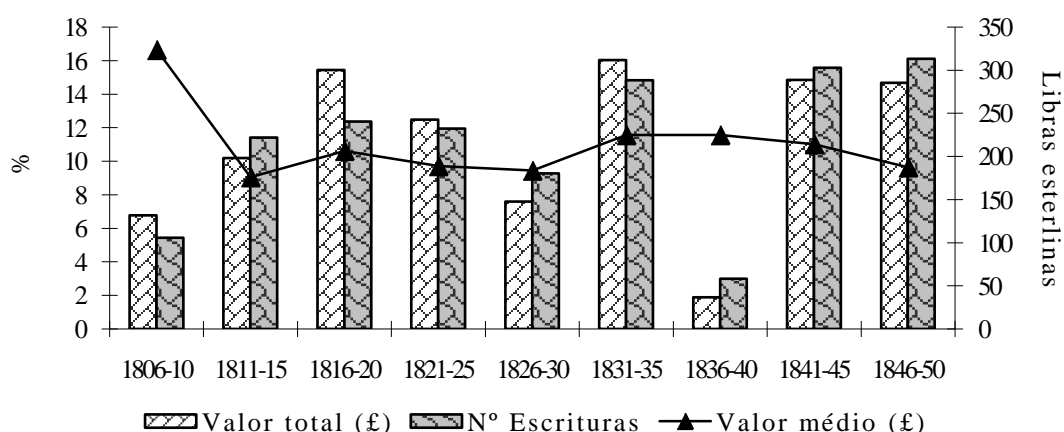
No conjunto da tabela acima, cabe registrar que no quinquênio referente ao início do conflito entre farroupilhas e imperiais, ocorreu uma queda significativa nas três variáveis consideradas para casas, sobrados e terrenos. Este aspecto também fica evidente no **Gráfico**

14 e reforça a conclusão segundo a qual a guerra ocorrida entre 1835 e 1845 teve evidente impacto na economia da província rio-grandense.

3.1.2 Os bens rurais

Entre os *bens rurais* (**Gráfico 21**), nota-se que no início das incursões na Banda Oriental pelo Império do Brasil (1811-15) apresenta um aumento no total de escrituras registradas e no montante total investido em transações envolvendo bens rurais. Em seguida, apresentou uma tendência de queda nas três variáveis consideradas até o lustro no qual ocorreu a perda da Província Cisplatina (1826-30).

Gráfico 21 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos bens rurais (Porto Alegre, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Após o encerramento das Guerras Cisplatinas (1828), houve um acentuado crescimento do número de escrituras, do valor representado por estas – especialmente em 1831-35 – e dos respectivos valores médios, mas seguidas pelo decréscimo bastante acentuado no quinquênio correspondente aos primeiros anos da Guerra dos Farrapos, no que diz respeito ao número de transações registradas e do valor total destas. Em Rio Grande, a queda foi constante e acentuada entre 1816-20 e 1836-40. Quanto aos valores médios, ao longo de todo o período é possível notar que não houve variações muito acentuadas em Porto Alegre, enquanto em Rio Grande o valor médio dos bens apresentou picos de alta (1816-20; 1846-50) e baixa (1821-25; 1836-40) expressivos. Na segunda parte da guerra (1841-45)

observa-se que nas duas localidades houve uma retomada no número de escrituras registradas e no seu valor total. Salienta-se que na capital, ao contrário da vila de Rio Grande, este incremento foi considerável e o montante concentrado ficou no mesmo patamar que havia sido verificado nos períodos de maior concentração: 1816-25 e 1831-35.

Considerando os principais tipos de bens que fazem parte da categoria rural (**Tabela 26**), tal como em Rio Grande, as *terras*³⁵⁷ foram os bens que apresentaram os menores valores médios, apesar de um significativo número de propriedades negociadas (307) e acumular uma parcela equivalente a no mínimo 12% das 230.020,01 libras investidos em bens rurais. Os valores médios também eram baixos: entre 42,77 e 137,40 libras. Em Rio Grande, as médias também eram baixas, mas chegaram a atingir as 317,53 libras no último lustro da periodização.

Em Porto Alegre foram vendidas sete *charqueadas* com valor conhecido, durante o período considerado, enquanto nas escrituras de Rio Grande foram contabilizadas cinco destas propriedades. As da capital tiveram um preço menor, pois enquanto estas somaram um total de 3.085,01 libras (1,3% do montante investido em bens rurais), as cinco escrituras registradas naquela vila somavam 3,9% dos 149.403,17 libras investidas nesta categoria de escrituras.

As *chácaras* foram os imóveis que receberam a maior parcela do valor total investido nos bens rurais da capital (26,8% dos 230.020,01 libras), distribuídos nos duzentos e quarenta e oito imóveis aqui catalogados como chácaras (duzentas chácaras e quarenta e oito sítios). Suas médias não eram muito elevadas – entre 172,91 e 313,68 libras –, mas superiores às calculadas para as terras. Foi no último lustro da série que estes bens receberam a maior parte do montante investido. Em Rio Grande, o maior montante estava concentrado no quinquênio correspondente a segunda parte da Guerra dos Farrapos. Do mesmo modo que foi constatado para Rio Grande, aqui também a menor média foi calculada para o lustro correspondente ao início da guerra (1836-40).

As trinta e uma *estâncias* – estâncias (11) e fazendas (20) – concentravam 13,3% do total investido na aquisição de bens rurais. Em Rio Grande, com um número menor de propriedades (7), a parcela correspondia a 14,8%. Os valores médios destes bens na capital eram elevados e giravam em torno de 662,27 e 1.576,39 libras. A menor média era superior a qualquer uma das medidas calculadas para os demais bens relacionados na referida tabela.

³⁵⁷ Inclusive cinco “matos”: 1806-10 (1); 1811-15 (2); 1821-25 (1); 1826-30 (1); 1841-45 (2); 1846-50 (2).

Tabela 26 – Valor total e médio dos bens rurais de acordo com o tipo de bem (Porto Alegre, 1808-1850)

	1806-10	1811-15	1816-20	1821-25	1826-30	1831-35	1836-40	1841-45	1846-50
ESTÂNCIA/FAZENDA									
Valor total	3.016,68	4.656,25	2.274,17	4.345,83	1.230,75	4.729,17		6.070,23	4.204,63
Valor médio		931,25	849,72	1.448,61		1.576,39		758,78	662,27
Nº bens	1	5	3	3	1	3		8	7
CAMPO									
Valor total	3.016,68	6.470,29	14.448,12	9.253,73	2.809,07	9.090,60	641,85	10.558,26	4.921,19
Valor médio	288,01	161,76	195,87	165,25	165,24	267,37	213,95	286,78	169,70
Nº bens	20	40	79	56	17	34	3	37	29
CHÁCARA/SÍTIO									
Valor total	3.941,52	6.558,09	4.047,20	4.369,41	6.487,08	11.333,35	2.593,66	9.831,14	12.424,29
Valor médio	313,68	298,09	252,95	213,69	270,80	301,52	172,91	200,64	288.936,93
Nº bens	14	22 ³	16	21	24	44	15	49	43
CHARQUEADA									
Valor total	600,00		1.072,50	471,46		941,05			
Valor médio	300,00			235,73		470,53			
Nº bens	2		1	2		2			
TERRAS									
Valor total	1.181,49	2.614,44	641,50	2.948,13	5.375,75	4.482,99	1.000,78	3.687,75	5.456,99
Valor médio	90,88	68,80	42,77	123,85	137,40	89.659,88	100,08	90,20	86,22
Nº bens	13 ⁷	38	15	32	40	50	10	43	66

Obs.: foram considerados os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Em relação aos bens urbanos de Porto Alegre, apenas os sobrados apresentaram médias superiores nos lustros de 1811-15, 1816-20 e 1836-40. O último e mais numeroso imóvel rural destacado são os *campos*, com trezentos e quinze propriedades (inclusive, dois rincões). O montante total acumulado foi 26,6% do total investido nos bens rurais, praticamente o mesmo investido nas chácaras. Mesmo que em alguns casos as avaliações destes bens incluíssem benfeitorias, plantações e animais, verifica-se que as médias eram baixas, conforme foi visto entre as terras. A maior média registrada foi de 288,01 libras, enquanto a menor foi de 161,76 libras. No período correspondente às investidas luso-brasileiras na Banda Oriental (entre 1816 e 1820), foi acumulado o maior montante (6,3% total investido em bens rurais). No lustro equivalente a segunda metade da Guerra dos Farrapos, a parcela do valor total investido também foi significativa (4,3%).

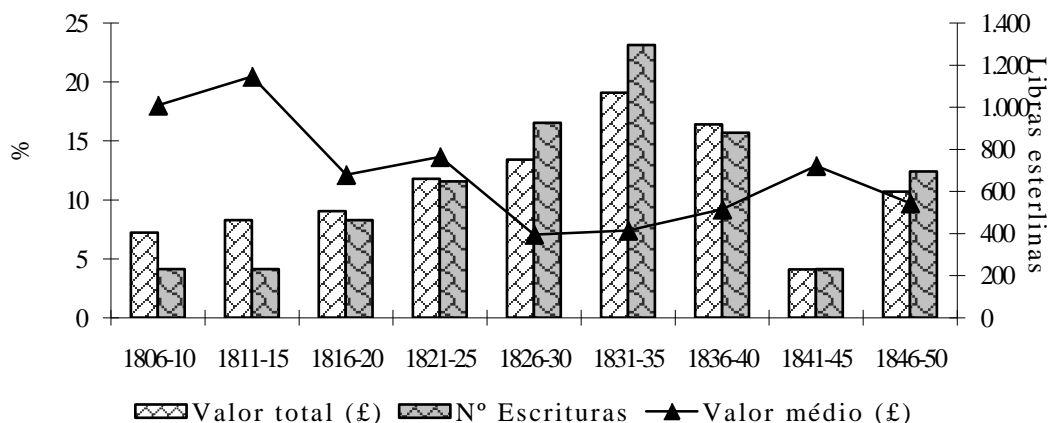
Em comparação com Rio Grande, sublinha-se que na capital as transações envolvendo todos os tipos de imóveis apresentados na tabela foram mais numerosas e com maior valor acumulado. Em ambas as praças o lustro correspondente ao início da Guerra dos Farrapos representou um momento de queda no número de transações e no valor investido em todos os bens rurais, tal como a tendência geral observada no conjunto dos investimentos rurais. Se em relação ao número de transações realizadas, Rio Grande e Porto Alegre apresentaram o mesmo padrão (campo, terras, chácaras, estâncias e charqueadas), no montante total envolvido, na capital destacavam-se as chácaras e os campos, enquanto naquela vila predominavam os campos e as estâncias. Cabe sublinhar o grande número de propriedades rurais presentes nas escrituras de Porto Alegre, em especial, o grande número de chácaras na capital, propriedades rurais de porte mais modesto em relação às estâncias e fazendas. Embora mais densamente urbanizada, também apresentava um entorno rural muito próximo aos limites da área urbana, conforme já foi destacado no **Mapa 2 e 3**, onde este tipo de imóvel era comum.

3.1.3 As embarcações

Como já foi visto acima, poucas escrituras de venda registradas em Porto Alegre envolviam embarcações. Se em Rio Grande elas respondiam por 18,4% das escrituras e 25,5% do montante acumulado nas escrituras de venda, na capital apenas 4,9% dos registros

de venda diziam respeito à elas, o que correspondia a 11% do valor destas³⁵⁸.

Gráfico 22 – Evolução quinquenal do valor total e médio das embarcações (Porto Alegre, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No **Gráfico 22** fica claro o crescimento constante deste tipo de negócio entre o primeiro lustro da série e 1831-35, quando atingiu os seus valores mais expressivos: 19,1% do valor das embarcações e 23,1% das escrituras. A partir deste quinquênio houve um decréscimo até 1841-45, quando atingiu as menores cifras: 4,1% das escrituras e do valor investido neste tipo de bem. Destaca-se que este padrão diverge da tendência de recuperação observada nos demais tipos de bens, a partir do período correspondente a segunda metade da Guerra dos Farrapos. No último quinquênio observa-se que estas transações voltaram a crescer e os percentuais sobre o número de escrituras e do valor investido nas vendas foram superiores aos verificados até 1820.

Com relação aos valores médios destas escrituras, é possível observar oscilações significativas e um decréscimo acentuado na passagem dos quinquênios de 1821-25 para 1826-30. A partir deste período há um aumento constante das médias até 1841-45, quando se registrou o menor volume de negócios envolvendo embarcações. Na passagem para o lustro seguinte, apesar do aumento no número de transações e do valor investido, o valor médio das embarcações voltaram a cair. A maior média registrada foi de 1.146,70 libras enquanto a menor foi de 395,13 libras. Em Rio Grande, os valores médios das embarcações variaram

³⁵⁸ Considerando o total das escrituras as cifras são as seguintes: *Rio Grande*: 15,8% das escrituras e 19,7% do valor total; *Porto Alegre*: 4,2% das escrituras e 8,7% do valor total.

entre 283,72 e 1.117,59 libras, ou seja, embora fossem menos significativas, as embarcações negociadas em Porto Alegre apresentaram valores médios superiores. Quanto aos demais tipos de vendas (urbanos e rurais), constata-se que as médias alcançadas pelas embarcações foram sempre superiores no período considerado.

Na **Tabela 27** encontram-se relacionadas as cento e vinte e quatro embarcações transacionadas nas escrituras registradas em Porto Alegre, de acordo com o seu tipo. Os dados indicam que havia uma variedade menor de embarcações registradas na capital em relação ao observado em Rio Grande. Em Porto Alegre, as *sumacas* foram aquelas que respondiam pela maior parcela do montante investido na compra de embarcações: 23,2%. A seguir vinham os *iates*, *bergantins*, *patachos* e *brigues*. Juntos, somavam 71% dos registros e 80,9% do valor investido nas embarcações. Em Rio Grande, apesar da coincidência de alguns dos tipos de embarcações, a hierarquia não era a mesma como pode ser observado: *bergantins*, *iates*, *escunas*, *barcas a vapor* e *sumacas*.

Tabela 27 – Tipos de embarcações: valor médio e mediano (Porto Alegre, 1808-1850)

Tipo	Valor Total	%	Nº bens	%	Valor Médio
Sumaca	13.584,71	23,1	23	18,5	736,38
Iate	12.201,55	20,8	34	27,4	406,04
Bergantim	9.587,01	16,3	13	10,5	1.059,27
Patacho	6.741,10	11,5	13	10,5	551,64
Brigue	5.220,63	8,9	5	4,0	1.126,51
Escuna	4.773,44	8,1	8	6,5	596,68
Canoa *	3.374,22	5,7	21	16,9	195,70
Brigue-Escuna	2.143,17	3,6	5	4,0	451,06
Polaca **	735,94	1,3	1	0,8	
Lancha **			1	0,8	
Total ***	58.481,56	100	124	100	583,46

* Inclusive duas metades de duas canoas diferentes

** Trata-se de uma lancha vendida com um dos iates por 119,79 libras, mas sem valor individual especificado

*** Foi excluído desta totalização os valores pagos pelos escravos vendidos (4) junto com um bergantim (1) e um iate; o valor pago pela Lancha e o Iate vendidos juntos consta somente na totalização

Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No que diz respeito ao número de transações registradas, em ambas as praças predominavam os iates: Porto Alegre (27,4%) e Rio Grande (33,5%), mas na capital acumularam uma parcela mais elevada do valor total das escrituras de embarcações: 20,9%, enquanto naquela vila o percentual era de 18,5%. Acrescenta-se que as *canoas*, pouco representativas em Rio Grande, representavam parcelas expressivas do número de

embarcações e do valor correspondente na capital. Registra-se ainda a ausência de embarcações a vapor em Porto Alegre.

Quanto ao valor médio das embarcações, constata-se que as *canoas* e os *iates* apresentaram os menores valores médios: 195,70 e 406,04 libras, respectivamente. Os *brigues* (1.126,51 libras) e os *bergantins* (1.059,27 libras) foram as de maior valor médio. Em Rio Grande, os brigues apresentaram a segunda maior média (1.779,86 libras), enquanto para os bergantins a média foi inferior ao constatado em Porto Alegre para o mesmo tipo de embarcação: 729,59 libras.

O predomínio da navegação fluvial e lacustre na capital provavelmente se encontre entre os fatores explicativos da maior frequência dos iates e das canoas. Tendo em vista o tipo e as condições de navegabilidade, estas seriam as embarcações mais adequadas. Neste mesmo sentido, a presença de uma variedade maior e de embarcações de maior porte nas escrituras registradas em Rio Grande também era condizente com a característica daquele porto, pois sendo a ligação marítima da província, estava mais diretamente ligado a rotas de comércio de maior distância, que abrangiam inclusive portos na Europa e nos Estados Unidos. Acrescente-se que a ausência das valorizadas embarcações a vapor e de um maior número de canoas também contribuíram para que o investimento total em embarcações em Porto Alegre fosse inferior ao de Rio Grande.

3.1.4 As transações de crédito de Porto Alegre

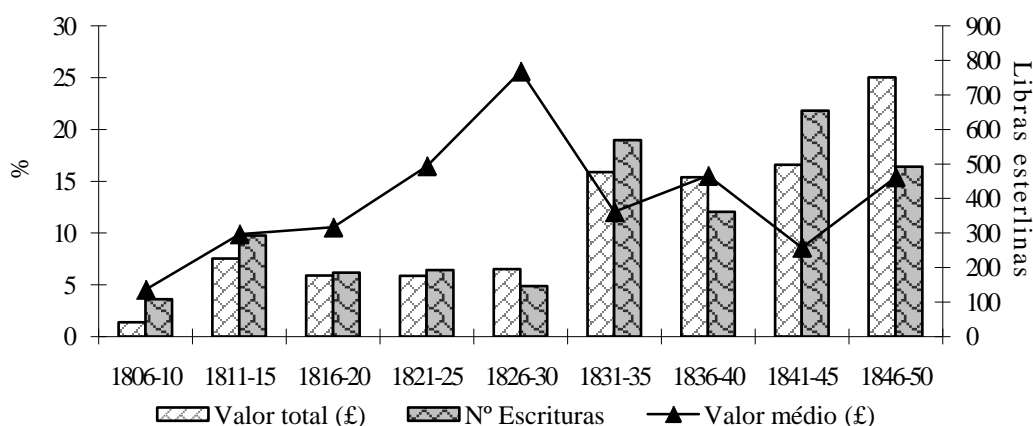
As escrituras de *crédito* registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre respondiam por um montante equivalente a 22,1% do valor investido nas vendas selecionadas. Considerando o total acumulado nas escrituras de venda, crédito e sociedade, o percentual é de 17,5% do valor, distribuídos em 13,5% dos registros selecionados. Em Rio Grande, o percentual sobre o montante total era de 19,3%, distribuídos pelo mesmo percentual das escrituras. Em relação às vendas, a representatividade dos créditos naquela vila era um pouco maior: 25%, que correspondiam a 15,7% dos registros.

Entre os tipos de escrituras consideradas como crédito destacam-se as registradas como de “dívida e hipoteca” (264). Elas correspondiam à 67,9% das escrituras de crédito (390) e 68,9% do valor investido em crédito na capital (118.153,39 libras esterlinas). Em Rio Grande, estes percentuais eram respectivamente de 72,5 e 59,1%. Assim, apesar de menos

representativas em relação ao total de escrituras, os créditos em Porto Alegre acumularam um parcela significativamente maior do valor.

No **Gráfico 23** é possível perceber que no início da série há certa estabilidade no número de escrituras registradas e no valor correspondente. No lustro de 1831-35 em diante, observa-se uma tendência de crescimento no valor acumulado nestas escrituras, enquanto a quantidade de registros apresentou-se um tanto oscilante. Entre 1831 e 1850, foram registrados 69,2% das escrituras, equivalentes a 72,8% dos recursos investidos nas escrituras de crédito. Chama a atenção que, apesar de uma queda acentuada no número de registros ocorrido no lustro 1836-40, o valor acumulado nelas manteve-se próximo ao do período anterior, ou seja, tratavam-se de escrituras que envolviam valores elevados. Destaca-se, assim, que o crédito parece não ter sofrido de forma tão acentuada, ao contrário dos imóveis rurais e urbanos, com o início da guerra.

Gráfico 23 – Evolução quinquenal do valor total e médio dos créditos (Porto Alegre, 1808-1850)



Obs.: para o cálculo das médias somente foram considerados os bens com valor individual informado
 Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quanto aos valores médios, estes foram crescentes até 1826-30. Na passagem deste lustro para o seguinte houve uma redução acentuada e a partir deste período apresentou algumas oscilações até o final da série. A maior média calculada ocorreu neste mesmo lustro (767,84 libras), enquanto a menor foi a do primeiro quinquênio da série: 136,13 libras.

No que diz respeito à origem das dívidas, assim como em Rio Grande, apenas uma parte delas especificava esta informação. Entre as que tiveram esta informação registrada, pode-se destacar casos como o do capitão Antonio José de Melo e Cunha, que em 1819 devia

ao capitão Inácio José de Abreu a quantia de 124,19 libras referentes à “dinheiros e gêneros que o credor lhes emprestou para o seu sustento e da venda de três escravos”. Como garantia do credor, foi hipotecado um sítio de terras de matos e campos com casas de vivenda, benfeitorias e demais bens, localizado nos subúrbios de Porto Alegre ³⁵⁹. Antonio Caetano Damásio, por sua vez, em escritura de dívida e hipoteca registrada em janeiro de 1817, declarou dever 403,13 libras esterlinas ao já mencionado contratador Israel Soares de Paiva. A dívida era decorrente de dinheiro que Damásio pegou emprestado para seu negócio e benefício de sua casa, bem como do que restava da compra de um ramo dos dízimos do Distrito de Santo Amaro, de quem era principal administrador o pai de seu credor, Antonio Soares de Paiva, do qual era sócio o próprio Israel Soares de Paiva e seus irmãos ³⁶⁰.

Considerando a evolução do investimento na aquisição de propriedades rurais e urbanas, embarcações e no estabelecimento de compromissos de crédito (**Gráfico 20 a 23**) percebe-se que as escrituras rurais e urbanas apresentaram quedas bastante expressivas no início da Guerra dos Farrapos, enquanto nas de embarcações e nas de crédito a redução foi de menor impacto. O período que coincide com as primeiras incursões na Banda Oriental foi tendencialmente de crescimento, exceto nas aquisições de rurais, em queda desde 1816-20. No lustro correspondente ao final da ocupação na região com a criação da República Oriental do Uruguai (1828), os investimentos em bens rurais sofreram um decréscimo de 26% em relação ao período anterior. Nas outras categorias de escrituras, houve crescimento no montante investido, especialmente nas escrituras urbanas. Semelhante ao observado em Rio Grande, a passagem do quinquênio 1841-45 para o seguinte foi de retomada do crescimento do investimento nas escrituras de venda e crédito. No caso de Porto Alegre, registra-se apenas uma exceção a este padrão: o caso das escrituras de bens urbanos que apresentou uma queda expressiva: de 19.592,12 para 29.548,67 libras esterlinas nos dois últimos quinquênios.

3.2 Os agentes: outorgantes e outorgados

3.2.1 A concentração das transações

Concluída a análise do conjunto das escrituras de Porto Alegre, passo para a investigação dos agentes envolvidos nestas, a partir dos mesmos critérios adotados na análise

³⁵⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 41, fl. 84v.

³⁶⁰ De acordo com o registrado, o devedor acordou o valor de 2.115 libras esterlinas pelo triênio de 1816 a 1818. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L. 39, fl. 191.

das escrituras de Rio Grande. Os dados reunidos na tabela abaixo dizem respeito à distribuição das escrituras de acordo com o total de registros feito por outorgantes (1.994) e outorgados (1.785). Percebe-se claramente o predomínio dos agentes que estiveram envolvidos na realização de, no máximo, duas escrituras ao longo do período estudado.

Tabela 28 – Distribuição das escrituras entre seus agentes (Porto Alegre, 1808-1850)

Faixa de escrituras	Nº Agentes	%	Nº Escrituras	%	Valor Total (£)	%
Outorgantes						
1	1.544	77,4	1.544	53,6	300.461,92	44,6
2	272	13,6	544	18,9	155.589,57	23,1
3	84	4,2	252	8,7	51.501,51	7,6
4	42	2,1	168	5,8	47.742,29	7,1
5 a 10	45	2,3	269	9,3	86.701,98	12,9
11 a 15	5	0,3	61	2,1	26.590,76	3,9
16 a 20	1	0,1	19	0,7	3.660,16	0,5
21 a 25	1	0,1	25	0,9	1.079,54	0,2
Total	1.994	100	2.882	100	673.327,73	100
Outorgados						
1	1.329	74,5	1.329	46,1	296.933,07	44,1
2	255	14,3	510	17,7	110.264,91	16,4
3	84	4,7	252	8,7	57.535,21	8,5
4	41	2,3	164	5,7	54.686,29	8,1
5 a 10	61	3,4	379	13,2	95.965,17	14,3
11 a 15	12	0,7	147	5,1	46.180,46	6,9
16 a 20	2	0,1	33	1,1	10.896,45	1,6
mais de 50	1	0,1	68	2,4	866,17	0,1
Total	1.785	100	2.882	100	673.327,73	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Os *outorgantes* com até duas escrituras eram 92,1% e concentravam 73,1% dos documentos registrados e 67,7% do valor total transacionado. Aqueles que foram outorgantes em 5 ou mais escrituras (2,6%) concentraram parcela importante tanto das escrituras (13%) quanto do montante negociado (17,5%). Os *outorgados* que fizeram uma ou duas escrituras eram 88,7% dos agentes e reuniram 63,8% das escrituras e 60,6% do valor total. No outro extremo, observa-se que 4,3% dos outorgados apareceram em 5 ou mais escrituras que representaram uma parcela mais importante das escrituras (21,8%) e de seu valor (22,9%), se comparado com os outorgantes.

Entre os agentes que fizeram um maior número de registros, se destacavam os da faixa de 5 a 10 escrituras. Tanto os outorgantes quanto os outorgados desta faixa acumularam partes significativas das escrituras e do montante correspondente, mesmo representando um grupo reduzido dos agentes. Comparando com o que foi constatado na análise das escrituras

de Rio Grande, nota-se que os agentes com uma ou duas escrituras, eram menos representativos na capital e foram responsáveis por parcelas menores dos registros e do valor correspondente, enquanto os com 5 ou mais registros registraram percentuais mais elevados nas três variáveis consideradas.

Os outorgantes e outorgados que fizeram entre 5 ou mais escrituras concentravam, em média, parcelas mais significativas do total de registros e do valor correspondente. Aqueles com até duas escrituras tinham em média 1,1 (outorgantes) e 1,2 (outorgados) registros por agente, enquanto os que fizeram 5 ou mais tinham média de 7,2 e 8,3, respectivamente. Com relação aos valores correspondentes, os da primeira faixa considerada acumularam uma média de 251,13 e 257,07 libras e os da segunda faixa 2.269,85 e 2.025,11 libras por agente. Nota-se que em relação ao total de escrituras, as médias foram semelhantes às calculadas para Rio Grande, enquanto os valores médios foram inferiores, nas duas faixas consideradas. Mesmo assim, tal como já havia constatado nas escrituras registradas naquela vila, apesar do elevado número de agentes envolvidos e dos percentuais por eles acumulados, há indícios que permitem afirmar que parcela considerável da riqueza envolvida nas transações registradas nestas escrituras concentrava-se nas mãos de poucos, tanto em Rio Grande quanto em Porto Alegre.

3.2.2 “Vive de seu negócio”: os agentes mercantis nas escrituras públicas de Porto Alegre e seu termo

Nesta seção passo a tratar mais especificamente de seus agentes responsáveis pelas escrituras analisadas, em especial aqueles que em algum momento estiveram envolvidos com a atividade mercantil. Para a identificação deles, sigo os mesmos critérios e listagens adotados no segundo capítulo. Assim como nas escrituras de Rio Grande, nas tabelas referentes aos agentes que estiveram envolvidos com a atividade mercantil, os outorgantes e outorgados foram contabilizados individualmente para evitar a sub-representação dos mesmos³⁶¹.

Os trezentos e setenta e dois *outorgantes* ligados ao comércio representavam 16,7% dos 2.228 agentes identificados. Eles foram responsáveis por 26,5% das 2.882 escrituras de venda, crédito e sociedade que correspondiam a 47,4% das 673.327,73 libras acumulados

³⁶¹ Nas 2.882 escrituras selecionadas, foi contabilizada a presença de 2.228 outorgantes e de 1.840 outorgados. No total, identifiquei 3.493 agentes diferentes, 575 (16,5%) dos quais apareceram tanto com outorgantes quanto outorgados.

nestas. Comparado com as escrituras de Rio Grande (**Tabela 19**), nota-se que os outorgantes identificados como comerciantes estavam significativamente melhor representados naquela vila (34,7%) que na capital. A parcela das escrituras e dos valores correspondentes também eram superiores, mas de forma menos acentuada: 38,8 e 59,5%, respectivamente.

Tabela 29 – Representatividade (%) dos outorgantes “ligados ao comércio” de acordo com a listagem consultada: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850

Lista	Rio Grande			Porto Alegre		
	Outorgantes	Nº E	Valor	Outorgantes	Nº E	Valor
Almanack 1808	2,3	3,1	3,9	1,5	3,4	6,2
Negociante (Junta do Comércio)	3,7	5,7	14,6	1,8	2,9	5,7
Sociedade Promotora	1,8	3,9	4,2	0,2	0,2	0,4
ACRG	4,3	6,5	7,0	0,1	0,5	0,9
Tráfico negreiro	10,2	11,6	24,7	7,2	12,2	20,8
Porto de Rio Grande	4,8	8,7	12,9	1,4	2,5	4,9
Todos outorgantes	34,7	38,8	59,5	16,7	26,5	47,4

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Identifiquei cento e sessenta agentes (7,2%) que atuaram no *tráfico negreiro* da província rio-grandense entre os outorgantes das escrituras de Porto Alegre. Eles foram responsáveis por 12,2% das escrituras e 20,8% do valor total. Os outorgantes que também atuaram no comércio negreiro representavam 5,8% dos 2.771 despachantes de escravos localizados nas fontes do tráfico anteriormente referidas. Ao comparar com Rio Grande (**Tabela 29**), nota-se que este grupo respondia por praticamente a mesma parcela dos outorgantes, mas estava melhor representado no que diz respeito ao total de escrituras e do montante correspondente.

Trinta e um outorgantes (1,4%) foram identificados nos registros de *entrada e saída de embarcações* no porto de Rio Grande. Os percentuais das escrituras (2,5%) e do valor (4,9%) que estes agentes estavam envolvidos eram significativamente inferiores aos contabilizados para os seus pares presentes nas escrituras registradas naquela vila. Acrescenta-se que os outorgantes registrados em Porto Alegre representavam 7,3% dos agentes registrados na movimentação de embarcações e mercadorias pelo porto de Rio Grande, parcela inferior à registrada entre as escrituras daquela vila (9,4%). Nas demais variáveis consideradas, observa-se que a representatividade também foi inferior à observada em Rio Grande.

Entre os comerciantes relacionados no o *Almanack da Vila de Porto Alegre*, localizei a presença de trinta e três outorgantes (1,5%). Eles representavam um quinto de todos os

listados no Almanack e foram responsáveis por 3,4% das escrituras, que correspondiam a 6,2% do valor total. Em Rio Grande, os comerciantes do Almanack eram um pouco mais representativos, mas acumularam uma parcela menor do valor total. A maioria destes outorgantes era da própria capital (29) e representavam 49,1% dos comerciantes de Porto Alegre relacionados no Almanack de 1808. Os demais eram comerciantes de Rio Grande (Antonio José de Carvalho, capitão Francisco Marques Lisboa e o coronel Inácio dos Santos Abreu) e de Rio Pardo (Manuel Antonio Pereira Guimarães). A pequena presença de comerciantes de Rio Grande nas escrituras da capital, como foi visto no capítulo anterior, pode ser tomada como indício da segmentação dos grupos mercantis estabelecidos em ambas as praças e que apenas uma parte deles atuava pessoalmente nas duas localidades.

Do mesmo modo que foi observado em Rio Grande, a maior parte dos comerciantes do Almanack que foram outorgantes nas escrituras de Porto Alegre deixaram de aparecer nos registros na década de 1820, pois apenas um terço deles ainda apareciam nas escrituras registradas na década de 1830 e um quarto na década seguinte, resultados que apontam para a renovação do grupo mercantil. Por fim, três destes outorgantes – Custódio de Almeida e Castro, o Comendador Manuel José de Freitas Travassos (ambos estabelecidos na capital) e Manuel Antonio Pereira Guimarães (de Rio Pardo) –, também foram nomeados como membros da *Comissão do Comércio* de suas respectivas praças mercantis em 1824³⁶².

Em relação à *Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense*, apenas quatro membros aparecem nas escrituras (Antonio Correia de Melo, o capitão Vicente Manuel de Espíndola, a sociedade comercial Haÿes, Engerer & Companhia e o Vice-Cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul, Frederick Engerer (por ser um dos sócios da Haÿes, Engerer & Companhia). Eles representavam apenas 0,2% dos outorgantes e juntos foram responsáveis por parcelas igualmente reduzidas das escrituras (0,2%) e do valor total (0,4%). Sendo assim, também deve ser considerado como indicativo da segmentação geográfica e dos negócios do grupo mercantil, pois em Rio Grande este grupo era muito mais representativo.

Quanto aos *matriculados na Junta do Comércio* que estavam entre os outorgantes das escrituras registradas em Porto Alegre, identifiquei 40 agentes (1,8%) que foram responsáveis por 2,9% das escrituras e por 5,7% do valor total. Apesar destas cifras serem inferiores às verificadas nas escrituras de Rio Grande, o percentual em relação ao total de matrículas era de 3% dos 1.320 matriculados, portanto, superior à cifra observada naquela vila (2,3%). Quase

³⁶² AHRS. *Assembléia Legislativa*. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

todos atuavam a partir de Porto Alegre (29) e o restante do Rio de Janeiro (6) e de Rio Grande (5). Em relação aos negociantes de grosso trato estabelecidos na província rio-grandense (137), a parcela era de 29,2% e de 55,8%, se considerados somente os atuantes a partir de Porto Alegre.

Antonio Correia de Melo, Lind & Companhia, João Antonio da Rosa e Vicente Manuel de Espíndola eram os únicos membros da *Associação Comercial de Rio Grande* registrados como outorgantes (0,1) de escrituras de Porto Alegre. Eles tinham apenas 0,5% das escrituras, correspondentes a 0,9% do valor total. Assim como na Sociedade Promotora, estes agentes também estavam melhor representados nas escrituras registradas em Rio Grande.

Nas escrituras de *sociedade* havia 12 agentes (0,5%) com 37 escrituras (1,3%) e 24.569,01 libras esterlinas (3,6% do valor total) que, mesmo sem outros indícios de envolvimento com o comércio, tornaram-se sócios de empreendimentos mercantis. Estas escrituras diziam respeito à sociedades comerciais, armazéns de secos e molhados, fazendas secas e loja de ferraria³⁶³. Entre eles estavam os franceses estabelecidos em Porto Alegre, Fulgêncio Teodoro Chevalier e Antonio Gaffré, que em 1832 registraram a sociedade comercial Antonio Gaffré & Companhia, constituída no ano anterior e destinada a compra e venda de fazendas³⁶⁴.

Outra sociedade que tinha um estrangeiro como sócio foi a “sociedade para comércio marítimo e outras quaisquer transações” registrada por Miguel Gahagem Champloni e Ricardo de Oliveira Ramos, ambos residentes em Porto Alegre, no ano de 1832. O primeiro era nomeado administrador desta e seu patacho, avaliado em 953,13 libras, entrava como ativo da sociedade, enquanto o sócio Ricardo de Oliveira Ramos entrou com igual quantia em dinheiro e gêneros. Apesar disso, ficou acertado que a sociedade giraria sob a firma Miguel Gahagem Champloni & Companhia. Originalmente prevista para durar até novembro de 1835³⁶⁵, a sociedade acabou sendo extinta em agosto de 1834 de forma amigável. Pelo que foi acertado entre os sócios, Champloni ficava com a embarcação, os gêneros e fazendas e as

³⁶³ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L37, fl. 96; L38, fl. 134; L 39, fl.111; L.44, fl. 23 e 110; L45, fl. 133v; L48, fl.1 e 83; L53, fl. 172; L60, fl. 117v; L54, fl. 156v. Considerei nesta totalização uma “fábrica” que tinha como um dos sócios, o “Chefe Capitalista” José Joaquim dos Santos Ferreira (outorgante) e o “Mestre de Fábrica” Henrique Friederichen. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L54, fl. 156v. Aqui, “capitalista” refere-se aos agentes envolvidos com empréstimo de dinheiro. PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 76-7.

³⁶⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L48, fl. 1.

³⁶⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L48, fl. 83.

dívidas ativas e passivas da mesma e Ramos recebia 1.912,50 libras “por principal e lucros da parte que lhe pertencia da dita sociedade”³⁶⁶. Assim, apesar de prematuramente encerrada, a sociedade gerou um lucro de 100% para Ricardo de Oliveira Ramos.

As relações comerciais com outras localidades do Brasil também aparecem nas sociedades registradas. Estabelecidos em Porto Alegre, Manuel de Freitas Leitão e Wenceslau Antonio da Silva registraram em julho de 1822 uma “sociedade e negócio de fazendas secas” que seriam adquiridas na Bahia. O primeiro investiu 1.575,54 libras em fazendas e dívidas ativas e o segundo, 656,67 libras em dinheiro, mas acordaram que os lucros seriam divididos em partes iguais. A compra das fazendas ficou a cargo de Manuel de Freitas Leitão, que se comprometia a apresentar conta corrente ou balanço dos negócios da sociedade ao final de 3 anos³⁶⁷. Na sociedade estabelecida entre Manuel Raimundo Galvão e José Joaquim Pena Penalta em 1825, ficou definido que este se estabeleceria no Rio de Janeiro e aquele permaneceria em Porto Alegre e constituiria um fundo para sociedade não inferior à 1.296,88 libras esterlinas logo que Penalta chegasse à Corte. A sociedade teria duração de 6 anos a partir desta ocasião e ambos os sócios teriam liberdade para fazerem investimentos e despesas em nome da sociedade em qualquer parte do Brasil³⁶⁸.

Nas sociedades que envolviam agentes com atividades mercantis conhecidas, cabe destacar aqueles que também atuavam na produção e investiam em empreendimentos rurais. O negociante, cobrador de dívidas e estancieiro, Alferes José Luís de Souza Cambraia³⁶⁹ e seu irmão, Antonio Luís de Souza Cambraia, ambos estabelecidos na Freguesia do Triunfo, termo de Porto Alegre, ratificaram a sociedade que tinham em uma estância povoada de gados na

³⁶⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L49, fl. 35. No mesmo ano, Miguel Gahagem Champloni comprou de Manuel Vicente Vieira Barros, também estabelecido em Porto Alegre, a escuna *Maria Sérgia* (renomeada como *Flor Baiana*) por 318,75 libras. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L49, fl. 33v.

³⁶⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L44, fl. 23. Há outros indicativos da participação de Manuel de Freitas Leitão na atividade mercantil, como constam nas escrituras registradas em 1834 e 1835. Nestas ocasiões ele adquiriu duas embarcações: a escuna *Restauradora* (que passou a ser chamada de *Alegria*) por 478,13 libras e o brigue-escuna *Baleeira* pela qual pagou 654,17 libras. Ele consta ainda como vendedor, em 1827, de “uma propriedade de Casas com seis portas na frente”, com “frente à Rua da Praia desta Cidade e faz canto com o Beco do Quebra Costas com cinco portas para o mesmo beco”. Ver respectivamente, APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L49, fl. 3v; L50, fl. 44v e L45, fl. 267v.

³⁶⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L45, fl. 133v.

³⁶⁹ Na escritura de dívida e hipoteca registrada em março de 1812, o Alferes José Luís de Souza Cambraia foi qualificado como “negociante, Cobrador de dívidas da praça do Rio de Janeiro, e Estancieiro do Distrito da nova Vila de Nossa Senhora do Rosário [do Rio Pardo], morador naquela fronteira”. Nesta, ele declara-se como devedor de 1.197,86 libras para o “homem de negócio” da Bahia, Antonio da Silva Lisboa. A dívida tinha origem em fazendas compradas pelo outorgante em 1798 e que deveriam ter sido pagas com charque nos dois anos seguintes. Na escritura lavrada em março de 1812, ficava acordado que a dívida seria paga em 6 pagamentos no prazo de 2 anos a partir daquela data. Como garantia de pagamento, Cambraia hipotecou uma “Estância de criar animais” com três léguas quadradas na Fronteira do Rio Pardo. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L35, fl. 149v.

Fronteira do Rio Pardo, em março de 1818³⁷⁰. Além da diversificação nos investimentos, as escrituras envolvendo os irmãos Cambraia também chamam atenção por apontarem para a circulação dos agentes atuantes na região. O Alferes José Luís de Souza Cambraia tinha interesses no Rio de Janeiro, possuía e chegou a viver em Rio Pardo e, posteriormente, em Triunfo, tal como seu irmão, que também viveu no termo da vila de Cachoeira.

Conforme o enunciado anteriormente, os vendedores de *embarcações* também foram considerados como ligados ao comércio. Nas escrituras de Porto Alegre foram 67 agentes (3%) nesta situação (4,3% das escrituras e 6,4% do valor total)³⁷¹. Outros que foram assim considerados apesar de não terem sido identificados nas listagens consultadas foram os 74 outorgantes (3,3%) designados nas escrituras como constituintes ou ex-constituintes de casas comerciais, negociantes, comerciantes e capitalistas, ou sobre os quais havia informações qualitativas na escritura que indicavam algum tipo de vínculo com a atividade mercante. Juntos foram responsáveis por 4,5% das escrituras, correspondentes a 56.915,84 libras ou 8,4% do montante total. Encontravam-se nesta situação agentes mercantis como José da Rocha Fernandes, quem em 1842 vendeu para Francisco Ferreira Bastos, ambos residentes na capital, parte de uma casa localizada em Rio Pardo por 402.188 libras. Na escritura consta que o outorgante havia sido sócio de Crisóstomo José Leite na casa comercial denominada *Leite & Rocha*, da qual era liquidante³⁷². Os negociantes ingleses “Willian Dood, Joseph Harris, Farrer & Caim e outros” constam como vendedores de uma propriedade de casas em frente à Praça do Arsenal, em Porto Alegre, para Alexandre Nelson pela quantia de 98,13 libras. Ao escrivão declararam que eram os legítimos proprietários do imóvel em razão do traspasse que

³⁷⁰ A escritura da sociedade havia sido lavrada em Escritura Pública pelo Tabelião Felipe José dos Passos na Vila do Rio Pardo, em 3 de Outubro de 1814. O outorgante José Luís de Souza Cambraia havia comprado uma estância povoada de gados denominada Pais Passo, pela qual pagou a quantia de 9.928,70 libras, e estabelecia uma sociedade com seu irmão Antonio Luís de Souza Cambraia na mesma propriedade. Na escritura de 1818 fazia-se a ratificação de algumas cláusulas, entre as quais destaco: o ajuste nas contas da sociedade no valor de 5.737,55 libras; a inclusão de uma Estância comprada de Manuel Gomes Lisboa localizada na Costa do Inhaduí; a definição de que os sócios tinham partes iguais sobre as duas estâncias, animais e no pagamento do ajuste das contas; estipulava-se o preço dos novilhos em 1,19 libras por cabeça, sendo o sócio outorgante responsável pela busca dos animais e pelos custos decorrentes na formação de tropas; por fim, o sócio Antonio Luís de Souza Cambraia ficava impedido de realizar negócios fora da sociedade. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L41, fl. 3. Em março de 1824, a sociedade dos irmãos Cambraia na Estância Pais Passo foi concluída, ficando cada um dos sócios partes iguais da mesma. Nesta, consta que Antonio Luís estava estabelecido no termo da Vila de Cachoeira enquanto seu irmão permanecia em Triunfo, termo de Porto Alegre. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L45, fl. 46v. Os campos da Costa do Inhaduí foram vendidos por José Luís de Souza Cambraia, em 1820, para Manuel Gonçalves da Trindade, por 380 libras. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L42, fl. 36v.

³⁷¹ Três destes outorgantes, José Pinto da Silva, Luís Inácio Pereira de Abreu e Manuel Rodrigues Lopes, constam, respectivamente, como comprador e/ou vendedor de embarcações em escrituras registradas na vila de Rio Grande. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L18, fl. 53v; L2, fl. 40v; L15, fl. 51v.

³⁷² APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L52, fl. 72v.

lhes fez Chraiy Archibald Mathié (sic), súdito inglês falido na cidade e de quem eram credores e cessionários³⁷³. Em escritura registrada em abril de 1819, Porfírio José Monteiro, por sua vez, declarou-se devedor da quantia de 599,27 libras ao capitão José de Bitancourt Cidade, referentes à sociedade que tiveram nos quatro anos anteriores em uma “Loja de Fazendas Secas”, em Porto Alegre³⁷⁴.

Entre os 1.841 *outorgados* das escrituras de venda, crédito e sociedade registradas no 1º Tabelionato de Porto Alegre, constatei que 340 deles (18,5%) envolveram-se em algum momento com o trato mercantil. Estes concentravam 38,2% do valor total distribuídos em 26,4% das escrituras. Em comparação com os outorgantes, nota-se que foram responsáveis por uma parte menor do montante investido nestas escrituras, ainda que fossem mais representativos no número de agentes e acumulassem o mesmo percentual sobre as escrituras registradas. Nos dois casos, os percentuais são significativamente inferiores aos calculados para as escrituras de Rio Grande (**Tabela 30**). Além disso, nesta vila, os outorgados envolvidos com o comércio eram mais representativos em relação aos outorgantes.

Tabela 30 – Representatividade (%) dos outorgados “ligados ao comércio” de acordo com a listagem consultada: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850

Lista	Rio Grande			Porto Alegre		
	Outorgados	Nº E	Valor	Outorgados	Nº E	Valor
Almanack 1808	2,0	2,2	7,4	1,7	2,9	5,1
Negociante (Junta do Comércio)	5,9	9,8	21,0	2,3	3,9	6,7
Sociedade Promotora	2,5	6,3	6,6	0,1	0,2	0,4
ACRG	5,7	10,0	15,0	0,4	0,5	0,5
Tráfico negreiro	14,0	19,4	29,0	8,3	12,1	18,2
Porto de Rio Grande	6,4	12,9	22,3	1,5	3,4	4,5
Todos outorgantes	40,5	49,1	63,3	18,5	26,4	38,2

ACRG: Associação Comercial do Rio Grande

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Constatei que 5,5% dos agentes do *tráfico negreiro* estavam entre os outorgados de Porto Alegre. Eram 152 agentes (8,3%) presentes em 12,1% das escrituras que somaram 18,2% do valor total. Destaca-se que entre os outorgantes, este grupo era menos significativo em relação ao total de agentes, mas respondiam por uma parcela maior dos valores envolvidos. Semelhante ao observado entre os outorgantes, os outorgados que estiveram

³⁷³ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L49, fl. 88.

³⁷⁴ Segundo informam, a sociedade havia sido constituída através por documento particular no dia 6 de abril de 1815 APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L41, fl. 39v.

presentes entre os agentes envolvidos na comercialização de mercadorias através do *porto de Rio Grande* eram pouco representativos. Apenas 1,5% dos outorgados estavam neste grupo. Eles representavam 6,6% dos agentes atuantes naquele porto e concentravam parcelas reduzidas das escrituras e do valor correspondente: 3,4 e 4,5%, respectivamente. Nos dois grupos, os outorgados de Rio Grande foram proporcionalmente mais representativos tanto no total de agentes e escrituras quanto no valor correspondente.

Os comerciantes do *Almanack de 1808* estavam representados por trinta e um agentes (1,7% do total). Com a exceção de três comerciantes de Rio Grande (tenente coronel Inácio dos Santos Abreu, sargento-mor Mateus da Cunha Teles e Miguel da Cunha Pereira & Companhia) e um de Rio Pardo (capitão Manuel Veloso Rebelo), os demais (25) estavam estabelecidos em Porto Alegre (43,9% dos relacionados estabelecidos na capital). Eles estavam envolvidos em 2,9% das escrituras, que correspondiam a 5,1% do valor total. Em comparação com os outorgados de Rio Grande, nota-se que naquela vila os comerciantes do *Almanack* foram responsáveis por 7,4% do valor total, embora concentrassem parcelas semelhantes dos agentes e das escrituras. Tal como já havia sido observado, entre os outorgados também predominavam os comerciantes estabelecidos em Porto Alegre. Além deles havia apenas o Capitão Manuel Veloso Rebelo de Rio Pardo, o sargento-mor Mateus da Cunha Teles e o tenente Miguel da Cunha Pereira & Companhia de Rio Grande, os demais constavam como comerciantes da capital rio-grandense. Estes últimos também eram matriculados na Junta do Comércio como negociantes de grosso trato, assim como o capitão-mor Domingos José de Araújo Bastos, João Coelho Neves e José da Costa Santos³⁷⁵. Entre os comerciantes do *Almanack* também há indícios de renovação do grupo mercantil, pois apenas um terço deles foram outorgados de escrituras na década de 1830, na passagem para o seguinte, eram apenas um quinto.

Apenas 2,3% dos outorgados estavam matriculados na *Junta do Comércio* e representavam 3,2% do total de negociantes de grosso trato matriculados. Os estabelecidos em Porto Alegre eram vinte e oito. Os demais eram de Rio Grande (6), do Rio de Janeiro (7) e da Bahia (1). Eles constavam em 3,9% das escrituras, correspondentes a 45.239,50 libras esterlinas (6,7%). Considerando apenas os matriculados atuantes a partir da capital rio-grandense, constata-se que 55,8% estavam representados como outorgados nas escrituras selecionadas (53,8% se considerados só os negociantes da capital). Além de matriculado

³⁷⁵ ANRJ, **Cód.** 170, v. 1, fl. 49 e 89; v. 2, fl. 6, 66 e 86.

como negociantes de grosso trato, o Comendador Manuel José de Freitas Travassos³⁷⁶ foi um dos representantes dos comerciantes da capital na *Comissão de Comércio*, juntamente com Custódio de Almeida e Castro, comerciante relacionado no Almanack de 1808³⁷⁷. Em relação ao observado nas escrituras registradas em Rio Grande, a participação dos negociantes de grosso trato nas escrituras do 2º Tabelionato da capital foi inferior nas três variáveis, principalmente no valor total. Percebe-se novamente o predomínio dos estabelecidos em Porto Alegre, confirmando a tendência de segmentação que vinha sendo encontrada.

Apenas dois dos outorgados (1.840) eram membros fundadores da *Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense*. Eles registraram 0,2% escrituras, que totalizaram 0,4% do valor total das escrituras. Ambos eram comerciantes, um deles era o já mencionado Vice-Cônsul dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul Frederick Engerer e sócio da firma Hayes, Engerer & Companhia. Antonio Correia de Mello, por sua vez, também era um dos fundadores da Câmara do Comércio de Rio Grande (1844)³⁷⁸ e consta entre os agentes que enviaram escravos para a província³⁷⁹. Entre as escrituras que fez parte, destaco a registrada em 1816, referente à sociedade que estabeleceu com seu irmão Luís Correia de Mello em um armazém de secos e molhados localizado em Porto Alegre, no qual investiu 170,82 libras³⁸⁰.

Além de Antonio Correia de Mello, outros seis outorgados (0,4%) faziam parte da *Associação Comercial de Rio Grande*. Juntos eles respondiam por 0,5% das escrituras e do valor total delas. Domingos Vieira de Castro e João Antonio da Rosa atuaram no tráfico de escravos³⁸¹, tal como Mello. A firma Clausen & Companhia constava entre os agentes atuantes no porto de Rio Grande. Entre 1841-42 e 1847-48, esta sociedade comercial foi consignatária em dezesseis ocasiões de cargas transportadas entre Rio Grande, Montevideu, Salem, Liverpool e Brunem. As mercadorias comercializadas eram farinha, gêneros, gado,

³⁷⁶ ANRJ, **Cód. 170**, v. 1, fl. 26v. O mesmo outorgante também foi identificado entre os despachantes de escravos atuantes na região em uma ocasião (dez. 1826) na qual enviou 25 escravos para Porto Alegre. ANRJ, **Polícia da Corte**. Códice 424, v. 1, fl. 115 (1826).

³⁷⁷ AHRs. **Assembléia Legislativa**. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

³⁷⁸ KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 24.

³⁷⁹ Despachou 4 escravos em apenas 1 registro. ANRJ, **Polícia da Corte**. Códice 424, v. 4, fl. 1 (1829).

³⁸⁰ O sócio Luís Correia de Melo entrou com 125,92 libras em dinheiro e ficou estabelecido que seria o *caixeiro* da sociedade recebendo 2,09 libras mensais pelo desempenho da função. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L39, fl. 111.

³⁸¹ ANRJ, **Polícia da Corte**. Códice 424, v. 1, fl. 78 (1826); v. 2, fl. 57 e 92 (3 registros e 4 escravos) e v. 2, fl. 53 (1 registro com 2 escravos).

couros, chifres e cabelos³⁸².

Considerarei ainda como “ligados ao comércio” os 64 compradores de *embarcações* (3,5%), sobre os quais não encontrei referências nas listagens consultadas³⁸³. Eles estavam presentes em 123 escrituras (4,3%) com valor correspondente de 37.480,17 libras (5,6%), ou seja, parcelas semelhantes às observadas entre os vendedores deste tipo de bem. É o caso de Nathaniel BeNeat, "de Nação Britânica", que em 1815 vendeu a “Escuna Marquesa de Alegrete c/todos os seus pertences e massames” para o comerciante Francisco de Sá e Brito, por 1.082,81 libras esterlinas. Na ocasião, a embarcação encontrava-se pronta para partir para o porto do Rio de Janeiro³⁸⁴.

Além destes outorgados identificados nas listas consultadas, um grupo equivalente a 3,4% dos outorgados (62) foi incluído entre os comerciantes por se tratarem de firmas mercantis ou sobre os quais havia informações na própria escritura que indicavam o envolvimento em diferentes atividades mercantis. Eles reuniram 4,5% escrituras e 5,7% do valor total. É o caso, por exemplo, da firma João Raupp & Irmão, que em 1848 adquiriu uma casa na Rua do Caminho Novo (Porto Alegre). O antigo proprietário, Israel Peixoto de Miranda, recebeu 156,25 libras na transação³⁸⁵. Já Manuel Lopes Guimarães comprou do negociante de grosso trato do Rio de Janeiro, Miguel Ferreira Gomes, “um armazém com uma porta pra rua e uma janela”, localizado em Porto Alegre, pela quantia de 125 libras em novembro de 1831³⁸⁶.

Nas escrituras de *sociedade*, foram identificados 12 outorgados (0,7%) sócios em negócios mercantis. No total, registraram 0,8% das escrituras e 1,6% do valor total. São casos como os do outorgado Alexandre José da Silva Guimarães que se tornou sócio de Manuel José Leite em duas lojas no ano de 1831: uma de fazendas secas e a outra de cerqueiro (sic) localizadas na rua da Praia, em Porto Alegre. Ambos os sócios ficavam responsáveis pela administração da sociedade. O sócio Guimarães contribuiu com mais da metade dos 1.468,42

³⁸² AHRS. **Autoridades Militares**, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51. **Marinha – Praticagem da Barra**, maços 22, 23, 24; 27 e 28; **Diversos**, maço 72, registro nº 405, 479, 622, 678, 686, 687, 690, 693, 1.053, 1.188 e 1.226. Doravante a fonte será referenciada como AHRS. **AM/M**, registro nº.

³⁸³ O capitão Antônio Joaquim da Silva Mariante foi incluído neste grupo, pois apareceu como vendedor de um iate em escritura registrada em 1839, no 2º Tabelionato de Rio Grande. Também é o caso de Manuel Rodrigues Lopes que em 1836 consta como vendedor de um brigue. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl. 172v; 51v.

³⁸⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L38, fl. 133. O comprador é um dos listados por Manuel Antonio de Magalhães como comerciante de Porto Alegre no “Almanack de 1808”.

³⁸⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L59, fl. 37.

³⁸⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L47, fl. 149. A matrícula de Miguel Ferreira Gomes foi registrada em 10 de outubro de 1814. ANRJ, **Cód.** 170, v.1, fl. 63.

libras que compunham o fundo da firma³⁸⁷. Em 1842, Manuel Ferreira de Aguiar e José Martins Júnior registraram a sociedade em um armazém de molhados no Beco da Ópera, na capital. Dos 893,75 libras em dinheiro e gêneros que constituíam o fundo da sociedade, o outorgado José Martins Júnior contribui com uma parte menor: 78,20 libras. Destaca-se que as mercadorias seriam compradas no Rio de Janeiro, através de correspondentes ou do sócio Aguiar, sempre que ele estivesse naquela cidade³⁸⁸. Os vínculos com a Corte também estavam presentes na firma Francisco José Lopes Guimarães & Companhia. Em 1850, Gaspar Rodrigues Alves Guimarães tornou-se sócio de Francisco José Lopes Guimarães. Na escritura é informado que a sociedade já estava ativa desde 1842 no Rio de Janeiro, mas somente naquele momento estava sendo escriturada. Os fundos eram de 1.448,45 libras, sendo que Gaspar entrava com 486.061,45 libras em dívidas ativas. A sociedade possuía também várias dívidas ativas, mas sem especificá-las nem indicar seus valores³⁸⁹.

A participação destes outorgantes e outorgados, com ligações permanentes ou temporárias, está resumida na **Tabela 31**. Nota-se que os agentes mercantis concentravam parcelas significativas das transações registradas. Os outorgantes apareciam em número maior de escrituras em relação aos outorgados, mas estes eram mais representativos proporcionalmente no total de agentes e respondiam pelo mesmo percentual das escrituras registradas. A parcela do montante total correspondente, no entanto, era inferior ao contabilizado entre os outorgantes (vendedores e devedores). Em Rio Grande ocorria justamente o oposto, pois os compradores e credores (outorgados) apresentavam cifras superiores às dos outorgantes no número de agentes e de escrituras e do valor total envolvido. Nesta última variável, os outorgados chegavam a acumular 63,3% do total. Um dos fatores que podem explicar esta característica é o impacto negativo da Guerra dos Farrapos para a capital, que devido às investidas dos rebeldes, teve sua navegação e comércio bastante prejudicados, principalmente nos primeiros anos dos combates quando foi submetida a três longos períodos de cerco rebelde. Deste modo, seus agentes provavelmente encontraram-se

³⁸⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L47, fl. 95. O outorgante Manuel José Luís, ao contrário de seu sócio, constava como um dos despachantes de escravos para a província sul-riograndense (3 despachos com 1 escravo cada). ANRJ, **Polícia da Corte**. Códice 390, v. 3, fl. 40 (1822); 424, v. 2, fl. 560 (1827), v. 4, fl. 165 (1830).

³⁸⁸ Embora não fizesse parte da sociedade, o outorgado autorizava seu sócio a cobrar dívidas que lhe deviam na província e que deveriam ser creditadas em seu nome. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L52, fl. 59v.

³⁸⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L60, fl. 117v.

em dificuldades e viram-se obrigados a se desfazer de suas propriedades e recorrer com mais frequência ao crédito. A Hayes, Engerer & Companhia, por exemplo, encerrou suas atividades em decorrência dos problemas enfrentados durante os primeiros anos da guerra, que incluíam a interrupção da navegação entre Porto Alegre e Rio Grande e a prisão de Hayes sob a acusação de apoiar os rebeldes, conforme destaquei no primeiro capítulo.

Tabela 31 – Participação dos agentes ligados ao comércio nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Porto Alegre, 1808-1850)

Categoria	Outorgante/ Outorgado	Nº Agentes	% A	% B	N.E	%	Valor (£)	%
Crédito	Devedor	96	4,3	28,7	122	31,3	55.651,35	47,1
	Credor	83	4,5	30,0	99	25,4	48.095,71	40,7
Embarcação	Vendedor	103	4,6	91,2	111	91,7	55.792,03	95,0
	Comprador	96	5,2	95,0	106	87,6	50.366,51	85,7
Rural	Vendedor	110	4,9	12,0	162	17,3	80.126,70	34,8
	Comprador	107	5,8	14,0	175	18,7	52.748,39	22,9
Urbano	Vendedor	187	8,4	16,1	309	22,9	88.470,31	38,7
	Comprador	190	10,3	19,4	353	26,2	89.350,08	39,1
Sociedade	Sócio Outorgante	18	0,8	72,0	20	76,9	16.915,73	80,7
	Sócio Outorgado	17	0,9	68,0	18	69,2	14.178,18	67,6
Total	Outorgante	372	16,7		763	26,5	318.893,54	47,4
	Outorgado	340	18,5		761	26,4	257.226,32	38,2

% A: total de agentes (outorgantes/outorgados)

% B: total de agentes da categoria

N.E: Número de escrituras

Obs.: o total diz respeito a todas as categorias consideradas

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Ao comparar os principais resultados de uma e outra localidade (**Tabela 32**), constata-se que os agentes mercantis envolvidos em escrituras registradas em Rio Grande eram mais representativos e apresentaram percentuais superiores aos seus pares em Porto Alegre nas três variáveis, fossem eles outorgantes ou outorgados. Nos créditos, por exemplo, os credores de Rio Grande chegaram a acumular 73,9% do montante total. Apesar de menos expressivos, os credores de Porto Alegre acumularam 40,7% do valor desta categoria de escritura.

Mais do que sugerir uma presença maior de agentes mercantis registrando transações em escrituras públicas, tal característica parece indicar que o grupo mercantil da capital diferenciava-se do estabelecido naquela vila. Sendo que as principais fontes consultadas para identificar a presença de agentes mercantis dizem respeito ao comércio de cabotagem e marítimo, a pequena participação de comerciantes atuantes a partir de Porto Alegre pode indicar que estes atuavam de forma mais acentuada no comércio interno da província,

especialmente o realizado através de rotas fluviais, entre Porto Alegre e Rio Pardo e lacustre, ligando a capital ao porto de Rio Grande. Rotas estas que apenas em parte eram detectadas pelas referidas fontes. No caso dos comerciantes de Rio Grande, estes estavam mais vinculados ao comércio de cabotagem e marítimo.

Tabela 32 – Representatividade (%) dos outorgados “ligados ao comércio” nas escrituras de crédito e de bens rurais e urbanos: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850

Categoria	Rio Grande			Porto Alegre		
	Agentes*	Nº E	Valor	Agentes*	Nº E	Valor
<i>Outorgantes</i>	34,7	38,8	59,5	16,7	26,4	47,4
Crédito	34,1	34,9	63,8	28,7	31,3	47,1
Rural	20,2	22,1	42,2	12,0	17,3	34,8
Urbano	21,2	26,2	38,3	16,1	22,9	38,7
<i>Outorgados</i>	40,5	49,1	63,3	18,5	26,4	38,2
Crédito	56,7	51,0	73,9	30,0	25,4	40,7
Rural	27,7	30,2	48,6	14,0	18,7	22,9
Urbano	35,1	41,4	56,6	19,4	26,2	39,1

* total de agentes da categoria

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Acrescenta-se que os agentes mercantis estabelecidos em Porto Alegre que foram relacionados no Almanack de 1808 e matriculados na Junta do Comércio estavam relativamente bem representados entre os outorgantes e outorgados nas escrituras registradas na capital, enquanto os comerciantes de Rio Grande relacionados nestas listagens tinham participação bastante modesta. A recíproca era verdadeira, pois os comerciantes do Almanack e os negociantes matriculados na Junta do Comércio estabelecidos em Rio Grande eram predominantes e acumulavam parcelas significativas das escrituras registradas na própria vila, e a participação dos comerciantes de Porto Alegre muito pequena. Ou seja, nas fontes na quais se pode distinguir com mais precisão os agentes mercantis de cada uma das praças, ficou evidente a diferenciação dos respectivos grupos mercantis. O mesmo pode ser dito a respeito da baixa incidência dos comerciantes de Porto Alegre na Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e na Associação Comercial do Rio Grande.

A segmentação dos dois grupos também fica evidenciada quando se confronta o total de agentes presentes nas escrituras de Rio Grande (1.325) e de Porto Alegre (3.494), pois de um total de 4.738 outorgantes e outorgados diferentes, somente 81 deles (1,7%) apareceram

em ambas as localidades³⁹⁰. Somando as escrituras que cada um destes agentes estava envolvido em Rio Grande e Porto Alegre, tanto como outorgantes quanto outorgados, eles acumularam um total de 480 escrituras no valor correspondente a 229.333,87 libras esterlinas. Os envolvidos de alguma forma na atividade mercantil representavam 61,7% destes agentes, com 55,4% escrituras e o valor correspondente era equivalente a 84,6% do montante total acumulado pelos agentes atuantes em Rio Grande e Porto Alegre. Os matriculados na Junta do Comércio representavam 18% destes agentes mercantis – ou 11,1% do total de outorgantes e outorgados que registraram escrituras nas duas localidades em questão. Eles acumularam 18,4% destas escrituras e aproximadamente a metade do montante correspondente. Destacavam-se agentes como o negociante de grosso trato de Rio Grande, João Antonio Lopes, com 30 escrituras (6,2%) e valor total de 17.538,11 libras (7,6%). Os comendadores Domingos Faustino Correia e Israel Soares de Paiva, com 13 escrituras cada (2,7%), acumularam parcela equivalente a 9,1 e 12% do valor, respectivamente. O comerciante Frederico Pradel e a firma Miguel da Cunha Pereira & Companhia – este último também matriculado como negociante de grosso trato de Rio Grande e listado no Almanack 1808 – registraram 11 escrituras cada (2,3%), mas com valores mais baixos, correspondentes a respectivamente 2,7 e 1,3% do valor total.

No caso das escrituras de *embarcações* e as de *sociedade*, tal como em Rio Grande, devido aos procedimentos metodológicos adotados, os agentes mercantis apresentaram parcelas elevadas, principalmente no total das escrituras e nos valores correspondentes. Nas demais, os percentuais foram menos significativos. Os outorgados com vínculos mercantis concentraram uma parcela mais significativa do valor total em relação aos outorgantes somente nas escrituras de propriedades *urbanas*, com 38,3% do montante investido nestes tipos de bens. Nas demais categorias, o percentual dos outorgantes sobre o montante investido foi no mínimo seis pontos percentuais superior. Este é o caso das transações de crédito. Os credores vinculados ao comércio eram 30% dos agentes desta categoria de escritura, mas apenas 4,5% do total de outorgados, e concentravam 25,4% dos registros e 40,7% do valor. Os devedores, por sua vez, tinham praticamente a mesma representatividade dos outorgantes em relação aos agentes envolvidos, mas foram responsáveis por uma parcela mais elevada das escrituras (31,3%) e do montante acumulado (47,1%). Em Rio Grande, estes percentuais eram

³⁹⁰ Referindo-se ao comércio marítimo, João Fragoso enfatizou que a especialização regional era uma de suas características definidoras, pois a maior parte dos agentes envolvidos na atividade atuava em apenas uma das macrorregiões por ele consideradas (Rio de Janeiro e Espírito Santo, Norte, Sul, Rio da Prata, África, Portugal e Oriente). FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 187-194.

superiores nas três variáveis, tanto entre devedores quanto entre credores, mas estes últimos apareciam com os percentuais mais elevados.

Quanto à representatividade em relação ao total de agentes e ao número de escrituras registradas, os outorgados foram superiores em quase todas as categorias. As transações de propriedades *urbanas* foram as que apresentaram os maiores percentuais de envolvidos no comércio em relação ao total de agentes, tanto outorgantes quanto outorgados. As cifras que eles acumularam no número de escrituras eram respectivamente de 22,9 e 26,2%. Quanto aos valores, ambos acumularam praticamente a mesma parcela: 39%.

Observa-se que a participação dos envolvidos com a atividade mercantil em investimentos *rurais* também era significativa. Os vendedores eram 4,9% dos outorgantes e acumulavam 17,3% das escrituras e 34,8% do numerário total envolvido, enquanto os compradores deste tipo de propriedade eram um pouco mais representativos no total de agentes (5,8%) e de escrituras (18,7%), mas a parcela do valor total foi significativamente menor: 22,9%. No entanto, ao contrário do constatado em Rio Grande, em todas as variáveis consideradas predominavam os investimentos dos agentes mercantis na aquisição de propriedades urbanas, independente se eram vendedores ou compradores. Tal caracterização sugere que poderia haver um maior nível de urbanização da capital em relação a Rio Grande, contribuindo assim para que os comerciantes investissem maior numerário na aquisição destes bens e realizavam com eles atividades rentistas. Segundo Helen Osório, um dos subgrupos ocupacionais dos negociantes do Rio Grande de São Pedro no período colonial era o dos “rentistas-urbanos” que tinham 50,5% de suas fortunas em bens urbanos e outros 23% em bens rurais (terras)³⁹¹. A condição de sede administrativa da província e uma provável melhor delimitação entre os espaços urbanos e rurais também deve ser considerado. Acrescenta-se neste sentido, que nas primeiras décadas do século XIX, Porto Alegre tinha uma população urbana maior do que a de Rio Grande, conforme foi destacado no primeiro capítulo, e consolidava-se como entreposto de importantes rotas de navegação fluvial e lacustre.

Na **Tabela 33** constam os dados referentes aos outorgantes e outorgados que eram matriculados na Junta do Comércio. No total, os negociantes de grosso trato identificados, acumularam 17,6% do valor concentrado pelos credores e compradores ligados ao comércio, enquanto os outorgantes na mesma situação concentram 11,5% do valor acumulado pelo conjunto dos devedores e vendedores na mesma situação. Em Rio Grande, foi visto que estes

³⁹¹ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 308-9. Ver também FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 347-52.

percentuais eram significativamente mais elevados, respectivamente 33,1 e 24,6%, mais um indício do vínculo do grupo mercantil com o comércio de cabotagem e marítimo.

Tabela 33 – Participação dos *negociantes de grosso trato* nas escrituras de acordo com a categoria de escritura (Porto Alegre, 1808-1850)

Categoria	Outorgante/ Outorgado	Nº Agentes	% A	% B	N.E	%	Valor (£)	%
Crédito	Devedor	5	0,2	1,5	6	1,5	1.397,66	1,2
	Credor	13	0,7	4,7	13	3,3	10.461,62	8,9
Embarcação	Vendedor	11	0,5	9,7	14	11,6	9.295,41	15,8
	Comprador	12	0,7	11,9	17	14,0	10.648,34	18,1
Rural	Vendedor	17	0,8	1,9	22	2,3	12.077,81	5,3
	Comprador	13	0,7	1,7	25	2,7	9.175,10	4,0
Urbano	Vendedor	24	1,1	2,1	42	3,1	15.159,87	6,6
	Comprador	22	1,2	2,3	56	4,2	14.733,05	6,4
Sociedade	Sócio Outorgante	2	0,1	8,0	3	11,5	2.311,29	11,0
	Sócio Outorgado	1	0,1	4,0	1	3,8	400,83	1,9
Total	Outorgante	40	1,8		83	2,9	36.633,96	5,4
	Outorgado	42	2,3		112	3,9	45.239,50	6,7

% A: total de agentes (outorgantes/outorgados)

% B: total de agentes da categoria

N.E.: número de escrituras

Obs.: o total diz respeito a todas as categorias consideradas.

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Ao contrário do conjunto dos agentes mercantis envolvidos nas escrituras, os outorgados apresentaram as maiores parcelas nas três variáveis consideradas em relação aos outorgantes, tal como o observado nas escrituras registradas em Rio Grande. No entanto, a representatividade era menor do que a verificada naquela vila. Considerando cada uma das categorias de escrituras, nota-se que nas transações de *embarcações* e *créditos*, os negociantes de grosso trato que foram outorgados eram proporcionalmente mais representativos. No caso dos bens *urbanos*, a parcela do valor era praticamente a mesma. Nas demais, foram os outorgantes que acumulavam as parcelas mais significativas do valor total.

Salienta-se a significativa participação de negociantes de grosso trato nas negociações de imóveis urbanos. Em termos absolutos, esta foi a categoria com maior número destes agentes mercantis. Proporcionalmente, entretanto, as cifras contabilizadas foram um pouco mais expressivas apenas no que se refere ao valor. Foi entre os compradores de embarcações que eles apresentaram os percentuais mais elevados, exceto no que se refere ao percentual do total de agentes envolvidos. Assim, mesmo considerando o procedimento que atribuiu o envolvimento com o comércio aos envolvidos com compra e venda de embarcações, verifica-

se que quando se restringe o universo de agentes, os percentuais permanecem significativos. Do mesmo modo, os outorgantes das escrituras de sociedade, apesar de pouco numerosos, apresentaram parcelas de destaque do número de registros e do valor total.

Assim como o observado em Rio Grande, aqui também se identificou negociantes de grosso trato que acumularam parcelas significativas das escrituras registradas. Destacam-se Gaspar Fróes da Silva e o comendador Manuel José de Freitas Travassos (13 registros, cada), o capitão Silvestre de Souza Teles (9), João Batista da Silva Pereira e Manuel Antonio Fernandes (7) e Francisco de Lemos Pinto (5). Agregados de acordo com o valor total do numerário correspondente às escrituras, que estavam envolvidos os negociantes com parcelas mais significativas foram o comendador Manuel José de Freitas Travassos (4.977,12 libras), Manuel Antonio Fernandes (3.929,12 libras), João Batista da Silva Pereira (2.816,88 libras) e o comendador Domingos Faustino Correia, com apenas uma escritura no valor de 3.841.657 libras esterlinas, valor pelo qual pagou por “uma porção de Campo pertencente à Fazenda Boa Vista”, na margem da Lagoa dos Patos, termo da cidade de Porto Alegre, em 1845³⁹².

Conclui-se que o período final da ocupação luso-brasileira no território do Uruguai e a primeira metade da Guerra dos Farrapos constituíram-se em pontos críticos para a economia do Rio Grande de São Pedro. Tal como já havia observado em Rio Grande, constata-se que neste intervalo, parte dos investimentos antes direcionados em bens ligados ao setor produtivo (rurais) foi deslocada para a aquisição de bens urbanos, indicando que a província passava por um processo de crescente desenvolvimento urbano. A distribuição do valor aplicado na compra de bens rurais, urbanos e embarcações aponta para o incremento da atividade mercantil ao longo do período considerado, uma vez que os bens urbanos e as embarcações acumulavam 43,8% do valor total das escrituras. Considerando a distribuição das vendas, nota-se que as propriedades urbanas e rurais acumularam praticamente o mesmo percentual do montante envolvido, embora no começo da série os bens rurais tenham alcançado 63,9% do valor. As embarcações, por sua vez, responderam por apenas 11% do valor total aplicado nas vendas registradas em Porto Alegre, possivelmente porque na capital não foram negociadas barcas a vapor e pela existência de uma grande parcela de embarcações de pequeno porte, como iates e canos, ambas com preços baixos em relação aos demais tipos de embarcações.

³⁹² APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L54, fl. 34v.

No que diz respeito à distribuição das escrituras, constatou-se que um grande número de agentes estava envolvido nas transações, mas um pequeno grupo concentrava individualmente partes significativas das transações e do valor envolvido. Os comerciantes envolvidos nas escrituras como vendedores e devedores foram mais representativos do que os compradores e credores, ao contrário do que havia sido observado em Rio Grande. Por fim, foi possível constatar que o grupo mercantil estabelecido na capital diferenciava-se do atuante a partir de Rio Grande, pois foram poucos os agentes que atuaram nas duas localidades. Além disso, os comerciantes de Porto Alegre, mesmo os mais destacados, tinham pouca inserção nos espaços de representação do corpo mercantil de Rio Grande: Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e Associação Comercial de Rio Grande. Indício que os comerciantes da capital estavam voltados para o comércio com o seu entorno e com o interior da província através do Rio Jacuí.

Os negociantes de grosso trato, por sua vez, novamente destacaram-se dentro do grupo dos agentes mercantis. Embora menos representativos em relação aos seus pares presentes nas escrituras de Rio Grande, os da capital também concentraram parcelas significativas do valor investido, com destaque para compradores e vendedores de embarcações e os credores. A seguir, o foco da análise será as relações estabelecidas através das procurações registradas em Rio Grande e Porto Alegre.

CAPÍTULO IV

“A CADA UM *DE PER SE IN SOLIDUM* LHES CONCEDEM, E TRESPASSAM TODOS OS SEUS PODERES”: PROCURAÇÕES BASTANTES, AGENTES MERCANTIS E REDES DE COMÉRCIO

O objetivo deste capítulo é investigar a inserção mercantil dos comerciantes atuantes em Rio Grande e Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, através da análise dos procuradores por eles nomeados para atuarem em seus nomes em diferentes partes do Brasil e no exterior. Deste modo, buscou-se saber qual era a abrangência da atuação e dos interesses comerciais destes agentes, bem como a participação deles nas redes mercantis existentes nas diferentes localidades para as quais nomeavam seus representantes legais.

A estruturação e o funcionamento das redes mercantis são temas recorrentes na historiografia. As investigações que tomaram as procurações bastantes como fontes para o estudo do comércio e da economia da América portuguesa ainda são poucas, mas têm demonstrado resultados positivos. Jucá de Sampaio, ao investigar as relações mercantis entre o Rio de Janeiro e Portugal na primeira metade do século XVIII (redes Intra-imperiais de comércio), destaca que juntamente com as sociedades comerciais, as procurações contribuíam para o estabelecimento de vínculos entre agentes de ambas as praças mercantis. Acrescenta que a reiteração da outorga de poderes entre os mesmos agentes ampliava os laços de confiança fundamentais para a realização das transações mercantis vinculadas ao comércio de longa distância a partir do Rio de Janeiro³⁹².

Fábio Pesavento analisou as trajetórias e as redes mercantis dos principais homens de negócios envolvidos com a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. A partir da análise das sociedades mercantis e do conjunto de procurações passadas em Lisboa e na praça carioca, demonstrou que as transações não se limitavam aos domínios do Império português, pois também envolviam praças e negociantes estabelecidos em outros impérios, com destaque para Londres e para as casas mercantis britânicas. Assim como Sampaio, o autor enfatiza o estabelecimento e a consolidação das relações de confiança entre os agentes mercantis envolvidos, observado através da outorga de procurações para a realização de transações comerciais, cada vez mais diversificadas, volumosas e valiosas³⁹³.

³⁹² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Relações mercantis entre a praça carioca e Portugal na primeira metade do século XVIII. In: SOUSA, Fernando de (Org.). **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia**. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 2008, v. 1, p. 233-246.

³⁹³ Segundo Pesavento, era possível observar nestas transações a existência de redes de comércio Transimperiais, que se desdobravam em Intra e Extra-Imperiais. Para exemplificar, utiliza-se do caso da casa mercantil do

Kelmer Mathias, por sua vez, recorreu às escrituras de procuração como fonte para a análise do perfil econômico de Minas Gerais na primeira metade dos setecentos e os circuitos mercantis envolvidos com a economia do ouro. Os principais vínculos foram os estabelecidos com Portugal e importantes praças do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Neste sentido, o autor chama a atenção para a inserção direta da capitania mineira nos circuitos mercantis do Império português³⁹⁴. Além de suas respectivas contribuições para o estudo das redes mercantis da América portuguesa, as investigações acima também se constituem em referenciais metodológicos para o tratamento e análise das escrituras de procuração utilizadas neste capítulo.

No primeiro capítulo foi visto que, apesar da ampliação dos parceiros mercantis do Rio Grande de São Pedro a partir da abertura dos portos (1810), o Rio de Janeiro manteve-se como a principal origem e destino das mercadorias negociadas através de seu porto marítimo. Nesta parte da investigação, buscou-se observar de que forma estes vínculos podiam ser observados através das escrituras *de procuração bastante* registradas em Rio Grande e em Porto Alegre.

David Smith afirma que as procurações estabeleciam uniões informais entre comerciantes estabelecidos em diferentes praças e baseavam-se nas relações existentes entre as partes. Elas não implicavam no estabelecimento de sociedades, mas permitiam que fossem efetuados os diferentes procedimentos necessários para a realização das transações mercantis que interessavam às partes envolvidas³⁹⁵. De acordo com Jucá de Sampaio, a constituição de sociedades entre agentes mercantis geralmente pressupunha a troca de procurações entre os

holandês Ludero Illius & Cia, um dos mais importantes negociantes estabelecidos em Lisboa. Ele importava mercadorias de diferentes partes da Europa, que posteriormente eram enviadas de Lisboa para o Rio de Janeiro e outras praças do Império português. A primeira etapa define as redes Extra-Imperiais, enquanto a segunda caracterizava as Intra-Imperiais. PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte**, op. cit., p. 95-149; a definição das redes está nas p.101-2.

³⁹⁴ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Participação de segmentos sociais fluminenses nas procurações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730). **História & Perspectivas** (UFU), v. 40, p. 227-250, 2008; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Nos ventos do comércio negreiro: a participação dos traficantes baianos nas procurações passadas no termo de Vila do Carmo (1711-1730). **Revista de História** (USP), v. 158, p. 89-130, 2008; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Escrituras de “procuração bastante”: potencialidade e possibilidades de análise, o caso de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: **Anais do III Simpósio Império e Lugares no Brasil. Itinerários de pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos**. Ouro Preto: Núcleo de Pesquisa Departamento de História UFOP, 12-14 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/11.pdf>. Acesso em: 28 Jul. 2011.

³⁹⁵ SMITH, David G. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690**. Austin: University of Texas, 1975 [tese de doutorado], p. 128-129 *apud* MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O perfil econômico da capitania de Minas Gerais na segunda década do século XVIII, notas de pesquisa, 1711 - 1720. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas (CEDEPLAR/UFMG). Diamantina, MG - 29 de agosto a 1º de setembro de 2006. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A050.pdf. Consultado em 28/07/2011.

envolvidos, mas a existência delas não necessariamente estava diretamente relacionada às relações mercantis³⁹⁶. Leonor Freire Costa destaca que as procurações eram uma das formas de associação acionadas por agentes mercantis estabelecidos em diferentes portos de Portugal (Lisboa, Porto e Viana) implicados na importação de açúcar do Brasil (Bahia e Pernambuco), para formalizar seus interesses em contratos de fretamento de embarcações para esta finalidade³⁹⁷.

Na grande maioria das procurações bastantes de Rio Grande e Porto Alegre, predominavam os outorgantes que cediam plenos poderes sem especificar sua finalidade. Apenas 51 (6,6%) e 16 (2,3%) escrituras de procuração registradas nas respectivas localidades tiveram sua finalidade especificada. Em algumas delas os vínculos com o comércio ficam evidentes, este é o caso da procuração bastante registrada em março de 1814 na qual a firma estrangeira Westin & Companhia, estabelecida na vila de Rio Grande, nomeou o também estrangeiro Tomás Jahorly (sic) como seu representante em “qualquer parte onde apresente esta procuração”, para dispor da carga do bergantim português “Aurora”³⁹⁸. Destaca-se que a transação envolvia agentes mercantis estrangeiros estabelecidos em Rio Grande, que negociavam diretamente com Portugal, tendo em vista a bandeira da embarcação envolvida. No primeiro capítulo, quando comparei os dados referentes à movimentação portuária de Rio Grande na primeira metade do século XIX, com informações fornecidas pela bibliografia para a segunda metade do mesmo século, destaquei que houve uma gradual substituição dos luso-brasileiros pelos negociantes estrangeiros no comércio de longa distância e a concentração daqueles no comércio de cabotagem. Este foi um processo consolidado somente na segunda metade do oitocentos, no caso da província rio-grandense.

Bernardo Taveira, em 1837, cedeu plenos poderes para seus procuradores no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão “poderem dissolver a sociedade que ele outorgante tem com Miguel Lino Ferreira”³⁹⁹. O capitão José Ribeiro dos Santos, comerciante de Porto Alegre listado no Almanack de 1808, nomeou nove procuradores na capital. Entre eles, destaca-se Baltazar Antônio Pinto que ficava responsável pela administração de sua Casa de negócio⁴⁰⁰.

Além das escrituras de procuração vinculadas às atividades mercantis, havia aquelas

³⁹⁶ SAMPAIO, A. Relações mercantis..., op. cit., p. 238; 241.

³⁹⁷ COSTA, L. **O transporte no Atlântico**, op. cit., p. 95-100.

³⁹⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L4, fl. 87.

³⁹⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl. 87v.

⁴⁰⁰ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L33, fl. 190v. Para a listagem completa dos comerciantes relacionados por Manuel Antonio de Magalhães (1808), ver MAGALHÃES, M. *Almanaque da Vila de Porto Alegre*, op. cit., p. 131-36.

destinadas a tratar de procedimentos relacionados à partilha de bens de parentes falecidos. Este é o caso de João Tomás de Menezes, comerciante de Porto Alegre que em 1815 nomeou quatro procuradores na cidade do Porto para tratar da herança que tivesse direito na partilha dos bens de seus falecidos pais⁴⁰¹. Contudo, apesar da pouca incidência de escrituras de procurações com especificações registradas, considero que os poderes outorgados através das procurações eram amplos o suficiente para julgar que também pudessem ser utilizadas para a realização de transações comerciais.

Assim como os demais tipos de escrituras públicas, as de procuração obedeciam a certas “fórmulas” de redação adotadas pelo escrivão com pequenas variações de um documento para outro. Na abertura era informada a data e o local onde estava sendo efetuado aquele registro, eram apresentados os outorgantes e seus procuradores, bem como as praças para as quais eram válidas as respectivas procurações. Em seguida, no texto presente em todas as escrituras de procuração analisadas, inclusive nas poucas que continham alguma finalidade específica indicada, os poderes outorgados eram assim descritos:

(...) aos quais todos, e a cada um *de per se in solidum* lhes concedem, e trespasam todos os seus poderes em Direitos necessários, para que por ele Outorgante onde quer que com os mesmos se achem possam procurar, requerer, alegar, defender, e mostrar todo o seu Direito, e Justiça, em todas as suas Causas, e demandas cíveis, e Crimes, movidas, e por mover, em que for Autor, ou Réu; e poderão arrecadar toda a sua fazenda, e dívidas que se lhe devam, como heranças, legados, bens móveis, e de raiz, ouro, prata, dinheiro ainda de Cofres da Real Fazenda, Órfãos e Ausentes, e tudo o mais que lhe pertencer, para que o demandarão em tudo aos seus devedores, e a quem mais o deva ser, oferecendo contra eles os Requerimentos, e ações competentes onde tocar, dar-lhe prova, pondo-lhe contraditos, e suspensões, apelar, agravar, embargar, e jurar em sua Alma qualquer hiato Juramento de Calúnia decisório, e Supletório, e fazê-lo dar a quem convier, variando de uma ação para a outra, e tornar a consentir nela, e de tudo que houverem de receber de mão plenas, e gerais quitações como pedidos lhe forem, citando inteiramente a todos os mais tenças, e Autos judiciais, e extrajudiciais, e segura de Juízo, e com livre, e geral administração de seus bens da mesma forma que ele Outorgante o fora, fazendo transações, e amigáveis composições, quitas, e juras, desistências, nomeações, louvações, protestos, contraprotostos, embargos, Seqüestros, Penhoras, execuções, prisões, consentimentos em solturas, habilitações, confissões, justificações, cessões, tenças, arrendamentos, trocas, e ajustes de contas, tomar por si e recatar bens em pagamento, requerer Inventários e Partilhas, certar a elas com todas as citações necessárias; e substabelecerão todos estes poderes, ou parte deles com quem lhes parecer, e para as partes que quiserem os substabelecidos em outros da mesma forma e revogá-los querendo,

⁴⁰¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L38, fl. 83v. O outorgante foi relacionado como comerciante de Porto Alegre no Almanack de 1808.

e finalmente farão tudo o mais que for em seu benefício que o haverá por bem feito, assim como tudo o que fizerem por virtude de suas Contas de Ordens, e avisos particulares, que quer valham como parte desse juramento; e só para a sua pessoa reservada a nova citação, e os relevar do encargo da Satisfação que o Direito outorgado (...) ⁴⁰².

Apesar de longa, a citação deste excerto da fonte é importante porque apresenta detalhadamente todos os poderes outorgados aos procuradores. Destaca-se, além dos procedimentos propriamente jurídicos – como a representação dos outorgantes na condição de autores ou réus –, as ações que podem ser tomadas como indicativas de atividades econômicas e comerciais. Em nome de seus representados, os procuradores ficavam autorizados a realizarem procedimentos como a cobrança de devedores, receberem pagamentos de heranças e legados, bens móveis, de raiz, ouro e prata e dinheiro em espécie. Podiam ainda atuar em nome dos outorgantes “fazendo transações, e amigáveis composições”, o que parece dentro do espectro dos procedimentos próprios do trato mercantil, tais como a compra e venda de mercadorias, de escravos, o fretamento de navios mercantes, consignação de mercadorias e a contratação ou dissolução de sociedades comerciais.

Acrescenta-se a isso a recorrente presença de agentes ligados ao comércio, tanto como outorgantes quanto como procuradores, e a delegação de poderes a representantes estabelecidos ou atuantes nas principais praças mercantis do Brasil e do exterior, como é possível observar em diversos registros. É o que fica sugerido na escritura de procuração registrada em 1816 por Agostinho Alves Ramos, negociante de grosso trato da vila de Rio Grande. Nesta, foram nomeados quatorze procuradores: dois em Porto Alegre, três em Rio Grande, dois em Ilha de Santa Catarina, dois na Bahia, três no Rio de Janeiro e dois em Lisboa ⁴⁰³. Entre eles estavam dois dos mais freqüentes procuradores identificados: Custódio José Teixeira de Magalhães e o Capitão Francisco Machado de Souza, que foram relacionados por Manoel Antônio de Magalhães em 1808 como comerciantes da capital rio-grandense e da Ilha de Santa Catarina, respectivamente ⁴⁰⁴. De tal modo, parece justificada a pertinência da

⁴⁰² APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L42, fl. 8v. Quando havia, as especificações eram anotadas em seguida da nomeação dos procuradores e suas respectivas praças, como no caso da procuração passada por José Bernardo Taveira, em 1837, “(...) com especialidade para poderem dissolver a sociedade que ele Outorgante tem com Miguel Lins Ferreira, recebendo tudo quanto lhe pertencer (...)”. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L15, fl. 87v. As procurações registradas no termo da Vila do Carmo, em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII apresentavam um padrão bastante semelhante, com variações pouco significativas. MATHIAS, C. Escrituras de “procuração bastante”..., op. cit.

⁴⁰³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L6, fl. 153v. A matrícula do outorgante foi registrada na Junta do Comércio em 20/09/1814. ANRJ, Cód. 170, v. 1, fl. 62.

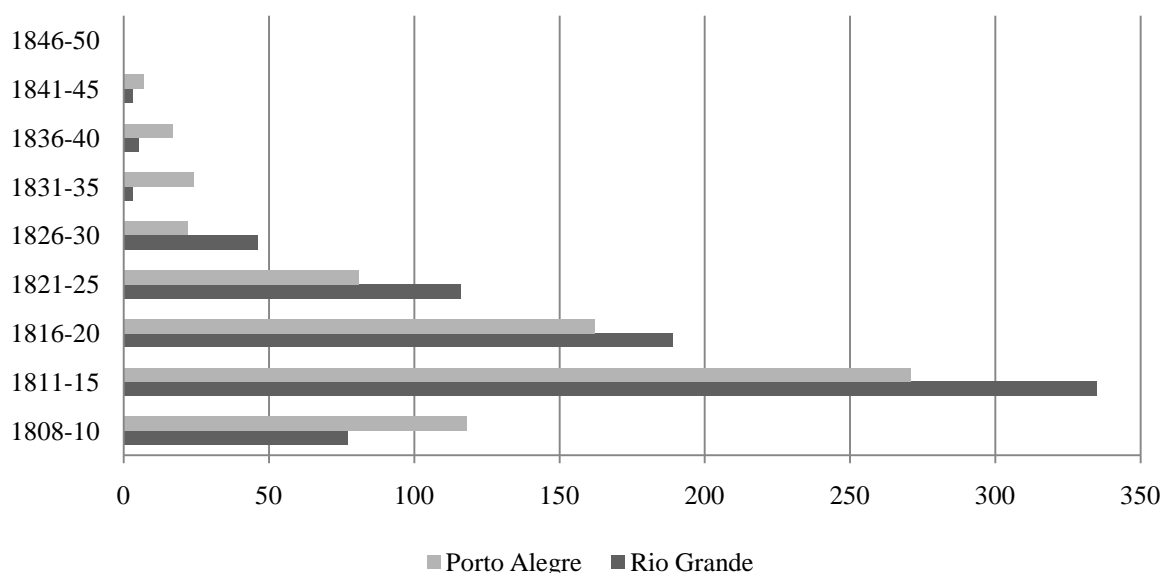
⁴⁰⁴ Custódio José Teixeira de Magalhães também se envolveu com o tráfico negreiro para o Rio Grande de São Pedro. AHRS. **Guias de escravos**, maço 37.

utilização das procurações bastantes para a análise das redes de relacionamento sociais e da inserção mercantil dos habitantes de Rio Grande e de Porto Alegre, apesar de suas limitações.

4.1 As procurações bastante de Rio Grande e Porto Alegre

A base documental é formada por **774** escrituras de procuração de Rio Grande e **701** de Porto Alegre, registradas entre os anos de 1808 e 1845, e respectivamente outorgadas por **714** e **636** outorgantes, independente se individualmente ou em grupo⁴⁰⁵.

**Gráfico 24 – Número total de escrituras de procuração
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50)**



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Observa-se no **Gráfico 24** que as anotações estavam concentradas entre 1808 e 1825 em ambas as localidades. Em termos percentuais, os lustros compreendidos por este período concentravam 92,6% das escrituras de procuração de Rio Grande e 90% das outorgadas em Porto Alegre. A partir dos anos seguintes houve uma sensível redução e no último quinquênio não foi registrado nenhum destes instrumentos públicos. Trata-se provavelmente de um sub-registro, pois nestas localidades as procurações somente passaram a ser anotadas em livros

⁴⁰⁵ Nas duas localidades predominavam os outorgantes de apenas uma escritura de procuração. Em Rio Grande estavam assim distribuídas: 660 (1), 48 (2) e 6 (3), enquanto na capital eram 585 (1), 41 (2), 8 (3) e 2 (5). Parte destas escrituras tinha mais de um outorgante, nelas estavam presentes um total de 737 outorgantes diferentes em Rio Grande e 696 em Porto Alegre.

próprios a partir da década de 1870⁴⁰⁶.

Tanto em Rio Grande quanto na capital da província, observa-se que no lustro de 1811-15, período coincidente com as primeiras incursões na Banda Oriental, foi registrada a maior parte das escrituras de procuração: Rio Grande (335) e Porto Alegre (271). No caso das procurações registradas naquela vila deve-se levar em consideração a instalação e início dos trabalhos do tabelionato próprio da vila (1811), o que facilitava a realização dos diferentes procedimentos cartoriais, antes limitados pelo deslocamento dos outorgantes até a capital ou dependente da visita do tabelião da capital à região. Quanto a gradativa redução dos registros a partir de 1826-30, tal como havia sido destacado na apreciação dos **Gráfico 7** e **16**, devem também ser consideradas as conjunturas de guerra enfrentadas pela província na primeira metade dos oitocentos. Enquanto o período das primeiras incursões foi de expansão econômica para o Rio Grande de São Pedro, a Guerra Cisplatina (1825-28) e a primeira metade da Guerra dos Farrapos tiveram impacto negativo para a economia rio-grandense. Deste modo, além do evidente sub-registro, salienta-se que a distribuição das escrituras de procuração acompanhou a tendência observada para o conjunto das escrituras de Rio Grande e Porto Alegre, analisadas nesta investigação.

As “regiões”⁴⁰⁷ para as quais os outorgantes de Rio Grande e de Porto Alegre nomearam seus representantes eram relativamente variadas: dezessete nos dois casos, desconsiderando as válidas para “Qualquer parte onde apresente esta procuração”. No que diz respeito às localidades externas ao Rio Grande de São Pedro, predominavam aquelas com as quais a província mantinha tradicionalmente um maior fluxo de comércio. Como em uma mesma escritura poderiam ser nomeados mais de um procurador para diferentes localidades, considerei primeiramente as regiões registradas, independente do número de procuradores nomeados para cada uma delas. Em 1818, por exemplo, Manuel do Rego nomeou doze procuradores distribuídos no Rio Grande de São Pedro – Rio Grande (5) e Porto Alegre (1) –, em Santa Catarina (3) e no Rio de Janeiro (3). De acordo com o critério adotado, contabilizei neste caso uma ocorrência para o Rio Grande de São Pedro, uma para Santa Catarina e uma para o Rio de Janeiro⁴⁰⁸. Assim é possível aferir com mais precisão a participação de cada região nas procurações passadas na capital e na vila sede do porto marítimo do Rio Grande de São Pedro. Nas tabelas a seguir apresento a frequência das principais regiões referidas nas

⁴⁰⁶ APERS. **Procurações**. Rio Grande, 1º Tabelionato, Livro S/Nº (1872); 2º Tabelionato, Livro 1 (1876); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 1 (1874); 2º Tabelionato, Livro 1 (1874).

⁴⁰⁷ O termo “região” foi utilizado para designar as capitânicas/províncias e os países as quais pertenciam as respectivas localidades citadas nas escrituras de procuração.

⁴⁰⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 37v.

escrituras de procuração: na vila de Rio Grande (774) contabilizei **1.908** ocorrências, enquanto em Porto Alegre (701) foram **1.428**.

Conforme os dados reunidos na **Tabela 34**, nos dois casos considerados predominava em termos absolutos as ocorrências internas. As ocorrências válidas para a província eram mais numerosas em Rio Grande do que em Porto Alegre. Entre as demais regiões, destaca-se o Rio de Janeiro, seguido de Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Portugal era o destino no exterior com maior número de ocorrências. Em todas estas predominavam as ocorrências contabilizadas nas procurações da vila de Rio Grande. Apenas para a região de São Paulo as procurações registradas na capital rio-grandense apresentavam-se em maior número. No caso da distante província de Pernambuco, o total de procurações registradas em Rio Grande era quase o triplo das registradas em Porto Alegre. Comparativamente, destaca-se ainda que o total de escrituras passadas na capital para a própria província era pouco inferior ao total de escrituras de procuração passadas em Rio Grande para o Rio de Janeiro. Aspecto este que pode ser interpretado como um indício da maior vinculação da capital com outras praças rio-grandenses.

Tabela 34 – Distribuição das procurações de acordo com as ocorrências de cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	719	37,7	568	39,8
Rio de Janeiro	593	31,1	425	29,8
Santa Catarina	321	16,8	221	15,5
Bahia	83	4,4	68	4,8
Portugal	57	3,0	52	3,6
Pernambuco	46	2,4	16	1,1
São Paulo	27	1,4	29	2,0
Outras regiões	62	3,2	49	3,4
Total	1.908	100	1.428	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

No que se refere à representatividade destas regiões no total de procurações registradas em cada um dos tabelionatos considerados, é possível perceber algumas pequenas diferenças. Apesar do predomínio numérico das procurações registradas em Rio Grande para a própria província, as registradas na capital (39,8%) representavam uma parcela um pouco mais elevada do que a observada naquela vila (37,7%). Concomitantemente, a frequência com a qual os outorgantes de Rio Grande nomeavam procuradores no Rio de Janeiro (31,1%) superava as equivalentes outorgadas na capital (29,8%). Quanto às nomeações para Portugal,

havia pouca diferença: Rio Grande (3%) e em Porto Alegre (3,6%)⁴⁰⁹.

Percebe-se, portanto, que de qualquer ponto de vista, predominavam as ocorrências dentro da província. O Rio de Janeiro, o principal parceiro mercantil da província desde o período colonial, aparecia como o destino externo mais freqüente das procurações passadas nos dois tabelionatos analisados. Destaca-se ainda que Rio Grande, além de contabilizar um maior número de ocorrências, estas estavam mais voltadas para as regiões externas à província rio-grandense, com destaque para Rio de Janeiro e Santa Catarina. Com relação ao exterior, constatou-se que à exceção de Portugal e, em menor medida, a República Oriental do Uruguai, as procurações destinadas à representantes em outros países era estatisticamente pouco representativa. Portanto, a inserção dos agentes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro restringia-se aos territórios dos domínios portugueses na América e os vínculos mais diretos com o exterior, mesmo com Portugal, apresentavam percentuais modestos. Apesar disso, chama a atenção que as ocorrências para Portugal superavam em termos absolutos e proporcionais as referentes a importantes praças do Brasil, como Pernambuco e São Paulo.

A avaliação anterior, entretanto, pode subestimar a efetiva importância de cada uma das regiões, pois não foi levado em consideração o número total de procurações passadas para cada uma delas. Lembrando que em cada escritura de procuração poderiam ser nomeados diferentes procuradores para localidades distintas, faz-se necessário verificar a distribuição do total destes documentos de acordo com as regiões para as quais eram destinados. Para efeitos explicativos, cito o caso da negociante Antônio José Rodrigues Ferreira, que no ano de 1810 registrou uma escritura na qual passou quarenta e uma procurações para seus legítimos representantes na capitania rio-grandense (8); Santa Catarina (4); Rio de Janeiro (4); Bahia (4); Pernambuco (4); Argentina (2) e Portugal (15)⁴¹⁰. Ou seja, o número total de procurações corresponde ao total de nomeações feitas para cada uma das referidas localidades. Desta forma, nas tabelas abaixo resumo a distribuição das mencionadas procurações conforme os critérios descritos acima. Considerando cada procurador designado como uma procuração, contabilizei o total de **7.745** procurações em Rio Grande e **5.766** na capital. Nestas, estavam presentes, respectivamente, **2.181** e **2.114** procuradores diferentes, ou seja, parte deles foi nomeada em mais de uma ocasião. Alguns deles com considerável freqüência, como será visto na segunda parte do capítulo.

⁴⁰⁹ Para as “outras regiões”, ver **Anexo 3**.

⁴¹⁰ No Rio Grande de São Pedro foram nomeados procuradores em Rio Grande (4) e Porto Alegre (4); em Portugal as nomeações foram para Braga (3), Lisboa (4), Porto (4) e Vila de Viana (4). APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 106v.

A distribuição das procurações entre as principais regiões para as quais foram nomeados representantes legais estão apresentadas na **Tabela 35**. Em ambas as praças, a maioria deles concentrava-se dentro da província rio-grandense, seguidos do Rio de Janeiro e Santa Catarina. As procurações para Portugal apresentaram praticamente os mesmos números registrados na Bahia e superavam consideravelmente o total de procurações passadas para Pernambuco e São Paulo. Sobre o Rio de Janeiro, acrescenta-se que as procurações passadas em Rio Grande para a província fluminense superavam em mais um terço das registradas em Porto Alegre e acumulavam 57,6% do total das procurações destinadas à esta praça mercantil. A condição de sede do único porto marítimo e o intenso fluxo mercantil entre Rio Grande e o Rio de Janeiro, parece ser o principal fator determinante desta característica

Tabela 35 – Distribuição das procurações passadas para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	4.267	55,1	3.118	54,1
Rio de Janeiro	1.810	23,4	1.334	23,1
Santa Catarina	883	11,4	695	12,1
Portugal	232	3,0	186	3,2
Bahia	228	2,9	190	3,3
Pernambuco	116	1,5	48	0,8
São Paulo	89	1,1	91	1,6
Outras regiões	120	1,5	114	2,0
Total	7.745	100	5.776	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Entre as procurações reunidas no campo “Outras regiões” – Rio Grande e Porto Alegre (ver Anexo 4), destaca-se a baixa frequência observada para os vizinhos do Rio da Prata, apesar dos conhecidos interesses dos habitantes do Rio Grande de São Pedro na região. Em Rio Grande foram registradas procurações para o Uruguai (33) e Argentina (6), enquanto em Porto Alegre foram passadas seis e três procurações, respectivamente. Salienta-se ainda, que apesar da pequena incidência, em Rio Grande foram nomeados procuradores na Inglaterra (1) e nos Estados Unidos (1). Na capital chamo a atenção para quatro procurações outorgadas para a África – Moçambique (3) e Ilha do Príncipe (1) – e duas para Macau.

Em termos proporcionais, a despeito da substancial superioridade numérica das procurações passadas em Rio Grande para localidades dentro da província e para o Rio de Janeiro, em relação ao contabilizado para a capital, observa-se que em ambos os casos a representatividade era praticamente a mesma. As procurações passadas para Santa Catarina,

Bahia, São Paulo e Portugal eram proporcionalmente um pouco mais representativas entre as procurações passadas em Porto Alegre, embora somente para São Paulo fossem numericamente superiores às nomeações registradas em Rio Grande.

Em comparação com os resultados obtidos a partir da análise da **Tabela 34**, o mais importante a se destacar é que as procurações passadas para o Rio Grande de São Pedro eram ainda mais representativas do que observado através da contabilização do total de ocorrências de cada uma das regiões consideradas. Portanto, a partir do que é possível aferir através de uma apreciação geral das escrituras de procuração, os vínculos mercantis dos outorgantes estabelecidos na vila sede do porto marítimo e na capital rio-grandense restringiam-se à América portuguesa, e em menor grau, com Portugal e os vizinhos platinos. Comparando as duas praças em questão, sugere-se que os vínculos externos de Rio Grande eram mais evidentes em relação aos de Porto Alegre. Além disso, ratifica-se a importância do Rio de Janeiro e de seu porto para a economia rio-grandense.

Após uma apreciação geral das regiões para as quais foram nomeados representantes dos outorgantes, volta-se a atenção especificamente para as nomeações realizadas para as diferentes praças mercantis da capitania/província rio-grandense. Em Rio Grande foram passadas setecentas e dezenove escrituras de procuração para o Rio Grande de São Pedro, enquanto na capital foram outorgadas quinhentas e setenta e duas. A partir delas foi elaborada a tabela a seguir, na qual estão apresentadas as localidades para onde foram passadas as procurações válidas para o Rio Grande de São Pedro. Nestas escrituras foram contabilizadas **4.267** procurações em Rio Grande e **3.118** em Porto Alegre.

Tabela 36– Distribuição das procurações passadas para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande	2.043	47,9	542	17,4
Porto Alegre	1.822	42,7	1.807	58,0
Rio Pardo	306	7,2	485	15,6
Santo Antônio da Patrulha	59	1,4	162	5,2
Cachoeira	8	0,2	70	2,2
Outras praças	29	0,7	52	1,7
Total	4.267	100	3.118	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

A observação da distribuição do total de procurações outorgadas entre as localidades citadas indica que entre as procurações passadas em *Rio Grande*, 2.043 eram para esta mesma localidade. As demais eram principalmente para Porto Alegre e Rio Pardo. Quanto às registradas em *Porto Alegre*, também observou-se a tendência do maior número de procuradores ter sido nomeado para representar seus outorgantes na própria capital (1.807), valor este próximo ao total de procurações registradas em Rio Grande para a capital. Para aquela vila, foram designadas 542 procurações e para Rio Pardo, 485. Cachoeira (70) e Santo Antônio da Patrulha (162) também se destacavam entre as praças para as quais foram nomeados procuradores na capital. Entre as de menor expressão, constam Caçapava e Triunfo, com sete procuradores cada.

Na mesma tabela é possível perceber ainda que as procurações passadas em Rio Grande para a própria vila representavam 47,9% do total, enquanto as registradas em Porto Alegre para Rio Grande representavam apenas 17,4%, parcela não muito superior à constatada para Rio Pardo (15,6%). Em Rio Grande, apenas 7,2% dos procuradores foram nomeados para Rio Pardo. Na capital, a maior parte deles recebeu poderes para atuar na própria cidade (57,9%). Porto Alegre com 42,7% respondeu pelo segundo maior percentual do total dos procuradores nomeados nas escrituras de procuração de Rio Grande. Juntas, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo respondiam por 97,8% de todos os procuradores nomeados naquela vila⁴¹¹.

A análise das praças mais frequentes e da distribuição do total dos procuradores, nomeados em Rio Grande e Porto Alegre para localidades do Rio Grande de São Pedro e de fora da província, indicam que a capital rio-grandense vinculava-se mais ao interior da província, especialmente Rio Pardo, para a qual servia de entreposto para o comércio realizado com o porto da vila de Rio Grande. Nesta, por sua vez, as procurações registradas indicam vínculos mais consistentes com as principais praças de fora da província rio-grandense, destacadamente com o Rio de Janeiro. Com relação às praças estrangeiras, as que apareceram com mais destaque tanto no total de ocorrências quanto ao número de procuradores nomeados foram as da antiga metrópole lusa.

Nas escrituras de procuração registradas em Rio Grande (57) e Porto Alegre (54) com procurações válidas para Portugal, foram passadas 418 procurações para diferentes localidades portuguesas: Rio Grande (232) e Porto Alegre (186). Na tabela abaixo apresenta-

⁴¹¹ Para “outras regiões”, ver **Anexo 5**.

se um análise mais detalhada destes registros. Para organizar as informações reunidas utilizei as seis subdivisões tradicionais das províncias portuguesas: *Entre-Douro-e-Minho* (ou apenas *Minho*), *Trás-os-Montes*, *Beira*, *Estremadura*, *Alentejo* e *Algarve*. As localidades situadas nas ilhas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira foram reunidas no título *Ilhas*⁴¹².

Conforme os dados apresentados na **Tabela 37**, entre as procurações passadas em Rio Grande, cento e vinte quatro cediam poderes para que os respectivos procuradores pudessem representar seus outorgantes no Minho – destacadamente na cidade do Porto (86) –, sessenta para a Estremadura (todos em Lisboa) e trinta e quatro para as Ilhas. As demais regiões apresentaram poucos registros. Na capital, as procurações também concentravam-se nas duas primeiras províncias citadas, mas em número menor: noventa e duas e cinquenta e três procurações, respectivamente. O total de procurações outorgadas para as Ilhas (12) foi inferior às destinadas a qualquer parte de Portugal (20).

**Tabela 37 – Distribuição das procurações passadas para Portugal
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)**

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Entre-Douro-e-Minho	124	53,4	92	49,5
Estremadura	60	25,9	53	28,5
Ilhas	34	14,7	12	6,5
Portugal	8	3,4	20	10,8
Beira	3	1,3	6	3,2
Alentejo	3	1,3	0	0,0
Trás-os-Montes	0	0,0	3	1,6
Total	232	100	186	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quanto à representatividade de cada uma das províncias portuguesas, nota-se que em Rio Grande, 53,4% das nomeações eram para o Entre-Douro-e-Minho. Apenas as destinadas à cidade do Porto concentravam 37,1% do total, ou 69,4% das procurações passadas para esta província. As procurações válidas para Estremadura eram 25,9% do total e as Ilhas respondiam por 14,7%. Em Porto Alegre, 49,5% das procurações eram para o Minho, 28,5% para Lisboa (Estremadura) e 10,8% destinavam-se a qualquer parte de Portugal. As nomeações para as Ilhas representavam 6,5% das procurações passadas na capital rio-grandense.

⁴¹² Utilizei como referência a divisão adotada por Jorge Pedreira ao analisar as origens geográficas do corpo mercantil de Lisboa. PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**, op. cit., p. 195. Para o detalhamento das localidades pertencentes a cada uma das regiões, ver **Anexo 6**.

Na análise das escrituras de procuração válidas para Portugal, portanto, é possível perceber que as províncias do Minho e da Estremadura foram as que receberam a maior parte das ocorrências e das procurações registradas em Rio Grande e Porto Alegre. Na verdade não é surpreendente, pois coincidem, em primeiro lugar, com as procedências dos negociantes que compunham o corpo mercantil de Lisboa, como demonstra Jorge Pedreira ao analisar a origem dos mais importantes negociantes atuantes na capital portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. O autor constatou que a maioria deles era natural da província do Minho (35,1%) e de Lisboa (32,4%) – outras regiões da Estremadura pouco contribuíram para a composição deste grupo mercantil: 5,2%. Beira (7,7%) e Trás-os-Montes (9,9%) também contribuíram de forma mais significativa, enquanto os naturais do Alentejo e do Algarve eram muito poucos. A contribuição destas duas últimas províncias e das Ilhas era inferior à registrada em relação aos oriundos do Brasil (2,5%) e de países estrangeiros (4,9%). Sobre o Minho, o autor enfatiza que além de ser “o campo de recrutamento predominante” dos negociantes de Lisboa, era também a principal fonte “que alimentava a emigração para o Brasil”. Ainda que não fosse uma exclusividade para os oriundos desta província, a passagem pelo Brasil apresentava-se como alternativa de rápida ascensão na hierarquia mercantil, principalmente para aqueles que não contavam com os recursos e as redes de relacionamentos necessárias para iniciarem suas carreiras no Reino⁴¹³.

Em segundo lugar, é conhecida a predominância minhota entre os imigrantes portugueses que se estabeleceram na América portuguesa⁴¹⁴ (com destaque para aqueles que compunham o corpo mercantil). Ao investigar o perfil de recrutamento dos negociantes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro entre 1775 e 1825, Helen Osório constatou um quadro condizente ao observado por Pedreira. Durante este período, o percentual dos naturais do Reino variou entre 60 e 70,1%. Os originários da província do Minho representavam 87,5% dos portugueses falecidos na capitania rio-grandense e 66,7% dos comerciantes atuantes na região no ano de 1808, de acordo com o Almanack da Vila de Porto Alegre. A autora enfatiza que a predominância minhota entre os agentes mercantis estabelecidos no sul da América portuguesa apresentava percentuais superiores ao observado em Lisboa e era ainda mais evidente quando comparado aos estancieiros. Com base em testamentos, constatou que neste grupo ocupacional, os portugueses representavam no máximo 44,4% do total, sendo

⁴¹³ PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 192-95; 217-22.

⁴¹⁴ Ana Sílvia Volpi Scott afirma que, apesar do fluxo migratório de outras regiões portuguesas, é inegável a preponderância da região do Entre Douro e Minho como origem da principal corrente migratória de Portugal para o Brasil desde o final do século XVIII e o início do século seguinte. SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999, p. 35-38.

que 38,9% deles vindo do Minho. Percentual significativo, porém inferior ao contabilizado entre os negociantes naturais da mesma província (58,3%)⁴¹⁵.

Destacam-se ainda os fluxos migratórios das ilhas atlânticas direcionadas para o sul do Brasil a partir da década de 1750. Embora menos significativo que a imigração oriunda do norte de Portugal, o impacto demográfico deste fluxo migratório no Rio Grande de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina foi bastante expressivo. Pensado inicialmente como fator estratégico para a ocupação e expansão dos territórios portugueses na América, na capitania rio-grandense os açorianos estabeleceram-se principalmente na vila Rio Grande e seu termo, nos chamados Campos de Viamão e ao longo do Rio Jacuí. Apesar das adversidades enfrentadas, acabaram dedicando-se à agricultura com base mão-de-obra familiar e em pequenas propriedades, nas quais desenvolveram especialmente à triticultura, o que possibilitou o enriquecimento de alguns destes imigrantes⁴¹⁶.

É coerente, portanto, que os habitantes de Rio Grande e de Porto Alegre quando necessitavam ser representados em Portugal nomeassem preferencialmente procuradores para atuarem nas suas próprias regiões de origem ou de seus antepassados, nas quais deveriam continuar a ter parentes. As motivações dos outorgantes eram variadas, desde as de caráter mais pessoal, como a realização de inventários e testamentos, até o estabelecimento ou a manutenção de vínculos comerciais.

Ainda que a centralidade político-administrativa de Lisboa explicasse parte das escrituras de procuração registradas para a capital do reino português⁴¹⁷, as nomeações feitas para Lisboa e a cidade do Porto, importantes praças mercantis portuguesas, também podem ser tomadas com indícios da existência de possíveis interesses comerciais, enquanto nas

⁴¹⁵ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 281-85.

⁴¹⁶ A historiografia a respeito da imigração açoriana no extremo sul da América portuguesa comporta diferentes matizes, desde as mais tradicionais que ressaltam o papel “civilizador” do movimento migratório (destacadamente, os trabalhos de Borges Fortes e Wiederspahn) aos mais atuais que criticam – entre outros aspectos – os preconceitos sociais e raciais embutidos nas perspectivas civilizatórias e avançam para o estudo mais detalhado das condições de migração e das estratégias adotadas pelos açorianos na adaptação à sociedade colonial e na formação de uma “identidade açoriana” no Rio Grande de São Pedro (por exemplo, Martha Hameister). FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978 [1ª edição, 1938]; WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1979; HAMEISTER, Martha Daison. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006 [tese de doutorado], p. 128-70. Há ainda uma historiografia, igualmente crítica à abordagem inspirada por Borges Fortes, que privilegiou os aspectos demográficos mais gerais e tomou os açorianos como um grupo homogêneo, ver QUEIROZ, M. **A Vila do Rio Grande**, op. cit., p. 83-95. Helen Osório, por sua vez, inseriu a imigração açoriana no processo de formação da fronteira sul rio-grandense. OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 1990 [dissertação de mestrado], p. 84-135; OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 76-179.

⁴¹⁷ SAMPAIO, A. **Relações mercantis...**, op. cit., p. 241; CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança (1560-1640)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 391; 452.

procurações passadas para as demais localidades de Portugal e, especialmente, para as Ilhas atlânticas, deve ser destacada à cessão de poderes para representá-los e garantir seus interesses na realização de inventários *post-mortem* e partilhas de bens, nomeadamente no caso de Rio Grande⁴¹⁸.

4.2 Outorgantes e procuradores: redes de comércio e inserção mercantil

Feita uma abordagem mais abrangente das escrituras aqui analisadas, cabe agora deslocar o foco para uma análise mais específica a partir da identificação dos outorgantes que estavam envolvidos com algum tipo de atividade comercial⁴¹⁹ e da observação da distribuição destas entre seus respectivos procuradores, conforme as variáveis consideradas neste capítulo. Na falta de indicações mais precisas nas próprias escrituras, o objetivo é identificar aquelas procurações que com maior probabilidade destinavam-se a trâmites relacionados ao trato mercantil. Os eventuais vínculos mercantis existentes presentes nestas escrituras foram buscados nas informações reunidas a respeito dos principais outorgantes e seus procuradores.

4.2.1 Outorgantes vinculados ao trato mercantil

As tabelas abaixo foram elaboradas somente a partir das escrituras de procuração cujos outorgantes tiveram vínculos com o comércio identificado nas fontes consultadas. Na **Tabela 38**, constam os números totais de escrituras, outorgantes, procurações e procuradores. Considerando o conjunto dos outorgantes das escrituras de procuração, contabilizou-se que em Rio Grande, 17,8% delas tinham agentes com vínculos com o comércio como outorgantes. Estes nomearam como seus representantes pouco mais de um terço do total de procuradores identificados, que acumularam aproximadamente um quinto das procurações. Dentro deste grupo, as escrituras que tinham outorgantes matriculados na Junta do Comércio do Rio de

⁴¹⁸ Nas dez escrituras de procuração registradas em Rio Grande destinadas a Portugal com especificações informadas foram outorgadas trinta e cinco procurações, das quais menos de um terço eram para o Porto (22,9%) e Lisboa (8,6%). As Ilhas respondiam por 45,7%, parcela idêntica à calculada para o conjunto das outorgadas para procuradores em toda a região do Minho. Todas elas tinham como finalidade a atuação em questões ligadas à partilha de bens de parentes falecidos. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 4, 11 e 62v; L3, fl. 31v, 33v, 36 e 59; L7, fl. 70; L11, fl. 78; L10, fl. 12v; L11, fl. 38. Em Porto Alegre fica mais difícil estabelecer um padrão mais claro, pois foram apenas três escrituras com procuradores nomeados para atuar em praças portuguesas, para as quais havia detalhes sobre sua destinação: partilha de bens (2) e causas crimes e cíveis (1). Nestas foram passadas doze procurações, metade para o Porto e as restantes válida para Lisboa e para o “todo Reino”, cada uma com três procurações. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L32, fl. 43; L38, fl. 83v; L46, fl. 63.

⁴¹⁹ As fontes para a identificação dos agentes “ligados ao comércio” foram as mesmas utilizadas no segundo e no terceiro capítulos.

Janeiro foram responsáveis por parcelas semelhante do total de outorgantes e de escrituras: cerca de 4%. Estes negociantes outorgaram apenas 4,7% das procurações, mas com uma média de procurações por outorgante (14) superior à calculada para o total dos outorgantes (10,5) e para os “ligados ao comércio” (12,7). Ou seja, semelhante ao observado na participação deste grupo nas transações de compra e venda, crédito e sociedade (**Capítulo I e II**), embora pouco numerosos, sua representatividade como grupo era expressiva. No caso das escrituras analisadas anteriormente, especialmente nos valores acumulados, e aqui no que diz respeito à parcela dos procuradores outorgados.

Tabela 38 – Escrituras de procuração com outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50)

	Rio Grande	"Ligados ao comércio"	%	Negociantes	%
Nº Outorgantes	737	120	16,3	26	3,5
Nº Escrituras	774	138	17,8	30	3,9
Nº Procuradores	2.181	798	36,6	268	12,3
Nº Procurações	7.745	1.519	19,6	364	4,7
	Porto Alegre	"Ligados ao comércio"	%	Negociantes	%
Nº Outorgantes	636	120	18,9	23	3,6
Nº Escrituras	701	150	21,4	32	4,6
Nº Procuradores	2.114	802	37,9	260	12,3
Nº Procurações	5.766	1.490	25,8	339	5,9

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Com relação às escrituras registradas em Porto Alegre, os dados reunidos permitem observar que a representatividade dos agentes com vínculos identificados com o comércio era levemente superior na capital. Entre os negociantes de grosso trato, os percentuais sobre o total de outorgantes e procuradores era equivalente e a capital levava vantagem sobre o total de escrituras e de procurações. As procurações com outorgantes ligados ao comércio (18,9%) foram responsáveis por 21,4% das escrituras de procuração registradas na capital e nomearam 37,9% dos procuradores correspondentes a um quarto das procurações registradas.

Entre estas escrituras com os outorgantes envolvidos com o trato mercantil, destaca-se que os negociantes de grosso trato (3,6%) responderam por 5,9% do conjunto das nomeações distribuídas em 12,3% dos procuradores, parcela idêntica à calculada para o mesmo grupo nas procurações de Rio Grande. Considerando as médias de procuradores e procurações acumuladas por cada outorgante e de procurações que cada procurador recebeu, nota-se que apenas na relação entre procurações por procurador, a média calculada para o conjunto dos registros superava a dos vinculados ao comércio e negociantes de grosso trato. Assim, os

dados reunidos na **Tabela 38** permitem constatar que a representatividade dos agentes vinculados ao comércio não mostrava diferenças muito expressivas nas duas localidades consideradas, apresentando resultados pouco mais expressivos na capital.

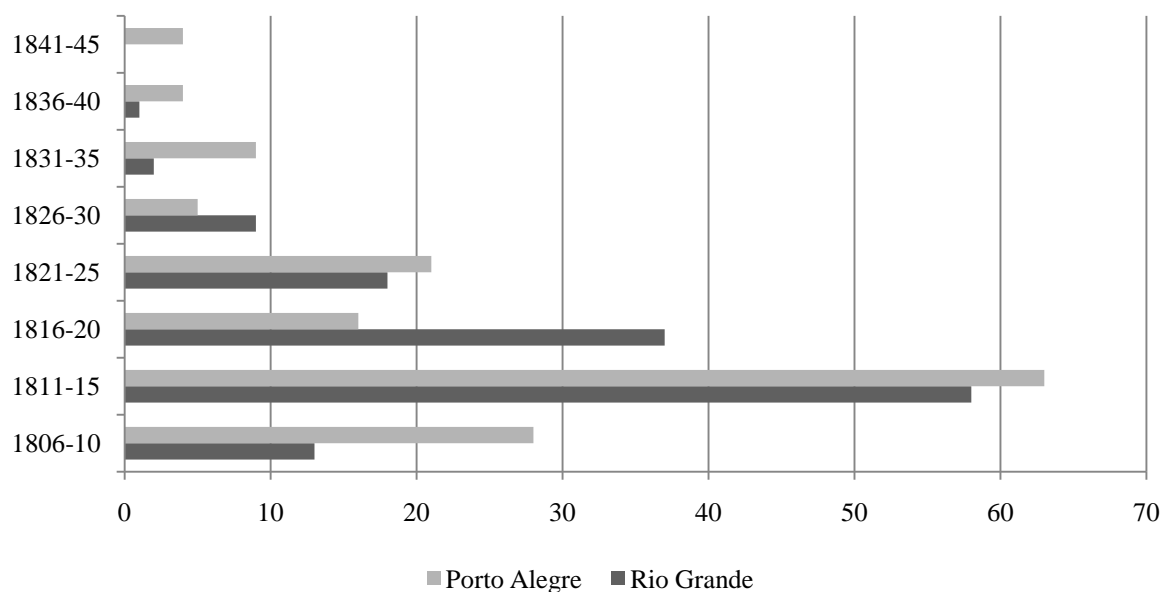
Destaca-se portanto que, apesar da importância do porto de Rio Grande para a economia e comércio rio-grandense, Porto Alegre também atraía os interesses dos agentes mercantis atuantes na província. Se por um lado a condição de sede política e administrativa pudesse exercer influência a este respeito, por outro lado, deve ser enfatizado o papel do porto da capital na comercialização de mercadorias vindas de seu entorno e na intermediação dos negócios realizados com Rio Grande. Acrescenta-se que os grupos sediados nas duas praças rio-grandenses eram distintos, como foi observado a partir da análise das escrituras utilizadas no segundo e terceiro capítulos. Apesar disso, tinham interesses comuns e estavam de diversas formas associados entre si, através das redes mercantis que faziam parte, como é possível observar na análise da atuação dos principais outorgantes e procuradores presentes nas procurações analisadas neste capítulo (**Tabela 45 e 46**). Ou seja, como vem sendo destacado, os dois portos não eram concorrentes, pois suas atividades mercantis eram complementares⁴²⁰.

Ainda que houvesse outorgantes com um número maior de escrituras outorgadas, predominavam aqueles com apenas um registro. Considerando ambas as localidades, a partir dos resultados resumidos na **Tabela 38**, verifica-se que as médias foram inferiores a duas escrituras por outorgante, independente se tomados no seu conjunto ou somente os “ligados ao comércio”.

No **Gráfico 25** consta a distribuição quinquenal destas escrituras ao longo da primeira metade do século XIX. O padrão é semelhante ao que já foi observado para o conjunto dos dados disponíveis, pois os quatro primeiros lustros concentram a maior parte dos registros. Tanto em Rio Grande quanto em Porto Alegre houve uma redução drástica dos registros a partir de 1826-30. Apenas cabe sublinhar que nenhuma escritura de procuração foi outorgada por agentes mercantis naquela vila a partir de 1841-45, período coincidente com os últimos anos do conflito entre farroupilhas e imperiais.

⁴²⁰ Sobre complementaridade e hierarquia portuária, ver COSTA, L. **O transporte no Atlântico**, op. cit., p. 81-111.

Gráfico 25 – Número total de escrituras de procuração passadas por outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-50)



Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Os dados tabulados na **Tabela 39** indicam que os outorgantes identificados como relacionados às atividades mercantis estavam melhor representados em Porto Alegre que em Rio Grande em relação ao total de procurações outorgadas: respectivamente, 19,6 e 25,8% do total de escrituras contabilizadas.

Tabela 39 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	738	48,6	792	53,2
Rio de Janeiro	322	21,2	297	19,9
Santa Catarina	163	10,7	129	8,7
Bahia	87	5,7	83	5,6
Portugal	84	5,5	103	6,9
Pernambuco	54	3,6	33	2,2
São Paulo	35	2,3	22	1,5
Outras regiões	36	2,4	31	2,1
Total	1.519	100	1.490	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Entre as procurações outorgadas na capital, as destinadas para o Rio Grande de São Pedro e para Portugal apresentaram parcelas superiores às verificadas em Rio Grande para as mesmas regiões. Para as demais praças apresentadas na tabela, as nomeações feitas em Rio

Grande foram mais representativas. Para as “Outras regiões”, destaca-se as nove procurações para o Maranhão e treze para o Uruguai – Montevideu (12) e Cerro Largo (1) – outorgadas em Rio Grande (ver **Anexo 7**).

As procurações passadas em Rio Grande para fora da província representavam 51,4% do total, enquanto na capital mais da metade das nomeações eram para praças da própria província. Em ambas as localidades o destino externo mais representativo foi o Rio de Janeiro, principalmente em Rio Grande. Quanto ao exterior, as nomeações destinadas a Portugal outorgadas em Porto Alegre, representavam uma parcela maior das procurações outorgadas por agentes com vínculos com o comércio, em relação ao observado na vila de Rio Grande. Além disso, estas procurações representavam 55,4% do total das nomeações feitas para Portugal na capital rio-grandense. Em Rio Grande, esta parcela era significativamente inferior: 36,2% do total.

Nas procurações registradas no Rio de Janeiro entre 1736-50, analisadas por Jucá de Sampaio, as que nomeavam representantes em Portugal representavam 28,72% do total, cifra superior aos cerca de 3% observados para o conjunto das procurações outorgadas em Rio Grande e Porto Alegre (**Tabela 35**). Entretanto, a representatividade dos outorgantes vinculados ao comércio era inferior ao das duas praças rio-grandenses, pois segundo o autor, aproximadamente um quarto das procurações destinadas a Portugal foi outorgada por agentes com vínculos claros ao comércio⁴²¹.

Tabela 40 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como negociantes de grosso trato para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	163	44,8	195	57,5
Rio de Janeiro	73	20,1	55	16,2
Santa Catarina	38	10,4	16	4,7
Portugal	31	8,5	29	8,6
Bahia	30	8,2	27	8,0
Pernambuco	16	4,4	10	2,9
São Paulo	6	1,6	2	0,6
Outras regiões	7	1,9	5	1,5
Total	364	100	339	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Na **Tabela 40** constam os principais destinos das procurações outorgadas pelos

⁴²¹ SAMPAIO, A. *Relações mercantis...*, op. cit., p. 241.

negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio. As nomeações feitas por estes outorgantes correspondiam a parcelas próximas em relação às procurações registradas pelo conjunto dos outorgados “ligados ao comércio”: Rio Grande (24%) e Porto Alegre (22,8%).

Observa-se os papéis diferentes que os portos e seus respectivos homens de negócio cumpriam: os negociantes de grosso de Porto Alegre dedicavam-se de forma mais clara ao comércio interno da capitania/província (12,7 pontos percentuais a mais que Rio Grande). No porto atlântico, por sua vez, destacavam-se as relações com o Rio de Janeiro (3,9 pontos percentuais a mais que Porto Alegre) e com Santa Catarina (5,7 pontos percentuais a mais que a capital). São Paulo, Pernambuco, Bahia e Portugal tinham praticamente a mesma importância em Rio Grande e Porto Alegre⁴²².

No que diz respeito às procurações destinadas a Portugal, destaca-se que os negociantes de grosso trato de Rio Grande outorgaram 36,9% das procurações passadas pelo conjunto dos outorgantes “ligados ao comércio”, enquanto na capital este grupo foi responsável por 28,2% daquelas procurações. Salienta-se ainda que o Rio de Janeiro permaneceu como principal destino das procurações externas à província e que os percentuais observados para as demais praças apresentadas na tabela também foram mais expressivos em relação ao conjunto das procurações registradas por outorgantes atuantes no comércio.

Tabela 41– Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande	359	48,6	160	20,2
Porto Alegre	325	44,0	383	48,4
Rio Pardo	41	5,6	145	18,3
Outras praças	7	0,9	8	1,0
Santo Antonio da Patrulha	6	0,8	69	8,7
Cachoeira	0	0,0	27	3,4
Total	738	100	792	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quando analisadas em separado, as procurações passadas para a província rio-grandense pelos outorgantes “ligados ao comércio” (**Tabela 41**), nota-se que as de Rio Grande destinavam-se principalmente para a própria vila e para a capital. Somente Rio Pardo aparecia com uma parcela mais significativa, trata-se de um percentual ainda menor da observada no conjunto das procurações passadas na vila (**Tabela 36**): 5,6%. Em Porto Alegre,

⁴²² Para as “outras regiões”, ver **Anexo 8**.

constatou-se o mesmo padrão observado anteriormente, pois quase a metade delas destinava-se à capital. A importância da praça de Rio Pardo para Porto Alegre pode ser avaliada ao se comparar com a parcela destinada a Rio Grande: 18,3 e 20,2%, respectivamente. Santo Antônio da Patrulha acumulava uma parcela não desprezível das procurações⁴²³.

Tabela 42– Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como negociantes de grosso trato para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande	87	53,4	45	23,1
Porto Alegre	70	42,9	87	44,6
Rio Pardo	6	3,7	37	19,0
Cachoeira	0	0,0	11	5,6
Santo Antonio da Patrulha	0	0,0	15	7,7
Total	163	100	195	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Quando tomados apenas os agentes mercantis matriculados na Junta do Comércio do Rio de Janeiro (**Tabela 42**), observa-se que estes acumulavam entre 22,1% (Rio Grande) e 24,6% (Porto Alegre) das procurações destinadas ao Rio Grande de São Pedro outorgadas pelo conjunto dos agentes mercantis (**Tabela 41**). Ou seja, embora representassem uma porção menor dos agentes “ligados ao comércio”, os negociantes de grosso trato concentravam parcelas significativas do total de escrituras outorgadas pelo grupo. Tal como já vinha sendo constatado, Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo foram as praças que concentravam a maior parte das procurações outorgadas em ambas as localidades e as únicas para as quais foram nomeados representantes a partir de Rio Grande.

Comparando as duas tabelas anteriores, verifica-se que os negociantes matriculados na Junta do Comércio concentravam sua atuação em Rio Grande, pois a parcela das procurações outorgadas por eles destinadas a esta vila foi superior à verificada para o conjunto dos outorgantes “ligados ao comércio”.

Corroborando o que foi observado nos capítulos anteriores, a observação da distribuição das procurações aqui analisadas, com destaque às destinadas a representantes dentro dos limites da província rio-grandense, parece pertinente considerar que Rio Grande desempenhava dentro da província um papel semelhante ao do Rio de Janeiro em relação às rotas de comércio da América portuguesa e às do Império português durante o período

⁴²³ Para as “outras regiões”, ver **Anexo 9**.

colonial. Enquanto o porto de Porto Alegre ganhava cada vez mais importância com a intermediação do comércio de seus arredores e de Rio Pardo com Rio Grande, era esta vila que garantia os vínculos externos da província. Por certo que a condição de sede do único porto marítimo era fator fundamental para que assim fosse, atraindo os agentes mercantis envolvidos em redes de comércio que envolviam principalmente o Rio de Janeiro.

Os procuradores “ligados ao comércio” que fizeram nomeações válidas para Portugal (**Tabela 43**) concentraram-se nas mesmas regiões observadas na análise do conjunto das procurações. Tanto em Rio Grande quanto na capital predominavam as nomeações destinadas a Lisboa (Estremadura) e para o Minho, com destaque para a cidade do Porto (**Anexo 10**). Nota-se que as procurações passadas em Rio Grande para o Minho representavam mais da metade do total para Portugal, enquanto em Porto Alegre destaca-se o volume de procurações para Lisboa. Os outorgantes identificados nas procurações de Rio Grande envolvidos com o comércio também fizeram uma parcela importante de suas nomeações para as Ilhas, exatamente a metade da parcela correspondente a Estremadura.

Tabela 43 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Entre-Douro-e-Minho	44	52,4	48	46,6
Estremadura	24	28,6	37	35,9
Ilhas	12	14,3	2	1,9
Trás-os-Montes	0	0,0	3	2,9
Beira	0	0,0	3	2,9
Portugal	4	4,8	10	9,7
Total	84	100	103	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Entre os negociantes de grosso trato (**Tabela 44**), o total de procurações para a Estremadura e Ilhas era exatamente o mesmo, enquanto as demais nomeações feitas em Rio Grande para Portugal destinavam-se ao Minho (a metade delas, para o Porto). Nenhum dos matriculados na Junta do Comércio que registraram escrituras de procuração em Porto Alegre outorgou poderes para serem representados nas Ilhas, mas havia três procurações válidas para “o Porto ou para qualquer parte do Reino de Portugal” (**Anexo 11**). Nota-se ainda que nenhuma das procurações passadas em Porto Alegre destinadas às províncias da Beira e Trás-os-Montes foram feitas por negociantes de grosso trato.

Tabela 44 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como *negociantes de grosso trato* para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Entre-Douro-e-Minho	15	48,4	16	55,2
Estremadura	8	25,8	10	34,5
Ilhas	8	25,8	0	0,0
Portugal	0	0,0	3	10,3
Total	31	100	29	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Em comparação com o conjunto das escrituras passadas em Rio Grande e Porto Alegre para Portugal, a concentração das nomeações nas Ilhas, Porto e Lisboa era ainda mais significativa entre os outorgantes “ligados ao comércio”, especialmente aqueles que constavam na Junta do Comércio como negociantes de grosso trato. Embora as nomeações para as Ilhas possam indicar interesses distintos aos do comércio, mais importante é enfatizar a maior representatividade das nomeações para duas das principais praças mercantis de Portugal: Porto e Lisboa.

4.2.2 Outorgantes e procuradores: redes de comércio e inserção mercantil

A análise qualitativa destas procurações possibilita avançar mais no que diz respeito às finalidades das nomeações para Portugal e para as demais localidades identificadas nas escrituras de procuração. Ainda que a maior parte das procurações não especificasse suas finalidades, os registros apresentados indicam situações em que as procurações vinculavam agentes mercantis que possuíam interesses comerciais em comum, além de eventuais laços familiares que contribuíam na ascensão dentro da carreira mercantil.

Na **Tabela 45** apresento os principais outorgantes vinculados ao comércio que registraram procurações em Rio Grande e Porto Alegre. Estes outorgantes acumularam parcelas significativas das procurações passadas nas duas localidades. Com a exceção de Joaquim Martins de Freitas, envolvido com a compra e venda de embarcações⁴²⁴, e da sociedade mercantil Antônio José Mendes da Silva & Companhia, somente estão presentes os agentes mercantis matriculados na Junta do Comércio, os relacionados no Almanack de 1808 e aqueles envolvidos com o tráfico negreiro e na comercialização de mercadorias através do porto de Rio Grande. Tal característica decorre da concentração das escrituras de procuração

⁴²⁴ Freitas comprou o iate “Aleluia” em 1815, por 247,50 libras do capitão Manuel Joaquim Caldeira. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L6, fl. 28.

no período entre 1808 e 1825, dificultando a observação mais precisa da atuação dos agentes que iniciaram ou concentraram sua atividade no quarto seguinte do século XIX. Todavia, de acordo com a análise mais detalhada dos principais outorgantes e procuradores identificados, nota-se a presença de alguns dos agentes que tiveram atuação destacada a partir da década de 1830, inclusive entre aqueles que participaram da constituição de importantes espaços de representação do grupo mercantil estabelecido no Rio Grande de São Pedro, como a Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e a Associação Comercial do Rio Grande.

Tabela 45 – Total de procurações passadas pelos dez principais outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	(A)	(B)	(C)	(D)	Nº	%
Rio Grande						
Mateus da Cunha Telles	RG	RG	✓		45	3,0
José Antônio Gonçalves Cardoso				✓	41	2,7
Joaquim Martins de Freitas					37	2,4
Manuel Albino Rodrigues de Carvalho		RG	✓		37	2,4
José Vieira Lima		RG			33	2,2
Francisco das Chagas				✓	30	2,0
Manuel Francisco da Costa		SC		✓	30	2,0
Antônio José de Oliveira Castro	PEL		✓		28	1,8
Joaquim Pires Pinheiro				✓	28	1,8
Antônio José Mendes da Silva & Companhia					26	1,7
					335	22,1
Porto Alegre						
João Luís Teixeira	POA		✓	✓	59	4,0
João Tomás de Menezes		POA			53	3,6
Manuel Antônio de Magalhães		POA		✓	50	3,4
Antônio José de Oliveira Guimarães		POA		✓	46	3,1
André Álvares Pereira Viana		POA		✓	45	3,0
Antônio José Rodrigues Ferreira	POA				41	2,8
Tomás Luís Osório				✓	35	2,3
Inácio José de Abreu				✓	32	2,1
Antônio Francisco Peixoto				✓	31	2,1
José Félix Ribeiro				✓	28	1,9
					423	28,2

(A) Negociantes de grosso trato (Código 170);

(B) “Almanack de 1808”;

(C) Agentes ativos no porto de Rio Grande;

(D) Participantes no tráfico (1788-1834)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Observa-se que entre as escrituras de procuração de Rio Grande, o outorgante identificado como vinculado ao comércio que passou o maior número de procurações foi o sargento-mor e comendador *Mateus da Cunha Telles*. Negociante de grosso trato de Rio Grande matriculado na Junta do Comércio (1813), um dos comerciantes de Rio Grande no Almanack de 1808 e presente nos registros de movimentação de embarcações na barra do

porto de Rio Grande⁴²⁵, o outorgante cedeu poderes para um total de quarenta e cinco procuradores para representá-lo nas seguintes praças: Bahia (3), Pernambuco (3), Rio de Janeiro (5), São Paulo (6), Rio Grande de São Pedro (12) – Rio Grande (6) e Porto Alegre (6) – e Portugal (11): ilhas Graciosa (3) e Terceira (2), Lisboa (3), Porto (2) e Braga (1)⁴²⁶.

Destaca-se a abrangência geográfica dos procuradores nomeados por Mateus da Cunha Telles e confirma-se, no caso singular, o que havia sido observado nas tabelas com a distribuição das procurações de acordo com a região de destino (**Tabela 35 e 39**), a maior parte dos procuradores destinava-se a própria capitania/província. Por outro lado, chama a atenção o significativo número de procurações passadas para São Paulo, pois esta região recebeu uma parcela pequena dos procuradores nomeados.

O capitão-mor Bento Tomás Viana foi o único sobre o qual encontrei informações que o vinculavam ao comércio⁴²⁷. Ele constou como procurador em quatro ocasiões (todas para Santos)⁴²⁸, metade delas para outorgantes “ligados ao comércio”: o próprio sargento-mor Mateus da Cunha Telles e o comerciante Manuel Albino Rodrigues de Carvalho, também presente entre os principais outorgantes de procurações registradas em Rio Grande.

Entre os procuradores designados por Mateus da Cunha Telles no Rio de Janeiro, deve ser salientada a presença de João José da Cunha e Francisco José da Cunha⁴²⁹. O outorgante e seus dois representantes eram sócios em embarcações e escravos. A sociedade foi desfeita em agosto de 1821, conforme escritura registrada no início do ano seguinte⁴³⁰. Ambos os sócios também eram matriculados como negociantes de grosso trato e despacharam escravos para o

⁴²⁵ ANRJ, Cód. 170, v. 1, fl. 49; AHRs. **AM/M**, registro nº 144, 176, 182, 197, 208 e 222.

⁴²⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L10, fl. 11; 1 Tab. POA, L34, fl. 67.

⁴²⁷ Em 1797 Viana despachou seis escravos de Santos para Rio Grande. AHRs. **Guias de escravos**, maço 48, doc. 193.

⁴²⁸ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 41v; 1 Tab. POA, L33, fl. 76v, L34, fl. 67, L38, fl. 144v. Constava ainda como procurador em quatro procurações da capital. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 99, L38, fl. 32, L39, fl. 141v e L41, fl. 2. Dois de seus representados também eram agentes mercantis: o sargento-mor André Álvares Pereira Viana e Manuel Antônio de Magalhães, que despacharam escravos para o Rio Grande de São Pedro. AHRs. **Guias de escravos**, maço 39, doc. 219, maço 57, doc. 452 e 453; ANRJ. **Cód. 390**, v.1, fl. 10. Manuel Antônio de Magalhães, autor do Almanack de 1808, estava listado entre os comerciantes de Porto Alegre. Este, por sua vez, nomeou o sargento-mor Mateus da Cunha Telles como seu procurador em uma procuração registrada na capital, em 1816. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L39, fl. 141v.

⁴²⁹ Francisco José da Cunha foi nomeado procurador em trinta e cinco oportunidades. Em seis delas, os outorgantes tinham vínculos com o comércio e dois deles eram matriculados na Junta do Comércio. João José da Cunha foi nomeado procurador em vinte e nove ocasiões, sendo sete para outorgantes “ligados ao comércio e três para negociantes de grosso trato. Nas escrituras de Porto Alegre, este último apareceu como procurador em outras dezoito procurações, sendo seis para outorgantes vinculados ao comércio e um dos quais era negociante de grosso trato.

⁴³⁰ O sargento-mor Mateus da Cunha Telles ficou devendo 6.496,94 libras referente ao acerto das contas da sociedade com seus sócios. Como garantia de pagamento, foram hipotecados escravos (29), a metade de uma embarcação (sumaca Ligeira), umas terras e um terreno, ambos em Rio Grande. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L10, fl. 7.

Rio Grande de São Pedro⁴³¹. Além de sócios, Mateus da Cunha Telles e Francisco José da Cunha eram cunhados e, segundo a escritura registrada em 1818, este último era Cavaleiro da Ordem de Cristo em função da renúncia a seu favor feita pelo sargento-mor⁴³².

Em 1819, o sargento-mor e sua esposa constam como vendedores de uma casa em Rio Grande ao negociante inglês estabelecido na mesma vila, José L’Brown, um dos poucos estrangeiros presentes nas escrituras de procuração. Segundo informaram ao tabelião, a casa pertencia à companhia que o casal mantinha com o tenente Francisco José da Cunha, e o terreno onde esta encontrava-se edificada lhes fora concedido por D. Diogo de Souza, ex-Governado da Capitania (1809-14)⁴³³. José L’Brown consta como outorgante de uma escritura de procuração registrada no mesmo ano na qual nomeia, entre outros, Mateus da Cunha Telles para representá-lo naquela vila⁴³⁴.

Helen Osório destaca que, ao falecer em 1822, Mateus da Cunha Telles tinha 93% do monte-bruto comprometido em dívidas contraídas junto a importantes comerciantes de mercadorias rio-grandenses: João Rodrigues Pereira de Almeida, José de Carvalho Ribeiro e o próprio Francisco José da Cunha. Este último era o principal credor: 28:135\$440 réis (5.773,63 libras). Acrescenta a autora que Francisco José de a Cunha casou-se com a filha mais velha de Telles, após seu falecimento, sendo o único dos credores a ser ressarcido, mesmo que parcialmente, na partilha dos bens inventariados. Ao menos parte desta dívida deveria estar relacionada ao saldo dos acertos da sociedade encerrada por eles no ano anterior e formalizada no início de 1822. Buscando compreender os motivos do fracasso dos negócios de Mateus da Cunha Telles, Helen Osório destaca os investimentos que este fez na busca pela nobilitação e diferenciação social, prática comum entre os negociantes do império português

⁴³¹ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 48v e 49, respectivamente. Na escritura do destrato da sociedade, além de negociante, João José da Cunha foi qualificado como alferes da Fortaleza de Santa Cruz da Barra e Moedeiro do Número da Real Casa da Moeda, enquanto Francisco José da Cunha era Tenente da Fortaleza do Castelo e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L10, fl. 7. Quanto ao tráfico, Francisco José da Cunha constava como despachante de onze escravos distribuídos em sete registros. AHRS. **Guias de escravos**, maço 60; ANRJ. **Cód. 421**, v.2, fl. 114; **Cód. 424**, v. 7, fl. 45. João José da Cunha fez chegar aos portos rio-grandenses um número maior de escravos (184) distribuídos em dezenove registros. ANRJ. **Cód. 390**, v.2, fl. 7, 19; v.3, fl. 68, 88; v.4, fl. 10, 19; **Cód. 421**, v.18, fl. 205, 255; **Cód. 424**, v.2, fl. 85, 116; v.3, fl. 79, 90, 189v.

⁴³² Na escritura, o sargento-mor Mateus da Cunha Telles abre mão da mercê de Hábito da Ordem de Cristo que recebeu por decreto de 06/02/1818. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 2v.

⁴³³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L9, fl. 28v. Nos despachos de escravos da Polícia da Corte do Rio de Janeiro, José L’Brown aparece como despachante de um escravo para Rio Grande em 1822. ANRJ. **Cód. 390**, v.2, fl. 65.

⁴³⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 109. Identifiquei trinta e nove procurações registradas em Rio Grande em que Mateus da Cunha Telles consta como procurador. Em dez delas para outorgantes com vínculos com o comércio, sendo dois deles negociantes matriculados na Junta do Comércio. Em Porto Alegre foram outras trinta e nove nomeações, treze das quais outorgadas por agentes envolvidos no comércio, três dos quais eram negociantes de grosso trato.

desde a segunda metade do século XVIII e mantida no início do século seguinte. A autora chama a atenção para as observações que Saint-Hilaire deixou a respeito do sargento-mor, um de seus anfitriões durante sua passagem por Rio Grande em 1821. Nestas, o viajante registrou os avultados gastos feitos em benefício do Rei, como a hospedagem e abastecimento de tropas a caminho de Montevidéu⁴³⁵.

Em documento encaminhado ao Rei em data imprecisa, constam os serviços prestados por diferentes súditos solicitantes de condecorações. Sobre Mateus da Cunha Telles relata-se que havia oferecido grandes serviços à Coroa desde 1801 e que:

(...) abriu os seus cofres de tal maneira que estagnou o seu comércio, pois tem assistido, e pago todas as Letras sacadas sobre ele, pelo General Lecor para Soldos, Cavalos ou compra destes [ilegível], constando ter despendido mais de cem contos de réis até o presente, e deixar de continuar a navegação dos seus vasos para este porto [Rio de Janeiro], por os enviar para o de Montevidéu com gêneros de S.M. que transporta gratuitamente⁴³⁶.

Ou seja, se os gastos feitos na assistência ao governo e suas tropas faziam parte de uma estratégia de diferenciação e ascensão social, os resultados demonstraram-se desastrosos, pois comprometeram a sua principal fonte de riqueza, o trato mercantil.

Em correspondência enviada ao 2º Conde de Linhares em 1818, Mateus da Cunha Telles apresenta suas queixas contra os gastos despendidos no suprimento das tropas que seguiam para Montevidéu e as dificuldades por ele enfrentadas pela falta de ressarcimento de suas despesas. Faz menção, inclusive, a Letras vencidas, e por vencer, e outros débitos que estimava somar o total de 16 contos de réis⁴³⁷. Portanto, os gastos não ressarcidos no auxílio de Sua Majestade durante as incursões na Banda Oriental, de fato, parece ter sido determinante para a situação que se encontrava quando do seu falecimento.

Quanto aos seus onze procuradores nomeados em Portugal em 1810, ao menos dois deles eram negociantes. Manuel de Souza Freire & Companhia foi nomeado como procurador

⁴³⁵ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 317-18. Ver, SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**, op. cit., p. 127. O inventário foi aberto em Rio Grande, no ano seguinte. Mateus da Cunha Telles, inventário, APERS, 1823, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 10, nº 228.

⁴³⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). **Coleção Rio Grande do Sul (Manuscritos)**. Relação dos comerciantes e grandes proprietários residentes na Vila do Rio Grande, que pretendem condecorações, II-30,29,018 nº1. Infelizmente o documento não apresenta data e encontra-se incompleto, mas no documento Mateus da Cunha Telles foi qualificado como “Cavalheiro Professo na Ordem de Cristo”, mercê que recebeu em 1813, conforme a escritura mencionada acima.

⁴³⁷ ANTT. **Carta para o 2º Conde de Linhares de Mateus da Cunha Telles**. Conde de Linhares, mç. 77, doc. 167 (29/01/1818).

em Lisboa. Era um dos mais importantes negociantes e contratadores de Lisboa⁴³⁸. A partir da documentação consultada observa-se que mantinha um comércio regular com o Brasil. Sua firma era autora de diversos processos de cobranças de dívidas apresentadas ao Juízo da Índia e Mina, em Lisboa. Em geral, tinham origem em fretes de mercadorias (entre outras, açúcar, algodão, trigo, couros, tabaco, cacau e aguardente,) transportadas por eles de praças como Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro⁴³⁹. Participava igualmente do tráfico negreiro “entre Angola e mais portos permitidos na Costa da África com qualquer porto do Brasil”, conforme declarou, em 1821⁴⁴⁰. Neste sentido, chama atenção suas transações envolvendo tabaco e aguardente, mercadorias largamente utilizadas na aquisição de escravos⁴⁴¹.

Para os objetivos deste estudo, cabe chamar a atenção para as cobranças relativas aos fretes de *couros*. Em 1807 a sociedade Manuel de Souza Freire & Companhia apresentou uma “Acção cível de fretes” contra Manuel João Saramago no valor de 94\$500 réis (26,54 libras⁴⁴²) referentes ao frete e a descarga em Lisboa de 300 couros que trouxe da Bahia, em julho de 1805, no navio Monte Alegre⁴⁴³. No ano seguinte, cobrou 75\$340 réis (22,60 libras) de Maximiano Mendes de Araújo referente ao frete e descarga da mesma quantidade de couros que trouxe para o réu do Rio de Janeiro em agosto de 1806⁴⁴⁴. Embora os valores envolvidos não fossem elevados, deve ser salientada a mercadoria transportada. Os couros eram o principal produto rio-grandense destinado ao mercado externo. Como foi observado no

⁴³⁸ PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 172, 177, 179, 186-87, 189.

⁴³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 102, nº 5, cx. 102; mç. 102, nº 6, cx. 102; mç. 102, nº 7, cx. 102; mç. 112, nº 15, cx. 112; mç. 88, nº 8, cx. 88; mç. 89, nº 1, cx. 89; mç. 89, nº 11, cx. 89; mç. 89, nº 12, cx. 89; mç. 89, nº 3, cx. 89; mç. 89, nº 5, cx. 89; mç. 21, nº 14, cx. 145; mç. 95, nº 4, cx. 95; mç. 96, nº 8, cx. 96; mç. 98, nº 7, cx. 98; mç. 98, nº 12, cx. 98; mç. 99, nº 2, cx. 99.

⁴⁴⁰ ANTT. Junta do Comércio. **Autos de qualificação para qualificar navios do comércio de escravos. Avisos, Decretos e requerimentos sobre o comércio de escravos**, mç. 62 (cx. 204).

⁴⁴¹ Sobre a importância destas mercadorias para o tráfico negreiro, ver VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Salvador: Corrupio, 2002 [4ª edição revisada], p. 37-71; FERREIRA, Roquinaldo. **Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-78.

⁴⁴² Para as conversões referentes ao período anterior a 1808, foram utilizadas as taxas de câmbio publicadas por Heitor Moura Filho. MOURA FILHO, Heitor. Long-term exchange of the mil-reis: an empirical approach to the rates to sterling and US Dollar (1795-1913). *Munich Personal RePEc Archive Paper*, No. 31918, posted 07. November 2007, p. 14. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31918/1/MPra_paper_31918.pdf>. Acesso em: 8 Dez. 2011. p. 14.

⁴⁴³ ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 99, nº 2, cx. 99. O autor teve sentença favorável ao seu pleito no ano seguinte (mç. 98, nº 12, cx. 98). Um bergantim de mesmo nome consta nos registros da praticagem da barra do porto de Rio Grande. Em 1810 entrou com “lastro de areia” vindo do Rio de Janeiro. No ano seguinte aportou vindo de Santa Catarina com carga diversa, principalmente farinha, aguardente e café. De acordo com a anotação do prático, a embarcação era de propriedade do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, comerciante da mesma vila. AHRs. AM/M, registro nº 96; 115. Este também consta como despachante de um escravo do Rio de Janeiro para Rio Grande em 1816. ANRJ. **Cód. 390**, v.1, fl. 13.

⁴⁴⁴ O réu foi condenado a efetuar o pagamento da dívida. ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 98, nº 16, cx. 98.

primeiro capítulo, o Rio de Janeiro, seguido da Bahia, era o mais importante importador do produto e principal responsável por sua re-exportação para os mercados internacionais durante o período colonial e assim permanecia após a independência. Dessa forma, pode-se afirmar que os referidos couros desembarcados em Lisboa tinham origem no Rio Grande de São Pedro, especialmente os que chegaram à capital portuguesa em embarcações despachadas do Rio de Janeiro. Deste modo, ao menos indiretamente, a nomeação de Manuel de Souza Freire & Companhia como procurador estava vinculada com os interesses de Mateus da Cunha Telles no comércio de couros e as relações que mantinha com seus parceiros mercantis em importantes praças mercantis do Brasil.

Este também era o principal elo que o comerciante mantinha com outro de seus representantes em Portugal: Joaquim Pereira de Almeida, nomeado para representá-lo em Lisboa (1810)⁴⁴⁵, pois Mateus da Cunha Telles foi um dos administradores dos contratos arrematados – “Dízimos”, “Munício das tropas de gado e mula para São Paulo” e “Quinto dos couros e gado em pé” – pela família Pereira de Almeida e seus associados a partir da década de 1790⁴⁴⁶.

Joaquim Pereira, juntamente com seus irmãos (Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, João Rodrigues Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida), constituía a firma comercial Joaquim Pereira de Almeida & Companhia. Jorge Pedreira destaca que Joaquim Pereira de Almeida & Companhia e Manuel de Souza Freire & Companhia faziam parte da elite de negociantes de Lisboa e que conheceram rápida ascensão no reinado de D. Maria I⁴⁴⁷. De acordo com Helen Osório, o envolvimento da família Pereira de Almeida na arrematação dos contratos do Rio Grande de São Pedro teve início com José Rodrigues Pereira de Almeida, um dos mais importantes negociantes e contratadores de Lisboa⁴⁴⁸, que em

⁴⁴⁵ Joaquim Pereira de Almeida foi ainda procurador do Capitão Francisco Marques Lisboa, em 1813. APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L3, fl. 144. O outorgante era comerciante de Rio Grande, segundo o Almanack de 1808. Na escritura de procuração registrada em Porto Alegre em 1808, Joaquim Pereira de Almeida (e seus irmãos, Antônio Ribeiro Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida) constam como um dos procuradores de um grupo de moradores da capital rio-grandense (a maior parte deles comerciantes) para atuar no processo que moviam contra Luís Inácio Pereira de Abreu, que serviu como Juiz Ordinário naquela vila até o ano anterior. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L32, fl. 43.

⁴⁴⁶ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 291; 320.

⁴⁴⁷ PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 168-90. Localizei dois processos no Juízo das Índias e Mina: no primeiro, Joaquim Pereira de Almeida cobrava de Francisco José de Araújo 130\$140 réis referentes ao frete, descarga e novo imposto sobre 70 sacas de farinha de pau trazidas do Rio de em 1806. No segundo, Joaquim Pereira de Almeida & Companhia acionam Gaspar Block e Companhia para receberem 450\$755 réis referentes ao frete de uma carga de queijos, peles de bezerro e armas desembarcada em Lisboa no ano de 1815. ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç.63, n.º 9, cx 63; mç. 35, n.º 14, cx 159.

⁴⁴⁸ PEDREIRA, J. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa**, op. cit., p. 172. Os irmãos Pereira de Almeida eram filhos do negociante José Pereira de Almeida e Ana Joaquina da Conceição. Antônio Ribeiro faleceu em 1823 deixando testamento no qual nomeava seus irmãos como testamentários. Declarava que era sócio de Joaquim Pereira “em vários negócios”, através da Joaquim Pereira de Almeida & Companhia, e que este ficou

sociedade com Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio dos Santos & Companhia arremataram os contratos dos dízimos de 1791-96 e do quinto e municio de 1794-96. Nos triênios entre 1797 e 1805, estes contratadores arremataram os três contratos associados ao negociante de grosso trato do Rio de Janeiro, João Rodrigues Pereira de Almeida, irmão de José Rodrigues⁴⁴⁹. No triênio seguinte, este último arrematou novamente os mesmos contratos, através da sociedade comercial que mantinha com seus irmãos estabelecidos em Lisboa (Joaquim Pereira de Almeida & Companhia), e os seus sócios Antônio José da Costa Barbosa e Henrique José de Araújo. Os contratos dos quintos e do municio das tropas do triênio 1810-12 foram arrematados pelo mesmo grupo, exceto pela ausência deste último⁴⁵⁰.

Interesses mercantis e estratégias familiares, portanto, estavam presentes na rede mercantil da qual participava Mateus da Cunha Telles. Como destaca Helen Osório, sua

responsável pelo seu giro enquanto esteve em Calcutá, onde naquele momento ainda restavam investimentos seus: um saldo de 37.358 rúpias e 50 mil rúpias em cinco ações no Banco de Calcutá. Possuía ainda um fundo estimado em duas mil libras na Casa de Paxton Cochaerall Frail & Companhia, em Londres. ANTT. **Tribunal da Boa-Hora**. Inventário facultativo: Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, 2ª Vara, 1ª Secção, mç. 7, cx. 18 (1858). Ver também ANTT. **Feitos Findos**, Inventário *post-mortem*: Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, Letra A, mç. 136, n.º 11, cx. 230 (1823). Referências ao Brasil não foram encontradas, talvez porque seus negócios individuais estivessem mais voltados para o oriente, uma vez que foi “Cônsul Geral da Nação em Bengala e Costa de Coromandel”, por decreto de 06/02/1802. ANTT. **Ministério dos Negócios Estrangeiros (Correspondência da Junta do Comércio)**, cx. 403 (1802-1832). Por fim, cabe destacar que os irmãos Pereira de Almeida eram sobrinhos maternos de José Rodrigues da Cruz (proprietário do engenho de Ubá em Vassouras/RJ) e Antônio Ribeiro de Avellar, importante negociante e senhor do engenho de Pau Grande. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alessander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.). **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPG-História/UFF, 2010 [recurso eletrônico], p. 74; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. De negociante e contratador a Barão de Ubá: a trajetória de João Rodrigues Pereira de Almeida (1790-1830). In: **XVI Reunião da Sociedade Brasileira e Pesquisadores e Historiadores (SBPH)**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Rio de Janeiro, 2008 (texto inédito). Resumo disponível em: <<http://sbph.cliomatica.com/2008/historia-poder-e-sociedade/carlos-g-guimaraes>>. Acesso em 06 Out. 2011.

⁴⁴⁹ João Rodrigues Pereira de Almeida atuava no comércio de cabotagem do eixo centro-sul e no tráfico atlântico de escravos. Foi acionista e diretor do Banco do Brasil, deputado do Tribunal da Junta do Comércio, Conselheiro da Casa Real nomeado por D. João VI (1820) e agraciado com o título de Barão de Ubá por D. Pedro I (1828). O nome do título fazia referência ao engenho de Ubá que comprou de seu tio materno José Rodrigues da Cruz. Acrescenta-se que Irineu Evangelista de Souza (barão de Mauá) iniciou-se na carreira mercantil como caixeiro de João Rodrigues e devido à falência deste, por volta de 1828, seus negócios passaram para o controle do negociante inglês Richard Carruthers, de quem Mauá foi caixeiro e, posteriormente, sócio. GUIMARÃES, C. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro, op. cit., GUIMARÃES, C. De negociante e contratador a Barão de Ubá, op. cit.; GUIMARÃES, C. Mauá por trás do Mito. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 4, p. 70-75. Rio de Janeiro, out. 2005. Sobre a atuação no Banco do Brasil e no Tribunal da Junta do Comércio, do qual foi um dos mais importantes e influentes deputados, ver LOPES, W. “**A Real Junta do Comercio**”, op. cit., Nas escrituras de procuração registradas em Rio Grande, foi nomeado representante em quatro procurações registradas em Rio Grande, sendo duas de outorgantes ligados ao comércio, um deles negociante de grosso trato. Em Porto Alegre, foram duas procurações, uma delas para um agente ligado ao comércio.

⁴⁵⁰ No mesmo triênio, o contrato dos dízimos foi arrematado por outro importante grupo de negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro: Comendador Elias Antônio Lopes, coronel Antônio Gomes Barroso e o capitão Francisco Xavier de Paiva, além de Antônio Soares de Paiva, comerciante de Rio Grande. OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 235-37; para uma análise mais aprofundada da arrematação dos contratos do Rio Grande de São Pedro, ver Capítulo 8, p. 225-56.

atuação, assim como a do conjunto do grupo mercantil rio-grandense, dava-se de forma subordinada, pois os negociantes cariocas exerciam total domínio sobre a arrematação dos contratos do Rio Grande de São Pedro, cabendo ao grupo mercantil local o papel de administradores ou de subcontratadores locais dos mesmos (“ramistas dos dízimos”)⁴⁵¹.

Seguindo a análise da **Tabela 45**, tem-se o já mencionado *Manuel Albino Rodrigues de Carvalho*, comerciante ativo no porto de Rio Grande, proprietário de barco e consignatário de navios que transportavam escravos, farinha e aguardente provenientes do Rio de Janeiro⁴⁵². A distribuição por região das procurações nas quais aparecia como outorgante assemelhava-se com a de Mateus da Cunha Telles, especialmente no que diz respeito ao significativo número de representantes em São Paulo (6) e Portugal (10). Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina também foram os destinos de seis nomeações cada. As demais praças foram: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, cada uma com três procurações⁴⁵³. Entre os procuradores nomeados para representá-lo no Rio de Janeiro, destaca-se a presença do negociante de grosso trato do Rio de Janeiro, o capitão Domingos Francisco de Araújo Rozo⁴⁵⁴, um dos mais freqüentes procuradores, como pode ser observado na análise da **Tabela 46**. Os outorgados para o Rio Grande de São Pedro eram todos ligados ao comércio: João José de Oliveira Guimarães era atuante no tráfico negreiro⁴⁵⁵, José Vieira Lima, José Joaquim Bezerra e Miguel da Cunha Pereira & Companhia foram listados no Almanack de 1808. Este último também era matriculado na Junta do Comércio e, assim como José Joaquim Bezerra, importava mercadorias através do porto de Rio Grande⁴⁵⁶.

Quanto aos procuradores nomeados em Portugal, repete-se a tendência observada entre os procuradores de Mateus da Cunha Telles, pois os dois procuradores com vínculos mercantis identificados estavam envolvidos com o comércio com o Brasil. João Antônio de Almeida, nomeado para a cidade do Porto, consta como autor em diversas ações apresentadas ao Juízo da Mina da e da Índia, nas quais cobra fretes referentes a cargas de algodão, açúcar e couros trazidos da Bahia e do Rio de Janeiro para Lisboa no início do século XIX para serem entregues a diferentes consignatários. Em 1805 ele acionou a viúva de Antônio Corte Real

⁴⁵¹ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., 317-26.

⁴⁵² AHRs. **AM/M**, registro nº 162, 171 e 172.

⁴⁵³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L12, fl. 29v; 1 Tab. POA, L33, fl. 76v. Um dos comerciantes de Rio Grande relacionados no Almanack de 1808, Manuel Albino era “Cavaleiro da Ordem de Cristo”, segundo consta em uma das escrituras de procuração por ele outorgadas.

⁴⁵⁴ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 3.

⁴⁵⁵ AHRs. **Guias de escravos**, mç.74, doc. 289; ANRJ. **Cód. 421**, v.18, fl. 197.

⁴⁵⁶ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 151. Miguel da Cunha Pereira recebeu do Rio de Janeiro, em no mínimo três ocasiões, escravos e numerosas cargas de tijolos e telhas; AHRs. **AM/M**, registro nº 161, 164, 214. Bezerra, por sua vez, esteve envolvido com a importação de sal e com o tráfico negreiro. AHRs. **AM/M**, registro nº 109; AHRs. **Guias de escravos**, mç.78, doc. 522, 525

para que esta incluisse no inventário 155\$610 réis que lhes era devido do frete de 494 couros que trouxe da Bahia para entregar a Corte Real no ano anterior⁴⁵⁷.

Em uma sentença referente a um processo de “avaria grossa” no qual João Antônio de Almeida é um dos réus, constam os nomes de “diversos fretadores” que participaram do rateio dos custos do naufrágio cobrado pelo proprietário da embarcação. Entre eles, vinte e sete tinham couros entre as cargas transportadas⁴⁵⁸, cinco dos quais foram nomeados procuradores nas escrituras registradas em Rio Grande e Porto Alegre: Manuel Pinto de Miranda, Luís Cipriano & Filhos, Bernardo Ribeiro de Carvalho, José da Silva Ribeiro e João Teixeira de Barros⁴⁵⁹. José da Silva Ribeiro foi nomeado em 1814 pelo negociante de grosso trato João Luís Teixeira, o principal outorgante identificado da capital (**Tabela 45**), para representá-lo em Lisboa⁴⁶⁰, enquanto João Teixeira de Barros constava como um dos representantes legais outorgados por João José de Oliveira Guimarães em Portugal⁴⁶¹. A carga transportada por José da Silva Ribeiro era formada por couros (1.396) e café – em sacos (14) e caixas (9) –, no valor total de 3:822\$294 réis. Entre as mercadorias enviadas a Lisboa no nome de Barros, também destacava-se as caixas de açúcar (85) e os couros (2.399). Toda a carga representava o capital de 9:150\$500 réis. O próprio João Antônio de Almeida aparece como representante de Antônio Cordeiro de Araújo, cuja carga de doze caixas de açúcar correspondia ao capital de 764\$623 réis.

Em processo semelhante, datado de 1808, João Antônio de Almeida está presente entre os devedores dos custos da avaria de uma embarcação, assim como o outro procurador nomeado por Manuel Albino Rodrigues de Carvalho para representá-lo em Portugal (Lisboa): José Pereira de Araújo⁴⁶². Novamente, mais importante dos que os valores envolvidos são os indícios que ajudam a compreender as circunstâncias em que determinados procuradores foram nomeados representantes de comerciantes do Rio Grande de São Pedro. Neste sentido, salienta-se a importância dos couros e da vinculação da economia rio-grandense com seus

⁴⁵⁷ ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 61, nº 4, cx. 61. Possivelmente parte destes couros era do Rio Grande de São Pedro. Para outras cobranças apresentadas por Almeida que envolviam portos brasileiros, ver os seguintes processos do mesmo fundo documental: mç. 43, nº 2, cx. 43; mç. 45, nº 6, cx. 45; mç. 58, nº 19, cx. 58; mç. 62, nº 18, cx. 62.

⁴⁵⁸ A sentença foi dada em 1817, mas a viagem ocorreu em 1801. ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 19, nº 1, cx. 143.

⁴⁵⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 53v; 1 Tab. POA, L32, fl. 50; L33, fl. 66, 135; L38, fl. 28.

⁴⁶⁰ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L38, fl. 28.

⁴⁶¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L33, fl. 135.

⁴⁶² ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 64, nº 11, cx. 64. José Pereira de Araújo também consta como procurador do já mencionado outorgante, José Vieira Leite. No mesmo processo do Juízo da Índia e Mina, outros réus também presentes foram procuradores nomeados em Rio Grande e Porto Alegre: José da Silva Ribeiro, Félix Martins da Costa, Antônio Francisco Lisboa e Bernardo Miguel Borges de Oliveira. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 50, L38, fl. 28, L33, fl. 125, L51, fl. 170v; 2 Tab. RG, L9, fl. 1, 79v.

tradicionais parceiros mercantis, Rio de Janeiro e Bahia.

Nas procurações outorgadas por *José Vieira Lima* em 1809 e 1814, seus procuradores estavam distribuídos de forma mais concentrada: Rio Grande de São Pedro (14), Rio de Janeiro (9), Santa Catarina e Portugal, com cinco cada⁴⁶³. Seu caso cabe ser destacado pela manutenção de parte de seus procuradores ao longo do tempo, pois cinco dos representantes foram nomeados nas duas ocasiões: Alexandre Peixoto do Prado e Custódio José de Almeida e Castro (Porto Alegre), o capitão Estevão Afonso de Barros (Ilha de Santa Catarina) e os capitães Joaquim Gonçalves dos Santos e José Alves Duarte (Rio de Janeiro)⁴⁶⁴. Localizei duas escrituras de venda nas quais ele estava presente, mas aparentemente estas transações não tinham relação com sua atuação mercantil: em 1811 adquiriu uma morada de casas na área urbana de Rio Grande e em 1824 registrou a venda de um pedaço de Campo ao sul de Camaquã, termo da Vila do Rio Grande⁴⁶⁵. Um campo vizinho a este consta entre os bens declarados no seu inventário, aberto em 1828. O mesmo representava 68,2% do seu patrimônio total (417,43 libras)⁴⁶⁶. A este respeito, cabe salientar que seu patrimônio já não apresentava indícios da sua atuação mercantil, não sendo possível identificar detalhes da sua relação com seus procuradores.

Entre seus outorgantes “ligados ao comércio” estabelecidos em Porto Alegre, foi o sargento-mor *João Luís Teixeira* quem nomeou o maior número de procuradores. Negociante de grosso trato matriculado na Junta do Comércio, é um dos poucos exemplos de comerciantes do período joanino que continuou em atividade até a década de 1840. Em parte, a distribuição dos representantes outorgados em duas escrituras registradas em 1814 e 1824 foi semelhante ao que já foi observado: Portugal (6), Bahia (7), Pernambuco (3), Rio de Janeiro (8), Santa Catarina, São Paulo (2) e Rio Grande de São Pedro (30). A respeito destes últimos, deve-se destacar que um maior número de localidades estava envolvido em suas nomeações. Trata-se de um aspecto contrastante em relação ao observado entre os outorgantes estabelecidos em Rio Grande, pois estes concentravam suas nomeações na própria vila e na

⁴⁶³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L5, fl. 161v; 1 Tab. POA, L33, fl. 125.

⁴⁶⁴ Com a exceção de Joaquim Gonçalves dos Santos, foi possível identificar os demais ao comércio. Os procuradores em Porto Alegre foram relacionados “Almanack de 1808”. Custódio de Almeida Castro, além disso, representou os comerciantes da capital na Comissão do Comércio (1824). Antônio Peixoto do Prado, Estevão Afonso de Barros e José Alves Duarte envolveram-se com o fornecimento de escravos para o Rio Grande de São Pedro. Este último procurador era negociante de grosso trato do Rio de Janeiro. AHRS. **Guias de escravos**, mç. 66, doc. 348; mç. 39, doc. 250; mç. 35, doc. 273, 281, mç. 41, doc. 174. ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 35; AHRS. **Assembléia Legislativa**. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

⁴⁶⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L2, fl. 26v; L11. fl. 5.

⁴⁶⁶ José Vieira Lima, inventário, APERS, 1828, 2º Cartório Cível de Rio Grande, mç. 2, nº 36. Agradeço a Helen Osório que cedeu gentilmente o fichamento deste e dos inventários de Custódio José Teixeira de Magalhães, Domingos de Almeida Lemos Peixoto e de Manuel Tomás do Nascimento.

capital, e com menos freqüência em Rio Pardo, corroborando o que já havia sido observado na análise da distribuição das procurações válidas para o território rio-grandense (**Tabela 36 e 41**). Além de Rio Grande (8) e Porto Alegre (9), João Luís Teixeira outorgou poderes para representantes em Rio Pardo (4), Cachoeira (4) e Santo Antônio da Patrulha (5). Segundo foi possível apurar, quase a metade dos cinquenta e sete procuradores estava de alguma forma vinculada à atividade mercantil⁴⁶⁷.

Observa-se que, para tais praças, Porto Alegre servia como intermediária do fluxo comercial direcionado ao porto de Rio Grande e deste para as referidas localidades. Sua atuação neste circuito fica evidenciada na sociedade que estabeleceu com José Antônio Pinheiro em uma “Casa de negócios de fazendas secas e molhadas”, localizada em Santo Antônio da Patrulha. De acordo com as cláusulas contratadas, a sociedade iniciava com um capital de 618,75 libras (123,75 libras em moeda corrente e 495 libras em fazendas trazidas do Rio de Janeiro) entregue por Teixeira, que também ficava como único responsável pelo fornecimento das mercadorias necessárias ao funcionamento da casa, enquanto seu sócio estabelecido naquela vila ficava impedido de realizar negócios fora da sociedade⁴⁶⁸. Nos registros da praticagem da barra de Rio Grande constam três registros da entrada do brigue de sua propriedade “Flor da Fé”, vindo do Rio de Janeiro para aquele porto em 1841 e 1842 carregado com escravos (parte deles com a especificação, “a entregar”), sal, fazendas e vários gêneros sem especificação⁴⁶⁹.

Entre seus procuradores nomeados para o Rio Grande de São Pedro, salienta-se o capitão Joaquim Xavier Caldeira, comerciante da capital e atuante no tráfico de escravos, assim como o capitão Manuel Joaquim Caldeira⁴⁷⁰. José de Freitas Santiago, por sua vez, era proprietário da sumaca “Santo Antônio” que comprou de José Soares Lessa, estabelecido em Pernambuco, mas morador de São José do Norte na ocasião da venda da embarcação (1819)⁴⁷¹, todos eles outorgados para Rio Grande. Os demais procuradores na vila não tinham vínculos mercantis conhecidos, mas cabe mencionar a presença de Manuel Gomes Guimarães,

⁴⁶⁷ Sobre os procuradores nomeados para Cachoeira, Santo Antônio da Patrulha e Pernambuco não consegui informações que os vinculassem ao comércio.

⁴⁶⁸ A sociedade foi registrada em 1815 e tinha duração prevista de dez anos, no final dos quais as contas deveriam ser ajustadas entre os sócios. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L39, fl. 77. José Antônio Pinheiro consta entre os despachantes de escravos identificados nas fontes consultadas referentes ao tráfico negroiro. ANRJ. **Cód. 390**, v. 3, fl. 416.

⁴⁶⁹ AHRs. **AM/M**, registro nº 336, 446, 556. O brigue foi vendido em 15/06/1847 para Felisberto José Barboza por 933,33 libras. Poucos dias depois, o novo proprietário hipotecou a mesma embarcação no exato valor de sua compra a favor de Nicolau Ratto. Embora não seja explicitado na escritura, pode-se supor que Ratto emprestou o dinheiro necessário para a aquisição da embarcação. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L57, fl. 157, 163.

⁴⁷⁰ AHRs. **Guias de escravos**, mç. 74, doc. 289; ANRJ. **Cód. 421**, v. 1, fl. 312; **Cód. 424**, v. 3, fl. 179v.

⁴⁷¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 147v.

um dos mais freqüentes procuradores nomeados (**Tabela 46**)⁴⁷².

Em Porto Alegre, entre os procuradores de João Luís Teixeira estavam os negociantes de grosso trato da capital Manuel José de Campos Porto e João Coelho Neves. Este também foi relacionado no “Almanack de 1808”, da mesma forma que Domingos de Almeida Lemos Peixoto⁴⁷³. Manuel José de Campos Porto transportou em uma embarcação de sua propriedade “uma receita de molhados” remetidas por Miguel Ferreira Gomes, através do Guarda-mor Antônio José de Oliveira Guimarães, do Rio de Janeiro para Porto Alegre e desta para Rio Pardo a serem entregues a Francisco de Oliveira Porto, estancieiro desta vila e também envolvido com o tráfico de escravos⁴⁷⁴. Esta transação é representativa do papel da capital para a economia rio-grandense e para sua atividade mercantil. Sobre os procuradores nomeados para Rio Pardo, cabe salientar que três deles atuaram no tráfico negreiro: Antônio Simões Pereira, João Pereira Martins e Manuel Álvares de Oliveira. Este estava entre os comerciantes de Rio Pardo atuantes em 1808⁴⁷⁵.

Quanto aos procuradores outorgados para fora o restante do Brasil, em Santa Catarina destaca-se Manuel Francisco da Costa, comerciante da mesma localidade atuante no Rio Grande de São Pedro, para onde despachava escravos⁴⁷⁶, estava presente não apenas em diversas procurações passadas por agentes mercantis em Rio Grande e Porto Alegre (**Tabela 46**), mas também entre os outorgantes com maior número de procuradores (**Tabela 45**). Na Bahia, cabe registrar a presença de dois negociantes de grosso trato (Antônio José Dias Lopes e Antônio Pinto de Carvalho⁴⁷⁷) e de José Antônio Ferreira, que foi nomeado nas duas escrituras registradas por João Luís Teixeira. No Rio de Janeiro, todos eram “ligados ao comércio”. Entre eles estavam os já mencionados Francisco José da Cunha e Miguel Ferreira Gomes. Os demais eram Antônio de Freitas Barreto Queiróz, João Alves da Silva Porto e Francisco José de Lima, os três envolvidos no tráfico de escravos. Este último era matriculado como negociante de grosso na Junta do Comércio, assim como Antônio Francisco Leite, José Caetano Travassos e o capitão José Ribeiro dos Santos⁴⁷⁸.

⁴⁷² É provável que Manuel Gomes Guimarães fosse um advogado ou “solicitador de causas”, pois nas escrituras de Rio Grande foi nomeado como procurador em cento e trinta ocasiões, vinte duas das quais para outorgantes ligados ao comércio. Quatro deles eram negociantes de grosso trato. Em Porto Alegre foi nomeado em outras dezessete vezes, em cinco procurações delas o outorgante era agente mercantil. Entre estes últimos estavam três deles negociantes matriculados na Junta do Comércio.

⁴⁷³ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 109v, 157v.

⁴⁷⁴ BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os portos do Sul**, op. cit., p. 138.

⁴⁷⁵ AHR. **Guias de escravos**, mç. 84, doc. 563; ANRJ. **Cód. 390**, v. 2, fl. 62; **Cód. 421**, v. 18, fl. 220v.

⁴⁷⁶ AHR. **Guias de escravos**, mç. 35, doc. 287, mç. 37, doc. 223, mç. 72, doc. 385.

⁴⁷⁷ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 15, 40.

⁴⁷⁸ ANRJ. **Cód. 390**, v. 2, fl. 58, v. 3, fl. 68, 96; **Cód. 421**, v. 1, fl. 375, 666, v. 2, fl. 169, v. 18, fl. 38, 107, 147v, 171v; ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 24v, 71, 99v, 183v.

No que diz respeito aos procuradores em Portugal, repete-se o mesmo padrão, pois parte dos representantes eram negociantes e atuavam no comércio do Brasil. João Antônio de Almeida e José da Silva Ribeiro já foram mencionados. João Batista de Vasconcelos, nomeado para representar o Sargento-mor João Luís Teixeira no Porto, era negociante desta cidade⁴⁷⁹. Vasconcelos consta como um dos réus em uma sentença do Juízo da Índia e Mina (1825) referente a um processo de arribada movido por João Fernandes Tomás Júnior, capitão do bergantim “Estrela-Bela Maria”, que sofreu “avaria grossa” e arribou em Lisboa quando se deslocava do Rio de Janeiro para Vigo, na Galícia⁴⁸⁰. O autor solicitava que os carregadores dividissem os custos decorrentes da arribada. A embarcação seguia carregada de açúcar, café, goma, chifres e pontas de boi e, principalmente, couros em diferentes preparos (“couros”, “salgados”, “em cabelo”). Somente um dos dez “carregadores” não tinha couros entre as mercadorias transportadas: Antônio Francisco de Andrade do Rio de Janeiro, a quem pertencia 8 Barricas de Goma e 3.500 *chifres*, este também um dos subprodutos do gado exportado pelo Rio Grande de São Pedro⁴⁸¹.

Também estava entre os principais outorgantes identificados nas procurações registradas na capital, *Manuel Antônio de Magalhães*, administrador dos contratos do quinto e dos dízimos da capitania rio-grandense, onde se estabeleceu na passagem do século XVIII para o seguinte, um dos prósperos negociantes da capital e autor do “Almanack da Vila de Porto Alegre”. Assim como o Sargento-mor Mateus da Cunha Telles e José Antônio de Azevedo, administrava os contratos arrematados pelos irmãos Pereira de Almeida⁴⁸². Entre 1797 e 1805, associado a José e João Rodrigues Pereira de Almeida e Antônio dos Santos, arrematou no Conselho Ultramarino os contratos dos dízimos, do quinto dos couros e do gado

⁴⁷⁹ ANTT. **Junta do Comércio. Tribunal.** Relações dos empregados e negociantes nacionais e estrangeiros que subirão para ser insertos no Almanack [1824-1828], mç. 61 (cx. 199). Além de João Batista de Vasconcelos, identifiquei doze dos procuradores nomeados para atuar em Portugal em nome de outorgantes do Rio Grande de São Pedro: Bernardo José Ferreira de Barros, Bernardo Miguel de Oliveira Borges, Luís Cipriano Rebelo & Filhos e Pedro Antônio da Silva Pedroso, negociantes estabelecidos em Lisboa, exceto Pedroso que era empregado na Mesa do Bem Comum dos Mercadores. No Porto: Antônio Ferreira Velho, Antônio Manuel dos Santos, Francisco Fernandes de Souza, José Mendes Braga, Manuel Gomes Barroso, Manuel José Dias Guimarães e Narciso José Alves Machado.

⁴⁸⁰ Ao investigar o comércio luso-espanhol no início do século XIX, Maria Cristina Moreira demonstra que Portugal obtinha vantagens na re-exportação de produtos brasileiros, especialmente couros e algodão, além de tecidos ingleses para o mercado espanhol. Concomitantemente, a Espanha tinha em Portugal um mercado para seus produtos (cereais, lã e animais) e para a lã que importava da Inglaterra. MOREIRA, Maria Cristina Guimarães de Almeida. La importancia del mercado español en el comercio exterior portugués (1796-1831). In: **Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea.** Número 6 (2006). Disponível em: <<http://hispanianova.rediris.es/6/articulos/6a006.pdf>>. Acesso em: 25 Mai. 2010. Ver também MOREIRA, Maria Cristina Guimarães de Almeida. **Relaciones comerciales luso-españolas (1774-1860)**. Pamplona: Universidad de Navarra-Departamento de Ciencias Económicas y Empresariales, 2002 [2 vols.] [tese de doutorado].

⁴⁸¹ ANTT. **Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina**, mç. 54, nº 2, cx. 178.

⁴⁸² OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 291. José Antônio de Azevedo estava presente na listagem organizada por Magalhães como comerciante da capital rio-grandense.

em pé e do município das tropas da capitania rio-grandense. Seus negócios incluíam ainda a negociação de imóveis rurais, além de fornecimento de mercadorias e empréstimos ao governo colonial⁴⁸³.

Suas escrituras de procuração foram registradas em 1814 e 1816, nas quais outorgou poderes para cinquenta representantes legais⁴⁸⁴. Parte deles chama a atenção pela singularidade de seus destinos em relação ao que foi observado no conjunto das procurações analisadas. Tratam-se dos procuradores nomeados para Moçambique (Antônio Caetano Pinto, Antônio da Cruz e Almada e João da Silva Guedes) e Macau (José Gomes Brandão e Manuel Pereira). Entretanto, não foi possível reunir informações que permitissem conhecer melhor a motivação destas nomeações. Este também é o caso dos procuradores nomeados no Maranhão, com destaque para o coronel José Gonçalves da Silva, Governador da Fortaleza de São Marcos. Os demais representantes foram nomeados para as mesmas regiões recorrentes nos demais casos apresentados: Bahia (3), Pernambuco (5), São Paulo (2), Rio de Janeiro (4), Santa Catarina (4) e Rio Grande de São Pedro (16): Porto Alegre (10) e Rio Grande (3) e Rio Pardo (3).

Alguns dos procuradores indicados nestas procurações eram ligados ao comércio e com interesses no Rio Grande de São Pedro: na Bahia, a firma Gomes & Melo e Manuel da Silva Ribeiro, que em 1810 havia comprado a metade da sumaca “Caridade” do capitão Manuel José Pinheiro de Porto Alegre, de quem era sócio⁴⁸⁵. Em Pernambuco, somente a respeito do Coronel Bento José da Costa foi localizada informações que o vinculava à atividade mercantil. Em 1811, apareceu como consignatário de 800 alqueires de sal desembarcados em Rio Grande, vindo daquela praça. Além disso, envolveu-se com o comércio de escravos para o extremo-sul da América portuguesa⁴⁸⁶. Em São Paulo, além do já mencionado Bento Tomás Viana, estava a sociedade mercantil Bento Tomás Viana & Irmão que aparece na documentação do tráfico negreiro, ambos para representá-lo em Santos⁴⁸⁷. No que diz respeito aos procuradores em Santa Catarina, destacava-se José Luís do Livramento, comerciante daquela praça relacionado no Almanack de 1808 e inúmeras vezes assim

⁴⁸³ KÜHN, Fábio. O Almanaque da Vila de Porto Alegre: uma leitura do Rio Grande em 1808. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 105-6.

⁴⁸⁴ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L38, fl. 61v, L39, fl. 141v.

⁴⁸⁵ No registro da transação, Manuel da Silva Ribeiro foi representado por seu filho José Ribeiro dos Santos e Silva. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 119v. O sócio Manuel José Pinheiro aparece como um dos procuradores outorgados por Antônio Joaquim da Costa Gavião, Capitão da Legião de São Paulo, destacada no Rio Grande de São Pedro. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 99.

⁴⁸⁶ AHRs. **AM/M**, registro nº 116; AHRs. **Guias de escravos**, mç. 31, doc. 137, mç. 33, doc. 101, 176, mç. 35, doc. 308; ANRJ. **Cód. 390**, v. 1, fl. 11.

⁴⁸⁷ ANRJ. **Cód. 424**, v. 8, fl. 155.

outorgado nas escrituras registradas em Rio Grande e Porto Alegre. Para o Rio de Janeiro, além de Miguel Ferreira Gomes, presença constante no comércio rio-grandense, estavam Francisco Mariano de Oliveira um dos despachantes de escravos, e o comerciante de Porto Alegre João Antônio Calvet⁴⁸⁸.

No Rio Grande de São Pedro, foram nomeados os comerciantes em Rio Pardo, Manuel Tomás do Nascimento e José Joaquim de Figueiredo Neves⁴⁸⁹. Em Rio Grande, chamo a atenção para o negociante de grosso trato Cipriano Rodrigues Barcelos⁴⁹⁰, além dos já mencionados como procuradores de outros outorgantes “ligados ao comércio”, Mateus da Cunha Telles e Antônio Francisco dos Anjos. Em Porto Alegre, o capitão Joaquim Lopes de Barros era um dos principais procuradores (**Tabela 46**) e atuava no comércio de cabotagem com o Rio de Janeiro. Seu patacho “Cruzeiro do Sul” entrou, no mínimo por duas oportunidades, carregando vários gêneros e escravos. Para o porto “carioca” enviou carnes e couros, além de “dois escravos a entregar”, segundo consta em três registros da praticagem da barra de Rio Grande⁴⁹¹. Tal como Manuel Antonio de Magalhães, foi contratador de impostos. Segundo informa a escritura registrada em Porto Alegre em 1829, ele e seu sócio (José Rodrigues Pereira) compraram de Apolinário Antonio de Medeiros⁴⁹² e Manuel Madruga de Bitancourt o “Contrato do Novo Imposto a favor do Banco do Brasil de toda a Província do Rio Grande do Sul”, arrematado por eles na Junta da Fazenda da província⁴⁹³.

Com relação aos procuradores de Manuel Antônio de Magalhães em Portugal, ao contrário do observado entre os demais procuradores em Portugal que destaquei até aqui, não encontrei informações adicionais a respeito deles que permitissem saber se atuavam no comércio com o Brasil. Apesar disso, foi possível identificar quatro deles que tinham vínculos mercantis: Antônio José de Miranda, Francisco Antônio Ferreira⁴⁹⁴ e as casas comerciais da

⁴⁸⁸ ANRJ. **Cód. 424**, v. 5, fl. 98.

⁴⁸⁹ Ambos relacionados no Almanack de 1808. José Joaquim de Figueiredo Neves aparece também como despachante de dois escravos do Rio de Janeiro para Porto Alegre em 1808. Na guia de transporte consta que tinha 44 anos e era “natural e morador do Rio Grande”. AHRs. **Guias de escravos**, mç. 31, doc. 137.

⁴⁹⁰ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 73v. Sobre a família Rodrigues Barcellos, ver MENEGAT, C. **O tramado, a pena e as tropas**, op. cit., p. 61-95.

⁴⁹¹ AHRs. **AM/M**, registro nº 332, 456, 784, 927, 1072. Entre os demais representados por Joaquim Lopes de Barros, encontravam-se André Álvares Pereira Viana e Custódio José Teixeira de Magalhães. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L34, fl. 119v. Em Rio Grande foram outras quatro procurações (de um total de trinta e três) cujos outorgantes “ligados ao comércio”. APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L12, fl. 122v.

⁴⁹² Não encontrei referências a respeito da arrematação do contrato no inventário de Apolinário Joaquim Lopes de Barros, inventário, APERS, 1848, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 24, nº 541.

⁴⁹³ Joaquim Lopes de Barros e José Rodrigues Pereira pagaram 815,37 libras esterlinas pelo contrato.

⁴⁹⁴ Ambos os procuradores constam entre os comerciantes estabelecidos em Lisboa que fizeram contribuições financeiras ao governo português no início do século XIX: derrama da décima de 1811, contribuições de 1808 e 1809. Além dessas, Francisco Antônio Ferreira consta ainda na “contribuição forçada dos franceses em 1807”.

Viúva Santos & Filhos e de Antônio Manuel de Azevedo e Magalhães & Irmãos. Os três primeiros para Lisboa e o último para Vila Flor, na província de Trás-os-Montes, de onde era natural. Tendo em vista esta coincidência e a semelhança dos sobrenomes, é possível que ele mesmo, ou algum familiar seu, fizesse parte da firma Antônio Manuel de Azevedo e Magalhães & Irmãos.

O Guarda-mor *Antônio José de Oliveira Guimarães*, também comerciante de Porto Alegre listado no Almanack de 1808⁴⁹⁵, era outro dos outorgantes com maior número de procurações computadas (46) e comerciante com intensa e vasta atuação no comércio rio-grandense. Nas escrituras registradas por ele em 1809 e 1821, foram outorgados poderes para representá-lo principalmente no Rio de Janeiro (6), Rio Grande de São Pedro (16) e Portugal (15), além de Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, com três procurações cada. Elas estavam distribuídas em trinta e oito procuradores, de tal modo que cabe sublinhar a repetição de alguns deles, pois indica a manutenção e o fortalecimento dos laços, ainda mais se considerado o intervalo de doze anos decorridos entre as suas duas escrituras de procuração⁴⁹⁶.

Antônio José de Oliveira Guimarães consta em escrituras de venda e crédito registradas na capital. Em uma de crédito registrada em 1811, José Antonio da Silva Neves declara dever a ele 723 libras recebidas em dinheiro e sal. Uma charqueada pertencente ao devedor foi hipotecada como garantia de pagamento da dívida. Alguns anos depois (1818), Oliveira Guimarães e Silva Neves apareceram novamente como credores e devedores em uma escritura de crédito no valor de 1.072,50 libras, razão pelo qual foram hipotecadas duas casas em Porto Alegre⁴⁹⁷. No inventário aberto em 1830, os bens declarados somavam o montante de 131:355\$933 réis (12.485,66 libras esterlinas). Destacam-se diversos bens de raiz na área urbana e arredores de Porto Alegre – casas térreas e sobrados (13), terrenos urbanos (18), parte de um armazém e uma chácara –, considerável escravaria (41), alguns deles com ofícios declarados, em especial os marinheiros das suas embarcações, mercadorias como algodão de Minas, algodão americano, peças de lona da Rússia, vinho, aguardente do Reino e louça da

As informações a respeito deste e de outros agentes mercantis da praça de Lisboa foram cedidas pelo professor Jorge Miguel Pedreira (FCSH/UNL), a quem agradeço a gentileza.

⁴⁹⁵ Antonio José consta em um dos registros da Polícia da Corte do Rio de Janeiro como despachante de trinta e seus escravos no ano de 1809. ANRJ. **Cód. 421**, v. 1, fl. 256.

⁴⁹⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L33, fl. 93v; L42, fl. 92v.

⁴⁹⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L35, fl. 113v; L40, fl. 98. José Antonio da Silva Neves era comerciante de Porto Alegre listado no Almanack de 1808 e também despachou escravos (10), de acordo com as fontes do tráfico consultadas. AHRS. **Guias de escravos**, mç. 37, doc. 171; m 72, doc. 414.

Índia, além de diversas “dívidas ativas” (66)⁴⁹⁸. As informações contidas em seu inventário, e nas demais fontes consultadas, permitem não apenas ter uma medida da sua riqueza e da variedade de seus investimentos, mas também possibilitam que sejam esclarecidos os vínculos com parte de seus procuradores.

No Rio de Janeiro, os três representantes nomeados que tinham vínculos com o comércio estavam presentes nas duas escrituras. Novamente destaca-se a presença de Miguel Ferreira Gomes. Já havia mencionado a participação de Antônio José de Oliveira Guimarães em negócios com este procurador. Além disso, no inventário consta que eram sócios em partes iguais no bergantim “São Miguel”. Com Antônio Marques Pereira e Francisco Xavier Pires, o traço comum identificado foi a participação no tráfico de escravos⁴⁹⁹. Em Santa Catarina, os três procuradores também eram comerciantes listados no Almanack de 1808: Antonio José da Costa, Jacinto Jorge dos Anjos e José Pereira da Cunha.

Quanto às praças rio-grandenses, em Cachoeira exerciam atividades mercantis os procuradores Joaquim Severo Fialho, que se envolveu com o comércio de escravos e o negociante de grosso trato Francisco José da Silva Moura⁵⁰⁰. Em Porto Alegre, chamo a atenção para Custódio José Teixeira de Magalhães, um dos mais freqüentes procuradores e seu sócio em um armazém situado na área central de Porto Alegre⁵⁰¹. Custódio estava ainda entre os devedores relacionados no inventário de Antônio José de Oliveira Guimarães. Outro procurador em Porto Alegre era seu irmão João José de Oliveira Guimarães, de quem era credor do montante de 573,91 libras esterlinas⁵⁰². Acrescenta-se que ambos os procuradores também foram nomeados nas duas escrituras.

Os três procuradores nomeados por Antônio José de Oliveira Guimarães para Rio Grande ocupavam posições de destaque dentro do grupo mercantil. Domingos Vieira de

⁴⁹⁸ Antônio José de Oliveira Guimarães, inventário e testamento anexo, APERS, 1830, 1º Cartório Órfãos de Porto Alegre, mç. 43, nº 1.013. O valor do monte-mor em libras esterlinas seria suficiente para deixar Antônio José de Oliveira Guimarães entre as maiores fortunas da região, de acordo com o critério adotado por Helen Osório para o período entre 1765 e 1830 (acima de 10 mil libras). O montante seria superado somente pelos inventários de Antônio Pacheco de Lima Filho (24.671,37 libras), Joaquim Severo Fialho de Mendonça (27.845,84 libras) e Manuel Amaro da Silveira (32.409,81 libras). Considerando o valor em réis, somente o monte-mor deste último (161:376\$650) seria superior ao de Antônio José de Oliveira Guimarães. OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 273.

⁴⁹⁹ Assim como o próprio Antônio José, Pires aparece em apenas um registro, mas com apenas um escravo. ANRJ. **Cód. 390**, v. 1, fl. 12. Marques Pereira, por sua vez, aparentemente atuava de forma consistente: quarenta e três escravos em oito despachos. ANRJ. **Cód. 390**, v. 3, fl. 27; v. 4, fl. 48v; **Cód. 421**, v. 2, fl. 118, 169; v. 18, fl. 44v, 46v; **Cód. 424**, v. 4, fl. 191; v. 5, fl. 743.

⁵⁰⁰ ANRJ. **Cód. 424**, v. 3, fl. 73v; ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 88.

⁵⁰¹ Custódio José Teixeira de Magalhães registrou em seu testamento que por muitos anos manteve a sociedade no referido armazém. Custódio José Teixeira de Magalhães, inventário e testamento anexo, APERS, 1854, 1º Cartório Cível de Porto Alegre, mç. 14, nº 248.

⁵⁰² João José de Oliveira Guimarães despachou escravos em ao menos duas oportunidades. AHRs. **Guias de escravos**, mç. 74, doc. 289; ANRJ. **Cód. 421**, v. 18, fl. 57v.

Castro atuava no tráfico negreiro⁵⁰³ e era sócio da Associação Comercial do Rio Grande, fundada em 1844, da qual também foi um dos diretores⁵⁰⁴. Negociante matriculado na Junta do Comércio, o Capitão-mor Antônio José Afonso Guimarães, por sua vez, foi um dos membros fundadores e tesoureiro da Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense às vésperas da eclosão da Guerra dos Farrapos. Como foi visto no primeiro capítulo, além dos negócios de importação e exportação de mercadorias, intermediava a compra de terras no Uruguai⁵⁰⁵. Afonso Guimarães era casado com Dona Ana Joaquina Afonso Braga, filha de João Francisco Vieira Braga e Maria Angélica Barboza, e irmã do Conde de Piratini – João Francisco Vieira Braga (Filho)⁵⁰⁶. Tal como seu cunhado, foi representante de Rio Grande na Comissão do Comércio (1824)⁵⁰⁷.

O próprio conde era o terceiro procurador nomeado na vila portuária. Neste sentido, destaca-se a inserção de Antônio José de Oliveira Guimarães na rede de uma das mais importantes famílias rio-grandenses. Estancieiro e comerciante, o Conde de Piratini é bastante conhecido por suas “instruções ao capataz da Estância da Música”; ocupou diversos cargos na administração do governo imperial, além de ter recebido diferentes mercês e títulos. Assim como Mateus da Cunha Telles, mas sem sofrer nenhum revés, socorreu o Exército e a Marinha Imperial em diversas oportunidades, fornecendo gêneros e dinheiro para o sustento das tropas em diferentes momentos das Guerras Cisplatinas⁵⁰⁸. No que diz respeito à sua

⁵⁰³ ANRJ. Cód. 424, v. 1, fl. 57, 78; v. 2, fl. 92.

⁵⁰⁴ MUNHOZ, C. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**, op. cit.; APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L38, fl. 61v.

⁵⁰⁵ KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 24. O inventário de Vieira de Castro foi aberto em 1859 e nele constam entre os bens declarados, três ações do edifício da Praça do Comércio, no valor de 16,64 libras. Seus somaram o total de 10.672,52 libras esterlinas. Domingos Vieira de Castro, inventário, APERS, 1859, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 33, nº 708.

⁵⁰⁶ Maria Angélica Barboza [e João Francisco Vieira Braga], inventário, APERS, 1847, 1º Cartório Órfãos de Órfãos e Provedoria de Pelotas, mç. 20, nº 286. No inventário consta que Antônio José Afonso Guimarães cuidou dos procedimentos relativos à abertura do testamento na condição de procurador de seu cunhado. O pai do Conde de Piratini, João Francisco Vieira Braga não teve inventário próprio e seus bens foram arrolados em conjunto com os da esposa, após o falecimento desta. Através das escrituras de compra e venda fica-se sabendo que faleceu antes de 1822, pois em uma venda registrada em 1822, constam como vendedores a firma Braga Viúva & Filhos (trata-se de Dona Maria Angélica Barboza e seus filhos). APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L10, fl. 14v. Arrolado como morador em Rio Grande em 1808, João Francisco Vieira Braga aparece como comerciante da mesma vila no Almanack de 1808. KUNIOCHI, Marcia Naomi. Ter escravo em Rio Grande. In: **Anais do III Encontro Liberdade e Escravidão no Brasil Meridional**. Florianópolis: Maio 2007. Disponível em «<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/45.45.pdf>». Acesso em 30 Ago.2011; Segundo Ester Gutierrez, João Francisco Vieira Braga foi um dos proprietários de parte das terras que deram origem às charqueadas de Boaventura Rodrigues Barcellos, uma das principais de Pelotas GUTIERREZ, E. **Negros, charqueadas & olarias**, op. cit., p. 123-25.

⁵⁰⁷ AHRs. **Assembléia Legislativa**. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

⁵⁰⁸ CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 199-200; CESAR, G. **O Conde de Piratini e a Estância da Música**, op. cit., p. 11-6

atuação mercantil, além dos negócios realizados através do porto de Rio Grande⁵⁰⁹, registra-se a sua participação em seus espaços institucionais e representativos: na Comissão de 1824, na Associação Comercial de Rio Grande (inclusive, como presidente da sua Comissão Administrativa no ano de 1846) e na fundação da “Sociedade Promotora”⁵¹⁰.

Os vínculos estabelecidos por Antonio José de Oliveira Guimarães eram recíprocos, pois parte de seus principais procuradores também o nomearam como seus representantes: o Conde de Piratini (1819), Custódio José Teixeira de Magalhães (1815) e João José de Oliveira Guimarães (1809)⁵¹¹. Além deles, seu sobrinho e sócio no patacho “Constante Oliveira”, José de Oliveira Guimarães, também lhe outorgou poderes em procuração registrada no ano de 1816⁵¹².

A respeito dos procuradores nomeados para Portugal – Lisboa (6), Porto (4) e Braga (5) –, as informações reunidas permitiram vincular quatro deles à atividade mercantil. Bernardo Ribeiro de Carvalho, como foi visto, era importador de couros. Pedro José da Silva foi proprietário da escuna “Boa Fé”, vendida em 1847 a Vicente José da Silva da vila de Rio Grande⁵¹³. Foi também um dos signatários das contribuições “forçadas de 1807” e em 1808 e 1809, em auxílio ao governo português. Francisco Antonio Pinheiro & Companhia também participou daquelas “contribuições” e do empréstimo feito para a “Paz de Argel” (1813). José Mendes Braga, por sua vez, era negociante da cidade do Porto e junto com alguns sócios

⁵⁰⁹ Nos registros da movimentação de embarcações no porto de Rio Grande, identifiquei dois desembarques que remontam possivelmente aos primeiros anos no trato mercantil, quando ainda era um “correspondente”. As embarcações vindas do Rio de Janeiro aportaram em 1815 trazendo escravos (52) e vinho, a ele consignados. AHRS. AM/M, registro nº 178, 199. De acordo com Sérgio da Costa Franco, João Francisco Vieira Braga (Filho) estava entre os concessionários de terrenos e chácaras no povoado de Jaguarão, entre de 1814 e 1822. Nos registros correspondentes foi identificado como “charqueador e comerciante de Rio Grande” (terrenos urbanos) e apenas como “charqueador” (concessão das chácaras suburbanas). FRANCO, S. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**, op. cit., p. 50, 59.

⁵¹⁰ KLAFKE, A. **O Império na província**, op. cit., p. 26. Para uma abordagem das divergências existente entre fazendeiros e comerciantes em relação ao significado da honra, a partir de uma disputa envolvendo o Conde de Piratini, ver MONSMA, Karl. The Meaning of Honor: A Case of Libel in 19th Century Rio Grande do Sul. In: **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**, Chicago, September 24-26, 1998. Disponível em «<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Monsma.pdf>». Acesso em: 26 Ago. 2011. Monsma baseia-se no caso de Vieira Braga e dos irmãos Anchorena de Buenos Aires para uma abordagem da “teoria da agência”. MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, Junho 2000. Disponível em «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6909200000200006&lng=en&nrm=isso». Acesso em: 26 Ago. 2011.

⁵¹¹ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 111; 1 Tab. POA, L38, fl. 92; L33, fl. 135; L33, fl. 135. No total, Antônio José de Oliveira Guimarães foi nomeado como procurador em vinte e oito procurações registradas em Porto Alegre, em pelo menos oito delas seus outorgantes foram identificados como atuantes no comércio. Em Rio Grande, foram sete procurações (de um total de trinta) com outorgantes nesta mesma situação.

⁵¹² APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L39, fl. 126. A sociedade na embarcação foi declarada no inventário de Antônio José de Oliveira Guimarães, assim como uma declaração em seu inventário, na qual afirma dever ao seu sobrinho, valores referentes ao saldo de uma sociedade que possuíram.

⁵¹³ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L33, fl. 93v; L19, fl. 57.

apareceu como réu em um processo no qual os autores Viúva Ferreira & Pinto e José Ferreira Pinto Bastos cobravam uma dívida avaliada em mais de 26.902,37 libras esterlinas, correspondente aos ajustes dos Contratos do Tabaco, encerrados em 1837 e 1840⁵¹⁴.

Tabela 46 – Dez principais procuradores nomeados por outorgantes “ligados ao comércio” (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	(A)	(B)	(C)	(D)	Nº	%
Rio Grande						
Manuel Gomes Guimarães (RG)					22	1,4
Custódio José Teixeira de Magalhães	POA			✓	21	1,4
Francisco Machado de Souza		SC			21	1,4
Miguel Ferreira Gomes	RJ			✓	20	1,3
José Luís do Livramento		SC			19	1,2
Manuel Francisco da Costa		SC		✓	18	1,2
Tomás Francisco Flores (RG)					18	1,2
José Alves Duarte	RJ		✓		17	1,1
Domingos Francisco de Araújo Rozo	RJ			✓	15	1,0
Domingos de Almeida Lemos Peixoto		POA			14	0,9
					185	12,2
Porto Alegre						
Miguel Ferreira Gomes	RJ			✓	51	3,4
José Luís do Livramento		SC			21	1,4
José Alves Duarte	RJ		✓		20	1,3
José Peixoto de Miranda (POA)					19	1,3
Manuel Francisco da Costa		SC		✓	18	1,2
Joaquim Lopes de Barros		POA	✓		17	1,1
Henrique da Silva Loureiro (POA)					15	1,0
João Pereira Monteiro	RP			✓	14	0,9
Mateus da Cunha Telles	RG	RG	✓		13	0,9
Manuel Tomás do Nascimento		RP			12	0,8
					200	13,4

(A) Negociantes de grosso trato (Código 170);

(B) “Almanack de 1808”;

(C) Agentes ativos no porto de Rio Grande;

(D) Participantes no tráfico (1788-1834)

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Na **Tabela 46** foram reunidos os principais procuradores nomeados nas escrituras registradas em Rio Grande e em Porto Alegre. A comparação com a tabela anterior permite fazer algumas constatações a respeito das características de cada uma das localidades analisadas. Enquanto na **Tabela 45** não havia outorgantes de procurações que fossem comuns a Rio Grande e Porto Alegre – demonstrando novamente que havia grupos mercantis distintos (inclusive os advogados e solicitadores de causas nomeados eram diferentes) – na tabela

⁵¹⁴ ANTT. **Junta do Comércio. Tribunal. Relações dos empregados e negociantes nacionais e estrangeiros que subirão para ser insertos no Almanack [1824-1828]**, mç. 61 (cx. 199); ANTT. **Tribunal do Comércio**, mç. 1, n.º 79, cx. 63.

abaixo, observou-se a repetição de quatro nomes, dois do Rio de Janeiro e dois de Santa Catarina, que compunham as redes mercantis dos comerciantes tanto do Rio Grande quanto de Porto Alegre.

Nota-se ainda, que os agentes mercantis de Rio Grande nomearam procuradores preferencialmente para atuarem fora do Rio Grande de São Pedro, enquanto na capital predominavam os representantes na própria capitania/província. Acrescenta-se que somente em Porto Alegre foram nomeados procuradores em Rio Pardo, demonstrando a importância dos vínculos entre as duas localidades e que os comerciantes da capital estavam mais voltados para o comércio interno.

Especificamente sobre a **Tabela 46**, observa-se que os procuradores nela relacionados respondiam por uma parcela considerável do total de nomeações realizadas em cada uma das localidades. Considerando o conjunto das procurações que receberam, percebe-se que tinham presença constante nas nomeações registradas. Sendo assim, constata-se que a maioria destes procuradores foi mencionada no detalhamento das procurações passadas pelos principais outorgantes identificados. Os ausentes até aqui foram os advogados Tomás Francisco Flores e Henrique da Silva Loureiro e o solicitador de causas José Peixoto de Miranda, que tendo em vista as suas atividades profissionais, foram outorgados como procuradores em dezenas de procurações passadas em Rio Grande e Porto Alegre.

João Pereira Monteiro, por sua vez, era negociante matriculado na Junta do Comércio desde 1825 e com atuação no tráfico de escravos em ao menos uma oportunidade quando despachou setenta e oito escravos do Rio de Janeiro para Rio Grande⁵¹⁵. Tal como Antônio José Afonso Guimarães e o Conde de Piratini, compôs a “Comissão do Comércio” de 1824, como representante de Rio Pardo. Entre os outorgantes de quem foi procurador, encontravam-se o inglês José L’Brown e o negociante Manuel Ribeiro da Silva Louzada, em Rio Grande.

Em 1816, na única escritura em que foi outorgante, João Pereira Monteiro concedeu poderes para sete procuradores, dos quais apenas um não teve vínculos com o comércio identificados (Antônio José Abreu Guimarães). Os demais eram: Custódio José Antunes Guimarães, João Francisco Vieira Braga e João Francisco Vieira Braga (Filho), José Vieira Lima, João Alves da Silva Porto e Miguel Ferreira Gomes, para representá-lo em Rio Grande e no Rio de Janeiro⁵¹⁶. Em escrituras registradas em Porto Alegre, foi nomeado representante de Custódio José Teixeira de Magalhães, André Álvares Pereira Viana e José Ferreira da Silva

⁵¹⁵ ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 221v; ANRJ. **Cód. 424**, v. 4, fl. 94.

⁵¹⁶ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L6, fl. 159v. Custódio José Antunes Guimarães, era negociante de grosso de Rio Grande matriculado na Junta do Comércio. ANRJ. **Cód. 170**, v. 1, fl. 64.

& Companhia⁵¹⁷. Cabe registrar a repetição de alguns dos mais frequentes e importantes outorgantes e procuradores identificados nas escrituras aqui analisadas. Trata-se, portanto, de um negociante bem situado dentro do grupo mercantil rio-grandense e inserido nas redes comerciais observadas nas trajetórias apresentadas.

*Domingos de Almeida Lemos Peixoto*⁵¹⁸, além das registradas em Rio Grande, foi outorgado procurador de agentes ligados ao comércio em dez procurações da capital. Destacam-se seus vínculos com o Guarda-mor Antonio José de Oliveira Guimarães, do qual foi procurador nas duas escrituras que este registrou, bem como do irmão e sobrinho deste: João José de Oliveira Guimarães e José de Oliveira Guimarães. Sua atuação dava-se também na compra e venda de propriedades rurais, comércio de escravos e fornecimento de crédito.

Entre as escrituras de venda e crédito que tomou parte, encontra-se a da venda que fez de um estabelecimento de charqueada em Triunfo, termo de Porto Alegre (setembro de 1809), a José Leal de Azevedo & Companhia por 360 libras. Esta propriedade havia sido adquirida por ele em abril do mesmo ano junto a Belarmino Coelho da Silva por 240 libras. Deste modo, o interesse de Lemos Peixoto estava não só na produção e na comercialização do charque, mas também nos possíveis rendimentos em transações envolvendo as unidades produtivas dedicadas à fabricação do produto.

O financiamento de charqueadores também estava no seu espectro de negócios, pois em 1812 constava como credor de José Antonio da Silva Neves no total de 2.364,61 libras, dos quais 646,95 libras referiam-se a compra de doze escravos e restante do valor foi fornecido por Lemos Peixoto em dinheiro, sal e fazendas que Silva Neves empregou no funcionamento da sua charqueada. Estes escravos e demais bens do devedor foram hipotecados como garantia do pagamento⁵¹⁹. Acrescenta-se a este respeito que uma listagem de quarenta dívidas ativas no valor total de 872,03 libras representava 54,8% do valor total dos bens declarados em seu inventário, mais um indício de sua atividade como fornecedor de

⁵¹⁷ APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L8, fl. 97, 109; L6, fl. 159v; 1 Tab. POA, L38, fl. 32, 92; L45, fl. 268.

⁵¹⁸ Domingos de Almeida Lemos Peixoto era nascido no Minho e chegou com treze anos de idade à capital rio-grandense, trazido do Rio de Janeiro pelo comerciante natura da Ilha de Santa Catarina, Francisco José Cidade. No ano de 1790 casou-se com Luísa Joaquina da Silveira, filha do capitão-mor de Ordenanças José Francisco da Silveira Casado, Juiz de Órfãos e um dos mais destacados oficiais da Câmara de Porto Alegre. Em 1797, Lemos Peixoto tornou-se alferes do “Corpo de Ordenanças” e em 1809, foi empossado como procurador da Câmara de Porto Alegre, onde ocupou a vereança em quatro ocasiões. COMISSOLI, A. **A serviço de Sua Majestade**, op. cit., p. 39, 52, 83, 239, 288. Sobre o capitão José Francisco da Silveira Casado, ver COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons”**, op. cit., *passim*.

⁵¹⁹ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L33, fl. 155v; L34, fl. 12; L35, fl. 146. José Luís de Azevedo foi um dos principais traficantes de escravos atuantes no Rio Grande de São Pedro. BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os portos do Sul**, op. cit., p. 144.

crédito⁵²⁰.

Nesta, e em outras escrituras de crédito citadas acima, cabe ressaltar que apontam casos práticos em que os agentes mercantis estavam envolvidos em redes de endividamento e no financiamento das atividades produtivas. Devido à falta de instituições creditícias e da escassez de numerário em circulação, os negociantes acabavam por ser a principal fonte de crédito, através dos empréstimos em dinheiro e no fornecimento e adiantamento de mercadorias⁵²¹. Somente com a estruturação de instituições bancárias este quadro começou a ser alterado, ainda que os homens de negócio tenham permanecido como importantes fontes de financiamento e que negociantes do porte do Barão de Mauá tenham participado da constituição de tais instituições⁵²².

Além disso, nas escrituras apresentadas, alguns dos charqueadores financiados por agentes mercantis eram também comerciantes. Uma das categorias ocupacionais utilizadas por Helen Osório na análise da composição dos negócios do grupo mercantil rio-grandense era justamente a dos “comerciantes-charqueadores”, que em algum momento de suas vidas exerceram as duas atividades. Todos os classificados pela autora com pertencentes a este grupo haviam abandonado totalmente a atividade mercantil quando faleceram, e em seus inventários não havia indícios da passagem pelo trato mercantil. A composição do seu patrimônio era bastante característica, formada principalmente por bens rurais, escravos e dívidas ativas. Um dos classificados dentro do grupo era justamente o acima citado José Antonio da Silva Neves, cujo valor dos bens inventariados era inferior ao total das suas dívidas passivas. A autora acrescenta ainda que negociantes pertencentes a este grupo foram os que apresentaram a maior diversificação de suas atividades, pois “possuíam lojas e barcos, produziam charque, emprestavam dinheiro e alguns ainda eram grandes estancieiros e produtores agrícolas”⁵²³.

Além dos vínculos existentes entre os agentes mercantis, cujos elos podem ser observados em parte através da troca de procurações entre eles, chama a atenção que quatro deles apareceram como principais procuradores tanto em Rio Grande quanto em Porto Alegre. Na Ilha de Santa Catarina: *Manuel Francisco da Costa e José Luís do Livramento*,

⁵²⁰ Domingos de Almeida Lemos Peixoto, inventário, APERS, 1837, 1º Cartório Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, mç. 59, nº 1235.

⁵²¹ SCHWARTZ, S. **Segredos internos**, op. cit., p. 179-85; FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 241-52.

⁵²² GUIMARÃES, C. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**, op. cit.; MATTOSO, K. **Bahia, século XIX**, op. cit., p. 490-91.

⁵²³ OSÓRIO, H. **O império português no sul da América**, op. cit., p. 301-13; a citação é da página 311.

comerciantes daquela praça, foram nomeados procuradores em dezenas de procurações, parte delas para representar outorgantes atuantes no comércio como João Luís Teixeira e Manuel Antonio de Magalhães (**Tabela 46**).

Os outros dois eram estabelecidos na Corte do Rio de Janeiro: *José Alves Duarte* e *Miguel Ferreira Gomes*. Enfatizei a presença deste último ao longo do texto, pois tratava-se de um dos mais influentes comerciantes “cariocas” com interesses na economia rio-grandense. Atuava no tráfico de escravos, no comércio de cabotagem importando e exportando mercadorias. João Fragoso destaca que, juntamente com seu sócio João Rodrigues Pereira de Almeida – um dos principais arrematadores dos contratos de impostos do Rio Grande de São Pedro –, Ferreira Gomes chegou a deter 10% das mercadorias exportadas de Rio Grande para o Rio de Janeiro. Segundo o autor, o caso demonstra como um privilégio estatal (a arrematação de contratos) contribuía para reforçar o caráter monopolista da atuação dos negociantes de grosso trato estabelecidos na praça carioca⁵²⁴.

Seus negócios no Rio Grande de São Pedro incluíam a comercialização de bens urbanos e rurais, como a venda de “umas terras” no Distrito de Arroio dos Ratos, no termo de Porto Alegre, e de um armazém nesta mesma cidade para o comerciante de varejo Manuel Lopes Guimarães. Antes disso, em 1811, havia registrado o encerramento de uma sociedade que teve até 1806 como o comerciante Domingos Martins dos Reis. Na ocasião, este hipotecou cinco escravos e um sítio “com casas de vivenda coberta de telhas, casa de charqueada, currais e todos os demais pertences”, como garantia do pagamento de 810,01 libras esterlinas que ficou devendo a Miguel Ferreira Gomes, referentes aos ajustes das contas da extinta sociedade⁵²⁵. No tráfico negreiro da região, a atuação deste negociante demonstrou-se bastante expressiva, pois estava entre os traficantes com o maior número de envios de escravos computados na documentação consultada. Isso, sem levar em consideração as remessas realizadas por seus eventuais agentes e comissários. Acrescente-se que muitos dos demais envolvidos neste ramo do comércio também tinham negócios com ele, aspecto este também observável através das procurações bastantes⁵²⁶.

⁵²⁴ FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura**, op. cit., p. 326-27. Ver também, BROWN, Larissa V. **Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822**. Virgínia: University of Virgínia/Corcoran, Department of History, 1986 [tese de doutoramento], p. 592-93; 636-42.

⁵²⁵ APERS. **Transmissões e Notas**. 1 Tab. POA, L46, fl. 65; L47, fl. 149; L35, fl. 31v. Seu sócio era um dos comerciantes de Porto Alegre listados no Almanack de 1808.

⁵²⁶ Sobre a atuação de Miguel Ferreira Gomes e dos principais traficantes (parte dos quais citados neste capítulo) de escravos atuantes no Rio Grande de São Pedro, ver BERUTE, G. **Dos escravos que partem para os portos do Sul**, op. cit., p. 125-56.

O predomínio de escrituras de procuração registradas até 1825 certamente influenciaram para que negociantes como Miguel Ferreira Gomes, atuantes desde o final do século XVIII, se destacassem entre os principais outorgantes e procuradores. Trata-se, portanto, de uma característica da fonte que impõe limites para avaliar o quanto as práticas mercantis que caracterizavam o período colonial prolongaram-se ao longo do tempo e se elas podem ser generalizadas para toda a primeira metade do século XIX.

Apesar disso, uma conclusão possível resulta da constatação de que todos os principais outorgantes e procuradores serem luso-brasileiros e que a avaliação da distribuição das procurações de acordo com as regiões de destino apontou para a baixa incidência de procuradores nomeados para os Estados Unidos e o restante da Europa. Portugal era o único destino no exterior com parcelas mais expressivas das procurações. Estes aspectos indicam que apesar da crescente concorrência por parte dos negociantes estrangeiros que se estabeleceram no Rio Grande de São Pedro a partir da abertura dos portos, a comercialização do principal produto rio-grandense destinado ao mercado internacional ainda estava nas mãos dos luso-brasileiros. Conclusão também presente quando no primeiro capítulo chamei a atenção para a “bandeira” das embarcações e para a naturalidade dos principais agentes envolvidos na comercialização do charque e dos couros, bem como o destino destas mercadorias. Além disso, até aproximadamente 1825-30, a participação estrangeira nas procurações, seja como outorgantes ou procuradores era pouco expressiva, principalmente em Porto Alegre. Ou seja, ainda estavam pouco inseridos nas redes mercantis luso-brasileiras.

A análise do conjunto da documentação utilizada para a identificação dos procuradores nomeados em Portugal indica que os vínculos estabelecidos entre os negociantes sediados no Rio Grande de São Pedro com seus pares em Portugal eram intermediadas por seus parceiros no Brasil, nomeadamente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. A existência dos processos de cobrança de fretes referentes a cargas de *couros* desembarcadas em Lisboa vindas destas localidades parece um forte indício a este respeito. Com destaque para a o Rio de Janeiro, estas praças mercantis preponderavam nas nomeações de procuradores feitas para fora do Rio Grande de São Pedro.

Acrescente-se que mesmo os mapas estatísticos da balança comercial portuguesa referente ao período posterior à independência do Brasil permaneceram sem trazer no item “courama” – referente à importação de couros – outros portos brasileiros, além de Rio de

Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Ceará⁵²⁷. Ou seja, ainda que negociantes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro estivessem diretamente envolvidos com a exportação de couros para Portugal, esta não era significativa a ponto de ser incluída nos mapas de importação. Por conseguinte, pode-se afirmar que a economia rio-grandense permanecia fortemente vinculada à carioca e o Rio de Janeiro ainda era o principal responsável pela exportação dos couros produzidos na província para o mercado internacional.

⁵²⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Balança Geral do Comercio do Reino de Portugal (1796-1831)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, s/d [CD-ROM].

CONCLUSÃO

No início do século XIX, Rio Grande consolidou-se como centro comercial da província. A integração do Rio Grande de São Pedro aos circuitos mercantis da América portuguesa como fornecedora principalmente de animais, charque e couros, possibilitou a intensificação das trocas mercantis realizadas através do porto de Rio Grande. A prosperidade econômica e comercial viabilizou o rápido adensamento populacional da vila e a ampliação de sua área urbana, além das melhorias na infraestrutura portuária.

Em relação à Porto Alegre, transformada em capital da capitania no final do século XVIII, passou a concentrar grande contingente populacional e atrair parte da comunidade mercantil, embora Rio Grande permanecesse como o centro econômico e residência dos principais comerciantes da capitania. Durante o século XIX, seu porto consolidou-se como intermediário na comercialização da produção de localidades como Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha e Cachoeira e do entorno da própria capital com o porto de Rio Grande.

As conjunturas de guerra tiveram efeitos distintos para os dois portos. Durante as Guerras Cisplatinas, Rio Grande beneficiou-se das dificuldades enfrentadas por Montevideu em manter-se em operação nas primeiras décadas do século XIX, devido ao processo de independência das antigas províncias do Vice-reino do Rio da Prata e à invasão e ocupação luso-brasileira da Banda Oriental. Durante a Guerra dos Farrapos, permaneceu sob o controle do governo legal, sendo fundamental para a manutenção do comércio de cabotagem e marítimo e o deslocamento de tropas. Porto Alegre, por sua vez, foi muito prejudicada pela eclosão do movimento farroupilha, pois foi submetida à três períodos de sítio, que se prolongaram até o final de 1840. Durante estes anos, a capital enfrentou dificuldades para garantir seu abastecimento, a manutenção do seu comércio interno e a navegação com Rio Grande. As vicissitudes do período de guerra também impuseram limites para a expansão urbana da capital que, embora mais populosa que Rio Grande, cresceu em um ritmo mais lento que o daquela vila.

Após a independência, o charque e os couros e demais produtos do gado mantiveram-se como as principais mercadorias exportadas, mas a abertura dos portos em 1808 possibilitou que fossem estabelecidos negócios diretos com importantes praças mercantis na Europa (Grã-Bretanha, principalmente) e Estados Unidos. Antes enviados para o Rio de Janeiro, de onde eram re-exportados, os couros passaram a ser também

negociados, especialmente com a Grã-Bretanha e Estados Unidos, mas os “portos do Império” mantiveram-se como principal destino do produto, ao menos até a década de 1850. Assim, apesar dos novos parceiros comerciais, manteve-se a estreita vinculação da economia rio-grandense com a capital do Império durante a primeira metade do século XIX.

A transferência e estabelecimento de agentes mercantis estrangeiros no Rio Grande de São Pedro constituíram-se em fatores de grande influência para a realização de negócios diretos com portos fora do Império do Brasil e com os vizinhos platinos. Ao estabelecerem-se na região, trouxeram consigo contatos e vínculos com outras redes mercantis, antes inacessíveis para o comércio rio-grandense. Neste sentido, mesmo que parte deles tenha se estabelecido de forma definitiva na região, o acesso aos mercados internacionais resultavam mais da presença destes estrangeiros que de uma ampliação de mercado conquistada pela comunidade mercantil rio-grandense.

Durante o período de análise desta tese, o peso da concorrência dos negociantes estrangeiros que se transferiram para o Rio Grande de São Pedro dava-se na comercialização dos couros destinados ao mercado externo. Mesmo com Portugal, a condição de antiga colônia não parece ter representado vantagens. A partir dos dados disponíveis, foi possível notar que o envolvimento destes negociantes no comércio de charque e outras mercadorias destinadas ao mercado interno era praticamente nulo. Gradativamente, a julgar pelas informações disponíveis para a segunda metade do século XIX, uma divisão mais acentuada de mercado foi sendo consolidada, com os comerciantes luso-brasileiros atuando no comércio de cabotagem e os estrangeiros dominando as rotas destinadas aos mercados dos Estados Unidos e da Europa.

Observa-se assim um traço de continuidade, pois antes limitados pela excessiva subordinação à praça mercantil do Rio de Janeiro, quando foi possível ampliar seus parceiros e rotas comerciais, os agentes mercantis da província viram-se gradativamente pressionados pela concorrência dos negociantes estrangeiros que estavam em vantagem no que diz respeito à inserção no comércio internacional. Desse modo, sem poder beneficiar-se dos maiores rendimentos possibilitados pelo comércio de longa distância (Europa e os Estados Unidos), os comerciantes da província viram-se, tal como no período colonial, concentrando seus negócios na comercialização de mercadorias destinadas ao consumo interno através do comércio de cabotagem. Tal fato não impediu que fortunas fossem construídas com bases assentadas neste ramo do trato mercantil.

Se na primeira metade do século XIX, os negociantes ainda estavam fortemente atrelados ao Rio de Janeiro, os indícios reunidos sugerem que a partir das décadas de 1850-60 o quadro começou a alterar-se, na medida em que o Rio de Janeiro passou a dar preferência ao charque platino, e as províncias da Bahia e de Pernambuco consolidaram-se como os principais mercados compradores do charque rio-grandense. Acrescente-se que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos consolidaram-se como principais compradores dos couros, que por sua vez, eram enviados diretamente para os mercados consumidores por meio dos negociantes estrangeiros estabelecidos na província, dispensando a intermediação do Rio de Janeiro.

O impacto das conjunturas de guerra também pôde ser observado no padrão de investimento do Rio Grande de São Pedro, analisado através das escrituras públicas de venda, crédito e sociedade. Os anos correspondentes às primeiras incursões na Banda Oriental foram de prosperidade econômica e valorização dos bens ligados às atividades produtivas. O acesso a rebanhos e a novas terras contribuíram para que assim fosse. Contudo, o período correspondente à perda da Província Cisplatina marca o início de uma alteração significativa no padrão de investimento, pois os recursos antes investidos majoritariamente em bens rurais passaram a ser investidos em imóveis urbanos e em embarcações, que podem ser tomados como indicativos do avanço da urbanização e da intensificação da atividade mercantil. O ápice foi observado durante os primeiros anos do conflito farroupilha, quando os investimentos em bens urbanos atingiram seu ponto máximo. Este processo ocorreu de forma mais acentuada em Rio Grande, pois em Porto Alegre os investimentos rurais nunca representaram uma parcela tão superior aos demais tipos de investimentos, como foi observado no caso daquela vila. No caso dos investimentos em embarcações, observou-se que em Porto Alegre a parcela dos investimentos nestes bens foi inferior ao de Rio Grande porque na capital parte importante das embarcações negociadas era de pequeno porte e valor: iates e canoas, adequadas, portanto ao tipo de navegação que exerciam.

Com o fim do cerco à capital no final de 1840, o centro dos combates foi deslocado para o interior da Campanha e Porto Alegre retomou a normalidade das suas atividades, com destaque para a navegação regular até Rio Grande. Em ambas as localidades foi observada uma recuperação dos investimentos em bens rurais, mas sem atingir os níveis verificados até as primeiras décadas do século XIX. Apesar da importância das atividades

agro-pecuárias para a economia da província do Rio Grande de São Pedro, duas de suas principais praças davam sinais consistentes de seu desenvolvimento urbano e intensificação da atividade mercantil.

As escrituras envolviam um grande número de outorgantes e outorgados, mas apenas uma parte deles aparecia com mais frequência nos registros de escrituras. Quanto aos agentes mercantis, constatou-se que tinham participação destacada nas transações realizadas através das escrituras de compra, crédito e sociedade, especialmente na parcela das escrituras que estavam envolvidos e do valor correspondente. Em Rio Grande, os comerciantes sobressaiam-se como compradores de bens e fornecedores de crédito. Na capital, os comerciantes destacaram-se como vendedores e tomadores de crédito, mas também como compradores de imóveis urbanos. Nestas escrituras foi possível perceber que havia um processo de renovação do corpo mercantil em ambas as praças. Os comerciantes do Almanack de 1808, por exemplo, tiveram participação reduzida tanto como outorgantes quanto outorgados. Além disso, a maior parte destes deixou de aparecer nas escrituras na década de 1830 e uma porção ainda menor deles permaneceu atuante durante a década seguinte. Acrescenta-se a crescente participação de comerciantes estrangeiros estabelecidos na região a partir da abertura dos portos em 1808.

No que diz respeito aos negociantes de grosso trato, embora representassem uma parcela menor do conjunto dos agentes mercantis envolvidos nestas transações, os percentuais por eles acumulados eram expressivos, principalmente em relação ao valor das escrituras que participaram. Acrescenta-se que sua participação foi sempre destacada nas fontes consultadas. Além das escrituras de venda, crédito e sociedade, estavam entre os principais agentes envolvidos na negociação de mercadorias através do porto de Rio Grande e nas procurações bastantes passadas nas duas praças.

Comparando os percentuais acumulados pelo conjunto dos comerciantes nas três variáveis consideradas (total de agentes, número e valor das escrituras) verificou-se que foram nas escrituras registradas em Rio Grande que os comerciantes alcançaram os maiores percentuais, independente se na condição de comprador/credor ou vendedor/devedor, mostrando uma maior pujança do corpo mercantil desta vila.

Ao longo da tese, foram variadas as indicações de que Rio Grande e Porto Alegre possuíam grupos mercantis distintos. Uma parcela reduzida dos agentes identificados constava como outorgante ou outorgado nas escrituras registradas em ambas as praças. Tem-se ainda que os comerciantes da capital tiveram reduzida participação nos espaços de

representação do corpo mercantil criados em Rio Grande: Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e Associação Comercial de Rio Grande. Este fato indica que os comerciantes da capital estavam voltados para o comércio com o seu entorno e com o interior da província através do Rio Jacuí, enquanto os de Rio Grande estavam mais vinculados ao comércio externo da província, tanto com os demais “Portos do Império” quanto com o mercado internacional. Acrescenta-se que, mesmo sendo a capital, Porto Alegre somente inaugurou sua associação comercial quase uma década e meia após a daquela vila, em 1858.

Quando foram analisadas as procurações passadas nas duas localidades, este aspecto também ficou evidente, pois enquanto os comerciantes de Rio Grande nomeavam a maior parte de seus procuradores para representá-los fora do Rio Grande de São Pedro, os agentes mercantis de Porto Alegre outorgavam poderes preferencialmente para representantes dentro da capitania/província. Neste sentido, é importante salientar outro aspecto distintivo entre os dois grupos mercantis, uma vez que nas procurações passadas em Porto Alegre, para a vila de Rio Pardo e de Rio Grande, as duas apareciam com parcelas semelhantes. Enquanto isso, nas procurações passadas em Rio Grande, a capital concentrava a maior parte das escrituras destinadas para dentro do Rio Grande de São Pedro. Trata-se de mais uma evidência do papel de entreposto comercial desempenhado por Porto Alegre.

Por fim, nas escrituras para o exterior, apenas Portugal aparecia com maior destaque. Por meio das fontes consultadas para a identificação dos procuradores nomeados em Portugal, percebeu-se que os vínculos estabelecidos entre uns e outros eram intermediados por seus parceiros mercantis no Brasil – destacadamente os do Rio de Janeiro, e em menor medida, da Bahia e Pernambuco – envolvidos na comercialização dos couros rio-grandenses na Europa. Tem-se também que estas mesmas praças mercantis, principalmente o Rio de Janeiro, preponderavam nas procurações passadas para outras praças do Brasil.

O percurso de investigação alterou bastante o projeto inicial desta tese e aspectos como as estratégias de ascensão social dos comerciantes através de alianças matrimoniais e da participação política do grupo mercantil rio-grandense acabaram por serem preteridos à favor dos aspectos mais econômicos e comerciais. Todavia, tratam-se de temas fundamentais para o aprofundamento da análise do comércio rio-grandense e de seus

agentes no Brasil imperial que ainda carecem de investigação. Agrega-se a eles a análise das transformações decorrentes da extinção da Real Junta do Comércio e da promulgação do Código de Comércio de 1850. Mais especificamente em relação ao Rio Grande de São Pedro, como a crise das charqueadas atingiram o comércio da região. Para os investigadores que venham a desenvolver estes e outros temas de pesquisa a respeito da atividade mercantil no Rio Grande de São Pedro, espera-se que encontrem nesta tese referências e contribuições para o desenvolvimento de suas próprias investigações.

ANEXOS

Anexo 1 – Número e valor total das escrituras por tipo (Rio Grande, 1808-1850)

Tipo de escritura	Nº	%	Valor (Réis)	Valor (Libras)
Aditamento	3	0,15	1.250.000	146,16
Adoção	2	0,10		
Aforamento	19	0,92		
Alforria	2	0,10		
Arrendamento	17	0,83	293.040.000	41.782,77
Assentimento de hipoteca	1	0,05	8.610.073	1.006,75
Atestação	1	0,05		
Câmbio marítimo e hipoteca	1	0,05	1.400.680	150,65
Casamento	2	0,10	2.516.400	504,59
Cessão de dívida	1	0,05	5.953.585	769,00
Contrato	2	0,10	300.000	39,53
Contrato e venda	1	0,05	4.000.000	430,21
Convenção	1	0,05		
Crédito	2	0,10	11.101.075	2.898,34
Declaração de naufrágio	1	0,05		
Desistência	1	0,05		
Destrato de arrendamento e sociedade	1	0,05		
Destrato de sociedade	1	0,05	403.300.000	87.171,61
Destrato de sociedade, quitação, dívida e obrigação	1	0,05	4.691.604	497,26
Destrato de sociedade, quitação, dívida, obrigação e hipoteca	1	0,05	127.011.624	13.461,91
Destrato de venda	1	0,05	6.000.000	570,31
Destrato e declaração de doação	1	0,05		
Destrato, obrigação e hipoteca	1	0,05	31.660.222	6.496,94
Dissolução de sociedade	1	0,05	4.046.045	473,09
Dissolução de sociedade e dívida	2	0,10	17.211.603	2.042,41
Dissolução de sociedade, ajuste e venda	1	0,05	14.000.000	1.677,08
Dívida e hipoteca	108	5,25	457.019.112	55.867,28
Doação	23	1,12	30.160.000	5.518,53
Documentos	1	0,05		
Dote e arras	4	0,19	18.700.000	2.204,61
Engajamento	1	0,05	160.000	20,67
Faculdade e emancipação	1	0,05		
Fiança	20	0,97	20.984.529	2.575,92
Filiação	1	0,05		
Hipoteca	8	0,39	73.461.090	8.730,77
Hipoteca e aditamento	2	0,10	593.330	71,08
Legitimação e reconhecimento	2	0,10		
Liberdade	6	0,29	204.800	48,64
Obrigação	1	0,05		
Obrigação, tutoria e fiadoria	2	0,10		
Perdão	8	0,39		
Perfilhação	5	0,24		
Permutação	19	0,92	129.576.850	16.137,30
Procuração	774	37,59		
Protesto	3	0,15		
Protesto e declaração	3	0,15		
Quita e paga	4	0,19	14.630.853	2.519,26
Quitação	14	0,68	87.307.932	9.818,98
Ratificação	1	0,05		
Ratificação de venda	4	0,19	4.733.332	698,26
Reconhecimento	1	0,05	22.700.000	2.447,34

Reconhecimento de maternidade	1	0,05		
Reconhecimento de senhoria	1	0,05		
Renúncia de mercê	2	0,10		
Renúncia de serventia	1	0,05		
Requerimento e documentos	1	0,05		
Sessão de serviços	2	0,10		
Sociedade	8	0,39	85.280.000	16.692,57
Testamento	1	0,05		
Transação e composição	1	0,05	300.000	33,52
Transação e obrigação	1	0,05	1.500.000	245,31
Transferência de hipoteca	1	0,05	2.000.000	239,58
Traspasse	1	0,05	1.603.685	167,05
Trato e ajuste	1	0,05		
Trato e composição	1	0,05		
Trato e desistência	1	0,05		
Trato e entrega	1	0,05	9.600.000	3.106,00
Trato e obrigação	1	0,05	11.600.000	1.842,71
Tutoria e obrigação e fiadoria	1	0,05		
Venda	942	45,75	2.627.906.702	371.038,92
Venda e arrendamento	2	0,10	88.834.127	14.108,27
Venda e composição	1	0,05	4.180.000	466,98
Venda e hipoteca	1	0,05	8.500.000	885,42
Venda e traspasso	1	0,05	7.500.000	1.503,91
Venda, dívida e especial hipoteca	1	0,05	4.389.920	1.307,83
Total	2.059	100	4.649.519.173	678.415,33

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Anexo 2 – Número e valor total das escrituras por tipo (Porto Alegre, 1808-1850)

Tipo de escritura	Nº	%	Valor (Réis)	Valor (Libras)
Abstenção de herança	1	0,02		
Abstenção e cessão de herança	1	0,02		
Ação	1	0,02		
Ajustamento de contas de sociedade	1	0,02	24.000.000	4.812,50
Ajuste de contas e distrato de sociedade	1	0,02		
Ajuste e quitação	1	0,02	445.706	133,71
Alforria	1	0,02		
Alforria e liberdade	2	0,05	246.400	75,31
Alimentos	7	0,16		
Amigável composição	2	0,05	2.800.000	553,02
Amigável composição e desistência	1	0,02		
Amigável composição e distrato de arrendamento	1	0,02	89.120	16,80
Arras	2	0,05		
Arrendamento	40	0,93	115.877.523	14.730,78
Atestação	2	0,05		
Carta	1	0,02		
Carta de liberdade	30	0,70	2.295.600	274,99
Casamento e arras	1	0,02		
Casamento e dote	1	0,02		
Cessão	1	0,02		
Cessão de herança	1	0,02		
Cessão e traspasso	14	0,33	17.756.058	3.708,09
Cessão e traspasso de arrematação	1	0,02	10.000	2,69

Cessão e traspasse de crédito	1	0,02	2.207.135	682,83
Composição amigável e composição	1	0,02		
Composição amigável e ratificação de venda	1	0,02	12.000.000	1.340,63
Composição e amigável inventário	1	0,02	3.287.000	344,96
Composição e convenção amigável	1	0,02	25.139.860	2.618,74
Composição e doação	1	0,02		
Composição e venda	1	0,02	2.400.000	732,50
Composição, desistência e quita e paga	1	0,02	1.600.000	167,92
Compra e distrate de dívida com hipoteca	1	0,02	2.600.000	414,38
Compra e venda	6	0,14	41.600.000	4.579,61
Compra e venda e distrate de hipoteca	1	0,02	3.417.050	542,81
Compra e venda, paga e quitação	1	0,02	6.500.000	726,17
Concordata	1	0,02	500.000	107,29
Condicional de venda	1	0,02	150.000	23,91
Confirmação e declaração de outra de troca e venda	1	0,02	5.400.000	562,50
contas ajustadas, de quita e paga, de cessão de usufruto e de procuração	1	0,02		
Contrato	2	0,05		
Contrato de aluguel de casa	1	0,02	5.688.000	596,94
Contrato de arrendamento	1	0,02	8.000.000	847,92
Contrato de casamento	1	0,02		
Contrato de criado	1	0,02	30.000	9,00
Contrato de uma empreitada de obra nova	1	0,02	4.000.000	479,17
Contrato e ajuste de venda	1	0,02	7.240.000	1.127,40
Contrato e arrendamento	1	0,02	400.000	65,42
Convenção	5	0,12	800.000	86,25
Convenção amigável e quitação	1	0,02	1.000.000	111,72
Convenção e obrigação de serviços	1	0,02		
Crédito	1	0,02	958.220	227,58
De maior segurança da escritura de dívida e hipoteca	1	0,02	1.923.560	308,07
Declaração	16	0,37	5.200.000	560,63
Declaração de bens e separação dos mesmos	1	0,02		
Declaração de compra e venda	1	0,02	1.000.000	163,54
Declaração de destrata	1	0,02		
Declaração de venda	1	0,02	2.000.000	327,08
Declaração e ajustança	1	0,02	10.000.000	1.635,42
Declaração e sociedade	2	0,05	12.091.446	1.448,45
Declaração e troca	1	0,02		
Declaração sobre venda	2	0,05		
Deserdação	1	0,02		
Desistência	2	0,05		
Desistência de serviços	2	0,05		
Desobriga de hipoteca	1	0,02	400.000	50,52
Distrata	3	0,07		
Dissolução de sociedade	2	0,05	52.500.838	6.574,42
Distrata de arrendamento	1	0,02		
Distrata de dívida e hipoteca	2	0,05	2.635.261	785,09
Distrata de doação	1	0,02		
Distrata de hipoteca	1	0,02	1.028.960	160,23
Distrata de letra de dívida	1	0,02		
Distrata de obrigação e sob-rogação de hipoteca	1	0,02	500.000	55,86
Distrata de retificação de sociedade	1	0,02		
Distrata de sociedade	5	0,12	13.389.000	2.285,79
Distrata de sociedade e venda	1	0,02	12.000.000	1.906,25
Distrata de sociedade, ajuste de contas,	1	0,02	2.700.025	810,01

dívida e obrigação comupicial e hipoteca				
Distrate de venda	5	0,12	4.456.000	749,52
Distrate e desobrigação de hipoteca	1	0,02	557.833	68,71
Distrate e dissolução de sociedade	1	0,02	2.000.000	317,71
Distrate e quitação	1	0,02		
Distrate, quita e paga	1	0,02	5.680.507	748,53
Distrate e separação de sociedade	1	0,02	2.452.909	309,81
Dívida	3	0,07	4.533.686	1.271,22
Dívida e hipoteca	264	6,16	562.726.025	81.385,15
Dívida e obrigação	2	0,05	7.000.000	734,64
Dívida e substituição de hipoteca	1	0,02	1.440.000	224,24
Divisão de um terreno	1	0,02		
Divórcio	2	0,05	2.600.000	842,29
Doação	109	2,54	7.858.176	978,59
Doação de serviços	1	0,02		
Doação e contrato	2	0,05		
Doação e renúncia de legítima	1	0,02		
Doação e venda	1	0,02	90.000	10,78
Doação, cessão e traspasso	1	0,02		
Dote	5	0,12	22.800.000	2.564,43
Dote e arras	1	0,02	100.000	20,52
Empréstimo, arrendamento e hipoteca	1	0,02	8.000.000	847,92
Especial hipoteca	1	0,02	8.171.320	857,56
Esposais	2	0,05		
Esposais, dote e arras	1	0,02	600.000	180,00
Fiança	21	0,49	5.969.075	847,31
Fiança e abonação de pessoa	4	0,09	800.000	247,50
Fiança e obrigação	3	0,07	1.600.000	460,00
Fiança e tutoria	20	0,47		
Filiação	1	0,02		
Filiação e reconhecimento	1	0,02		
Hipoteca	9	0,21	70.372.420	9.000,56
Hipoteca e concordata	1	0,02	7.139.160	797,58
Lançamento	1	0,02		
Liberdade	13	0,30	697.600	187,39
Liberdade e alforria	10	0,23	537.600	157,37
Liquidação e dissolução de sociedade e hipoteca	1	0,02	10.000.000	1.041,67
Maternidade e filiação	1	0,02		
Obrigação	3	0,07		
Obrigação com fiador	1	0,02		
Obrigação com hipoteca e fiança	1	0,02	727.828	89,65
Obrigação de aluguel	1	0,02	96.000	28,80
Obrigação e dívida	1	0,02	2.500.000	268,88
Obrigação e fiança	8	0,19	240.000	40,64
Obrigação e hipoteca	18	0,42	61.915.313	7.597,87
Obrigação e suprimento mensal	7	0,16		
Obrigação, tutoria e fiadoria	1	0,02		
Obtenção de herança	1	0,02		
Outorga de consentimento	1	0,02		
papel de declaração para credores	1	0,02		
Papel de doação	2	0,05	4.100.000	491,15
Partilha amigável	1	0,02	1.300.000	151,67
Perdão	21	0,49		
Perfilhação	14	0,33		
Perfilhação e datação	1	0,02		
Permutação	15	0,35	9.935.810	2.026,18
Permutação e troca	6	0,14	5.400.000	562,50

Permutação e venda	1	0,02	19.200.000	2.000,00
Plantações	1	0,02		
Procuração	701	16,34		
Quita e paga	122	2,84	340.311.190	43.691,30
Quita e paga e exoneração de fiança	1	0,02		
Quita e paga, troca	1	0,02	94.060	10,12
Quitação	21	0,49	88.442.426	10.193,57
Quitação de dívida	1	0,02	2.000.000	600,00
Quitação e distrate	2	0,04	2.800.000	301,15
Ratificação	1	0,02	500.000	52,08
Ratificação de compra e venda	1	0,02		
Ratificação de dívida e hipoteca	2	0,05	5.084.000	1.070,85
Ratificação de doação	1	0,02		
Ratificação de dote	1	0,02		
Ratificação de escritura de transação amigável, composição e obrigação c/hipoteca	1	0,02	6.429.961	611,18
Ratificação de hipoteca	1	0,02		
ratificação de liberdade	2	0,05		
Ratificação de parte de uma sesmaria	1	0,02		
Ratificação de sociedade	1	0,02	19.258.904	5.737,55
Ratificação de venda	13	0,30	29.885.616	5.269,54
Ratificação de venda com hipoteca	1	0,02	6.000.000	1.203,13
Ratificação de venda e quitação	1	0,02	27.780.000	5.700,69
Ratificação e confirmação	1	0,02		
Recepção, quita e paga e revogação	1	0,02	1.560.492	205,63
Reconhecimento de paternidade e filiação	2	0,05		
Reconhecimento de uma filha natural	1	0,02		
Reconhecimento e entrega de propriedade	1	0,02		
Reconhecimento e filiação	3	0,07		
Reconhecimento e perfilhação	11	0,26		
Redução de escrito particular de divisão de terras e de marcação de limites de uma escritura pública	1	0,02		
Reforma de fiança	1	0,02	800.000	220,00
Registro de documentos	1	0,02		
Registro de dois papéis de declaração	1	0,02	1.333.333	159,72
Renúncia de herança	1	0,02		
Renúncia de serviços	1	0,02		
Retificação de trato	1	0,02		
Retificação de venda	1	0,02	300.000	31,25
Revogação	1	0,02		
Separação de sociedade	1	0,02	28.000.000	3.018,75
Sociedade	21	0,49	72.169.492	10.249,60
Sociedade comercial	1	0,02	6.000.000	1.296,88
Sociedade, trato e convenção	1	0,02	10.877.773	2.232,21
Testamento	5	0,12		
Tradução de uma certidão de batismo	1	0,02		
Transação amigável composição venda e quitação	1	0,02	11.038.758	2.213,50
Transação amigável, composição e obrigação com hipoteca	1	0,02	6.429.961	611,18
Transação amigável, quita e paga	1	0,02		
Transação e ajuste de contas	2	0,05	3.800.000	409,69
Transação e amigável composição	6	0,14	14.895.694	1.791,74
Transação, amigável composição e venda	1	0,02	6.600.000	770,00
Transação, cessão e traspasse	1	0,02	1.192.000	133,17
Transferência	4	0,09	5.800.000	632,40
Transferência de dívida e hipoteca	2	0,05	6.700.000	802,60

Transferência de terreno foreiro	2	0,05	600.000	63,59
Traspasse e sessão	1	0,02		
Trato de aras para casamento	1	0,02		
Trato e amigável composição	1	0,02	64.000	9,40
Trato e composição	1	0,02	4.800.000	1.030,00
Trato e convenção	3	0,07	3.000.000	467,16
Trato e quitação de sociedade	1	0,02		
Trato e venda	2	0,05	8.400.000	1.690,63
Trato para casamento	1	0,02		
Troca	46	1,07	8.102.400	1.017,81
Troca e permutação	7	0,16	2.230.000	284,15
Troca e venda	1	0,02	50.132	7,96
Tutoria e fiadoria	3	0,07		
Tutoria e obrigação	1	0,02		
Tutoria, obrigação e fiadoria	10	0,23		
Venda	2.421	56,45	3.295.895.092	501.821,38
Venda alheia de dívida e hipoteca	1	0,02	8.600.000	895,83
Venda condicional	1	0,02	5.100.000	1.102,34
Venda e arrendamento	1	0,02	213.000	76,33
Venda e cessão	1	0,02	400.000	143,33
Venda e divisão	1	0,02	200.000	21,20
Venda e doação	1	0,02	2.140.616	230,79
Venda e obrigação	1	0,02	9.764.115	1.520,46
Venda e posse	1	0,02	51.200	15,36
Venda e quita e paga	1	0,02	9.000.000	1.185,94
Venda e quitação	2	0,05	1.200.000	246,25
Venda e ratificação	1	0,02		
Venda e sociedade	1	0,02	6.196.060	910,05
Venda e traspasse	5	0,12	4.447.200	507,16
Venda e traspasse de direito hereditário	1	0,02	900.000	101,02
Venda, cessão e traspasse	2	0,05	24.522.819	2.787,59
Venda, cessão e traspasse de dívida	1	0,02	13.109.000	1.471,35
Venda, doação e pagamento	1	0,02	1.650.000	217,42
Venda, quita e paga	3	0,07	3.141.200	365,02
Venda, ratificação, confirmação e desistência	1	0,02	260.000	78,00
Total	4.289	100	5.379.524.518	793.370,14

Fonte: APERS. Transmissões e Notas. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822)

Anexo 3 – Distribuição das procurações de acordo com as ocorrências de cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	719	37,68	568	39,78
Rio de Janeiro	593	31,08	425	29,76
Santa Catarina	321	16,82	221	15,48
Bahia	83	4,35	68	4,76
Portugal	57	2,99	52	3,64
Pernambuco	46	2,41	16	1,12
São Paulo	27	1,42	29	2,03
Qualquer parte onde apresente esta procuração	25	1,31	30	2,10
Uruguai	13	0,68	3	0,21
Dúvida	5	0,26	2	0,14
Maranhão	5	0,26	3	0,21
Paraná	5	0,26	2	0,14
Argentina	3	0,16	2	0,14
Espírito Santo	2	0,10	2	0,14
Domínios de Espanha	1	0,05	0	0,00
Estados Unidos	1	0,05	0	0,00
Inglaterra	1	0,05	0	0,00
Minas Gerais	1	0,05	2	0,14
África	0	0,00	2	0,14
Macau	0	0,00	1	0,07
Total	1.908	100	1.428	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

Anexo 4 – Distribuição das procurações passadas para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	4.267	55,09	3.118	54,08
Rio de Janeiro	1.810	23,37	1.334	23,14
Santa Catarina	883	11,40	695	12,05
Portugal	232	3,00	186	3,23
Bahia	228	2,94	190	3,30
Pernambuco	116	1,50	48	0,83
São Paulo	89	1,15	91	1,58
Uruguai	33	0,43	6	0,10
Qualquer parte onde apresente esta procuração	29	0,37	58	1,01
Paraná	20	0,26	9	0,16
Maranhão	11	0,14	9	0,16
Dúvida	9	0,12	2	0,03
Argentina	6	0,08	3	0,05
Espírito Santo	6	0,08	5	0,09
Minas Gerais	3	0,04	6	0,10
Domínios de Espanha	1	0,01	0	0,00
Estados Unidos	1	0,01	0	0,00
Inglaterra	1	0,01	0	0,00
África	0	0,00	4	0,07
Macau	0	0,00	2	0,03
Total	7.745	100	5.766	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

**Anexo 5 – Distribuição das procurações passadas para o Rio Grande de São Pedro
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)**

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande	2.043	47,88	542	17,38
Porto Alegre	1.822	42,70	1.807	57,95
Rio Pardo	306	7,17	485	15,55
Santo Antonio da Patrulha	59	1,38	162	5,20
Cachoeira	8	0,19	70	2,25
Pelotas	8	0,19	5	0,16
Piratini	6	0,14	0	0,00
Canguçu	5	0,12	0	0,00
Rio Grande de São Pedro	3	0,07	15	0,48
Triunfo	3	0,07	7	0,22
Erval	1	0,02	0	0,00
Jaguarão	1	0,02	0	0,00
Rio Grande ou em qualquer lugar desta Capitania	1	0,02	0	0,00
São José do Norte	1	0,02	0	0,00
Alegrete	0	0,00	2	0,06
Caçapava	0	0,00	7	0,22
Encruzilhada	0	0,00	3	0,10
Missões	0	0,00	1	0,03
Porto Alegre e toda a Capitania/Província do Rio Grande	0	0,00	12	0,38
Total	4.267	100	3.118	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850)

**Anexo 6 – Distribuição das procurações passadas para Portugal
(Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)**

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Braga	1	0,4	12	6,5
Conselho da Cova	2	0,9	0	0,0
Conselho de Baião	3	1,3	0	0,0
Freguesia de Margaride	2	0,9	0	0,0
Freguesia de Sansfins	0	0,0	2	1,1
Freguesia de Santiago	0	0,0	3	1,6
Freguesia de São Martinho do Rio d'Moinhos	2	0,9	0	0,0
Freguesia de São Miguel de Lurdes	3	1,3	0	0,0
Freguesia de São Salvador da Fonte Boa	4	1,7	0	0,0
Porto	86	37,1	58	31,2
São João Batista de Paradela	0	0,0	2	1,1
São Luís do Douro	2	0,9	0	0,0
Vila de Arcos de Valdevez	1	0,4	0	0,0
Vila de Arouca	0	0,0	5	2,7
Vila de Fão	2	0,9	0	0,0
Vila de Seleiro	0	0,0	1	0,5
Vila de Viana	9	3,9	4	2,2
Vila do Conde	2	0,9	0	0,0
Vila do Prado	2	0,9	0	0,0
Vila Nova de Gaia	0	0,0	4	2,2
Vila Nova de Vaz de Famalicão	0	0,0	1	0,5
Vila Verde do Ouro	3	1,3	0	0,0
ENTRE-DOURO-E-MINHO	124	53,4	92	49,5
Vila Flor	0	0,0	3	1,6
TRÁS-OS-MONTES	0	0,0	3	1,6
Freguesia de São Pedro de Castelões	3	1,3	0	0,0
Vila de Almeida	0	0,0	2	1,1
Vila de Anadia	0	0,0	3	1,6
Vila do Touro	0	0,0	1	0,5
BEIRA	3	1,3	6	3,2
Lisboa	60	25,9	53	28,5
ESTREMADURA	60	25,9	53	28,5
Vila de Moura	3	1,3	0	0,0
ALENTEJO	3	1,3	0	0,0
Ilha da Madeira	3	1,3	0	0,0
Ilha de São Jorge	1	0,4	5	2,7
Ilha de São Miguel	1	0,4	2	1,1
Ilha do Faial	3	1,3	1	0,5
Ilha Graciosa	3	1,3	0	0,0
Ilha Terceira	17	7,3	1	0,5
Ilha Terceira e demais ilhas	2	0,9	0	0,0
Vila da Calheta	3	1,3	0	0,0
Vila de São Sebastião	0	0,0	3	1,6
Vila Franca de Campos	1	0,4	0	0,0
ILHAS	34	14,7	12	6,5
Porto ou para qualquer parte do Reino de Portugal	0	0,0	3	1,6
Portugal e na Freguesia de São João do Rio	0	0,0	6	3,2
Portugal	4	1,7	8	4,3
Vila de Barcelos e em todo o Reino de Portugal	0	0,0	3	1,6
Vila de Viana ou qualquer parte onde apresente esta procuração em Portugal	4	1,7	0	0,0
PORTUGAL	8	3,4	20	10,8
Total	232	100	186	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Anexo 7 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	738	48,6	792	53,2
Rio de Janeiro	322	21,2	297	19,9
Santa Catarina	163	10,7	129	8,7
Bahia	87	5,7	83	5,6
Portugal	84	5,5	103	6,9
Pernambuco	54	3,6	33	2,2
São Paulo	35	2,3	22	1,5
Uruguai	13	0,9	0	0,0
Maranhão	9	0,6	3	0,2
Paraná	5	0,3	7	0,5
Argentina	3	0,2	2	0,1
Minas Gerais	3	0,2	3	0,2
Qualquer parte onde apresente esta procuração	3	0,2	10	0,7
África	0	0,0	4	0,3
China	0	0,0	2	0,1
Total	781	51	1490	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Anexo 8 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados como negociantes de grosso trato para cada região de destino (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande de São Pedro	163	44,8	195	57,5
Rio de Janeiro	73	20,1	55	16,2
Santa Catarina	38	10,4	16	4,7
Portugal	31	8,5	29	8,6
Bahia	30	8,2	27	8,0
Pernambuco	16	4,4	10	2,9
São Paulo	6	1,6	2	0,6
Uruguai	6	1,6	0	0,0
Argentina	1	0,3	2	0,6
Qualquer parte onde apresente esta procuração	0	0,0	3	0,9
Total	364	100	339	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Anexo 9 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Rio Grande	359	48,6	160	20,2
Porto Alegre	325	44,0	383	48,4
Rio Pardo	41	5,6	145	18,3
Santo Antonio da Patrulha	6	0,8	69	8,7
Pelotas	3	0,4	0	0,0
Triunfo	3	0,4	0	0,0
Jaguarão	1	0,1	0	0,0
Cachoeira	0	0,0	27	3,4
Rio Grande de São Pedro	0	0,0	8	1,0
Total	738	100	792	100

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Anexo 10 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes “ligados ao comércio” para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Braga	1	1,2	10	9,7
Conselho da Cova	2	2,4	0	0,0
Freguesia de Sansfins	0	0,0	1	1,0
Freguesia de São Miguel de Lurdes	3	3,6	0	0,0
Freguesia de São Salvador da Fonte Boa	2	2,4	0	0,0
Porto	25	29,8	33	32,0
Vila de Arcos de Valdevez	1	1,2	0	0,0
Vila de Viana	5	6,0	4	3,9
Vila do Prado	2	2,4	0	0,0
Vila Verde do Ouro	3	3,6	0	0,0
ENTRE-DOURO-E-MINHO	44	52,4	48	46,6
Vila Flor	0	0,0	3	2,9
TRÁS-OS-MONTES	0	0,0	3	2,9
Vila de Anadia	0	0,0	3	2,9
BEIRA	0	0,0	3	2,9
Lisboa	24	28,6	37	35,9
ESTREMADURA	24	28,6	37	35,9
Ilha da Madeira	3	3,6	0	0,0
Ilha de São Miguel	1	1,2	2	1,9
Ilha Graciosa	3	3,6	0	0,0
Ilha Terceira	4	4,8	0	0,0
Vila Franca de Campos	1	1,2	0	0,0
ILHAS	12	14,3	2	1,9
Porto ou para qualquer parte do Reino de Portugal	0	0,0	3	2,9
Portugal	4	4,8	7	6,8
PORTUGAL	4	4,8	10	9,7
Total	84		103	

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

**Anexo 11 – Distribuição das procurações passadas por outorgantes matriculados
como *negociantes de grosso trato* para Portugal (Rio Grande e Porto Alegre, 1808-45)**

	Rio Grande	%	Porto Alegre	%
Braga	1	3,2	3	10,3
Freguesia de São Miguel de Lurdes	3	9,7	0	0,0
Porto	8	25,8	9	31,0
Vila de Viana	0	0,0	4	13,8
Vila Verde do Ouro	3	9,7	0	0,0
ENTRE-DOURO-E-MINHO	15	48,4	16	55,2
Lisboa	8	25,8	10	34,5
ESTREMADURA	8	25,8	10	34,5
Ilha da Madeira	3	9,7	0	0,0
Ilha Graciosa	3	9,7	0	0,0
Ilha Terceira	2	6,5	0	0,0
ILHAS	8	25,8	0	0,0
Porto ou para qualquer parte do Reino de Portugal	0	0,0	3	10,3
PORTUGAL	0	0,0	3	10,3
Total	31		29	

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Anexo 12 – Relação nominal dos membros da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense (Rio Grande, 1832)

Nome	Atividade Ocupacional
Anacleto José de Medeiros	Comerciante
Anselmo José Pereira	Comerciante
Antônio Correia de Mello	Comerciante
Antônio de Moraes Figueiredo Viseu	Comerciante
Antônio José Afonso Guimarães	Comerciante
Antônio Teixeira de Magalhães	Comerciante
Bento Gonçalves da Silva	Fazendeiro/Militar
Domingos Rodrigues Ribas	Estancieiro
Faustino José Correia	Estancieiro
Francisco das Chagas Santos	Militar
Francisco Vieira Braga	Comerciante/Fazendeiro
Francisco Xavier Ferreira	Boticário
Gabriel Martins Bastos	Comerciante
Haÿes, Engerer & Companhia	Sociedade mercantil (EUA)
Inácio de Oliveira Guimarães	Estancieiro
João Alves Pereira	Político
João da Costa Goularte	Político
João de Miranda Ribeiro	Comerciante
João Francisco Vieira Braga (Filho)	Comerciante/Estancieiro
João Jacinto de Mendonça	Charqueador
José Correia Mirapalheta	Juiz de Paz
José do Brum da Silveira	Fazendeiro
José dos Santos Magano	Comerciante
José Joaquim da Cunha	Procurador Fiscal
José Luiz Augusto da Silva	Comerciante/Charqueador
José Maria de Sá	Comerciante
José Rodrigues de Oliveira	Escrivão da Alfândega
Manoel Francisco Moreira	Charqueador
Manoel Vieira da Cunha	Fazendeiro
Mateus Gomes Vianna	Advogado/Militar
Pedro Rodrigues Fernandes Chaves	Político
Porfírio Ferreira Nunes	Comerciante
Sebastião Barreto Pereira Pinto	Militar
Serafim de Paula Freire	Comerciante
Vasco Madruga de Bitancourt	Fazendeiro/Juiz de Paz
Vicente Manoel d’Espíndola	Comerciante

Fonte: KLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado], p. 23-7.

Anexo 13 – Associados e Comissões Administrativas da Associação Comercial do Rio Grande (Rio Grande, 1844)

Nome	Comissão Administrativa
Adolfo Hugentobler	Vice-presidente (1845)
Antonio Bonone Martins	Secretário (1844)
Antonio da Silva Ferreira Tigre	Secretário (1850-1852)
Antonio de Souza Guerra	
Antonio de Souza Ribeiro Guimarães	
Antonio Esteves Cordeiro	
Antonio José Ferreira Guimarães	
Antonio José Gomes Braga	
Antonio José Ribeiro Guimarães	
Antonio Siqueira	
Antonio Teixeira de Magalhães	Presidente (1845)
Bernardino José Marques Camarin	Vice-presidente (1848-1849) / Presidente (1850)
Brandshaw Wanterslyn Filhos	
Calcagno & Companhia	
Carruthers, Souza & Companhia	
Claussen & Companhia	
Cristiano Tomsen	
Custódio José dos Reis	
Delfino Lorena de Souza	Presidente (1851-1852)
Diogo Dimas	
Diogo Law	Vice-presidente (1851-1852)
Domingos Soares Barbosa	Secretário (1845)
Domingos Vieira de Castro	
E.H. Folmar	
Francisco da Silva Flores	
Francisco Manuel Barbosa	
Francisco Vieira de Castro	
Guilherme Ziegenbein	
Holland Davies & Companhia	
Hugentobler & Douley	
Hughes & Irmãos	
Jacinto Antonio Lopes	
Jerônimo de Oliveira e Silva	
João Antonio da Rosa	
João Antonio de Carvalho Serzedello	
João Barbosa Coelho	Secretário (1849)
João Carlos Pedrick	
João de Miranda Ribeiro	Presidente (1844)
João Domingues de Oliveira	
João Ferreira Brandão	
João Francisco Vieira Braga (Filho)	Presidente (1846)
João Pedro Melitz	
Joaquim de Freitas Vasconcelos	
Joaquim de Oliveira e Silva	

Joaquim José de Assunção	
Jorge Frederico Metzler	
José & João Bento	
José Antonio Leite Guimarães	
José Barbosa Coelho	
José Bernardino Teixeira Barbosa	
José de Souza Gomes	Vice-presidente (1847)
José dos Santos Magano	
José Fagundes da Silva Tavares	
José Henrique da Silva Mariante	
José Joaquim Cândido de Macedo	
José Joaquim Duarte Souza	Secretário (1846-1847)
José Luís Augusto da Silva	
José Manuel de Lima	
José Manuel Dias	
José Pedro de Oliveira Gaia	
José Vitorino de Resende	
Lacerda & Antunes	
Law Irmãos & Companhia	
Lind & Companhia	
Lobo, Vieira & Companhia	
Manuel Antonio Lopes	
Manuel da Costa Bezerra	
Manuel Joaquim de Souza Medeiros	Diretor do mês (1845) / Presidente (1848-1849)
Manuel Joaquim Pimenta Granja	
Manuel Pereira Bastos	
Marcos Pradel & Companhia	
Matias José Velho & Companhia	
Medeiros & Lorena	
Montano & Rodrigues	
Pastor & Emiliano Frias	
Pontes, Marques & Companhia	
Porfírio Ferreira Nunes	Tesoureiro (1845) / Vice-Presidente (1846) / Presidente (1847)
Prondfoot Muir & Moffat	
Tito Chaves	
Vicente Scarpa	

Fonte: APERS. **Transmissões e Notas**. 2 Tab. RG, L21, fl.39v; MUNHOZ, Cláudia Simone de Freitas. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852: interesses e atuação representativa do setor mercantil**. São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2003 [dissertação de mestrado], p. 71-111.

FONTES

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Assembléia Legislativa. Conselho Geral, A9.001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

Autoridades Militares, maços 14, 16, 18, 22, 27, 46, 51.

Códices da Fazenda, F-1247; F-1249.

Documentação Avulsa da Fazenda, Guias de escravos, 1786-1814, mç. 29 ao mç. 120

Marinha – *Praticagem da Barra*, maços 22, 23, 24; 27 e 28; *Diversos*, maço 72 (1803-1851).

Sizas de Escravos – Rio Grande: 1812-1822 (Imposto de Sizas de Escravos, escrituração da receita e despesa provincial e estadual). Códice da Fazenda F-69.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Assembléia Legislativa. Conselho Geral, A9. 001, Comissão de Comércio. Porto Alegre, 15 set. 1824.

Inventários *post-mortem*:

Antônio José de Oliveira Guimarães, 1830, 1º Cartório Órfãos de Porto Alegre, mç. 43, nº 1.013.

Apolinário Joaquim Lopes de Barros, 1848, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 24, nº 541.

Custódio José Teixeira de Magalhães, 1854, 1º Cartório Cível de Porto Alegre, mç. 14, nº 248.

Domingos de Almeida Lemos Peixoto, 1837, 1º Cartório Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, mç. 59, nº 1235.

Domingos Vieira de Castro, 1859, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 33, nº 708.

José Vieira Lima, 1828, 2º Cartório Cível de Rio Grande, mç. 2, nº 36.

Maria Angélica Barboza [e João Francisco Vieira Braga], 1847, 1º Cartório Órfãos de Órfãos e Provedoria de Pelotas, mç. 20, nº 286.

Mateus da Cunha Telles, 1823, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 10, nº 228.

Miguel da Cunha Pereira, 1862, 1º Cartório Órfãos e Provedoria de Rio Grande, mç. 36, nº 760.

Transmissões e Notas. 1º Tabelionato de Porto Alegre: Livro 32-60 (1808-1850).

Transmissões e Notas. 2º Tabelionato de Rio Grande: Livro 2-21 (1811-1850).

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Códice 807 (Memórias). Almanak da Vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande de São Pedro, de Manoel Antônio de Magalhães, 1808, volume 1.

Intendência de Polícia da Corte. Códices 390 (1816-1824), 421 (1809-1824) e 424 (1826-1833).

Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170, v. 1 (1809-1826), v. 2 (1827-1843), v. 3 (1844-1850).

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Privilégios dos negociantes matriculados na Real Junta de Comércio (S/Local e Data).

Manuscritos, II – 30, 35, 22.

Relação dos comerciantes e grandes proprietários residentes na Vila do Rio Grande, que pretendem condecorações (S/Local e Data). **Coleção Rio Grande do Sul (Manuscritos).** II-30, 29, 018 nº1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

Cartórios Notariais, 1º Cartório Notarial, Lisboa (1600-1975); 2º Cartório Notarial, Lisboa (1568-1977); 3º Cartório Notarial, Lisboa (1755-1976); 6º Cartório Notarial, Lisboa (1755-1976); 7º Cartório Notarial, Lisboa (Ofício A e B) (1600-1975).

Conde de Linhares. Carta para o 2º Conde de Linhares de Mateus da Cunha Telles, mç. 77, doc. 167 (29/01/1818).

Feitos Findos, Inventário *post-mortem*: Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, Letra A, mç. 136, n.º 11, cx. 230 (1823).

Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, mç. 98, n.º 16, cx. 98; mç. 99, n.º 2, cx. 99; mç. 61, n.º 4, cx. 61; mç. 43, n.º 2, cx. 43; mç. 45, n.º 6, cx. 45; mç. 58, n.º 19, cx. 58; mç. 62, n.º 18, cx. 62; mç. 19, n.º 1, cx. 143; mç. 64, n.º 11, cx. 64; mç. 54, n.º 2, cx. 178; mç. 102, n.º 5, cx. 102; mç. 102, n.º 6, cx. 102; mç. 102, n.º 7, cx. 102; mç. 112, n.º 15, cx. 112; mç. 88, n.º 8, cx. 88; mç. 89, n.º 1, cx. 89; mç. 89, n.º 11, cx. 89; mç. 89, n.º 12, cx. 89; mç. 89, n.º 3, cx. 89; mç. 89, n.º 5, cx. 89; mç. 21, n.º 14, cx. 145; mç. 95, n.º 4, cx. 95; mç. 96, n.º 8, cx. 96; mç. 98, n.º 7, cx. 98; mç. 98, n.º 12, cx. 98; mç. 99, n.º 2, cx. 99.

Junta do Comércio. Autos de qualificação para qualificar navios do comércio de escravos. Avisos, Decretos e requerimentos sobre o comércio de escravos, mç. 62 (cx. 204).

Junta do Comércio. Tribunal. Relações dos empregados e negociantes nacionais e estrangeiros que subirão para ser insertos no Almanack [1824-1828], mç. 61 (cx. 199).

Ministério dos Negócios Estrangeiros (Correspondência da Junta do Comércio), cx. 403 (1802-1832).

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Correspondência para as Legações estrangeiras em Lisboa-Brasil, Livro 592 (1826-1842),

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Correspondência para as Legações e para os Consulados Portugueses [Rio de Janeiro (Despachos)], Livro 594 (1836-1842).

Tribunal da Boa-Hora. Inventário facultativo: Antônio Ribeiro Pereira de Almeida, 2ª Vara, 1ª Secção, mç. 7, cx. 18 (1858).

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa – Projeto Resgate

Requerimento da Corporação dos Comerciantes e Fazendeiros da Capitania do Rio Grande de São Pedro à Junta da Real Fazenda. 1798. AHU_ACL_CU_O19, Cx. 5, D. 373.

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal (1796-1831). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, s/d [CD-ROM].

FONTES IMPRESSAS, RECURSOS ELETRÔNICOS E TRABALHOS CONTEMPORÂNEOS

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Volume 11.** Porto Alegre: AHRS, 1995.

BICALHO, Honório. **Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul: Relatório apresentado ao Governo Imperial. Vol. I.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

BRUSLONS, Jacques Savary des. **Dictionnaire Universel du Commerce.** Paris, 1723-50.

CAMARA, Antônio Manoel Corrêa da. **Ensaio statistico da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1851.

CAMARA, Antônio Manoel Corrêa da. **Ensaio statistico da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1851.

CAMARGO, José Eleutério de. **Quadro estatístico e geographico da Provincia São Pedro do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1868.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-política sobre a administração pública do Brasil.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

CÓDIGO FILIPINO, ou, **Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I.** Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004, Livro Terceiro, 2º Tomo.

CORRÊA, José Romanguera. **Vocabulario Sul Rio-Grandense.** Pelotas/Porto Alegre: Echenique & Irmão Editores/Livraria Universal, 1898.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.** Porto Alegre: IEL, 1961.

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. **Tráfico interno de escravos e relações comerciais centro-sul (séculos XVIII-XIX)**. Rio de Janeiro: Ipea/LIPHIS-UFRJ, 2001 [CD-ROM].
- FRANCO, Sérgio da Costa (org.). **Despachos dos Cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul: 1829/1841**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.
- IMPÉRIO DO BRASIL. **Regulamento para a praticagem da barra do Rio Grande do Sul, mandado executar pelo Ministerio da Marinha do Império do Brazil, em aviso de 30 d’abril de 1846**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre (século XIX e início do século XX)**. Porto Alegre: IHGRGS, 2005 [CD-ROM].
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006.
- JORNAL AGORA. Rio Grande, 22 de Maio de 2009, Sexta-Feira, Edição nº. 9334. Disponível em: <<http://www.jomalagora.com.br/site/index.php?cademo=20¬icia=39497>>. Acesso em: 26Mai. 2009.
- LISBOA, José da Silva. **Princípios de Direito Mercantil e leis de Marinha**. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1874, Tomo II [6ª Edição].
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 119-39.
- MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS/Ministério Público do Estado do RS/CORAG, 2000.
- RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Patricio Corrêa da Camara, na abertura d' Assembléia

Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1851. Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1851. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/880/>.

RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, o tenente general Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no 1º de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1849-1850. Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/878/>.

RELATÓRIO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/882/>.

RHEINGANTZ, Carlos. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia do Sacramento. In: **Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, v. 2.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.

SALES, Alberto Jaqueri de. **Diccionario Universal de Commercio**. Tradução e adaptação do *Dictionnaire Universel du Commerce*, de Jacques Savary des Bruslons, 4 vols., 1813.

SILVA, Antonio Delgado e (ed.). **Collecção da Legislação Portugueza de 1800 a 1810**. Lisboa: Typografia Maignense, 1826.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1975, 4 Vols. [4ª Edição], Volume II.

WESTPHALEN, BACH & KROHN. **Centenário 1828-1928**. Bahia: s/Ed., 1828.

BIBLIOGRAFIA

- ALADRÉN, Gabriel. **Entre guerras e fronteiras: escravos, libertos e soldados negros no sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1801- c.1835)**. Niterói: PPGH-UFF, 2011 [qualificação de doutorado].
- ALDEN, Dauril. **El Brasil colonial tardío, 1750-1808**. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. V. 3. América Latina colonial: economía**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306-58.
- ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina do século XIX no acervo da Biblioteca Rio-grandense (levantamento parcial). **Biblios**. Rio Grande, nº 19, p. 95-107, 2006. Disponível em: [«http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/dbh/article/viewFile/257/70»](http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/dbh/article/viewFile/257/70). Acesso em: 15 Jun. 2009.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Lojas e armazéns das casas de morada paulistas. **Revista de História**. São Paulo, n. 160, jun. 2009, p. 304-6. Disponível em: [«http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000100015&lng=pt&nrm=iso»](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000100015&lng=pt&nrm=iso). Acesso: em 30 Mai. 2011.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru: EDUSC, 2008.
- AZEVEDO, José Luiz Bragança de. **Alfândega da cidade do Rio Grande (do Sul): contribuição à história de sua criação, instalação e administração; dados biográficos dos juizes e dos inspetores que nela serviram (1804 a 1940)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, [1950?].
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Áreas de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo do Brasil na Bacia do Rio da Prata: da colonização ao império**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].

- BERUTE, Gabriel Santos. Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212333692_ARQUIVO_BERUTE_texto_ANPUH_rs-2008.pdf>. Acesso em: 10 Dez. 2008.
- BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina. V. 3. América Latina colonial: economía**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.
- BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976 [1ª Edição, 1974].
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Seis estudos sobre o liberalismo português**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Vol. 2 (Os jogos das trocas)**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1ª Edição, 1979].
- BROWN, Larissa V. **Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and it's hinterland, 1790-1822**. Virgínia: University of Virgínia/Corcoran, Department of History, 1986 [tese de doutoramento].
- BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAETANO, António Alves. **A economia portuguesa no tempo de Napoleão. Constantes e linhas de força**. Lisboa: Tribuna da História, 2008.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [3ª Edição].
- CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

- CASTRO, Antonio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: **7 ensaios sobre a economia brasileira, Volume II**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1971.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período Colonial**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- CESAR, Guilhermino. **O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/IEL/UCS, 1978.
- CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias/Porto Alegre: UCS/EST, 1978.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)**. Niterói: PPGH-UFF, 2001 [tese de doutorado].
- COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c-1831c)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2011 [tese de doutorado].
- COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.
- CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista no século XIX**. Niterói: PPGH-UFF, 1983 [dissertação de mestrado].
- COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo, Difel, 1981 [12ª Edição], p. 64-125.
- COSTA, Leonor Freire. **O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)** [2 Vols.]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança (1560-1640)**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- DEVEZA, Guilherme. **Um precursor do comércio francês no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1976.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005 [1ª ed., 1972].

- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005 [1ª ed., 1972], p. 7-37.
- DOMINGUES, Francisco Contente. **Navegações Portuguesas**. Lisboa: Instituto Camões Portugal/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005. Verbetes “Barca”. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c03.html>>. Acesso em 31 março 2009.
- EZEQUIEL, Márcio. **Alfândega de Porto Alegre: 200 anos de história**. Porto Alegre: Sindireceita, 2007.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. Comerciantes. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008, p. 88-9.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERREIRA, Roquinaldo. **Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339-78.
- FERREIRA, Sérgio Carlos; RIBEIRO, Joana Isabel de Almeida; RODRIGUES, Pedro Gentil. Episódios do comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII. **Revista da Faculdade de Letras – História**, III Série, vol. 5, p. 211-50. Porto, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. **Hispanic American Historical Review**, 58 (4), Nov. 1978, p. 571-94.

- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: s/editora, 1963.
- FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978 [1ª edição, 1938].
- FRADKIN, Raul. (Org.). **Conflictos, negociaciones y comercio durante las guerras de independencia latinoamericanas**. Piscataway: Georgias Press, 2010.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João. **A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-38.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi. Revista de História**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7Letras, p. 41-70, n. 5, set. 2002.
- FRAGOSO, João. Para que serve história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos (CPDOC/FGV)**. Rio de Janeiro: n. 29, p. 3-28, 2002.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001 [4ª Edição].
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

- FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1830)**. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/IEL, 1980.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Inglês no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2000 (1ª Edição, 1948).
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1936.
- FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. **Problemas brasileiros de antropologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963 [3ª edição].
- FRIEDMAN, Jeanne Lynn. **Free trade and independence: the Banda Oriental in the World-System, 1806-1830**. Ohio: Ohio State University, 1993 [tese de doutorado].
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003 [1ª Edição, 1954].
- FURTADO, Júnia Furtado. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006 [2ª Edição].
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.
- GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009 [tese de doutorado].
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.
- GODOY, José Eduardo Pimentel de. **Naus da colônia**. Brasília: Senado Federal, 2007.

- GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 125-222.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência na Corte (1850-1880)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1991 [dissertação de mestrado].
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 1997 [tese de doutorado].
- GUIMARÃES, C. Mauá por trás do Mito. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 1, n. 4, p. 70-75.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)**. São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 1997 [tese de doutorado].
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. De negociante e contratador a Barão de Ubá: a trajetória de João Rodrigues Pereira de Almeida (1790-1830). In: **XVI Reunião da Sociedade Brasileira e Pesquisadores e Historiadores (SBPH)**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Rio de Janeiro, 2008 (texto inédito). Resumo disponível em: «<http://sbph.cliomatica.com/2008/historia-poder-e-sociedade/carlos-guimaraes>. Acesso em 06/10/2011». Acesso em 06 Out. 2011.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Junta do Comércio. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008, p. 288-90.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. La Independencia e las finanzas de Brasil: comentarios sobre la dependencia de Brasil a partir de estudio del comportamiento de las empresas británicas, 1820-1850-o caso da Samuel Phillips & Co. In: **X Congreso Internacional de la AEHE**. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 8, 9 y 10 de Septiembre 2011. Disponível em «<http://aehe.net/xcongreso/pdf/sesiones/sesion-plenaria-b/guimaraes-carlos-ponencia.pdf>». Acesso em: 6 Out. 2011.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “comércio de carne humana” no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: RIBEIRO,

- Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.). **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPG-História/UFF, 2010 [recurso eletrônico], p. 74-85.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da “carne humana”, 1707-1715. **Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio da Universidade do Algarve**, ano 3, nº 3, p. 109-34, 2005.
- GUTIERREZ, Ester J. B. Sítio charqueador pelotense. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIM, Maria Medianeira (Orgs.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 231-56.
- GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001 [2ª Edição].
- HAMEISTER, Martha Daison. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006 [tese de doutorado].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976 [2ª Edição].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. **O Estado de São Paulo - Suplemento Literário**. 24.06.1973.
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- KLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].
- KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 [tese de doutorado].
- KÜHN, Fábio. O Almanaque da Vila de Porto Alegre: uma leitura do Rio Grande em 1808. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 88, v. 143, 2008, p. 105-117.
- KUNIOCHI, Márcia Naomi. **Crédito, negócios e acumulação. Rio de Janeiro: 1844-1857**. São Paulo: FFLCH-USP, 2001 [tese de doutorado].
- KUNIOCHI, Marcia Naomi. Ter escravo em Rio Grande. In: **Anais do III Encontro Liberdade e Escravidão no Brasil Meridional**. Florianópolis: Maio 2007.

Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/45.45.pdf>>. Acesso em 30 Ago.2011.

- KUZNESOF, Elizabeth Anne. The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850. **Hispanic American Historical Review**, 60 (4), Nov. 1980, p. 571-92.
- LEIPNITZ, Guinter Tlajja. **Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2010 [dissertação de mestrado].
- LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1ª edição, 1979].
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da ‘revolução’ do consumo. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 203-24.
- LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-61.
- LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através das suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: EDUFRJ/ Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOBO, Eulália Maria Lameyer. O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII. **Separata da Revista de História**, n.º 101, São Paulo, 1975, p. 49-106.
- LUGAR, Catherine. **The Merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830**. Nova Iorque: State University of the Nova Iorque at Stony Brook, 1980 [tese de doutorado].

- MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Edição Sulina, 1968.
- MADUREIRA, Nuno Luis. **Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834**. Lisboa: Ed. Estampa, 1997.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul. A gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST, 1984.
- MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila. (Orgs.). Dossiê – “Para inglês ver”? Revisitando a Lei de 1831. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM, Ano 29, nº 1/2/3, Jan-Dez 2007, p. 85-340.
- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973 (1ª Edição, 1933).
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990.
- MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986 [3ª Edição].
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo, Nova Cultural, 1986 [2ªed.], Volume III, Tomo II.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Escrituras de “procuração bastante”: potencialidade e possibilidades de análise, o caso de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: **Anais do III Simpósio Império e Lugares no Brasil. Itinerários de pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos**. Ouro Preto: Núcleo de Pesquisa Departamento de História UFOP, 12-14 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/11.pdf>>. Acesso em: 28 Jul. 2011.

- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Nos ventos do comércio negreiro: a participação dos traficantes baianos nas procurações passadas no termo de Vila do Carmo (1711-1730). **Revista de História** (USP), v. 158, p. 89-130, 2008.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Participação de segmentos sociais fluminenses nas procurações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730). **História & Perspectivas** (UFU), v. 40, p. 227-250, 2008.
- MATTOS, Hebe de. História Social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004 [5ª Edição].
- MATTOS, Walter Lopes. “**A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus domínios ultramarinos**”: um tribunal de antigo regime na corte de D. João (1808-1821). Niterói: PPGH-UFF, 2009 [dissertação de mestrado].
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1ª edição, 1982].
- MAURO, Frédéric. **La expansión europea (1600-1870)**. Barcelona: Editorial Labor, 1968.
- MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2009 [dissertação de mestrado].
- MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda., 2009.
- MIRANDA, Marcia Eckert. **Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)**, Porto Alegre: PPG-Economia/UFRGS, 1998 [dissertação de mestrado].
- MIRANDA, Marcia Eckert. Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825). In: **Anais (complementares) do XXIV Simpósio Nacional de História** (ANPUH). São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Disponível em:

«<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcia%20Eckert%20Miranda.pdf>». Acesso em: 20 Mai. 2010.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, Junho 2000. Disponível em «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000200006&lng=en&nrm=isso». Acesso em: 26 Ago. 2011.

MONSMA, Karl. The Meaning of Honor: A Case of Libel in 19th Century Rio Grande do Sul. In: **XXI International Congress of the Latin American Studies Association**, Chicago, September 24-26, 1998. Disponível em «<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Monsma.pdf>». Acesso em: 26 Ago. 2011.

MOREIRA, Maria Cristina Guimarães de Almeida. La importancia del mercado español en el comercio exterior portugués (1796-1831). In: **Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea**. Número 6 (2006). Disponível em: «<http://hispanianova.rediris.es/6/articulos/6a006.pdf>». Acesso em: 25 Mai. 2010.

MOREIRA, Maria Cristina Guimarães de Almeida. **Relaciones comerciales luso-españolas (1774-1860)**. Pamplona: Universidad de Navarra-Departamento de Ciencias Económicas y Empresariales, 2002 [2 vols.] [tese de doutorado].

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo, Difel, 1981 [12^a Edição].

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo, Difel, 1981 [12^a Edição].

MOTTA, Márcia. M. M. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA FILHO, Heitor. Long-term exchange of the mil-reis: an empirical approach to the rates to sterling and US Dollar (1795-1913). *Munich Personal RePEc Archive Paper*, No. 31918, posted 07. November 2007. Disponível em: «http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31918/1/MPRA_paper_31918.pdf». Acesso em: 8 Dez. 2011.

MUNHOZ, Cláudia Simone de Freitas. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852: interesses e atuação representativa do setor mercantil**. São Leopoldo: PPG-História/UNISINOS, 2003 [dissertação de mestrado].

- NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- NEVES, Hugo Alberto Pereira. **Estudo do porto e da barra do Rio Grande**. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **A Cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 91-106.
- NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma nação: um ensaio de história sócio-econômica comparada**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (Orgs.). **A abertura dos portos**. Editora Senac São Paulo, 2007.
- OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 1990 [dissertação de mestrado].
- OSÓRIO, Helen. Guerra y comercio en la frontera hispano-portuguesa meridional - Capitanía del Río Grande, 1790-1822. In: FRADKIN, Raul. (Org.). **Conflictos, negociaciones y comercio durante las guerras de independencia latinoamericanas**. Piscataway: Georgias Press, 2010, p. 167-95.
- OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995 [tese de doutorado].
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil: análise política, comportamento e instituições monetárias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PEREIRA, Miriam Halpern (org.). Dossier: A Corte portuguesa no Brasil. In: **Revista Ler História**, nº 54, 2008.
- PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos**. Niterói: Centro de Ciências Sociais Aplicadas-Faculdade de Economia/UFF, 2009 [tese de doutorado].

- PICCOLO, Helga I. L. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 355-72.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIM, Maria Medianeira (Orgs.). **Império**, v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Porto Alegre: Oficina gráfica da Imprensa Oficial, 1944.
- PISSARRA, José Virgílio Amaro. **Navegações Portuguesas**. Lisboa: Instituto Camões Portugal/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005. Verbetes “Bergantim”. Disponível em: «<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c05.html>». Acesso em: 31 Mar. 2009.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- POLANYI, Karl. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Org.). **Comercio y Mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Editorial Labor, 1976, p. 289-316.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Org.). **Comercio y Mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Editorial Labor, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil. Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1988 [1ª Edição, 1933].
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1957 [5ª Edição].
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978 [1ª Edição, 1945].
- PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.
- PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 69-95.

- PRADO, Maria Lígia C.; LUIZETTO, Maria Cristina Z. Contribuição para o estudo do comércio de cabotagem no Brasil. In: **Anais do Museu Paulista**, Tomo XXX, p. 158-96, São Paulo, 1980/1981.
- PRATICAGEM DA LAGOA DOS PATOS. **A praticagem no Rio Grande do Sul e no Brasil**. Disponível em: «<http://www.lagoadospatos.com.br/pbrasil.asp>». Acesso em: 26 Mai. 2009.
- PUNTSCHART, William. **Os negociantes de grosso trato no Brasil colonial, 1808-1822**. São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 1992 [dissertação de mestrado].
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.
- REIS FILHO, Nestor G. **Quadro de arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 15-38.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador: estrutura economia, comércio de escravos e grupo mercantil (c.1750 c.1800)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009 [tese de doutorado].
- RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo (Orgs.). **África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF**. Niterói: PPG-História/UFF, 2010 [recurso eletrônico].
- RIBEIRO, José Iran. **“De tão longe para sustentar a honra nacional”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2009.
- RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.
- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.
- ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a micro-história. In: REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, p. 151-72.

- ROWLAND, Robert. **Patriotismo, povo, e ódio aos portugueses: notas sobre a construção de identidade nacional no Brasil independente.** In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 365-88.
- SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 [2ª Edição].
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Relações mercantis entre a praça carioca e Portugal na primeira metade do século XVIII. In: SOUSA, Fernando de (Org.). **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia.** Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008, v. 1, p. 233-246.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894).** São Paulo: PPG-História/FFLCH-USP, 2006 [tese de doutorado]
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1984.
- SANTOS, Corsino Medeiros dos. **O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata.** Brasília: Senado Federal, 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).** Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999.
- SILVA, Florêncio de Abreu e. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul: 1822-1922. **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**, nº 8, Porto Alegre, 1922.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Análise de estratificação social (O Rio de Janeiro a 1808-1821).** São Paulo: FFLCH-USP, 1975.
- SILVEIRA, Josiane Alves da. **Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX.** Rio Grande: FURG, 2006 [monografia de bacharelado].
- SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500/1820).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957 [3ª Edição].

- SLEMIEN, Andréa. **Políticas em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SMITH, David G. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690**. Austin: University of Texas, 1975 [tese de doutorado].
- SOUSA, Fernando de (Org.). **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia**. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008, v. 1.
- SOUZA, Sabrina Silva de. **Comerciantes em Rio Pardo-RS: atuações comerciais e relações sociais: 1800-1835**. Porto Alegre: PPG-História/PUC, 1998.
- TORRES, Daniel de Quadros. **Rio Grande – Pelotas: produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX**. Rio Grande: FURG, 2006 [monografia de bacharelado].
- TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **A Cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995.
- TORRES, Luiz Henrique. Alfândega do Rio Grande: fundamentos históricos e edificações. **Biblos**, Rio Grande, n.º 17. p. 33-47, 2005. Disponível em: [«http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/96/50»](http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/96/50). Acesso em: 07 Jun. 2010.
- TORRES, Rodrigo de Oliveira. **“... e a modernidade veio a bordo”: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS**. Pelotas: PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2010 [dissertação de mestrado].
- TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Império: riqueza e poder nas famílias da elite charqueadora de Pelotas (1830-1890)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2011 [qualificação de doutorado].
- VERGER, Pierre, **Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. Salvador: Corrupio, 2002 [1ª edição, 1987].

- VIANNA, Lauro de Brito. **A cidade, o porto e a barra de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), 2007.
- WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Instituto Cultural Português, 1979.